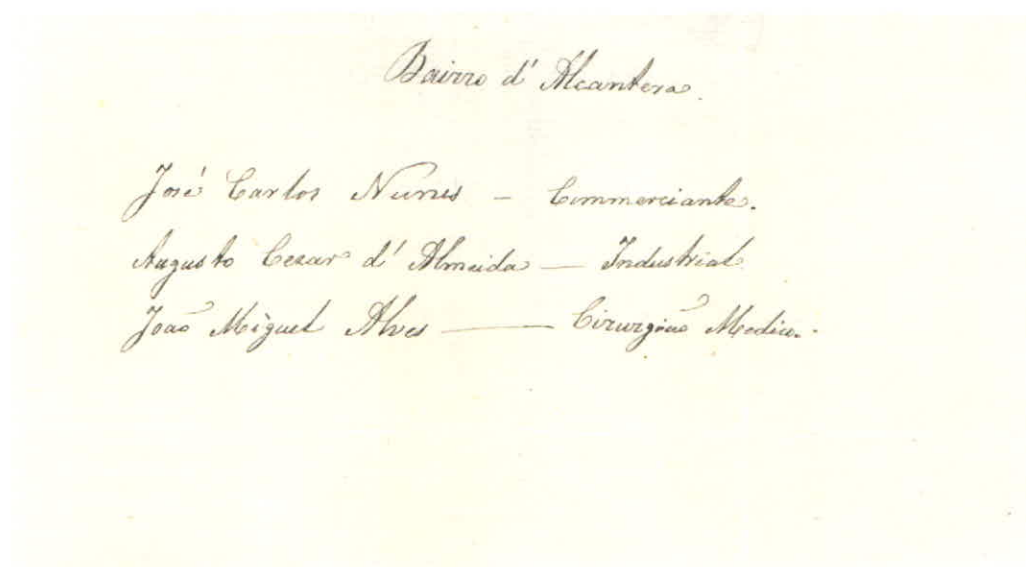




UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

AS ELEIÇÕES E O PODER MUNICIPAL EM LISBOA ENTRE 1851 E 1867



Dissertação de Mestrado em História do século XIX

Por: Fernando Manuel Carvalho da Mota

Orientador: Professor Doutor Luís Nuno Espinha da Silveira



Lisboa, 1 de Março de 2006

Capa: Boletim de voto manuscrito para vereadores pelo bairro de Alcântara. Novembro de 1865.

Fonte: Colecção particular.

Bolseiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia
e do Fundo Social Europeu,
no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

AS ELEIÇÕES E O PODER MUNICIPAL EM LISBOA ENTRE 1851 E 1867

1. Introdução.....	3
2. O espaço concelhio.	
2.1 O concelho de Lisboa e os novos concelhos de Olivais e Belém.....	10
2.2 A evolução e transformação da cidade.....	20
3. A Regeneração e o Município.	
3.1 O pronunciamento de Saldanha e o poder municipal.....	28
3.2 A defesa do municipalismo.....	41
4. As eleições locais no concelho de Lisboa entre 1851 e 1867.....	53
4.1 A evolução da legislação eleitoral.....	55
4.2 As listas de recenseamento: a intervenção dos 40 maiores contribuintes e as reclamações.....	65
4.3 A campanha eleitoral.....	79
4.4 As assembleias de voto: organização e funcionamento.....	111
4.5 O processo de votação e contagem dos votos: os protestos, o caso Mantas e a fraude eleitoral.....	115
4.6 Resultados eleitorais em Lisboa durante a Regeneração: o universo eleitoral. A abstenção, a grande vencedora.....	123
4.7 A política local: construção da elite municipal.....	148
5. Conclusão.....	161
6. Anexos.....	166
7. Fontes e bibliografia.....	198

“O indivíduo é afeiçoado ao seu Município pelo berço e pela sepultura, pelos seus interesses e afeições e finalmente pela sua vida social.

O Município é a Família e ao Município devem muito a civilização e a liberdade; é necessário pois respeitar o Município, conservando-lhe o que constitui a sua essência e que a lei positiva lhe não dá, mas só regula – *Jus Ante Omnia Jura Natum* – e vem a ser, primeiro o ser electivo e, segundo o exercício de poder administrar, que lhe é conferido pelo voto dos seus concidadãos.”

Câmara Municipal de Lisboa, em vereação de 3 de Fevereiro de 1858, in: Anais do Município de Lisboa, n.º 3, Janeiro de 1858.

1. Introdução.

As principais obras que impulsionaram o interesse pelo estudo das elites locais e do poder municipal foram «As Vésperas de Leviathan. Instituições e Poder Político – Portugal, Século XVII», de António Hespanha e «Para o estudo do Algarve económico (1660-1773)», de Romero de Magalhães¹. No mesmo âmbito historiográfico destacam-se também autores como José Viriato Capela e Nuno Monteiro, entre outros². De facto, a última década viu nascer o gosto e interesse pelo estudo da História Local, com inúmeras teses de mestrado, de doutoramento e obras publicadas sobre diversas localidades do país.

Até António Hespanha perdurou a ideia de que o Estado fora centralizador até ao final do Antigo Regime, tendo asfixiado o poder municipal através dos juizes de fora (estando Alexandre Herculano entre os defensores desta teoria). A historiografia romântica defendia igualmente as «câmaras populares» com os homens-bons, nos quais vislumbrava a origem da futura classe média, vencedora da revolução liberal. A partir de António Hespanha, Romero de Magalhães e Maria Helena Coelho, estas imagens de centralismo e democracia nos municípios diluem-se na direcção oposta, afirmando-se a autonomia municipal e, em vez de um município democrático, a noção de um município oligárquico nas grandes cidades.

Com a redescoberta do peso dos municípios, numa historiografia que defendia a sua subalternidade em relação ao poder central da Coroa, novas portas se abriram, numa área da História que se tinha cristalizado, assistindo-se ao rejuvenescimento das linhas

¹ HESPANHA, António Manuel, *As Vésperas de Leviathan. Instituições e Poder político – Portugal, século XVII*, Livraria Almedina, Coimbra, 1994.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de, *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI (1660-1773)*, Cosmos, Lisboa, 1970.

² CAPELA, José Viriato, *O Concelho de Barcelos do Antigo Regime à primeira República: fontes para o seu estudo*, Barcelos, Comp. Ed. do Minho, 1983.

IDEM, *O Município de Braga de 1750 a 1834. O Governo e a Administração Económica e Financeira*, Braga, 1991.

IDEM, *O Minho e os seus municípios. Estudos económico-administrativos sobre o Município Português nos Horizontes da Reforma Liberal*, Braga, Universidade do Minho, 1995.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «Os Poderes Locais no Antigo Regime» in OLIVEIRA, César (dir.)- *História dos Municípios e do Poder Local*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 17-175.

IDEM, «Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime», in *Análise Social*, n.º 141, Lisboa, I.C.S., 1998, pp. 335-368.

de orientação e estudo. É nesta linha de pensamento que o estudo das elites, aliado ao governo municipal, ganha novo fôlego.

Ao analisarmos as elites sociais no Antigo Regime, verificamos o contraste entre as elites de corte e de província. Ao efectuarmos uma comparação entre estas, concluímos que na província existiriam seguramente entre uma a duas dezenas de casas com um rendimento equivalente ao das menos afortunadas casas da primeira corte. No entanto, aquelas nunca alcançavam o rendimento médio das grandes famílias, nem de outras elites de Lisboa, como negociantes ou financeiros. A corte situava-se noutra patamar, quer material, quer de distinção social, o que em termos eleitorais se vai reflectir nos arrolados e elegíveis para os cargos municipais. De facto, os indivíduos com certas distinções, como os donatários e fidalgos da Casa Real, desde que residissem nas terras, eram arrolados, mesmo que fossem naturais de outros concelhos³. Normalmente, os arrolamentos fornecem-nos a identificação dos nobres residentes em cada concelho e, na maior parte dos casos, o respectivo rendimento e fortuna.

No entanto, não se deve confundir elites locais com elites políticas. Os arrolamentos serviam, dependendo das diversas especificidades, para delimitar as elites sociais locais. Mas a disponibilidade e vontade para de facto exercer o governo municipal eram bastante diferentes. Algumas das principais casas de província tentavam não exercer essas funções, tendo em vista o serviço à monarquia, donde tirariam então um estatuto nobiliárquico superior. A formação de oligarquias camarárias coincidia, geralmente, com famílias e casas sem grandes perspectivas de mobilidade, enquanto a procura intensa de cargos municipais correspondia, em geral, a grupos em ascensão que, muito frequentemente, tentavam aceder aos ofícios de ordenanças⁴.

É fundamental salientar a especificidade de Lisboa no período do Antigo Regime, pois, a capital do Reino era administrada por um senado, presidido sempre por um membro da alta aristocracia e integrado por desembargadores nomeados pelo rei. No resto do território, os concelhos eram dirigidos por câmaras presididas por um juiz ordinário, oficiais honorários, não letrados, eleitos pelo povo de acordo com o processo previsto nas ordenações; ou por juizes de fora, oficiais de carreira, letrados e de

³ MONTEIRO, Nuno Gonçalves, «Poderes Municipais e elites locais (séculos XVII-XIX): estado de uma questão», in *O Município no Mundo Português*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998.

⁴ MONTEIRO, Nuno, *O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, INCM, Lisboa, 1996.

nomeação régia. A um deles, somavam-se, no mínimo, dois vereadores e um procurador, escolhidos pelos “homens bons” do concelho.

Contudo, o município era apenas uma das peças do sistema administrativo e judicial no território de Portugal continental no Antigo Regime, existindo igualmente as comarcas, à frente das quais estavam os corregedores. Era a estes que cabia a responsabilidade de organizar as eleições concelhias. Estes funcionários régios chegavam a uma determinada localidade, escolhiam para seus informadores duas ou três pessoas «das mais antigas e honradas» para elaborarem os «róis de eleitores e elegíveis». Os eleitores envolvidos neste processo deveriam ser oriundos do grupo dos «mais nobres da terra», prevendo a legislação que a escolha final recaísse sobre a chamada «gente da governança», isto é, indivíduos que já teriam exercido idênticas funções no passado, ou filhos ou netos de quem já tivesse servido nos ditos cargos. Criavam-se assim oligarquias camarárias, grupos restritos de notáveis locais, que detinham assento camarário durante anos, em conjunto com os seus descendentes ou parentes.

A revolução liberal, além de ter transformado o regime financeiro das câmaras através da reforma da sisa e dos impostos directos, introduziu, igualmente, importantes modificações no funcionamento das instituições que regiam a vida local, alterando a organização administrativa do reino e o modo de recrutamento das elites que dirigiam os destinos municipais.

Com a revolução liberal, uma elite fortemente inspirada no pensamento francês e na experiência espanhola, atinge o poder. Esta elite acredita na ideia da unidade da soberania, que os liberais entendem que reside na nação, a qual é composta por cidadãos dotados de direitos e deveres. O programa liberal vai implicar, assim, a consagração do monopólio da autoridade pública do Estado e a realização dos direitos e deveres individuais. Este desejo nunca se poderia materializar sem uma redefinição do espaço político-administrativo e a criação de novas instâncias de poder⁵.

O liberalismo português procurou instaurar uma administração centralizada e hierarquizada que visava o controlo efectivo do território nacional e das comunidades locais. Para combater a desorganização e dispersão administrativa do Antigo Regime, adoptou um sistema assente na nomeação de agentes do Estado, representantes do poder central nos vários níveis administrativos. Da mesma forma, o liberalismo criaria uma

⁵ SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, *Território e Poder. Nas origens do estado contemporâneo em Portugal*, Cascais, Patrominia, 1997.

nova realidade, o distrito, que não tinha qualquer raiz ou tradição e cujo objectivo era o de tentar reforçar a hierarquia estatal, sob o controlo dos ministros do Reino. Contudo, o Estado liberal, entre outros motivos, como os escassos recursos de que dispunha, delegou boa parte das competências de governo das periferias nas elites locais, à semelhança do que fizera a monarquia no Antigo Regime⁶. É certo que aquelas agora já não se definiam de acordo com atributos nobiliárquicos, mas por critérios censitários e capacitários.

A maioria dos trabalhos desenvolvidos até ao momento privilegiou o Antigo Regime, permitindo a construção de um retrato da sociedade de então, mais completo e pormenorizado do que o do período posterior à Revolução Liberal. Ficou comprovado, o papel das elites locais na vida local e política nos municípios no Antigo Regime, ao exercerem um poder sobre a comunidade onde se inseriam, com o claro beneplácito do poder real que, permitia a manutenção de um grupo restrito de indivíduos no poder durante anos.

Com a vitória do liberalismo, a maioria das elites municipais foi substituída, mas não perdendo, no entanto, a sua importância. Exemplo fundamental da mudança operada com a revolução liberal é o município de Lisboa, onde o Senado de nomeação régia é substituído por uma câmara eleita, composta pelos mais abastados proprietários da capital e onde a elite dos negociantes tinha um peso decisivo. Também no Porto se verificou um fenómeno semelhante com os vereadores do período anterior a 1834 a deixarem os cargos⁷. Também em concelhos como Torres Vedras, Évora, Montemor-o-Novo, Moura ou Castelo Branco se verificou com o liberalismo uma renovação das suas elites locais, privilegiando na sua maioria os proprietários rurais, mas principalmente abrindo as portas do governo municipal a indivíduos das mais diversas origens sociais e profissionais⁸.

⁶ SILVEIRA, Luís Nuno Espinha, «Estado Liberal e Centralização, Reexame de um Tema» in *Poder Central, Poder Regional, Poder Local, uma perspectiva histórica*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997.

⁷ VALENTE, Vasco, «Os homens da governança do município do Porto desde 1428 a 1949», *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 1949-1950.

⁸ PEREIRA, João Manuel Rodrigues, *Elites Locais e Liberalismo. Torres Vedras 1792-1878*, Lisboa, ISCTE, policopiado, 1997.

FONSECA, Hélder, «Sociedade e Elites Alentejanas no séc. XIX», in *Economia e Sociologia*, n.º 45-46, 1988, pp. 63-106.

FERNANDES, Paulo Jorge da Silva, *Elites e Finanças Municipais em Montemor-o-Novo, Do Antigo Regime à Regeneração (1816-1851)*, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1999.

TRINDADE, Carla, *As elites locais e as eleições do concelho de Moura (1860-1910)*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade de Évora, 1997.

POUSINHO, Nuno, *Castelo Branco. Governo, Poder e Elites 1792-1878*, Edições Colibri, Câmara Municipal de Castelo Branco, 2004.

Contudo, em termos políticos faltava sobretudo a estabilidade. Entre 1834 a 1851, os governos, revoltas armadas, revoluções, etc. sucederam-se a um ritmo tal, que o pronunciamento do marechal Saldanha, em Maio de 1851, aparentou ser mais um, entre tantos. No entanto, marcaria toda a diferença no Portugal de oitocentos. A «Regeneração», nome pelo qual ficou conhecido o movimento de Saldanha e o período subsequente, trouxe à política portuguesa a estabilidade que faltava. As diferenças ou divergências políticas deixaram de ser resolvidas de forma violenta, para ser privilegiada a via da discussão ideológica em sede própria, ou seja, na Câmara dos Deputados ou mesmo nas câmaras municipais.

De que forma a Regeneração influenciou a constituição da Câmara Municipal de Lisboa? Que alterações produziu na administração local e na sua elite municipal? Que especificidades detinha a edilidade lisboeta em relação ao resto do país? Que papel desempenhava a imprensa no acto eleitoral? Procuraremos encontrar uma resposta a estas questões, assim como, perceber e relacionar a evolução da política local, a períodos anteriores e a outros concelhos do país.

Este trabalho tem como balizas cronológicas o início da Regeneração (1851) e o ano de 1867, que marca o fim dos governos de Fusão. A investigação não seguiu até 1878 – data da aprovação de um novo código administrativo – como verificado noutros trabalhos, como sobre, por exemplo, Torres Vedras ou Castelo Branco, por se pretender conhecer as possíveis alterações na política local nesta primeira fase da Regeneração⁹.

O estudo da Câmara Municipal de Lisboa, em particular, insere-se na nova abordagem da História Local, atrás referida, procurando dar novas perspectivas e pistas aos estudos lisiponenses. A escolha desta edilidade, nada tem a ver com preconceitos ou ideias pré-concebidas de centralização, mas sim, com as suas particularidades reais, como os comportamentos eleitorais específicos. Particularidades, derivadas talvez da sua população, do seu nível cultural, que o Concelho de Lisboa e a sua Câmara detinham em relação às demais.

Na sua estrutura este trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro, procuraremos caracterizar o espaço concelhio em termos geográficos, sobretudo, devido às mudanças operadas com a criação dos concelhos de Olivais e Belém. Avaliaremos

⁹ PEREIRA, João Manuel Rodrigues, *Elites Locais e Liberalismo. Torres Vedras 1792-1878*, Lisboa, Policopiado, 1997.

POUSINHO, Nuno, *Castelo Branco. Governo, Poder e Elites 1792-1878*, Edições Colibri, Câmara Municipal de Castelo Branco, 2004.

também a evolução e transformação da cidade, traduzidas nos vários melhoramentos nela introduzidos e ambicionados, destacando o papel das várias vereações na obtenção dos mesmos.

No segundo capítulo, estudaremos a relação entre o pronunciamento de Saldanha e o poder municipal, já que, com a vitória da Regeneração várias alterações, tanto a nível eleitoral como administrativo, foram introduzidas em Lisboa, em particular. Neste aspecto, a defesa do municipalismo, ou seja, o combate pelas liberdades e pelo estatuto político e administrativo da Câmara Municipal de Lisboa (assim como, até de outras câmaras), serão também de salientar.

No terceiro capítulo serão analisadas as eleições locais em Lisboa entre 1851 e 1867. Em primeiro lugar, para uma melhor compreensão do funcionamento da administração local e dos seus agentes, identificaremos e analisaremos a legislação eleitoral desde o Antigo Regime até às modificações introduzidas com a Regeneração.

De seguida, abordaremos o processo eleitoral em si, com a elaboração das listas de recenseamento, conhecendo então os processos censitários em uso para as eleições municipais. Que papel desempenhavam os maiores contribuintes, responsáveis pela eleição das comissões de recenseamento? O período de reclamações ao recenseamento, concedido por lei, seria frutuoso? São alguns pontos que carecem de resposta.

Depois de elaboradas as listas de recenseamento (normalmente em Agosto) e até às eleições em Novembro, decorria uma época que poderemos designar por campanha eleitoral. A escolha dos candidatos era efectuada na capital em moldes diferentes do resto do país, em resultado do número de habitantes e, devido ao facto, da eleição municipal se dividir por bairros. Aqui analisaremos o papel fulcral que as reuniões preparatórias desempenhavam na escolha dos candidatos. Da mesma forma, será desenvolvido o papel da imprensa como catalizador e motivador do eleitorado e principal divulgador da mensagem política, através dos principais jornais, como o *Português*, a *Revolução de Setembro*, a *Época*, o *Conservador*, entre outros. Estudaremos, igualmente, a participação das parcialidades políticas na escolha dos candidatos e na campanha eleitoral.

Noutro momento, analisaremos a organização e funcionamento das assembleias de voto, assim como, o processo de contagem de votos, protestos e possíveis fraudes eleitorais. No seguimento deste ponto, será estudado o universo eleitoral da capital, relacionando a população total com o número de homens maiores de 25 anos, os recenseados e os eleitores e elegíveis, culminando na apresentação dos resultados

eleitorais, onde serão analisadas as taxas de participação e os níveis de representatividade alcançados nas eleições para a edilidade lisboeta.

Por fim, observaremos a construção da elite local, identificando os actores da política local, procurando compreender de que forma a Regeneração alterou a sua composição e as suas ambições.

Para este trabalho socorremo-nos principalmente de dois arquivos: o Arquivo Municipal de Lisboa – Arco de Cego e o Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. A autorização concedida no Arquivo Municipal de Lisboa para consultar documentação por inventariar foi fundamental para a elaboração deste estudo, já que, estavam aí depositados todos os recenseamentos, reclamações e protestos, assim como, a maioria dos resultados eleitorais.

No Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo encontraram-se alguns resultados eleitorais, além de importante documentação do Ministério do Reino, respeitante a troca de correspondência entre a edilidade e o Governo Civil do distrito, assim como, entre a câmara municipal e o poder central.

O cruzamento de informações fornecidas pelas fontes foi crucial, tendo sido seguidas as regras fundamentais da investigação histórica na elaboração deste trabalho. Depois de uma leitura rigorosa e atenta destas, serão aqui apresentadas as nossas conclusões que pretendem reflectir o máximo de objectividade possível.

2. O espaço concelhio.

2.1 O concelho de Lisboa e os novos concelhos de Belém e Olivais.

Em Diário do Governo n.º 218, de 15 de Setembro de 1852, era publicado o Decreto de dia 11 do mesmo mês que marcava os novos limites do concelho de Lisboa, criando dois municípios, um a nascente – Olivais; e outro a poente - Belém. A partir desse momento deixavam de existir ou mudariam de denominação os bairros de Santa Catarina, Mouraria, Olivais e Belém. Este decreto delimitava o concelho de Lisboa pela linha que seguia o muro de circunvalação que cercava a capital e a margem direita do Tejo.

Enquanto não chegava a época regular das eleições municipais, o Governador Civil do Distrito de Lisboa nomeava, para cada um dos concelhos criados, uma comissão municipal que exerceria todos os poderes administrativos próprios das câmaras. O recenseamento e as eleições ficavam provisoriamente a cargo da Câmara Municipal de Lisboa. Além disso, continuariam a pertencer a Lisboa as administrações das propriedades que possuía no território desanexado. Também se manteria a cargo da Câmara Municipal de Lisboa a despesa a fazer nos novos concelhos com a iluminação pública e conservação da calçadas, até o assunto ser regulamentado, obrigando-se o Governo a entregar anualmente uma prestação equivalente à despesa que a Câmara Municipal da Capital faria.

Por outro decreto da mesma data - 11 de Setembro de 1852 - do Ministério da Fazenda, o Governo aboliu a cobrança de impostos pela Câmara Municipal de Lisboa na parte incorporada no concelho do Olivais e igualou o território compreendido fora dos limites de Lisboa, quanto à tributação, ao dos outros concelhos do Reino, salvo, no que dizia respeito aos Olivais, quanto às seguintes imposições: 15 réis por arrátel de carne verde, compreendendo-se neste o real de água e os 3 réis adicionais; uma taxa a decretar, como licença anual devida pelas casas de venda de líquidos, por grosso e miúdo. Estes impostos só entrariam em vigor a 1 de Janeiro de 1853.

Tendo sido fixado um prazo de sessenta dias para a divisão de cada um dos bairros e dos novos concelhos, a partir da publicação do Decreto de 11 de Setembro,

esta seria publicada no Diário do Governo de 16 de Outubro do mesmo ano. O concelho de Lisboa passaria a estar dividido pelas seguintes freguesias:

Lisboa			
Bairro de Alfama	Bairro do Rossio	Bairro Alto	Bairro de Alcântara
Santa Engrácia S. Vicente St. André e Sta. Marinha Sta. Cruz do Castelo S. Tiago e S. Martinho S. Tomé S. Miguel St. Estevão S. João da Praça S. Cristóvão S. Lourenço N. Senhora dos Anjos N. Sr.ª do Socorro S. Jorge (a) (a) a parte que fica entre- muros da linha da cir- cunvalação.	S. Julião Santa Justa S. Nicolau N. Sr.ª da Encarnação N. Sr.ª dos Mártires Sta. Maria Madalena Sta. Maria Maior S. José	S. Sebastião (a) S. Mamede Sm. Coração de Jesus N. Sr.ª das Mercês N. Sr.ª da Encarnação Sacramento N. Sr.ª da Pena (a) a parte que fica dentro da linha de cir- cunvalação.	Sta. Catarina S. Paulo Santos-o-Velho Sta. Isabel (a) N. Sr.ª da Lapa S. Pedro de Alcântara (b) (a) a parte que fica dentro da linha de cir- cunvalação. (b) Idem

Os concelhos criados englobavam as seguintes freguesias:

Belém	Olivais
Sta. Maria de Belém N. Sr.ª da Ajuda S. Pedro de Alcântara (a) N. Sr.ª do Amparo de Benfica S. Lourenço de Camide St. Nome de Jesus de Odivelas S. Sebastião (b) Sta. Isabel (c) (a) a parte que fica extramuros da linha de circunvalação. (b) Idem (c) Idem	S. Bartolomeu do Beato N. Sr.ª da Purificação de Sacavém Sta. Maria dos Olivais S. João da Talha N. Sr.ª da Assunção de Vialonga S. Saturnino de Fanhões S. Pedro de Lousa S. Silvestre de Unhos S. Julião de Frielas S. Estevão das Galés S. Julião ao Tojalinho S. Antão das Tojas N. Sr.ª Purificação de Bucelas Sta. Maria de Loures N. Sr.ª da Encarnação da Ameixoeira Póvoa de Sto. Adrião N. Sr.ª da Encarnação da Apelação S. Tiago de Camarate S. Bartolomeu da Charneca S. João Batista do Lumiar Santos Reis do Campo Grande S. Jorge (a) a parte que fica fora da linha de circunvalação.

Fonte: ANTT, Ministério do Reino, A.S.E. Proc. 897, Lv. 10, Mç. 3385, 1852.

Este mapa fora elaborado pelo Governador Civil de Lisboa que, a 14 de Outubro de 1852, o colocava à disposição do Governo para apreciação. O conde de Távarede, D. Francisco, que exercia aquelas funções, em relatório de 13 de Outubro, informava que na elaboração dos mapas tivera em conta «informações acerca da população, riqueza e topografia de cada uma das freguesias». A 16 de Outubro o mapa era aprovado, assim como os administradores dos novos concelhos e bairros da capital¹⁰.

- O Município dos Olivais

O concelho de Olivais passou a ser constituído por 22 freguesias, cuja comissão municipal foi empossada a 22 de Outubro de 1852. Era constituída pelo Visconde de Juromenha, João de Lemos Pereira de Lacerda, presidente, e Domingos Correia Arouca, João da Costa Carvalho, António Dias de Sousa, Francisco de Assis Boaventura e João Cândio de Matos, vereadores. Para servir de Paços do Concelho, foi entregue à comissão a casa que servira à administração do extinto bairro da Mouraria, na Rua Direita do Salitre, n.º 32, 1º andar. A colocação dos Paços do Concelho dos Olivais na Rua do Salitre só poderia ser encarada a título provisório, por estar fora da área concelhia e por representar obvio incómodo para os respectivos munícipes. Por isso, logo na segunda sessão, a câmara, em ofício ao governador civil, propôs, vindo a conseguir, a mudança para a casa do Largo do Leão, n.º 3, de Diogo Sales da Cunha, onde se reuniu pela primeira vez, em 22 de Dezembro de 1852.

A vereação não esteve, contudo, muito tempo nesta parte da freguesia de S. Jorge. Desejando morar no edifício, o senhorio conseguiu que a Câmara dos Olivais desistisse do arrendamento, para se ir instalar na Quinta do Fole, n.º 33, onde teve a sua primeira reunião a 13 de Julho de 1854. Actuava já, nesta altura, a primeira vereação eleita, composta pelos seguintes vereadores: Francisco de Assis Boaventura, presidente, e António Vieira Caldas, Quirino Luís Louro, Manuel Rodrigues de Azevedo, Aniceto Ventura Rodrigues e António Sabino da Silva¹¹.

Pouco tempo volvido, o Governo deliberou, novamente, sobre as imposições fiscais cobradas no concelho, decretando o seguinte: a abolição, a partir de 1 de Julho de 1855, dos impostos especiais incidentes sobre o vinho e carne e sobre licenças devidas pelas casas vendedoras de bebidas, nos termos do decreto de 11 de Setembro de 1852;

¹⁰ *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa*, Imprensa Nacional. Lisboa, 1852, pág. 563.

¹¹ DELGADO, Ralph, *A antiga freguesia dos Olivais*, Lisboa, 1969.

sujeição do concelho ao pagamento do real da água, como pagavam os restantes concelhos; e a cessação dos subsídios que o Governo deveria entregar ao município dos Olivais e Belém, enquanto estes ficavam obrigados a pagar ao tesouro, uma soma anual fixa, a título de compensação das vantagens prestadas pelo Estado¹². Por outro lado, o domínio directo dos terrenos aforados como baldios pela Câmara de Lisboa, ou pelo antigo Senado Municipal, situados na área dos novos concelhos, ficavam a pertencer à respectiva Câmara, ao mesmo tempo que os terrenos compreendidos na marinha da cidade de Lisboa e seu termo, adjacentes ao território do novo concelho, ficavam da mesma forma, pertencendo à nova edilidade, para serem possuídos por estas com os mesmos direitos e restrições com que os detivera a Câmara Municipal de Lisboa¹³.

A Câmara dos Olivais continuava, contudo, com dificuldades na obtenção de um edifício para os Paços do Concelho. Tendo de deixar a Quinta do Fole e aproveitando uma feliz oportunidade, mudou para o palácio que fora do marquês de Valença, no princípio da Estrada do Lumiar, com uma fachada virada para o Campo Grande, alugado por António Maria Couceiro. Ali esteve durante três anos, até voltar definitivamente para o seu já conhecido Largo do Leão, n.º 9, em 1858.

- O Município de Belém

O concelho de Belém, que fora criado pelo mesmo decreto de Setembro de 1852, teve uma história bastante mais atribulada do que a dos Olivais.

A procura de um edifício para a edilidade foi igualmente difícil. Foi tentada junto do Ministério do Exército a cedência temporária do extinto Convento da Boa-Hora. O edifício estava em obras para aí se instalar um Hospital para militares (que ainda hoje existe), consistindo o pedido da Câmara de Belém numa sala apenas. A resposta acabou por vir do próprio Marechal Saldanha que, adivinhando a passagem do provisório a definitivo, recusava a cedência das instalações¹⁴. Apenas em 1855, foi concedido o edifício nacional que fora do Duque de Palmela, na Rua dos Quartéis.

Contudo, foi ao nível do combate político que a edilidade de Belém foi mais notória. Para tal, ajudou com certeza ter à frente dos destinos municipais Alexandre Herculano.

¹² Lei de 5 de Agosto de 1854.

¹³ Lei de 9 de Agosto de 1854.

¹⁴ IA/TT. Ministério do Reino, 3ª Dir. 2ª Rep., Proc. 429, L. 13, Mç. 3403.

As primeiras eleições realizadas em Novembro de 1853 foram anuladas, para espanto geral, por acórdão do Governo Civil a 20 de Dezembro. O *Português* fez eco dessa surpresa ao referir que «as irregularidades de qualquer eleição municipal não levam em regra muitos dias a examinar, quando não há protestos. O silêncio das autoridades sobre os motivos da anulação das eleições, é uma acusação eloquente aos membros da Câmara Municipal de Lisboa ou aos seus delegados, que presidiram às respectivas mesas eleitorais. Se o vício consistisse apenas na preterição de alguma solenidade, na adopção de alguma fórmula menos conforme a lei, os editais para as novas eleições mencioná-lo-iam para se evitar a reincidência. O caso deve ter sido sério.¹⁵»

As relações entre a nova edilidade e a Câmara Municipal de Lisboa foram quase sempre caracterizadas por tentativas, por parte da primeira, de afastar a influência económica e política da capital. A Câmara Municipal de Belém desde cedo tentou ver reduzidas as tributações devidas tanto à Câmara de Lisboa (enquanto, o Governo não decretou o contrário) como ao Governo, no caso das *carnes verdes*. Esta luta por privilégios - que em parte conseguiu, principalmente com Alexandre Herculano à frente dos destinos da edilidade - teria o seu auge em 1855.

Herculano, como acérrimo defensor do municipalismo e da independência dos corpos municipais em relação ao governo central, vê surgir num conflito com o comandante do Corpo de Artilharia, estacionado na calçada da Ajuda, um pretexto para que a autoridade municipal fosse uma realidade e não uma abstracção legitimada apenas por um papel. O braço de ferro iniciado com a simples colocação de um candeeiro em frente à porta de armas do quartel, teria como resultado final a dissolução da Câmara de Belém e o afastamento de Herculano dos negócios da edilidade.

A 17 de Outubro de 1855, o Governador Civil de Lisboa, Conde da Ponte envia ao Ministro do Reino o relatório, em que descrevia de forma resumida os acontecimentos sucedidos a 13 de Setembro do mesmo ano. O relatório da Câmara Municipal de Belém que estava anexo à missiva, era mais extenso e descrevia os acontecimentos da seguinte forma:

«Ontem, 13 de Setembro colocava-se o último dos colonelos que sustentam os candeeiros na parte inferior da calçada. O sítio designado para a colocação daquele colonelo fica próximo da extremidade de um dos edifícios da Casa Real destinado

¹⁵ *O Português*, 3 de Janeiro de 1854, n.º 222.

ultimamente para quartel da tropa. Os operários da Câmara procederam a abrir a cova para assentar o marco: uma sentinela que se achava próxima ordenou-lhes que cessassem imediatamente, porque também recebera ordem para não consentir a obra. Comunicado esse facto singular ao Vereador Fiscal, este mandou ao Mestre das Calçadas que fosse ele próprio continuar o trabalho, dando parte do resultado. O mestre das calçadas recebeu a mesma intimidação da sentinela, que positivamente que declarou que não toleraria a ninguém que bulisse naquele lugar. Avisado do que se passava, o Vereador Fiscal dirigiu-se ao sítio da contestação. Disse à sentinela quem era, que se tratava de cumprir uma deliberação da câmara e que era indispensável colocar-se o coronel. A sentinela declarou-lhe que recebera ordens terminantes e que empregaria a força, se o dito vereador fiscal mandasse continuar a obra. Podia haver nisto uma interpretação errada da sentinela. O vereador fiscal dirigiu-se ao Comandante da Guarda. Este repetiu-lhe a mesma declaração, repetindo também as ameaças. Era portanto evidente que esse procedimento nascia de ordens superiores. Não querendo expor-se a si próprio a um insulto, ou os operários a serem espancados, cedeu à força maior. Este acto de brutal violência não carece de comentários. Se a câmara não exigisse uma reparação completa por semelhante ofensa seria indigna da confiança dos seus comitentes e perderia toda a autoridade moral para fazer executar as suas disposições. Se à força pública for permitido obstar com mão armada ao cumprimento de legítimas deliberações de magistrados administrativos, o povo aprenderá facilmente essas lições de anarquia dadas pelos agentes do poder público, e mal da sociedade, quando ele as tiver decorado. A câmara de Belém desacatada, e moralmente anulada por esta inaudita agressão, resolveu comunicar o facto a V. Ex.^a e a deliberação que tomou, sejam quais forem as consequências que daí possam provir, de suspender o exercício das suas funções, até que o Governo haja de lhe dar uma plena reparação, retirando da efectividade do serviço o oficial, ou oficiais que ordenaram o atentado, ou de prover de outro modo dissolvendo a mesma câmara.¹⁶»

A resposta partiria do Ministério da Guerra por estar envolvido um sentinela de um quartel. Afirmava-se em primeiro lugar « não pode achar criminalidade em uma sentinela que cumpre as ordens que lhe são dadas, pelo contrário, acha inconvenientíssimo que qualquer indivíduo e muito mais, revestido de autoridade, procure polémicas com uma sentinela (...)»; em segundo lugar, que « o marco colocado

¹⁶ IN/TT, Ministério do Reino, 3^a Dir. 2^a Rep., Decreto de 10/11/1855

quase em frente da porta do picadeiro de lanceiros, como o que se projectava colocar em frente da porta principal do Quartel de Artilharia, é inconvenientíssima a sua posição para o serviço do picadeiro e muito mais para o de Artilharia (...)» e por último, «(...) manda admoestar o engenheiro e recomenda a todos, que sempre que se derem questões semelhantes não seja o engenheiro, nem o comandante do corpo que as resolva com a força à sua disposição, a qual deve somente ser empregue para manter a ordem e sossego público¹⁷».

O impasse estava criado. A Câmara de Belém reunia-se de emergência e ouvia com «assombro» a resposta do Ministério da Guerra. As atribuições e competências municipais eram ponto de honra para a edilidade «a Câmara ordenara que se praticasse um acto que vigorosamente estava dentro das suas atribuições. Um acto de serviço municipal, em que não havia a menor sombra de ofensa contra o direito particular de ninguém, nem se quebrara princípio ou regra alguma do direito público do país. Este acto foi impedido com mão armada por ordem de um agente de poder, por um militar, que da comunicação do Ministério da Guerra se depreende ser um oficial do Corpo de Engenheiros. Semelhante procedimento verificado em público diante de muitas testemunhas, sabido dentro de pouco pelos habitantes do concelho, trava desde logo o valor moral a todas as manifestações de autoridade que demandassem da câmara. (...)». O presidente da Câmara, Alexandre Herculano, em carta enviada ao Governo, através do Governador Civil, anunciava que a sentinela e o oficial do Corpo de Engenheiros que se tinham envolvido na polémica, se fossem julgados pelo «crime que haviam praticado, segundo o artigo 186 do Código Penal, aprovado em ditadura pelo Governo que agora não dava resposta» seriam condenados ao degredo para a Índia. Considera ainda que «a câmara não se intrometeu nas atribuições do governo, de que ficava livre integrar ou não o negócio com o poder judicial, o que vinha a ser indispensável era fazer curvar quanto antes a força diante do direito, mudar sem sentença uma demonstração suprema, inteligível para o povo e oficialmente pública, de que o governo sabe, dentro dos limites que impõe a constituição do Estado, reprimir a anarquia, venha ela de onde vier; o que cumpria era habilitar desde logo a câmara, para funcionar, coisa moralmente impossível antes da reparação, não só no sentido da câmara, mas também segundo parece no que V.^a Ex.^a e o próprio Governo, que ainda até hoje não condenou o procedimento dela, o que cumpria, se reputasse irregular».

¹⁷ Fonte citada.

O Ministério da Guerra considerava as exigências da Câmara de Belém, «absurdas e desnecessárias». O Governador Civil, ao verificar o impasse a que se assistia pedia ao Governo que, «do que deixo exposto é conhecido que a administração municipal de Belém se acha completamente abandonada há mais de um mês, com grave prejuízo dos interesses do município e até da salubridade pública, visto terem parado as obras de encanamento que haviam começado na respectiva praia. Por isso tenho a honra de solicitar de V. Ex.^a as providencias a tomar que julgar mais convenientes e acertadas para fazer cessar este estado». A dissolução acabou por ser concedida através de Decreto de 10 de Novembro de 1855. O presidente da Câmara, Alexandre Herculano desiludido, não voltaria a deter cargos municipais.

Anos mais tarde, o Governador Civil de Lisboa endereçaria ao Governo, diversas petições e queixas contra a Câmara Municipal de Belém. A edilidade deixara de ser popular, ao sucederem-se cada vez mais casos de abusos de poder, desvios de dinheiro e cobranças de impostos em excesso.

Balanço final

A redução da área geográfica do concelho de Lisboa teve grandes implicações ao nível administrativo, financeiro e na própria constituição da massa eleitoral. A legislação criada para os novos concelhos, transferindo a cobrança de impostos para estes, provocou um verdadeiro rombo nas finanças já débeis da edilidade lisboeta, sem conseguir, todavia, satisfazer as necessidades, em especial, de Belém. Um exemplo dessas medidas, foi o Decreto de 21 de Dezembro de 1852, que repartia pelos três concelhos a quantia atribuída pelos cofres públicos para prover à iluminação e calçadas. Da consignação anual de cento e vinte contos de réis que eram concedidos à Câmara Municipal de Lisboa, dois contos, setecentos e trinta e três mil réis passaram a ser entregues à câmara dos Olivais e seis contos, quatrocentos e sessenta e seis mil réis a Belém¹⁸. Para os novos municípios as quantias atribuídas pelo Governo eram diminutas, especialmente para Belém. O concelho dos Olivais, devido ao facto de ser predominantemente rural e com uma reduzida densidade populacional, nunca teve vontade, por exemplo, de iluminar o seu espaço através do gás (mantendo a tradicional

¹⁸ Estes valores são de aparente pouca expressão porque a iluminação dos concelhos de Belém e Olivais não era a gás – como o de Lisboa, mas sim a azeite.

iluminação de azeite). Mas o mesmo não se passava com Belém, que pretendia iluminação fornecida pela Companhia Lisbonense de Gás e Electricidade. Além de ter concentrada indústria dentro dos seus novos limites, a densidade populacional do concelho de Belém era muito maior, habitando nele grande parte da aristocracia lisboeta, ou seja, uma população mais exigente em termos de melhoramentos e qualidades do novo concelho.

A falta de verbas para melhoramentos exigidos pelos munícipes afligia todos os concelhos, mas mais do que nunca, Lisboa. A diminuição de receitas por parte da câmara de Lisboa, não cessou a partir de 1852. Um dos exemplos claros dessas dificuldades, era a dívida à Companhia Lisbonense de Gás e Electricidade, com valores na ordem das centenas de contos de réis, e apenas um empréstimo autorizado à banca e a renegociação do contrato impediram o corte do fornecimento da iluminação pública. No sentido de ultrapassar as previsíveis dificuldades financeiras porque a câmara de Lisboa poderia vir a sofrer, o Governo decretara a criação da Alfândega Municipal de Lisboa, reunindo para isso a Alfândega das Sete-Casas e a do Terreiro Público, numa tentativa de organizar o principal meio de financiamento da edilidade.

Os benefícios que Belém e os Olivais retiraram da constituição dos respectivos concelhos foram poucos. No caso dos Olivais, a aldeia da matriz estava cercada de fazendas e não tinha espaço para se desenvolver. O consequente desinteresse dos grandes proprietários que caracterizavam o concelho por melhoramentos e pela política local, revelou, principalmente, a sazonalidade das suas visitas foi apenas um reflexo da geografia do concelho dos Olivais. A par disso, a concorrência das dezenas de capelas particulares à assistência religiosa na matriz dos Olivais, bem como dos conventos e mosteiros; os caminhos intransitáveis e difíceis de percorrer durante o Inverno; o sentido do povoamento marcado da periferia para o centro, devido à vizinhança da capital; e a posição de satélite lisboeta da própria freguesia, anunciavam a absorção total. No caso de Belém, o facto da área do município se confundir com a malha urbana de Lisboa, fazia desde cedo anteciper o retorno aos antigo limites ocidentais da capital, cujo desenvolvimento populacional e industrial se estendia precisamente nessa direcção e que a construção do Aterro veio concretizar em parte.

A Câmara Municipal dos Olivais reuniu, pela última vez nos Paços do Concelho do Largo do Leão, em 30 de Dezembro de 1886. A edilidade deu posse a 2 de Janeiro do ano seguinte, nos mesmos Paços à nova Câmara Municipal de Loures. Por sua vez, a Câmara Municipal de Belém foi extinta e englobada no concelho de Lisboa, a 31 de

Dezembro de 1885, pela reforma administrativa do município de Lisboa de 18 de Julho do mesmo ano e pelo decreto de 8 de Outubro ¹⁹.

¹⁹ Fonte citada, n.º 229, 12 de Outubro de 1885.

2.2 Evolução e transformação da cidade.

O período sobre o qual nos debruçamos é particularmente importante no que respeita à evolução e transformação da cidade. A capital, que estava administrativamente limitada pela estrada da circunvalação e reduzida em área, pela criação dos concelhos de Belém e Olivais, continuava virada para o rio Tejo, via para a Europa e o mundo.

A modernidade, o desenvolvimento, o progresso e a regeneração desejada pelo país, espelhar-se-iam na sua capital e seriam as suas vereações que mais lutariam por esses valores. Essa capital estava efectivamente virada para o rio e, como a maioria as cidades europeias comerciais/marítimas, era caracterizada pela existência, na primeira linha de edifícios ribeirinhos, de construções ligadas ao comércio e indústria. De facto, Lisboa enquadrava-se neste molde. Percorrendo a capital à época pelas vias que acompanhavam o leito do rio Tejo, verificaríamos a existência no sentido Poente/Nascente da cordoaria na Junqueira; dos moinhos de maré em Alcântara; Companhia de Iluminação a Gás e muitas outras indústrias na Boavista, com as suas chaminés fumegantes; Cais do Sodré, porto de chegada do comércio abastecedor de Lisboa, pejado de pequenas embarcações de pesca, varinas apregoando peixe; estaleiro naval na Praça do Comércio (topo Poente) e da Alfândega (topo Nascente); cais marítimos dos terreiros do Trigo e do Tabaco e respectivas dependências, até aos terrenos destinados à futura estação de Santa Apolónia, o Cais dos Soldados.

Lisboa tinha como *limites urbanos* neste período, ou palácios ou quartéis, como, por exemplo, o das Necessidades em Alcântara, o quartel em Campo de Ourique, os palácios e quintas no Lumiar, e os quartéis no Desterro e Santa Apolónia. Para lá destes locais, apenas se observaria o campo cultivado, polvilhado aqui e além de pequenas moradias.

Poderemos considerar três fases no crescimento populacional da cidade: uma primeira, até 1857, em que o crescimento da população no seu total é negativo ou próximo do zero, tendo como causas prováveis a instabilidade política e militar da primeira metade do século XIX e que culmina com o último grande surto epidémico de febre amarela, naquele ano; uma segunda, desta última data até ao início da década de oitenta, com um crescimento progressivo mais intenso da população urbana, fruto

sobretudo do fenómeno migratório; e, numa última fase, de 1880 a pelo menos 1910, um novo impulso no crescimento com a descida da mortalidade infantil e o aumento da esperança de vida, associada a intensos fluxos migratórios para a cidade²⁰.

A partir de dados recolhidos do censo de 1864, verifica-se que 5,5 por cento da população portuguesa vivia em Lisboa (186.578 indivíduos), num espaço com poucos quilómetros de superfície. Era claramente a maior cidade do país.

Com o decorrer da centúria quase todas as freguesias centrais diminuiriam de residentes, enquanto as mais afastadas, para oriente e ocidente (zonas semi-urbanas com solos abundantes e baratos, economicamente mais atractivas, onde se implantavam indústrias e passavam a residir a grande parte dos trabalhadores aí empregues), sofreram um crescimento populacional acentuado. Também as freguesias a norte do concelho de Lisboa, regista um acentuado crescimento com aumentos superiores a 100 por cento dos efectivos de residentes²¹.

Ao mesmo tempo que o país entrava num período de desenvolvimento industrial e económico - fruto da acalmia política originada pela Regeneração - a Câmara Municipal de Lisboa, procurava o progresso defendido pelo pronunciamento do Marechal Saldanha, tentado alcançar e recuperar anos de atraso em relação às restantes capitais europeias.

As competências camarárias em matéria de construção estavam legisladas pelo Código Administrativo, destacando-se de entre elas: «dirigir e fazer executar as obras no concelho» e «emprender quaisquer obras novas por conta do concelho, tais como a feitura de caminhos, estradas, construção de pontes, calçadas, fontes, etc., do uso comum dos moradores (...) abertura e alinhamento de praças e ruas»²². Foi de facto à Câmara de Lisboa que couberam a maior parte das iniciativas de desenvolvimento e crescimento da urbe.

Desde 1852, que a câmara municipal de Lisboa contava com a existência de um pelouro que geria os assuntos relativos aos espaços verdes. Era da sua responsabilidade velar pelos jardins existentes: o Passeio Público, de iniciativa pombalina; a Alameda de S. Pedro de Alcântara, obra dos anos quarenta do século XIX, e o Jardim da Estrela, iniciado em 1850. A concepção de jardins fechados – por muros, ou gradeamentos – começava a ser substituída pela ideia da praça ajardinada. Aqui verifica-se a importação

²⁰ RODRIGUES, Teresa, *Ibidem.*, pág. 91.

²¹ RODRIGUES, Teresa, *Idem.*, pág. 55.

²² *Colecção de Direitos e Regulamentos publicados durante o Governo da Regência do Reino estabelecida na Ilha Terceira*. 1ª Série, 2ª edição. Pág. 62. Lisboa. Imprensa Nacional. 1836, pág. 118.

de um modelo inglês da «square» ou da adaptação que dele se fez na Paris Haussmanniana, onde se optou por uma solução de pequeno jardim²³. Como exemplos lisboetas, temos o caso da Praça do Príncipe Real, ajardinada entre 1859 e 1863 e, também, o largo aberto pela demolição de antigos prédios e ruínas na zona entre o Largo das Duas Igrejas, a Rua Larga de S. Roque, a Rua do Loreto, a Travessa dos Gatos e a Rua da Horta Seca, local da futura Praça de Camões – inaugurada em 1862²⁴.

Contudo, o pelouro dos «espaços verdes» era já insuficiente, numa cidade que se queria moderna, à semelhança das restantes cidades europeias. Os projectos camarários para o embelezamento e melhoramento da cidade eram um dos principais elementos referidos nas campanhas eleitorais que precediam as eleições municipais em Lisboa. Era defendido o bom gosto, a inteligência dos vereadores, porque só assim se poderia ambicionar uma cidade moderna, a par de outras capitais europeias, mas em particular de uma delas, Paris. Era esse desejo e ambição que originavam nos periódicos críticas comuns à actuação de algumas vereações, como a seguinte: « É mister que não tenhamos uma câmara que nos desfolhe a cada passo sobre a cabeça mil pétalas de flores exóticas, que nos atapete e arrelve mimosamente o chão dos jardins e passeios, e que nos deixe privados das mais inocentes comodidades públicas. É necessário que novos tântalos no meio de um Éden municipal, e ao pé dos copiosos mananciais, nos não sequem as faces com sede, a ponto de nem podermos entoar os louvores à câmara que nos felicita.

Eleger uma câmara para curar de «fuchsias» e de «bougainvillas», quando não há política urbana, quando ruas inteiras são espécimes arqueológicos da antiga Lisboa muçulmana, quando a iluminação é mediocrementemente brilhante, quando não há uma escola municipal, quando não há mercados suficientes e quando a cidade está clamando por urgentíssimos aperfeiçoamentos, é o mesmo que decorar um pardieiro desmoronado, pondo-lhe ao pé os pensiles da Babilónia ou os maravilhosos vergéis da fabulosa Armida... Não queremos que na câmara o elemento puramente artístico anule a ideia de comodidade nos outros pelouros do regime municipal²⁵».

A Lisboa do início da Regeneração tinha um reduzido número de ruas calcetadas, sendo as restantes de terra batida ou, as mais modernas, com revestimento *Macadame*. O pó no Verão era insuportável, tendo as ruas (pelo menos as da Baixa) de

²³ LISBOA, Maria Helena, *Os Engenheiros em Lisboa. Urbanismo e Arquitectura (1850-1930)*, Colecção Cidade de Lisboa, Livros Horizonte, 2002, pág. 156-157.

²⁴ Idem, Ob. Cit.

²⁵ *O Português*, 12 de Novembro de 1853, n.º 178.

ser regadas. Os esgotos eram praticamente inexistentes, urinava-se nas ruas e becos. Os animais para abate circulavam pelas ruas centrais da capital, deixando as imundícies à sua passagem, etc.²⁶. É desta Lisboa que a edilidade se envergonhava e a oposição denunciava.

Mas, logo no início da década de 50, começam a ser apresentados projectos de melhoramento para a cidade. Em todos os que foram presentes em vereação, existiu sempre um denominador comum: a salubridade. É neste ponto que se baseia o desenvolvimento de Lisboa, ainda presa aos bairros medievais e na malha pombalina²⁷.

Um novo matadouro para a cidade de Lisboa foi, sem dúvida, o primeiro grande projecto iniciado pela câmara de Lisboa, a 24 de Dezembro de 1852, quando foi pedida autorização ao Governo para ser contraído um empréstimo para a sua construção. Ao ficar sem resposta, a edilidade apresentou novas representações a 18 de Janeiro de 1854, 4 de Maio do mesmo ano, 16 de Janeiro de 1855, 14 de Julho de 1856 e 27 de Abril de 1857²⁸. A contínua falta de resposta do Governo levou inclusive ao aparecimento de propostas de particulares, como a de B. Martins e Lamberg que, em Fevereiro de 1856, se ofereciam para construir um mercado na Praça da Figueira, assim como um matadouro. Os terrenos expropriados na Cruz do Tabuado, passaram oficialmente para as mãos da câmara a 28 de Abril de 1857²⁹. Mas, a epidemia de febre amarela no Verão do mesmo ano e o projecto de reforma municipal ministerial, ocuparam a edilidade até ao final da década.

Os repetidos apelos da câmara de Lisboa ao Governo e à Coroa, visavam, sobretudo, o aumento das verbas atribuídas ao município, para serem aplicadas, principalmente, na construção de um Lazareto, limpeza e reconstrução dos canos da cidade, colocação de sifões nas sarjetas nos aterros da Boa-Vista, demolição de bairros infectos e desobstrução da Ribeira de Alcântara, principais focos das epidemias³⁰.

O grande obstáculo a muitos dos projectos camarários de desenvolvimento e modernização da cidade era, obviamente, o financiamento. Os rendimentos da câmara eram baixos, existindo de há vários anos um déficit que teimosamente se mantinha. Daí resultava uma acumulação de dívidas que, no final de 1859, era constituída por uma

²⁶ *Annaes do Municipio de Lisboa*, 1850-1854.

²⁷ CUSTÓDIO, Jorge, «As infraestruturas: os canais de Lisboa» in: *Lisboa em Movimento (1850-1920)*, Livros Horizonte, Lisboa, pág. 108.

²⁸ *Annaes do Municipio de Lisboa*, n.º 10, Maio de 1858, pág. 93.

²⁹ *Annaes do Municipio de Lisboa*, n.º 35, Abril de 1857, pág. 276.

³⁰ Este assunto encontra-se desenvolvido no capítulo «2.3 – A política local».

dívida activa, a «conta velha», isto é, do tempo do Senado, desde 1780 até 1833, de 957.612\$736 réis, e outra, «a nova», desde a extinção do dito Senado até ao fim de 1848, de 279.141\$046 réis, o que totalizava 1.236.753\$782 réis. As dívidas da edilidade aos fornecedores eram igualmente preocupantes, especialmente à Companhia de Gás, pelo que o recurso ao crédito era recorrente³¹. A verba para a construção do novo matadouro, apenas foi possível com empréstimos acordados com o Banco de Portugal: o primeiro, no valor de cento e quinze contos de réis, para a compra do terreno e construção do edifício³²; um segundo, por carta de lei de 23 de Fevereiro de 1861, no valor de sessenta e um mil e quinhentos contos de réis, dando por hipoteca os rendimentos do mesmo matadouro e as rendas do Alqueidão³³.

Também em finais de 1859, englobado igualmente no projecto de melhoria das condições de salubridade da capital, eram demolidos os casebres no *Largo do Loreto* para a abertura de uma nova praça, que acolheria passados poucos anos o monumento a Luís de Camões – inaugurado a 28 de Junho de 1862 – que passaria a denominá-la; eram também expropriados terrenos na *Carreirinha do Socorro*, para o prolongamento e aformoseamento da Rua da Palma e Largo do Intendente³⁴.

Contudo, nem todas as ideias da edilidade lisboeta se concretizaram, como é o caso do ambicioso projecto de demolição dos bairros de Alfama e Mouraria para a abertura de grandes avenidas. A comissão técnica da edilidade lisboeta encarregada de elaborar um orçamento para os melhoramentos que se pretendiam para o benefício do município, em relação à higiene pública e ao embelezamento da capital, a inserir no orçamento de 1860, estabelecia como prioridades: «Os bairros denominados de Mouraria e Alfama, pela estreiteza e mau alinhamento das ruas, pelas diferenças de nível, e pelo mau estado higiénico e architectónico em que estão quase todas as propriedades, precisam ser demolidos e reconstruídos de novo em ruas largas e bem alinhadas, praças arborizadas, e edificios em boas condições higiénicas; para albergar a população que está acumulada nos bairros citados, e para poder começar a demolição deles é preciso construir *cités ouvrières*, aonde, além de pequenas habitações, para acomodar a população trabalhadora, se estabeleçam casas de banhos, e lavadouros;

³¹ O Governo autorizou à Câmara Municipal de Lisboa, dois grandes empréstimos no espaço de sete anos, o primeiro a 2 de Junho de 1854 (D.G. 136) e o segundo a 23 de Fevereiro de 1861 (D.L. 49).

³² *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1855, decreto lei de 2 de Junho de 1854, pág. 141. O concurso para a sua construção foi aprovado em sessão camarária de 22 de Junho de 1859

³³ Propriedade da câmara nos campos de Valada, que se compunha de extensos e férteis terrenos com uma área de 3.823.655 metros quadrados.

³⁴ MOITA, Irisalva (coord.), *O Livro de Lisboa*, Livros Horizonte, 1994, pág. 386.

sendo da primeira necessidade abrir novas ruas em diferentes partes da cidade, tais como uma no prolongamento da rua nova da Palma até ao Largo do Intendente, outra no prolongamento da travessa de S. Mamede até à rua de Santa Marta, uma outra paralela à rua direita da Boa-Vista; para o estabelecimento de um mercado em boas condições na praça da Figueira; um mercado de carvão no cais do Tojo; um novo sistema de calçadas com paralelepípedos regulares de grés de Cascais; reparação e construção de canos de esgoto, o que na totalidade, perfazia uma verba que poderia atingir anualmente os 567.500\$000 réis»³⁵.

Apesar de projectos como estes nunca terem sido levados avante, outros sim, tornaram-se realidade a partir do início da década de 1860, como a abertura da «rua» 24 de Julho, primeiro entre o Cais do Sodré e Santos, o famoso «Aterro», e depois até Alcântara (nas décadas de 1870-80), altura em que um segundo aterro foi erguido para instalar o Porto de Lisboa. A zona era anteriormente constituída pelas lamacentas praias da Boa-Vista, local de descarga da indústria artesanal que infestava essa zona³⁶. Já no relatório apresentado pelo presidente da câmara cessante, Júlio Máximo Pimentel, na tomada de posse de nova vereação, em Janeiro de 1860, no rescaldo da epidemia de febre amarela, se constatava «a defeituosa canalização para o despejo das imundices da cidade, a grande acumulação de materiais corruptos que obstruíam os canos, e dos quais exalava continuamente uma torrente de miasmas; a falta de limpeza de algumas ruas e dos saguões, a acumulação da parte mais pobre da população em bairros, cujas apertadas ruas e habitações de viciosa construção, vedavam a livre circulação do ar; o estado infecto dos lodos, que continuamente se acumulavam nas praias que estendem ao longo da ribeira de Lisboa, principalmente em frente da Boa-Vista». Seria Pedro José Pézarat, o eficiente engenheiro da câmara, que sonhava dar a Lisboa o que Haussmann dera a Paris, quem desenhou um moderno bairro adjacente à nova artéria, de que apenas seria construída a malha difusa enquadrada entre a praça D. Luís (aberta sobre a demolição do velho forte de S. Paulo) e o jardim de Santos. O presidente da câmara, no relatório apresentado à vereação em Janeiro de 1860, afirmava que «a Câmara nunca pretendeu fazer do bairro da Boa- Vista um bairro de construções monumentais,

³⁵ *Anais do Município de Lisboa*, n.º 23, Novembro de 1858.

³⁶ SILVA, Raquel Henriques, «Urbanismo: caminhos e planos» in *Lisboa em Movimento (1850-1920)*. Livros Horizonte, Lisboa, pág. 41.

luxuosas e aristocráticas. O seu projecto tem unicamente por fim tornar aquele bairro regular, modestamente elegante, salubre e cómodo para a industria e comércio.³⁷»

Como peça e instrumento da estratégia da edilidade para o desenvolvimento da cidade, surge a necessidade de uma carta cadastral de Lisboa, encomendada a Filipe Folque, que serviria para «a base do traçado de todos os futuros melhoramentos da cidade, e com elas é fácil formar a planta das obras subterrâneas, como são os canos de despejo, os de gás e os aquedutos, o que é indispensável para a boa direcção dos trabalhos ³⁸». Uma carta cadastral de Lisboa de convenientes dimensões, em que se achassem representados, bem distintos e com exactidão os maciços das edificações, os terrenos intercalados, os campos, as quintas, os jardins, os pátios e os saguões com as competentes cotas de nível em toda a área da cidade. A Câmara não possuía esta carta nem coisa alguma que a pudesse substituir, sendo necessário, para qualquer obra, fazer o levantamento das plantas parciais, sobre que não se podiam estudar as reformas senão limitadamente e sem referência a outros pontos da cidade, de modo que se formasse uma ideia clara da influência que a obra proposta viria a ter sobre as que para o futuro se quisessem intentar noutros lugares³⁹. Estas plantas serviram principalmente para a reestruturação dos serviços de esgotos e fornecimento de água canalizada à população, tornada realidade através da criação da empresa municipal de gestão das águas do aqueduto da Águas-Livres.

Será de inspiração parisiense a execução das grandes avenidas que, a partir da década de 1860, começam a ser idealizadas pela câmara. Contudo, do sonho à realidade, existia uma grande distância.

Na sessão de 17 de Fevereiro de 1859 era apresentado um projecto que só se concretizaria vinte anos depois, de uma «longa estrada, alameda ou *boulevard* que partindo do extremo do Passeio Público, atravessa o Salitre e pela quebrada de vale de Pedreiro, vá pôr a cidade Baixa em comunicação directa com as estradas de Benfica e Campo Grande» a futura avenida da Liberdade⁴⁰. Para a edilidade esta obra era «indispensável à grandeza actual de Lisboa, cujas avenidas são geralmente tão apertadas e desairosas que não podem oferecer um único passeio agradável para carruagens e cavaleiros. Para a execução deste projecto, cujos estudos estão quase terminados, e que

³⁷ *Arquivo Municipal de Lisboa*, n.º 1, 7 de Janeiro de 1860.

³⁸ Fonte citada, 7 de Janeiro de 1860.

³⁹ *Arquivo Municipal de Lisboa*, n.º 1, 7 de Janeiro de 1860.

⁴⁰ *Arquivo Municipal de Lisboa*, n.º 26, 17 de Fevereiro de 1859.

não é da ordem daqueles que, por sua grandeza e dificuldades, se podem actualmente julgar inexecutáveis⁴¹», seriam precisos cerca de uma dúzia de anos.

Curiosamente, seria uma tragédia que traria um novo melhoramento à cidade, o incêndio do edifício pombalino onde estava instalada a câmara, além do Banco de Portugal, o Contrato do Tabaco e a companhia de seguros Previdência, na noite de 19 para 20 de Novembro de 1863. A sala das sessões e outras dependências do município deixaram de estar viradas para a rua do Ouro, para serem instaladas num novo edifício, separado agora do corpo pombalino da Praça do Comércio por uma nova travessa, virados para a Praça do Pelourinho⁴².

Apesar de alguns defenderem que a modernização de Lisboa, no sentido civilizacional do século XIX, só terá ocorrido a partir de 1870, quando os resultados da política desenvolvimentista da Regeneração de Fontes Pereira de Melo se começaram a fazer sentir, e num contexto internacional fortemente expansivo, não poderemos esquecer que até lá um longo caminho teve de ser percorrido, caminho esse que se iniciou em 1851. O principal factor de mudança provocado pelo apaziguamento da Regeneração, foi principalmente o das mentalidades, que acabou eventualmente por se reflectir na cidade.

⁴¹ *Archivo Municipal de Lisboa*, n.º 1, 7 de Janeiro de 1860.

⁴² *Archivo Municipal de Lisboa*, n.º 213, 30 de Janeiro de 1864.

3. A Regeneração e o Município.

3.1 O pronunciamento de Saldanha e o poder municipal.

As últimas eleições locais antes da Regeneração foram encaradas pelos que nelas participaram como uma mera formalidade na recondução da vereação precedente. Havia, contudo, vozes que faziam duras críticas às eleições municipais. A *Revolução de Setembro*, a 17 de Outubro de 1849, reflectia sobre as consequências do acto eleitoral: «Já vem próximo o dia em que o sufrágio público deve decidir no supremo julgado, se a câmara municipal de Lisboa satisfaz, ou não, as graves obrigações que lhe impõe a natureza do seu cargo. O sufrágio, porém, servirá para atestar, apenas, os vereadores actuais da capital, porque o voto popular não é ainda hoje entre nós tão livre de compreensão, tão puro, tão espontâneo e tão geral, que possa, como em certos países livres, servir de correctivo eficaz aos abusos, ao desleixo, à incapacidade ou à obstinação dos que presidem à administração pública, nos cargos de eleição popular». Mais à frente, apontavam-se as razões para a escolha dos vereadores, considerando que «uma certa consideração social, uma certa fortuna, uma tal ou qual influência política nos negócios gerais do Estado, às vezes mesmo o precedente honroso de haver feito parte das municipalidades anteriores, conferem a alguns cidadãos de minguado cabedal administrativo a honra e o encargo de representarem o município».

A partir de Novembro de 1849 a *Revolução de Setembro*, passava a fazer destas eleições um seu cavalo de batalha contra o governo. Nas vésperas das eleições lançava um apelo eleitoral aos eleitores de Lisboa defendendo que «a oposição deseja que a eleição das câmaras municipais seja mais administrativa que política na sua actual organização. A oposição quer que os vereadores façam menos política e mais melhoramentos municipais. O governo pelo contrário quer política e vereadores de partido, vê na eleição a maioria que o apoia e a minoria que o combate. É um erro que convém fulminar. O «Diário» quer recenseadores que falsifiquem os recenseamentos, nós queremos a aptidão para o desempenho dos cargos do município».⁴³ Apesar dos apelos eleitorais os candidatos apoiados pelo governo ganhavam novamente.

⁴³ *Revolução de Setembro*, 16 de Novembro de 1849.

O descontentamento com a situação política tinha como figura-chave o Duque de Saldanha. No seguimento do escândalo do *affidivit*, em Março de 1850, Saldanha fora afastado consecutivamente de mordomo-mor, primeiro criado do Paço, demitido do cargo de conselheiro de Estado, de vogal do Supremo Tribunal de Justiça e de ajudante de campo d'el-rei D. Fernando. Saldanha estava empenhado em afastar uma influência que considerava nefasta para o trono e, especialmente, para D. Maria: «Se Vossa Majestade quer continuar a reinar em Portugal, se Vossa Majestade deseja que a sua Dinastia continue o seu reinado; não espere, para demitir o conde de Tomar, que em qualquer parte do reino se levante um grito armado contra ele».⁴⁴

O pronunciamento militar contra o governo de Costa Cabral iniciou-se com algumas guarnições em Sintra e Mafra, a 7 de Abril de 1851, mas a fraca adesão inicial originou uma marcha para Norte do país, acabando Saldanha por refugiar-se na Galiza, sempre com as tropas da rainha comandadas por D. Fernando no seu encalço. Então, na noite de 24 para 25 de Abril, cinco sargentos de Caçadores 9 do Porto, revoltando-se, reanimaram o pronunciamento que, apesar de militar, teve o apoio do «partido nacional» de José Passos⁴⁵.

O facto do golpe ter tido lugar no Porto teve grandes repercussões na evolução dos acontecimentos. A chegada de informações à capital era escassa, contraditória na maior parte das vezes, baseando-se sobretudo nos boatos. Se o Duque de Saldanha e o seu estado-maior estavam por detrás desta *contra-informação* está por provar, mas muitas pistas apontam nesse sentido⁴⁶. A incerteza nas guarnições da capital, dos batalhões que constituíam o corpo golpista e os que a estes aderiam, fez o prato da balança pender para o lado do Marechal Saldanha..

A confusão e pânico na capital são generalizados, o receio do caos ou da guerra civil está bem presente na consciência dos lisboetas⁴⁷. Os periódicos apelam à calma e pedem serenidade aos vencedores: «conhecemos que em momentos de efervescência se cometem, mesmo sem o querer, algumas injustiças. É porém necessário remediá-las, apenas sejam conhecidas. Nas circunstâncias actuais torna-se indispensável não confundir épocas, nem agitar um país inteiro, porque é o mesmo país quem depois tem

⁴⁴ BONIFÁCIO, Maria de Fátima, «Segunda ascensão e queda de Costa Cabral (1847-1851)», in: *Análise Social*, n.º 142, vol.XXXII, 1997, pág. 549.

⁴⁵ Idem, pág. 551.

⁴⁶ Os periódicos de Lisboa viram-se impossibilitados de informar os seus leitores sobre os desenvolvimentos do pronunciamento, quando os correios das províncias do norte, que deveriam chegar a Lisboa nos dias 5 e 7 de Maio, são roubados. In: *O Estandarte*, 12 de Maio de 1851, n.º 987.

⁴⁷ O jornal «A Lei», órgão do partido cartista, cessa a sua publicação durante cerca de 10 dias.

de pagar o efeito dos desvarios. Concitamos todos os chefes e influentes dos partidos, para que evitem desordens de toda a espécie, como meio de triunfarem as medidas agora prometidas, impedindo o regresso da situação caída⁴⁸».

Na tentativa de serenar os ânimos e tranquilizar a população lisboeta, o marechal Saldanha publica uma proclamação que lhes é dirigida: «O pendão que tive a honra de arvorar é tão iminentemente nacional, que, apenas conhecido, foi logo adoptado em todos os cantos do reino da maneira a mais sincera, franca e resoluta. Consolidemos o Trono de S. M. a Senhora D. Maria II e a sua Dinastia; reformemos a Carta Constitucional; façamos uma eleição realmente livre, para que possa haver uma verdadeira representação nacional, e o sistema de imoralidade e de corrupção, de peculato e roubo, que se tinha arvorado em teoria de governo, será substituído pela justiça e liberdade, pela moralidade e economia. Em poucas horas conto estar entre vós: sei que os agentes do ministro corrupto e corruptor esperam por esse momento para levantar gritos sediciosos. Se tal acontecer, predei o primeiro que a tanto se abalançar, entregai-o às autoridades, para que seja punido. Tenho alcançado a mais íntima convicção da nacionalidade do pendão que arvorei, e persuadido de que os meus patrícios lisbonenses me conhecem, tenho por isso a certeza de que me fazem justiça de acreditar que hei-de usar de todos os meios ao meu alcance para o fazer respeitar. Quartel-general no Porto, 9 de Maio de 1851⁴⁹». O marechal e as brigadas que o acompanham tentam sair do Porto a 13 de Maio, mas o estado da barra do Douro impede a chegada a Lisboa a 14 como estava previsto. À entrada do Tejo estavam preparadas recepções de boas-vindas em navios previamente reservados para o efeito pelo centro cartista, através de uma comissão presidida pelo Marquês de Valada.

A chegada do Duque de Saldanha (15 de Maio, quinta-feira), descrita de seguida, foi apoteótica e digna de grandes heróis: «Verificou-se hoje a chegada do nobre marechal duque de Saldanha a esta capital acompanhado de uma parte do exército regenerador. Foi um dia de festa nacional, foi uma ovação contínua. Ainda ninguém foi mais triunfantemente recebido desde 1814. As disposições para a recepção estavam tomadas com antecedência. Talvez que a demora inutilizasse alguma coisa do que fora preparado.

Soube-se ontem que os seis vapores, Infante D. Luís, Mindelo, Conde do Tojal, Porto, Falcão e Quinta do Vesúvio, tinham saído do Douro à uma hora da tarde.

⁴⁸ *O Estandarte*, 13 de Maio de 1851, n.º 988.

⁴⁹ *Idem*.

Ninguém esperava que vindo em comboio, entrassem no Tejo sem passarem vinte e quatro horas. A viagem porém, foi tão feliz, que às dez da manhã algumas girândolas que subiram ao ar, na Torre de S. Julião e Paço d'Arcos, anunciaram a entrada da flotilha, o que bem depressa confirmou o sinal do telégrafo. Apesar da antecipação de mais de duas horas, o Tejo num momento se viu coalhado de vapores, de faluas, escaleres e embarcações de atracar, carregadas de gente, algumas com músicas e todas embandeiradas com esmero e no ar estalava fogo que saía de ambas as margens.

Não queremos especializar ninguém. As vontades eram idênticas. Todos à porfia se esmeraram em obsequiar o marechal e os seus companheiros de viagem e de glória. É porém certo que despertavam maior atenção os vapores da Companhia do Tejo e do Sado, fretados pelo centro cartista, por uma comissão presidida pelo Ex.mo Marquês de Valada e pelos estudantes das duas escolas, politécnica e do exército, que foram até Belém, e que foram os primeiros a saudar os viajantes e a despedir para bordo deputações que os felicitaram.

Enquanto os vapores subiam para os seus ancoradouros, toda a capital se movia para os lugares donde os vissem, reunindo-se desde a Praça do Comércio até ao Largo das Necessidades tamanho número de indivíduos, a pé, a cavalo e em carruagens e seges, que não é possível calculá-lo. As eminências estavam todas coroadas e as janelas guarnecidas de gente.

As torres e as embarcações de guerra portuguesas salvaram com dezanove tiros o vapor Infante D. Luís, que conduzia o nobre marechal. A bordo dele foram também os três ministros interinos, acompanhados do major-general da armada e do seu ajudante. No mesmo escaler saiu o marechal, que ainda antes do desembarque das tropas foi ao Paço. À proporção que os diferentes corpos iam embarcando, iam sendo vitoriados pela multidão imensa que se achava na praça, porém nada se pode comparar à expansão desenvolvida quando apareceu o marechal. Muito a propósito foi a atenção distraída pelas músicas, que tocavam no lado oriental, aliás muito dificilmente poderia subir para a secretaria da guerra, aonde se foi encontrar com a duquesa, sua virtuosa consorte.

Às três horas da tarde estava formada toda a divisão. (...) Levando à sua frente o marechal, desfilou toda a tropa para o Largo das Necessidades, seguindo pela Rua do Arsenal, Cais do Sodré, Largo de S. Paulo, Boavista até ao Paço. A marcha foi vagarosa, porque o concurso de povo obstruía as ruas e porque de muitas janelas choviam coroas e nuvens de flores. especialmente sobre o marechal e sobre os comandantes das brigadas.

Antes de desfilar a divisão, entoou o marechal os vivas a Sua Majestade a Rainha, à Carta reformada e aos habitantes de Lisboa, que foram freneticamente correspondidos. Os mesmos vivas repetiu no Largo das Necessidades, passando depois a tropa em continência a Suas Majestades e Altezas. (...) O regozijo público continuou por todo o dia e noite, iluminando-se espontaneamente a cidade, percorrendo as ruas bandas de música. Todos os teatros tiveram récita e todos estiveram cheios. O de S. Carlos tanto interior como exteriormente, estava decorado como poucas vezes. A rainha e el-rei assistiram no camarote particular. O duque apareceu no dos ministros e apenas se manifestou, a explosão dos vivas foi unânime⁵⁰».

A autoria da descrição foi do *Estandarte*, jornal cabralista dissidente, que auto-intitulando-se «imparcial», apoiou de início o golpe, mas rapidamente verificou que a perseguição aos cabralistas, através da sua substituição ou exoneração dos mais diversos cargos, levaria a um domínio progressista, apoiante da nova ordem, em todo o país. A derrota do partido cabralista nas eleições em Novembro desse ano, levaria mesmo ao encerramento deste periódico.

Uma comissão representando a vereação camarária foi ao encontro do marechal Saldanha apenas no dia seguinte, tendo num curto discurso e como «fiel intérprete da opinião dos habitantes», afirmado que: «o rasgo de rara devoção que desembainhou a gloriosa espada do duque de Saldanha, nunca será esquecido. A nação confia tudo das virtudes do homem que ousou cometer o êxito de uma grande empresa à benção de Deus e à fortuna da sua espada. Portugal olha com respeito o cidadão, que não tendo já que desejar em honras e glória, quis escrever um exemplo de sacrifício na história da sua pátria, expondo tudo por ela». E em toada profética concluía que «um dia os vindouros dirão connosco que o marechal Saldanha, afrontando exílios e desgraças, e oferecendo pela liberdade quanto ganhou pela liberdade, foi o igual de Washington, o primeiro dos cavalheiros o mais dedicado dos cidadãos⁵¹». Os tempos eram de esperança na mudança, no progresso, na regeneração.

Em resposta ao discurso da edilidade, o marechal agradecia ao povo de Lisboa a forma como o tinha recebido, lembrando os tempos em que combatera com o Imperador D. Pedro pela liberdade e resumia, concluindo: «Senhores, eu conto confiadamente com

⁵⁰ *O Estandarte*, 16 de Maio, n.º 991.

⁵¹ *Revolução de Setembro* – 16 de Maio de 1851. A Câmara Municipal de Lisboa fez-se representar pelo seu presidente, Nuno José Pereira Basto e vereadores: Visconde de Monção, Bento José Teixeira Pena, Luís António Martins, Jerónimo Elias dos Santos, Joaquim José Fernandes, Frederico Augusto Ferreira, João Ribeiro Franco, Manuel Joaquim da Rosa, António de Carvalho e P. M. Bessone Sobrinho

a cooperação do povo, não só de Lisboa, mas de todo o reino, para levar ao cabo obra da nossa regeneração, que se reúne nestas quatro palavras – justiça – liberdade – ordem – e moralidade.»

De 16 a 21 de Maio de 1851, Saldanha procurou organizar o primeiro governo. Mas, as lutas partidárias entre a esquerda e a direita, levaram novamente à intervenção de Saldanha, despedindo os ministros, descontente com a influência do «Partido Nacional». A 7 de Julho de 1851, tomava posse o novo ministério com Rodrigo Fonseca e Fontes Pereira de Melo. Estava concluído o pronunciamento e podia começar a Regeneração⁵².

Em termos do funcionamento dos procedimentos eleitorais na cidade de Lisboa, a proclamação do Duque de Saldanha era sinal de que algo iria mudar.

Em primeiro lugar, a legislação eleitoral no que dizia respeito ao recenseamento e eleições iria ser modificada. A própria divisão administrativa do concelho de Lisboa sofreria grandes alterações, designadamente com a criação dos novos concelhos de Belém e Olivais em 1853. Por último, as próprias personagens do elenco camarário mudariam de tal forma que, apenas quatro anos depois deste discurso, apenas um dos vereadores na cerimónia presente, desempenhava as funções de vereador⁵³.

Depois da vitória do pronunciamento do Duque de Saldanha, a 20 de Maio era publicada uma portaria endereçada a todos os governadores civis do reino e da ilhas adjacentes, onde era advogado: «a primeira necessidade é que as autoridades administrativas se apresentem aos povos, não como agentes de um sistema acintoso de domínio e corrupção, mas sim como garantes do cumprimento das leis, da conservação da tranquilidade pública e da manutenção das liberdades constitucionais, e como protectoras de todos os cidadãos e respeitadoras dos direitos individuais e de propriedade. o que só pode conseguir-se por acertada escolha do pessoal administrativo⁵⁴.» Através dos sete pontos desta portaria, eram os governadores civis incumbidos de proceder às mais «escrupulosas averiguações» a respeito dos administradores de concelho dos seus distritos, assim como dos seus empregados. Em caso de provada corrupção ou opressão dos povos, deveriam informar o governo o mais rápido possível, para a instauração de um processo «em desagravo da moral pública ofendida», devendo ser sempre, imediatamente, suspensos das suas funções. Esta

⁵² BONIFÁCIO, Maria de Fátima, «Segunda ascensão e queda de Costa Cabral (1847-1851)», in: *Análise Social*, n.º 142, vol.XXXII, 1997, pág. 556.

⁵³ Joaquim José Fernandes, eleito pelo Bairro de Alcântara.

⁵⁴ A Lei, 23 de Maio de 1851, n.º 499.

portaria, levaria à exoneração de centenas de funcionários estatais em todo o país, oportunamente substituídos por indivíduos leais à situação⁵⁵. Pedro Tavares de Almeida, refere uma mudança na elite política central resultante do golpe militar de 1851, mas esta alteração ao nível local tem passado despercebida⁵⁶. Como aparentemente previram os mentores do movimento da Regeneração, o surgir de uma elite rejuvenescida foi um factor decisivo no enraizamento de novas atitudes políticas que, em contraste com a anterior intransigência doutrinária e solução violenta de conflitos, se baseavam na flexibilidade de princípios e negociação.

Em resposta à portaria de 20 de Maio, o novo Governador Civil de Lisboa, Conde de Sobral⁵⁷, endereçava confidencialmente ao novo Governo, em Junho de 1851, uma missiva arrasadora para as instituições de carácter popular:

«As Câmaras Municipais são corpos da maior importância no actual sistema administrativo, pois que os interesses dos concelhos lhes estão principalmente confiados: a sua origem electiva faz deles os representantes das ideias dos municípios e da sua boa harmonia com os Administradores de Concelhos nasce a ligação dos interesses gerais e locais, sem a qual teríamos a cada instante lastimosos conflitos e perpétua desconfiança entre os representantes do corpo social e os agentes do poder. Conflitos e desconfiança, que dificultariam irremediavelmente o bom andamento da administração do país.

Mas para que das Câmaras se possa esperar o cumprimento desta elevada missão, para que elas sirvam aos povos como devem, merecendo deles inteira confiança, para que o governo não encontre nelas uma hostilidade acintosa a todas as suas vistas, a todos os seus pensamentos e medidas, é preciso que elas sejam de origem pura – que representem a maioria das opiniões – e que o espírito faccioso as não tenha alucinado.

Em regra quase geral, todas as câmaras municipais que actualmente funcionam são a plena negação destes indispensáveis requisitos. Todas elas nasceram de

⁵⁵ Entre 1 Junho e 1 de Setembro de 1851 foram exonerados 421 funcionários da administração local. Fonte: Ministério do Reino. ANTT.

⁵⁶ ALMEIDA, Pedro Tavares de, *A Construção do Estado Liberal. Elite política e burocracia na Regeneração (1851-1890)*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia Política, policopiada. UNL-FCSH, 1995 - Ao apresentar elementos estatísticos sobre o pessoal político da Regeneração (excluindo-se os detentores de cargos vitalícios), permite verificar numa análise global, que cerca de 60% dos ministros só desempenharam pela primeira vez essa função durante a Regeneração e quase 78% dos deputados e 76% dos governadores civis, fizeram a sua estreia política depois dessa data, até à crise de 1868

⁵⁷ Luís de Mello Breyner, Conde do Sobral, foi nomeado Governador Civil de Lisboa a 17 de Maio de 1851 pelo duque de Saldanha.

recenseamentos escandalosamente falsificados; a eleição foi dirigida e adulterada pela influência poderosa das promessas e ameaças de um governo corruptor; e é por isso que a indolência ou desprezo dos interesses dos municípios tem sido a vida destes corpos, quando a influência deles não tem sido aproveitada para prevalecerem interesses individuais.

As Câmaras não merecem pois a confiança dos povos, que não vêem nelas os seus representantes, nem os advogados dos seus interesses legítimos. Por outro lado, estas câmaras em geral nascidas e principalmente destinadas às intrigas e trapaças eleitorais, e mais fíns de um governo depravado, não podem deixar de ser hostis à actual administração, de lhe suscitarem embaraços e estorvos e de comprometer, quando puderem, a realização de suas vistas e pensamentos: por mim francamente declaro que não tenho nelas confiança e que as considero um invencível obstáculo à boa administração deste distrito.

A revisão dos recenseamentos está próxima: este acto importante no qual há-de já ser julgada a probidade e moral política desta administração, deve ser confiado a mãos puras e insuspeitas para os povos e para o Governo, e as Câmaras actuais recordam e representam o detestável sistema decaído.

Por todas estas razões não posso deixar de propor a V. Ex.as a pronta dissolução das Câmaras Municipais deste Distrito, a fim de as fazer imediatamente substituir por Comissões Municipais nomeadas por mim nos termos do art.º 108 do Código Administrativo, regulando-me na sua designação pela boa reputação política e moral dos escolhidos.⁵⁸»

A clara falta de confiança pessoal e política do Governador Civil nas câmaras e as graves acusações que expõe de corrupção e fraude não têm paralelo no período.

Em primeiro lugar, o Conde do Sobral faz uma referência à necessidade de os corpos municipais deverem estar em sintonia com o Governo e seus representantes administrativos locais, pois só assim os povos estariam verdadeiramente representados. Contudo, afirma que na maioria das câmaras municipais tal não acontece, levando a que a desconfiança e a hostilidade sejam denominador comum nestas câmaras que considera não serem puras, no sentido de serem falsas na sua formação através da fraude eleitoral.

⁵⁸ IAN/TT, Ministério do Reino 3ª Dir. , 2ª Rep. A.S.E. Livro 9 (1851) Processo 483, Mç. 3375.

Às acusações de fraude e corrupção, acrescenta a indolência e o desprezo, o favorecimento pessoal, acusando as edilidades de verdadeiras máquinas de ilegalidades eleitorais.

Depois de aconselhar a entrega dos recenseamentos a indivíduos que não estivessem corrompidos pelo sistema, propõe, com base no Código Administrativo, a dissolução de todas as câmaras sob a sua responsabilidade.

Com cautela, a 16 de Junho reafirmava o citado, acrescentando que as circunstâncias que tinha exposto, que viciavam pelo fundamento e invalidavam a existência dos corpos municipais, não eram todavia argumento contra a probidade individual de muitos dos seus membros, os quais por isso podiam e deviam fazer parte das comissões que sugeria que fossem organizadas.

A 28 de Junho o Governador Civil de Lisboa recebia a resposta do Ministério do Reino, sendo observado que, estando as câmaras municipais no final dos seus mandatos, não adiantaria nomear provisoriamente novas edilidades para actuarem apenas durante um mês. Prosseguia, fazendo ver que as comissões chamadas à gerência provisória dos negócios dos municípios e compostas por vereadores dos biénios antecedentes – tendo somente um mês de incumbência – não poderiam emendar o erro e vício que se supunha existir nos respectivos recenseamentos dos eleitores e elegíveis, ao passo que se fossem dissolvidas as Câmaras, teria ainda de proceder a novas eleições pelo recenseamento antigo, antes de revisto e competentemente emendado. Por fim, concluía-se que não era aconselhada a dissolução, bastando de momento, a recomendação de escrupulo na elaboração dos recenseamento inscrita na circular de 31 de Maio do mesmo ano.

Entre as competências das câmaras municipais, importa destacar, estar a cargo destas o recenseamento eleitoral para as eleições locais e nacionais.

No interior do país, os caciques locais estavam obviamente interessados na defesa da nova situação, pelo que as acusações de violência, extorsão e chantagem, continuaram a ser uma realidade prontamente revelada nos periódicos afectos ao Conde de Tomar. De facto, *A Lei* será a porta voz da denúncia destas situações, expondo diversos casos de irregularidades eleitorais praticadas em defesa na Regeneração, nas vésperas da eleição. Por exemplo, aquele jornal acusava o padre Casimiro de divagar pelo distrito de Braga com uma guerrilha por conta do governo, ameaçando os votantes com cacetes, punhais e foices, à semelhança do que acontecia no Alentejo, com o

cidadão Galamba⁵⁹. Com a derrota do partido cartista nas eleições para deputados em Novembro de 1851, as primeiras eleições nacionais depois do pronunciamento do Duque de Saldanha, *A Lei* apresentará ao longo de dois meses, situações de ilegalidade eleitoral, das quais é impossível aqui fazer a descrição, devido ao facto de abrangerem todo o país, de Norte a Sul, do litoral ao interior, não deixando de lado as principais cidades do reino. Em Lisboa, as acusações iam desde o impedimento da entrada de certos cidadãos nas assembleias de voto, pela guarda municipal, ao desaparecimento de listas e até irregularidades na elaboração do recenseamento.

Com a mudança das forças políticas no poder, invertem-se os destinatários das críticas. No entanto, as acusações lançadas à elaboração do recenseamento, são elas próprias um reflexo do novo ambiente político a que então se assistia, fruto duma relativa liberdade de expressão.

As primeiras reclamações ao processo eleitoral surgem, de facto, com o primeiro recenseamento saído da Regeneração e a constituição das comissões de recenseamento. Como a revisão do recenseamento eleitoral, que passa a ser da competência das câmaras municipais, as queixas de abuso de poder por parte dos recenseadores acabam por surgir, como mais adiante neste trabalho serão analisadas em pormenor.

Em diversos concelhos do país realizaram-se em Novembro de 1851 as primeiras eleições municipais da Regeneração, verdadeira prova à aceitação do novo regime, especialmente nos concelhos do interior, pois a maioria dos acontecimentos de Maio e Junho desse ano tinham-se verificado nos distritos do Porto e de Lisboa.

O Governo sediado na capital tinha obviamente interesse em tomar conhecimento do perfil partidário das novas vereações do país. Entre Dezembro e Janeiro, depois de efectuadas as eleições municipais, são recebidos relatórios dos Governadores Civis de Braga, Aveiro, Faro, Viana, Angra, Funchal, Horta, Beja e Vila Real.

O Governador Civil de Aveiro relatava que os eleitos para os cargos municipais no concelho, tinham recaído em «amantes da ordem⁶⁰». Continuava a missiva informando igual resultado nos concelhos de Estarreja, Vagos e Ílhavo, sendo que, neste último, as eleições tinham sido muito disputadas, chegando mesmo «a haver alteração no acto dela, que todavia não obstasse a que a mesma eleição se concluísse, sem outro algum acontecimento mais desagradável, mais do que algumas leves arranhadelas, em

⁵⁹ *A Lei*, 27 de Outubro de 1851, n.º 627.

⁶⁰ IAN/TT, Ministério do Reino, 3ª Dir. 2ª Rep., A.S.E. Proc. 1114, Lv. 9, Mç. 3379 (1851).

dois indivíduos que chegaram a vias de facto»⁶¹. Contudo, este acontecimento considerado sem importância, foi origem de boatos de desordem na cidade de Aveiro (reconhecidos pelo próprio Governador Civil), que por pouco não tiveram repercussões em todo o concelho.

O Governador Civil de Faro informava que as Câmaras de Lagos, Vila Nova de Portimão, Alcoitim, Tavira, Vila Real de Santo António, Olhão, Albufeira e Silves recaíam em «pessoas que professam sinceramente os princípios cartistas», enquanto em Castro Marim e Loulé a eleição saía Setembrista.

Por sua vez, o Governador Civil do Funchal ia mais longe na sua missiva, relatando que «a limitadíssima fracção de Madeirenses que se atavia com a mal cabida denominação de “progressista” está furiosa e desatinada. (...) Para a eleição da Câmara do Funchal empenhou o partido “desordeiro” todas as suas forças e recorreu a todos quantos manejos e ardis se podem imaginar. Teve noventa votos em todo o concelho! O partido da ordem, ou antes a maioria dos Funchalenses teve seiscentos e trinta votos! (...) Se as vozerias daqueles energúmenos chegarem aos ouvidos de V. Ex.^a, sirva-me de amparo a explicações que deixo apontadas ⁶²».

Os Governadores Civis de Vila Real, Horta, Angra do Heroísmo, Viana do Castelo e Braga enviam a notícia de que também aí as eleições para o cargo de vereadores tinham recaído em indivíduos « quase todos afectos à causa da ordem e ao actual Governo ⁶³».

Com a demora na elaboração do recenseamento eleitoral as eleições para a Câmara Municipal de Lisboa foram adiadas do mês de Novembro (data habitual para a sua realização) para o dia 8 de Fevereiro de 1852.

A 26 de Janeiro de 1852, realizava-se a primeira reunião eleitoral para as eleições municipais. Ao contrário do que até então era feito e num apelo efectuado durante as reuniões preparatórias, para que os futuros vereadores fossem de áreas políticas abrangentes e com qualidades reconhecidas, «homens de ciência, gosto, e tacto administrativo, que assentem em outras bases a administração municipal⁶⁴», o partido Progressista apresentava uma lista própria e apelava aos eleitores para que nos novos tempos que se viviam, se verificasse uma mudança igualmente radical na vereação municipal. Defendia a escolha de cidadãos competentes e modernos, próprios de uma

⁶¹ Op. Cit.

⁶² Idem.

⁶³ IAN/TT, Ministério do Reino, 3ª Dir. 2ª Rep., A.S.E. Proc. 1114, Lv. 9, Mç. 3379 (1851).

⁶⁴ *Revolução de Setembro*, 26 de Janeiro de 1852.

capital europeia. Para tal, a *Revolução de Setembro* avançava que esses novos vereadores deveriam ser na sua maioria negociantes, para que assim administrassem melhor a sua cidade.

Como era habitual a lista de candidatos a vereadores para a Câmara Municipal de Lisboa foi publicada nos jornais, previamente escolhidos nas reuniões preparatórias nos diferentes bairros de Lisboa. Para o bairro de Alfama apresentavam-se António Esteves de Carvalho; Aniceto Ventura Rodrigues; Francisco António Marques Giraldes Borba; para a Mouraria, Aires de Sá Nogueira; Manuel Marcelino Lourenço; Manuel Salustiano Damasceno Monteiro; para o Rossio, Manuel Maria Ferreira da Silva Beirão; Alberto António Morais de Carvalho; Raimundo José Pinto ⁶⁵; pelo bairro Alto, o Visconde de Fonte Arcada; António Cabral Sá Nogueira; Geraldo José Braamcamp; por Santa Catarina, Cristóvão Carneiro d'Andrade; José dos Reis e Sousa; Júlio Máximo de Oliveira Pimentel; e por último, para o bairro de Belém, o Conde de Rio Maior; Domingos Ferreira Pinto Bastos; João Francisco de Araújo.

Dos candidatos seriam eleitos para a nova vereação Alberto António de Morais de Carvalho, Raimundo José Pinto, Aires de Sá Nogueira, Cristóvão Carneiro de Andrade, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, José dos Reis Sousa, Domingos Ferreira Pinto Basto, Visconde de Fonte Arcada, João Francisco Araújo, Conde de Rio Maior, Manuel Salustiano Damasceno Monteiro, Francisco António Marques Giraldes Barba, António Esteves de Carvalho, Geraldo José Braamcamp, Aniceto Ventura Rodrigues e João de Matos Pinto. A vitória progressista tinha sido esmagadora. Tinham ganho a maioria em todos os bairros, tendo apenas não sido eleitos dois candidatos, Manuel Maria Ferreira da Silva Beirão, pelo Bairro do Rossio, e António Cabral Sá Nogueira pelo Bairro Alto.

A preocupação com estas primeiras eleições municipais, tanto em Lisboa, como no resto do país, revelam a importância que o novo Governo e, principalmente, o partido Progressista atribuíram aos resultados que saíam da urna. A «legitimação» do pronunciamento e do novo governo nacional estavam em causa. Os métodos que foram utilizados para chegar à vitória foram, como sempre, os mais variados. A formação das comissões de recenseamento, que fabricavam as listas de eleitores, que podiam ou não votar; as pressões exercidas na cidade pelos regedores de paróquia e cabos de polícia e

⁶⁵ Nas reuniões preparatórias saíram eleitos para camaristas pelo bairro do Rossio: Manuel Maria Beirão, com 112 votos - Alberto António Morais de Carvalho, com 105 votos - e Raimundo José Pinto, com 105 votos.»

no país rural pelos caciques locais eram uma realidade que vinha de antes de 1851, e não foi nesta data nem nos anos seguintes que desapareceram. Contudo, e como já aqui foi referido, o processo de resolver as disputas político-partidárias passa a ser feito de uma forma institucional, com apresentação de queixas ou reclamações aos Governadores Civis ou representações aos Governo, em vez da violência ou da reacção bruta. Os resultados eleitorais são aceites tal como a urna os apresenta, apesar de serem por vezes contestados, desta vez com palavras e não com armas, como era constatado em 1861: «Felizmente, hoje, nenhuma violência acompanha os actos eleitorais. A tranquilidade com que se opera uma eleição em Lisboa é um documento honroso para o nosso povo e uma prova inconfessa de que os governos se vêem obrigados a respeitar a opinião pública, mais do que em épocas anteriores. »⁶⁶

⁶⁶ *A Época*, 18 de Outubro de 1861, n.º 528.

3.2 A defesa do municipalismo.

Ao longo da Regeneração foram efectuadas várias tentativas de alterar o *status quo* do governo municipal, quer em termos políticos, quer financeiros e administrativos. A capital do reino seria muitas vezes uma das principais visadas, tendo, por diversas vezes, reagido prontamente e dado, inclusive, voz a outros municípios. A defesa de direitos adquiridos e consagrados por outros monarcas foi sempre a pedra de toque da Câmara Municipal de Lisboa.

Quando nas câmaras legislativas se apresentou pela primeira vez, depois do pronunciamento de Saldanha, em 1856, um projecto para a reforma dos municípios, a edilidade lisboeta apresentou uma proposta no sentido de nela colaborar. Foi, então, nomeada uma comissão constituída pelos vereadores Aires de Sá, João de Matos Pinto e Dr. Levy Jordão⁶⁷, com o objectivo de dar «às câmaras toda a acção e força de que elas carecem para bem se poderem desenvolver, no que respeita ao bem estar dos povos». Alguns meses depois, por ocasião do aniversário da outorga da Carta Constitucional, na base do discurso do presidente da câmara municipal de Lisboa dirigido ao rei encontrava-se a defesa do municipalismo e da forma como aquele documento havia reconhecido a importância do elemento municipal, como «incarnação do povo e como uma das bases da nova organização social»⁶⁸.

A discussão de projectos de lei na Câmara de Deputados que apontassem para reformas municipais, que eventualmente prejudicassem o poder concelhio, originava uma reacção imediata da câmara de Lisboa⁶⁹.

Uma das armas utilizadas pela edilidade da capital para fazer soar o seu descontentamento era a representação. Dirigidas tanto ao Rei, como às câmaras legislativas, nas representações reclamavam-se melhoramentos ou a correcção de alegadas injustiças praticadas contra a câmara de Lisboa. Na maioria das vezes eram publicadas nos periódicos da capital e sempre nas «Sinopses dos Actos Administrativos da Câmara Municipal de Lisboa». De 1851 a 1867 foram enviadas 51 representações.

⁶⁷ Este vereador iria ter um papel bastante interveniente na luta da Câmara de Lisboa pela reforma do código administrativo e defesa (e reforço) das competências municipais.

⁶⁸ Sessão de 1 de Abril de 1856, in: *Anais do Município de Lisboa*, 1856, n.º 4.

⁶⁹ Foi precisamente na luta contra a redução de competências que a câmara da capital foi dissolvida em 1858.

Representações enviadas pela Câmara Municipal de Lisboa aos governos.

Anos	Representações
1851	3
1852	1
1853	4
1854	2
1855	a)
1856	1
1857	4
1858	12
1859	6
1860	1
1861	1
1862	2
1863	1
1864	7
1865	3
1866	1
1867	2

a) sem dados.

Fonte: Sinopses dos Actos Administrativos da Câmara Municipal de Lisboa.

Arquivo Municipal de Lisboa – Actas das Sessões da Câmara.

Em média, por ano, eram enviadas três a quatro representações, mas o ano de 1858 (quadro 1) registou um número muito superior. As doze representações deste ano prendiam-se, principalmente, com pedidos de auxílio financeiro e defesa das liberdades municipais. Este processo, inseriu-se num contexto crítico para a capital. De facto, enquanto Lisboa assistia a um novo surto de febre amarela e se deparava com graves problemas financeiros acumulados de anos anteriores⁷⁰, na Câmara dos Deputados era apresentada um projecto de lei de reforma da câmara municipal. O somatório destas questões levaria a um braço de ferro entre o governo e a edilidade, de que resultou a dissolução da última.

A crise política de 1858 iniciou-se com uma primeira representação, datada de 14 de Janeiro, dirigida a D. Pedro V, onde era solicitado um auxílio extraordinário de três contos de réis por semana, durante o espaço de três meses, para a «demanda de um extraordinário aumento de operários para poder num curtíssimo espaço de tempo, limpar a canalização pública de Lisboa (...) porquanto os operários que têm e aos que é penoso pagar, não podem fazer a dita da obra senão no espaço de anos, quando é

⁷⁰ A dívida acumulada da Câmara Municipal de Lisboa à Companhia Lisbonense de Iluminação a Gás, ascendia em Outubro de 1857 a 57:797\$716 rs. in: *Anais do Município de Lisboa*, n.º 121, 26 de Abril de 1862, pág. 963.

evidente que ela se deve concluir no espaço de três meses no máximo»⁷¹. A 21 de Janeiro de 1858, numa representação, dirigida desta vez à Câmara dos Deputados, a Câmara Municipal de Lisboa pedia a entrega da totalidade das quantias cobradas na Alfândega de Lisboa, privilégio antigo e entretanto perdido pela edilidade, numa nova tentativa de conseguir fundos, justificando que «a causa mais forte que tem impedido a câmara de poder até hoje cabalmente satisfazer as necessidades deste município, é a falta de uma das principais fontes de rendimento, os impostos municipais, que se cobram na sua alfândega, e de que diversos governos que se têm sucedido na nossa terra constantemente lançaram mão, dando apenas como por favor uma prestação, que nem sempre é paga com regularidade. Privada de uma receita tão importante, despojada daquilo que o povo paga para as necessidades da administração municipal de Lisboa e que contra todos os princípios de justiça é aplicado para satisfação das despesas gerais do Estado, a câmara vê-se na impossibilidade de poder realizar na cidade os melhoramentos e obras importantes exigidas pela boa administração, pela higiene e pelo estado actual da civilização, e de que depende seguramente a sorte da capital»⁷²

Além de problemas financeiros a resolver e uma eleição municipal a preparar, na sessão da Câmara dos Deputados de 25 de Janeiro de 1858 iniciava-se a discussão de um projecto de lei apresentado pelo ministério de Ávila, sobre a reforma da organização e administração da Câmara Municipal de Lisboa. O projecto ministerial enunciava no seu primeiro artigo que «é o governo autorizado a proceder à reforma da organização e administração da Câmara Municipal de Lisboa e a prover a todas as obras municipais dentro da cidade, que forem relativas à abertura e alinhamento de ruas, à construção e projecto de edificios e à limpeza geral das ruas, praças, cais, boqueirões, canos e despejos públicos, a bem da salubridade da população»⁷³.

Em primeiro lugar, este artigo colocava em causa competências exclusivas da câmara municipal, assim como a forma como a edilidade tinha reagido à febre amarela, por não ter sido capaz de proceder nas melhores condições à limpeza das ruas «a bem da salubridade da população»; em segundo lugar, a execução de qualquer obra pública ou municipal implicava normalmente a contracção de um empréstimo. Ora, com o governo a ter dificuldades na obtenção de créditos, devido a suspeitas de desvios de fundos, parecia pretender obtê-los através da câmara municipal.

⁷¹ *Anais do Município de Lisboa*, Dezembro/ Janeiro de 1858, n.º 1, pág. 6.

⁷² *Anais do Município de Lisboa*, Dezembro/ Janeiro de 1858, n.º 1, pág. 7.

⁷³ *Anais do Município de Lisboa*, Janeiro de 1858, n.º 3, pág. 27.

António Rodrigues de Sampaio, colocava o dedo na ferida: «O negócio era fácil. O governo deve à câmara, podia pagar-lhe o que deve, esta podia, de combinação com a intendência das obras públicas, fazer o plano das obras e executá-las, respeitando assim os foros do município e satisfazendo-se às exigências do serviço bem regulado. Mas não foi assim. Apenas se falou em empréstimo o governo lançou-lhe o olho e procurou sequestrá-lo. O melhor meio que lhe lembrou foi usurpar as atribuições da câmara, e fazer-se herdeiro dela. Contrate pois o empréstimo e faça-lhe o mesmo que ao das estradas, e a capital fica sem obras, sem dinheiro e sem os foros municipais⁷⁴». A *Revolução de Setembro* ia mais longe ao citar *O Português* e o *Jornal do Comércio* que comentavam rumores ao nível do governo, de que a reforma municipal assentava numa câmara com seis vereadores e um presidente, todos de nomeação do governo; cada um deles com um vencimento anual de 600\$000 reis, menos o presidente, cujo vencimento seria de 1:000\$000 reis anuais. A Câmara Municipal de Lisboa, respondia a esta hipótese em sessão camarária com o art.º 134º da Carta Constitucional : «As câmaras serão electivas»⁷⁵.

O segundo artigo da proposta governamental estabelecia que «o governo tomará exclusivamente a seu cargo a demarcação e regularização das margens do Tejo, procedendo às obras necessárias para melhorar a salubridade e o regime das águas do mesmo rio, e conseguir os demais fins de utilidade pública». Em resposta, vereador Dr. Manuel Maria Ferreira da Silva Beirão apresentava uma proposta em que defendia a apresentação urgente de representações junto das câmaras legislativas, contra a projectada lei governamental que autorizava o governo a prover todas as obras municipais dentro da cidade e a tomar a seu cargo a demarcação das margens do Tejo. O vereador Silva Beirão, argumentava (no que foi secundado pelos seus colegas) que «quando agora todos esperavam que se restituíssem a esta câmara os seus rendimentos, aparece tal projecto, que põe na mão do governo ainda os poucos rendimentos que restavam à câmara, governo aliás que não dá garantia alguma da aplicação de tais rendimentos para os fins a que são destinados, como a experiência tem demonstrado e se vê do que se fez do fundo de amortização e das somas votadas para obras públicas, que este mesmo ministério applicava para despesas gerais e de que está pedido um *bill* de indemnidade.⁷⁶»

⁷⁴ *Revolução de Setembro*, 4 de Fevereiro de 1858.

⁷⁵ *Anais do Município de Lisboa*, Janeiro de 1858, n.º 3, pág. 27.

⁷⁶ *Anais do Município de Lisboa*, n.º 3, 1858, pág. 29.

A Câmara Municipal de Lisboa numa nova representação de 3 de Fevereiro de 1858, à Câmara dos Deputados, indignava-se: «Quem diria que doações respeitadas e confirmadas por governos absolutos, haviam de ser assim arrancadas à câmara por um governo constitucional? Com que direito, ou porque principio quer o governo tomar exclusivamente a seu cargo a demarcação e regularização da propriedade do município? (...) Se se tiram pois à câmara as suas atribuições económicas e municipais; se lhe tiram os seus bens, oh! Então tirem-lhe também o nome, porque deixar-lho sem nada, será isso uma constante e pungente ironia, servindo só para abater a já abatida autoridade da Câmara de Lisboa»⁷⁷. A edilidade continuava, respondendo que o projecto lei é o «que mais avulta entre todos pela singularidade das suas disposições; singularidade que ofende interesses, fere direitos e que vai transtornar a ordem social no primeiro dos seus elementos, o Município, centralizando o poder, quando é certo que a centralização forçosamente vem a dar no despotismo ou no comunismo»⁷⁸, palavras duras, o que revela a gravidade com que foi encarado o projecto de lei.

Contudo, e com algum sangue frio, a câmara municipal afirmava que, de facto, a sua administração necessitava de reformas, mas apontava um caminho diferente. Eram indicados cinco tópicos para essa reforma: o primeiro deles, sugeria o fim da eleição municipal por bairros, pois esta divisão não correspondia aos fins para que tinha sido introduzida; de seguida, o aumento do tempo de duração das vereações, justificando que o espaço de dois anos era muito limitado porque, quando os vereadores começavam a estar à vontade nos diversos pelouros, saíam, «estando a câmara sempre em tirocínio ou aprendizagem»⁷⁹; a exigência aos diferentes vereadores de conhecimentos específicos nas variadas matérias a cargo da câmara, isto é, o estabelecimento de certas e determinadas habilitações para o cargo de vereador; o alargar o mais possível a circumscripção esfera da acção municipal, «que é tão limitada, tão sujeita, tão servil, que não pode, sem autorização especial, intentar uma acção, adquirir ou alienar o mais insignificante espaço de terreno, aumentar o ordenado de um seu empregado, hipotecar uma propriedade, fazer uma postura, etc.»⁸⁰; por fim, a necessidade indispensável de se lhe entregarem todos os seus rendimentos, que foram usurpados, pois sem eles nada a edilidade poderia fazer pelos seus munícipes.

⁷⁷ *Anais do Município de Lisboa*, n.º 3, Janeiro de 1858, pág. 28.

⁷⁸ Op. Cit.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Ibidem.

Já em artigo publicado a 8 de Janeiro de 1858, na *Revolução de Setembro*, era feito um apelo à urgência de reformas, necessárias para sair «deste falso e impossível estado de indigência em que vegeta o orçamento municipal, para isso convinha que a câmara tivesse em si homens de reconhecida capacidade, mas sobretudo que tenham decisão bastante para arcar com a indolência e má-vontade do governo, instando ante os corpos legislativos pelos meios pecuniários que o governo há-de ter interesse em recusar ao município de Lisboa, como o tem mostrado tristemente a lição eloquentíssima dos factos».

Entretanto, o processo eleitoral e a preparação das eleições para o biénio seguinte não cessaram. As eleições municipais realizaram-se a 7 de Fevereiro de 1858, tendo toda esta polémica feito parte da campanha eleitoral para umas eleições que reelegeram os candidatos que tinham saído vencedores no primeiro acto eleitoral⁸¹.

A 15 de Março de 1858, na primeira sessão da vereação eleita para o biénio de 1858 a 1859, por proposta do presidente da câmara, Júlio Máximo d'Oliveira Pimentel, era nomeada uma comissão para apresentar as bases da reforma e organização municipal, em contra-proposta à apresentada pelo governo. Entretanto, o próprio governo histórico, estava sob fogo cerrado da oposição, acusado de hipocrisia, inépcia e falso progressismo. Rodrigues Sampaio, na *Revolução de Setembro*, mostrava-se desiludido e revoltado, ao considerar que o «pseudonovo governo de Loulé (no poder desde Janeiro desse ano) era uma desconsideração para com Aguiar e os regeneradores e, constitucionalmente, uma burla, um sofisma, uma aventura⁸²».

A 24 de Março, a Câmara Municipal de Lisboa, enviava nova representação à Câmara de Deputados. Num tom mais contido, eram feitos novos pedidos para que fosse cumprida a legislação respeitante à expropriação e demolição de edificios arruinados que ameaçassem a segurança e que fossem entregues à edilidade os rendimentos dos impostos de consumo pagos pelos cidadãos de Lisboa e o produto dos impostos que se cobravam na Alfândega Municipal. Novamente, o município lembrava que «o maior obstáculo que se opõe às medidas indispensáveis para fazer de Lisboa uma cidade que reúna todas as condições materiais de uma capital bem policiada e digna de representar um país civilizado, encontra-o a câmara na falta de recursos financeiros,

⁸¹ Estas foram as segundas eleições para o biénio, porque as primeiras foram anuladas pelo Conselho de Distrito devido à falta de comparência de eleitores à urna, provocada pela fuga dos lisboetas à febre amarela que grassava na capital.

⁸² SARDICA, José Miguel, *A Regeneração sob o signo do consenso*, ICS, pág. 239.

porque são insuficientes e escassos os que ela tem hoje à sua disposição»⁸³. Os reflexos desta representação junto do governo foram nulos: o ministério de Loulé e o governo histórico estavam no auge da crise que levou à dissolução da Câmara dos Deputados, a 26 de Março de 1858.

De qualquer modo, em conformidade com a proposta de 24 de Março, a edilidade resolvia representar às câmaras legislativas contra o projecto de lei para a reforma municipal, nomeando-se para essa tarefa os vereadores Silva Beirão e Levy Jordão.

Em Junho de 1858, era aprovada uma proposta deste último, em que, em primeiro lugar, ao verificar que, a pouco a pouco, «o elemento municipal, base de todo o sistema liberal»⁸⁴ estava a desaparecer, propunha que se nomeasse uma comissão de dois membros que deveria apresentar as bases de reforma da legislação municipal; em segundo lugar, que, depois de aprovadas essas bases, fossem enviadas por cópia a todas as câmaras do Continente, para que, se estivessem de acordo, a Câmara Municipal de Lisboa as apresentasse em nome de todas, junto do Governo⁸⁵; por último, que se fizesse uma enérgica representação ao corpo legislativo, pedindo a sanção legislativa destas bases.

No dia 1 de Julho de 1858, a câmara municipal entregava à Câmara dos Deputados (novamente com Loulé à frente do governo, depois das eleições de 2 de Maio) um pedido de autorização para levantar um empréstimo até à quantia de 800:000\$000 reis sobre inscrições municipais, requerendo, ao mesmo tempo, que fossem aumentados 200:000\$000 reis à consignação que recebia dos impostos municipais. A 25 de Julho era enviada nova representação à Câmara dos Deputados, indignando-se pela falta de resposta às representações endereçadas desde o princípio do ano; a edilidade lamentava que «nesta época de liberdade os municípios estejam privados da liberdade de acção de que gozavam noutras épocas e lamenta ainda que por este motivo não possa prontamente remediar os males do Concelho que representa»⁸⁶.

Por Carta de Lei de 14 de Agosto de 1858⁸⁷, o poder legislativo concedia autorização ao governo para ser provido com os meios necessários para satisfazer as

⁸³ *Anais do Município de Lisboa*, Março de 1858, n.º 7, pág. 67.

⁸⁴ Fonte citada, Junho de 1858, n.º 12, pág. 107.

⁸⁵ Este ponto, seria a base para a reunião das câmaras municipais do distrito realizada nos Paços do Concelho em Lisboa, que adiante se analisará.

⁸⁶ *Anais do Município de Lisboa*, Julho de 1858, n.º 13, pág. 117.

⁸⁷ *Diário do Governo*, n.º 193.

necessidades mais prementes do município⁸⁸. Lisboa necessitava urgentemente de obras, no entanto, elas seriam efectuadas em nome do governo e sob a sua responsabilidade, relegando a câmara municipal à situação de quase espectadora. António Rodrigues de Sampaio já tinha previsto o que se iria passar, como já foi dito. No entanto, a edilidade procurou responder rapidamente à autorização de financiamento de obras municipais, na esperança de conseguir gerir os fundos. Para isso, forneceu plantas, descrições e orçamentos de obras. Puro engano.

Em sessão de 21 de Outubro de 1858⁸⁹, a Câmara Municipal de Lisboa, sendo-lhe comunicado, por via do Governo Civil, o conteúdo da portaria do Ministério do Reino de 18 de Outubro, acerca da sua última representação, em que se instava pela entrega dos meios votados para os melhoramentos da capital, reconhecendo que a câmara e o governo não estavam de acordo em relação a este assunto, resolvia pedir a sua dissolução, dirigindo ao mesmo tempo uma exposição aos munícipes, revelando os motivos que tinham levado a essa decisão. Hei-la:

«A Câmara Municipal de Lisboa resolveu em sessão de 30 de Outubro, pedir a Sua Majestade houvesse por bem decretar a sua dissolução, e nesta conformidade dirigiu ao Governo, pelo Ministério do Reino, uma representação, expondo nela os motivos que a determinaram a tão extensa resolução.

Não havendo até hoje manifestado o Governo decisão alguma sobre a representação da câmara municipal, julga esta do seu dever levar ao conhecimento dos seus contribuintes, por meio da publicação da sua correspondência com o Governo, os esforços que tem feito a fim de conseguir para a cidade de Lisboa, os melhoramentos que toda a população reclama, e que foram indicados pelas corporações científicas, pelos homens competentes, dentro e fora do parlamento, pelos próprios ministros e por todos os jornais que se ocuparam amplamente desta importante matéria.

A actual vereação, eleita debaixo da dolorosa impressão que haviam produzido no ânimo de todos duas desastrosas epidemias, que em dois anos sucessivos fizeram tantas vítimas e cujo rigor se tem atribuído com razão à falta de condições higiénicas da capital, tomou sobre si o encargo de promover as grandes reformas municipais que têm por fim dotar a cidade de Lisboa com aqueles melhoramentos de que dependem a

⁸⁸ Autorização para levantar um empréstimo até à quantia de 1:800 contos de reis, dos quais 800 contos de reis com aplicação exclusiva na construção de um Lazareto, sobre o porto de Lisboa, à limpeza e reconstrução dos canos da cidade colocação de sifões nas sarjetas nos aterros da Boa-Vista, à demolição de bairros infectos, à desobstrução da ribeira de Alcântara e a mais obras indispensáveis para o melhoramento das condições de salubridade da cidade.

⁸⁹ *Anais do Município de Lisboa*, Outubro de 1858, n.º 21, pág. 181.

salubridade, o bem-estar, os cómodos e o gozo lícito das conquistas da moderna civilização.

Esperava ela que o Governo, que tão convencido se mostrou da necessidade de todas estas reformas, enquanto o perigo parecia eminente, lhe prestasse todo o auxílio e cedesse às suas reclamações tendentes a aumentar os seus rendimentos, ou antes a obter a restituição daqueles que ela julga pertencerem-lhe pela natureza das coisas, e a dar-lhe ao mesmo tempo a força e independência de acção, sem as quais o regime municipal não passa de uma ficção inútil.

Neste pressuposto a câmara municipal representou, instou, solicitou, observou junto do Governo, porque o fazia no interesse dos seus comitentes, mas de todos estes esforços não se pôde colher resultado algum positivo.

A Portaria de 18 de Outubro com que o Governo respondeu à última representação da câmara municipal veio pôr termo a uma luta estéril. A câmara ficou plenamente convencida da inutilidade dos seus esforços perante o Governo e da impossibilidade de empreender sem outros recursos, sem outra força mais do que aquela que actualmente possui, as obras importantes que a cidade reclama. Por isso, publicando agora todos os documentos que elucidam a questão da sua gerência nesta parte, dá ao município de Lisboa a demonstração mais solene da sua lealdade.

Deus afaste de sobre nós a repetição das calamidades de que fomos testemunhas, nos últimos dois anos, mas, se por desgraça deste povo, voltarem ainda dias tão funestos não se argua a câmara municipal de incúria e desleixo – vá a responsabilidade a quem toca.»⁹⁰

Para a câmara municipal, os orçamentos e planos exigidos a 18 de Outubro já haviam sido enviados ao governo no dia 8, tendo eles sido anteriormente analisados pelos Ministros do Reino, Fazenda e das Obras Públicas em conferência com o presidente da câmara. O governo, pelo contrário, considerava que estes não tinham sido entregues.

Por outro lado, esta querela estava envolvida numa disputa burocrática. O governo exigia o cumprimento por parte da câmara dos artigos 148º e 149º do Código Administrativo, ou seja, a entrega do orçamento das obras e melhoramentos ao Conselho de Distrito. No entanto, segundo a câmara, estes só podiam ser entregues depois de acordada a concessão de receitas à edilidade, pois se esta não soubesse qual

⁹⁰ *Anais do Município de Lisboa*, Outubro de 1858, n.º 21, pág. 182.

era a quantia a receber, nunca poderia elaborar um orçamento com bases correctas. No entanto, nem este argumento do governo era justo, porque, a 28 de Maio de 1858, já a câmara municipal tinha entregue um orçamento, elaborado pelos engenheiros Pedro José Pesarat e Joaquim Júlio Pereira de Carvalho, que apontava para um valor não inferior a 567:500\$000 reis⁹¹.

Apesar da Câmara Municipal de Lisboa ser do partido histórico, na sua quase totalidade, isso não impediu que apresentasse o seu pedido de dissolução na véspera de um acontecimento que marcou um dos pontos altos da luta contra o governo de Loulé: o comício anticlerical no Teatro D. Maria, presidido por Alexandre Herculano, onde se lançaram as bases da chamada Associação Popular Promotora da Educação do Sexo Feminino, em resposta às autorizações de permanência concedidas às Irmãs da Caridade francesas. Os vereadores da edilidade lisboeta, apesar de pertencerem à mesma côr política do governo, estavam também, como outros históricos, no outro lado da barricada anticongregacionista – como Herculano.

Este período da vida política da cidade de Lisboa foi caracterizado pela quase completa falta de comunicação e diálogo entre a edilidade e os poderes governativos. Prova disso é o próprio pedido de dissolução não ter tido resposta. De facto, a 9 de Dezembro de 1858 a Câmara Municipal de Lisboa enviava nova representação à Coroa pedindo a sua dissolução⁹². O orgulho ferido levava a estas palavras: «Quem diria que hoje e num regime liberal, o município de Lisboa seria menosprezado ao ponto de se lhe negar até o que os ministros de Vossa Majestade não recusariam a um simples particular – uma resposta?». A instabilidade política na câmara de Lisboa, não eram propriamente uma ajuda para o governo.

A 13 de Dezembro de 1858⁹³, a Câmara Municipal de Lisboa era finalmente dissolvida, sendo marcadas as eleições para 9 de Janeiro de 1859. Durante o período que mediaria até à tomada de posse da nova vereação, era estabelecida uma comissão encarregada de presidir interinamente aos destinos da edilidade. Por nomeação do Governador Civil de Lisboa, a 16 de Dezembro, eram nomeados, provisoriamente, para Presidente, o Conde de Rio Maior, para Vice-Presidente, o Barão da Vargem da Ordem, e como fiscal, o cidadão João de Matos Pinto.

⁹¹ *Anais do Município de Lisboa*, Novembro de 1858, n.º 23, pág. 196.

⁹² Fonte citada, pág. 200.

⁹³ *Diário do Governo* n.º 293 de 13 de Dezembro de 1858.

Aos apelos da imprensa para a reeleição da vereação dissolvida, a população lisboeta respondeu afirmativamente. Eram as liberdades municipais que estavam em risco. A câmara dissolvida era histórica na sua quase totalidade, como admitia Latino Coelho, na véspera da eleição municipal, mas defendia que a reeleição não era um acto político ou de oposição, mas sim a defesa dos direitos dos munícipes que tinham eleito a câmara dissolvida.

Uma semana após as eleições, a 16 de Janeiro de 1859, reuniram-se nos Paços do Concelho de Lisboa representantes de diversas câmaras do distrito que, a convite da câmara municipal dos Olivais, deviam discutir e propor as alterações de que o código administrativo necessitava, assim como elaborar uma representação conjunta sobre «a conveniência de alargar a esfera da acção municipal tão acanhada e circunscrita actualmente⁹⁴». A presidência da reunião esteve a cargo do presidente da câmara dos Olivais, D. José Maria da Piedade da Costa Bueno Cevalhos Villas Lobos, tendo sido secretariado pelo dr. Levy Maria Jordão e Cazimiro Salema Lima, secretário da câmara de Belém⁹⁵. A ideia inicial desta reunião partira de Casal Ribeiro, Levy Maria Jordão e Hilário José Fernandes (vereador da câmara dos Olivais), estando entre os seus princípios fundamentais a liberdade municipal, através da organização de uma associação promotora da reforma municipal. Para formular as bases dessa associação, elegeu-se uma comissão que ouvisse as câmaras municipais do país ou tratasse da organização de novas reuniões. Os membros eleitos para essa comissão foram, Levy Maria Jordão, Manuel Maria da Silva Beirão, D. José Maria da Piedade da Costa Bueno Cevalhos Villas Lobos, José Maria Casal Ribeiro e Manuel Maria da Silva Bruschy. Para os organizadores da reunião estava em jogo a defesa da liberdade municipal, segundo eles, o princípio de toda a organização social – o concelho.

Enquanto o Ministério do Reino mandava agradecer e louvar a comissão municipal que tinha substituído a câmara dissolvida em Dezembro, «pelo zelo e inteligência com que houve na gerência dos negócios a seu cargo»⁹⁶, a nova vereação (segundo a própria, a continuação da anterior⁹⁷), endereçava nova representação à Coroa, solicitando auxílio financeiro para as reformas e melhoramentos municipais. Apesar de reconhecer o envio que o governo, através do Ministério das Obras Públicas, efectuava de doze contos mensais, para serem aplicados exclusivamente nas obras de

⁹⁴ *Revolução de Setembro*, 16 de Janeiro de 1859.

⁹⁵ À data não exercia as funções de vereador da Câmara Municipal de Lisboa.

⁹⁶ Fonte: IAN/TT, Núcleo do Governo Civil de Lisboa, 2ª repartição- Entradas, Eleições Municipais.

⁹⁷ *Anais do Município de Lisboa*, Fevereiro de 1859, n.º 26, pág. 221.

canalização, considerava-os insuficientes. No entanto, «compraz-se a câmara com a ideia do governo de Vossa Majestade assim o reconhecer, porquanto na ocasião de apresentar a actual vereação para tomar posse, pelo digno Presidente da Comissão que se retirava foi declarado que verbalmente um dos ministros de Vossa Majestade lhe fizera constar, que o governo de Vossa Majestade se propunha a fornecer maiores recursos, para se estenderem desde já as obras de canalização a outros bairros»⁹⁸.

O empréstimo tão ansiado pela câmara de Lisboa seria concedido por Carta de Lei de 23 de Fevereiro de 1861 - já no governo regenerador Fontes - e seria essa quantia que permitiria o pagamento de parte da dívida à Companhia de Iluminação a Gás de Lisboa e a renegociação do contrato de fornecimento com essa empresa, assim como permitiu diversos melhoramentos, já referidos no capítulo «2.2 A evolução e transformação da cidade».

As disputas entre a edilidade e o governo cessaram com a atribuição do empréstimo e com o projecto de lei da reforma administrativa da câmara de Lisboa a ser recusado na Câmara dos Deputados.

⁹⁸ *Anais do Município de Lisboa*, Fevereiro de 1859, n.º 26, pág. 221.

4. As eleições locais no concelho de Lisboa entre 1851 e 1867.

A análise das eleições municipais em Lisboa durante o período compreendido entre o pronunciamento militar do Marechal Duque de Saldanha em 1851 e o início dos governos de «Fusão» em 1867, reveste-se do maior interesse por diversos factores: em primeiro lugar, pelo facto da sua análise, inserida no contexto quer local, quer nacional, ser inédita; pela importância de Lisboa, capital do reino, observada por todos os outros municípios do país; por último, por Lisboa ser o palco político por excelência – fruto da proximidade do poder governamental e real – onde a influência e poder do caciquismo que existia em muitos dos concelhos do país⁹⁹ se diluem, num jogo muito mais complexo de lutas eleitorais, exposta na imprensa «partidária» mais viva e militante do país.

Para se compreender de que forma se realizavam as eleições municipais no concelho de Lisboa, começaremos por abordar a evolução da legislação eleitoral no país e as particularidades de Lisboa nesse contexto – a par da cidade do Porto¹⁰⁰ –, quer ao nível da divisão administrativa por bairros, quer ao nível do número de vereadores¹⁰¹.

O processo que levava à eleição municipal era caracterizado por várias etapas, com os seus protagonistas próprios. Em primeiro lugar, a elaboração das listas de recenseamento eleitoral com a intervenção dos maiores contribuintes. Seria a participação destes, decisiva na fabricação de um universo eleitoral? Ou as dimensões do município de Lisboa tornavam infrutíferas as eventuais tentativas de manipulação das listas de recenseamento? São questões, para as quais, é apresentada uma proposta de resposta.

A etapa seguinte no processo eleitoral consistia na preparação da campanha eleitoral, que aqui será analisada a partir da principal fonte: a imprensa da época. Lisboa tinha neste período uma imprensa escrita mais activa, com jornais fortemente «partidarizados», como a *Revolução de Setembro* - ligada ao partido regenerador - e o

⁹⁹ ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*; Difel, Lisboa, 1991.

FERNANDES, Paulo Jorge, "Influências locais e manipulação do voto. As eleições municipais de 1847 e 1849 em Viana do Castelo", in *História*, n.s.º 4-5, Lisboa, 1998, pp. 16-25.

¹⁰⁰ OLIVEIRA, César (dir) *História dos Municípios e do Poder Local, dos Finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

¹⁰¹ Eram as cidades de Portugal com o maior número de vereadores: 12 para Lisboa e 11 para o Porto, enquanto no resto do país, os concelhos tinham 5 ou 7 vereadores, conforme a sua dimensão.

Português – órgão oficial do partido histórico. O papel da imprensa na participação eleitoral foi também fundamental, ao servir de mobilizador da opinião pública e, em última análise, do eleitorado.

Os moldes em que se desenrolava a campanha eleitoral em Lisboa eram também únicos. Os candidatos às vereações eram previamente escolhidos em reuniões primárias, realizadas, num primeiro momento, em casa de notáveis políticos e, num segundo momento, em espaços de maior dimensão. Nestas últimas reuniões, os eleitores de cada bairro de Lisboa (convidados previamente pela imprensa a comparecerem) reuniam-se em assembleia para propor ou deliberar sobre os nomes apresentados, com o objectivo de concentrar os votos. Este método acabou por envolver cada vez mais as parcialidades políticas e, mais tarde, os partidos, na aprovação dos seus candidatos.

A influência dos «partidos» políticos – então na sua génese¹⁰² - apresentava características únicas no Portugal de então. As eleições municipais em Lisboa assistiram ao amadurecimento daqueles, tendo a capital sido inclusivamente o palco para muitas lutas políticas.

Por fim, analisaremos o acto eleitoral em si: a organização e funcionamento das assembleias de voto na capital, que durante estes dezasseis anos foram em número de vinte e cinco, distribuídas por 34 freguesias¹⁰³; o processo de votação e contagem dos votos, e os respectivos resultados finais. Em relação a este último ponto, será destacada em especial, a participação eleitoral na capital. Verificaremos, ainda, os valores da abstenção nas eleições municipais em Lisboa, relacionando esses dados com os obtidos nas eleições municipais e nacionais no país.

¹⁰² SARDICA, José Miguel, *A Regeneração Sob o Signo do Consenso. A Política e os Partidos entre 1851 e 1861*. Estudos e Publicações 19. ICS. 2001.

¹⁰³ A partir de 1856.

4.1 A evolução da legislação eleitoral.

No Antigo Regime, a administração local básica assentava no concelho. As câmaras municipais eram governadas por vereadores e por procuradores do povo, todos eleitos localmente e confirmados pelo Desembargo do Paço ou pelos senhores das terras, consoante se tratasse de concelhos da Coroa ou de concelhos em que os donatários possuíam tal capacidade. A presidência da câmara cabia a um juiz de fora – magistrado de nomeação régia – ou juiz ordinário – eleito conjuntamente com os vereadores¹⁰⁴.

As eleições municipais no Antigo Regime eram reguladas pelo «Regimento para a eleição de vereadores», aprovado por alvará de 8 de Janeiro de 1670, que vigorou até ao liberalismo¹⁰⁵. Neste regimento era obrigatório o arrolamento dos eleitores e elegíveis – tarefa efectuada pelo corregedor – onde deveriam constar dados como a idade, parentescos, estado civil, naturalidade, rendimento e profissão. Com a legislação absolutista a contribuir para a restrição da ocupação dos cargos municipais pelos «homens naturais da terra, e da governança dela, ou que houvessem sido seus pais e avós, de idade conveniente, sem raça alguma», nos concelhos de grandes dimensões ou com uma aristocracia residente, a aristocratização era um dado adquirido, com a perpetuação de famílias de elevada condição social no poder¹⁰⁶. Como Paulo Jorge da Silva Fernandes, afirma: «estava assim aberto o caminho para que a escolha se fizesse entre parentes e amigos...entre a elite local, detentora de riqueza, prestígio social e monopolizadora do poder político¹⁰⁷». Pelo contrário, nos concelhos de menor dimensão, a vereação estava aberta a estratos sociais mais baixos, como no caso do Barreiro, onde os pescadores viram confirmado o seu direito de exercer o cargo de

¹⁰⁴ MANIQUE, António Pedro, Mouzinho da Silveira. Liberalismo e Administração Pública, Livros Horizonte, Lisboa, 1989.

¹⁰⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «Os Poderes Locais no Antigo Regime» in César Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local, dos Finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

¹⁰⁶ IDEM, fonte citada, pág. 216.

¹⁰⁷ FERNANDES, Paulo Jorge da Silva, «Os processos eleitorais na definição das elites de poder. O caso de Montemor-o-Novo na transição do Antigo Regime para o Liberalismo», in *História dos Municípios: Administração, Eleições e Finanças*, Actas do II Seminário Internacional – História do Município no Mundo Português. Região Autónoma da Madeira, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 2001.

vereador, mesmo não sabendo ler ou escrever, através de uma provisão de 12 de Julho de 1787¹⁰⁸.

Apenas a cidade de Lisboa possuía uma organização diferente: a legislação que a regeu até ao liberalismo datava de 8 de Agosto de 1778 e consagrava a nomeação régia e vitalícia dos quatro vereadores da edilidade, escolhidos entre os desembargadores mais graduados oriundos do Juízo dos Agravos da Casa da Suplicação, e de um presidente, membro da alta aristocracia do reino. Estes regiam os destinos municipais em conjunto com dois procuradores da cidade, o juiz do povo, oriundo da Casa dos Vinte e Quatro, quatro procuradores de mesteres e um escrivão do povo, eleitos também pelo grémio dos ofícios, por um período de um ano.

Com a vitória do movimento revolucionário liberal português em 1820 e a sua consolidação política, com a abertura das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes, a 24 de Janeiro de 1821, a administração municipal foi um dos principais pontos de discussão no plenário reunido no Palácio das Necessidades.

De uma forma geral, os primeiros liberais «pretendiam um poder municipal forte e renovado, registando sempre uma grande desconfiança em relação às antigas elites que asseguravam a direcção do poder concelhio. Viam as novas câmaras como um meio dos cidadãos participarem no governo das suas comunidades e como uma via de difusão e divulgação do novo ideário político, mas discordavam, fundamentalmente, no grau que deveria ser concedido a essa participação popular».¹⁰⁹

As primeiras eleições municipais do liberalismo foram regulamentadas através da Carta de Lei de 27 de Junho de 1822, que atribuía o direito de voto directamente a todos os cidadãos no exercício dos seus direitos políticos, maiores de vinte e cinco anos de idade, que residissem pelo menos há dois anos no concelho, com meios de honesta subsistência e que não estivessem ocupados em algum emprego incompatível com os cargos a eleger. Eram considerados elegíveis todos os indivíduos com direito a voto.

Contudo, a «Vila-Francada» coloca um ponto final na primeira experiência constitucional portuguesa, em 1823. Um dos primeiros actos do reinstaurado regime absolutista foi a extinção das câmaras constitucionais e a reposição dos elencos governativos anteriores a 1820. No caso de Lisboa, o antigo Senado retomou funções¹¹⁰.

¹⁰⁸ IAN/TT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 30, fl. 211vº

¹⁰⁹ Ibidem, pág. 107.

¹¹⁰ Lei de 10 de Junho de 1823.



O período de instabilidade governativa e guerra civil que se seguiu relegou para segundo plano novidades no plano legislativo, em relação às eleições municipais. Apenas em 27 de Novembro de 1830 voltaria a ser publicada legislação sobre as eleições municipais, estabelecendo que poderiam votar «todos os chefes de família ou cabeças de fogo, domiciliados no concelho, sendo excluídos os que não tiverem residência no local há dois anos; os judicialmente impedidos de administrar os seus bens; os que vivem por jornal mais de nove meses por cada ano; os criados que servem por soldada; os mendigos; os que não têm modo de vida conhecido.¹¹¹»

Dois anos depois, José Xavier Mouzinho da Silveira apresentava a D. Pedro a legislação que pretendia ser a verdadeira ruptura com o sistema administrativo do Antigo Regime e permitir a entrada de Portugal nos regimes político-administrativos e judiciais do constitucionalismo, através do decreto de 16 de Maio de 1832¹¹². Segundo este decreto, a eleição das Câmaras Municipais era indirecta, com cada freguesia a escolher dois eleitores que, reunidos todos na Casa do Concelho, fariam a eleição dos vereadores. Pela primeira vez eram introduzidas limitações censitárias para as eleições municipais, ao ser necessário para se ser elegível vereador um rendimento anual mínimo de 200\$000 réis líquidos, nas cidades e vilas notáveis, e nas restantes 20\$000 réis, sendo obrigatório saber ler, escrever e contar. Eram eleitores, os mesmos cidadãos descritos na lei de 27 de Novembro de 1830.

A legislação eleitoral para as câmaras municipais, da autoria de Mouzinho da Silveira, nunca foi aplicada na prática, sendo substituída pelo decreto de 9 de Janeiro de 1834 no que respeita ao processo de formação dos corpos electivos; pela Carta de Lei de 25 de Abril de 1835 no que respeita à divisão administrativa do território nacional, que ficava dividido em distritos, concelhos e freguesias; e pelo Decreto de 18 de Julho de 1835, que regulamenta aquela Carta de Lei. Com a publicação desta nova legislação ficavam consagradas, daqui em diante, as eleições directas para as câmaras municipais e juntas de paróquias sendo eleitores: « os maiores de vinte e cinco anos, que se acharem emancipados, ou pelo falecimento do pai; pelo casamento; por Provisão; por se achar servindo algum ofício público, ou pela sua residência fora da companhia do seu pai; os

¹¹¹ *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836, Decreto de 27 de Novembro de 1830.

¹¹² Este decreto, tinha fortes semelhanças com o sistema francês de 1800, como o próprio reconhecia no seu relatório introdutório ao decreto de 16 de Maio: «Quanto à Administração, a matéria e a forma são novas para Portugal e as bases são tomadas na legislação da França», in *Colecção de Direitos e Regulamentos publicados durante o Governo da Regência do Reino estabelecida na Ilha Terceira*. 1ª Série, 2ª edição, ano de 1832, pág. 62.

menores de vinte e cinco anos e maiores de vinte e um que forem casados, oficiais militares, bacharéis formados e clérigos das ordens sacras; são também hábeis para votar os estrangeiros naturalizados. Para o uso do direito de votar é preciso que seja residente ao tempo da eleição no distrito eleitoral da paróquia e que tenha pelo menos o rendimento líquido anual de cem mil réis provenientes de bens de raiz, de capitais, indústria e comércio, emprego ou ofício público».¹¹³ Mais significativamente, as câmaras recuperavam o poder de executar as suas próprias deliberações, competência atribuída ao presidente da câmara. Podiam ser eleitos, todos aqueles que não fossem compreendidos em alguma das causas de exclusão declaradas nos parágrafos, 1º, 2º, 4º e 5º, da lei de Novembro de 1830.¹¹⁴

A revolução de Setembro criou condições para novos arranjos no sistema de administração pública, embora pouco significativos, que tomaram forma no Código Administrativo de 1836.

A evolução política do liberalismo português não viria, contudo, a consagrar o modelo administrativo promulgado por Passos Manuel, que não conseguiu resolver os problemas do país. A reforma Setembrista acabou por ser substituída em 1840-1842¹¹⁵. A Carta de Lei de 27 de Outubro de 1840 introduziu modificações importantes, ao estabelecer um novo método de apuramento dos censos exigidos e ao distinguir eleitores e elegíveis nos concelhos com mais de dois mil fogos, baseando o censo, em certos casos, nos rendimentos obtidos e noutros, nos montantes das contribuições pagas.

Por fim, pela Carta de Lei de 29 de Outubro de 1840, o mandato das câmaras municipais passava a ser de dois anos, sendo estas responsáveis pelo recenseamento para as eleições para deputados. A mesma Carta de Lei criava um Conselho que seria composto por metade dos maiores e menores contribuintes de entre os eleitores do município, em número de vinte, trinta ou quarenta, segundo a Câmara Municipal fosse constituída de cinco, sete ou mais vereadores.¹¹⁶

¹¹³ *Colecção de Direitos e Regulamentos publicados durante o Governo da Regência do Reino estabelecida na Ilha Terceira*. 1ª Série, 2ª edição, ano de 1835, Lisboa. Imprensa Nacional, pág. 80.

¹¹⁴ Todos aqueles que não fossem cidadãos portugueses e estivessem suspensos do exercício dos seus direitos políticos; os que não residissem no distrito da paróquia à menos de dois anos; os que vivessem de jornal de nove meses em cada ano; e, os criados que servissem por soldada.

¹¹⁵ FERNANDES, Paulo Jorge, «As eleições municipais de 1847. Resultados e Consequências políticas», in: *História dos Municípios: Administração, Eleições e Finanças*, Actas do II Seminário Internacional – História do Município no Mundo Português. Região Autónoma da Madeira, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 2001.

¹¹⁶ *Colecção de Direitos e Regulamentos publicados durante o Governo da Regência do Reino estabelecida na Ilha Terceira*. 1ª Série, 2ª edição, ano de 1840, Lisboa. Imprensa Nacional, pág. 63, art. 5º.

O Código de 1842, assimilou as alterações anteriores e limitou ainda mais a elegibilidade para as vereações, ao introduzir a obrigatoriedade de saber ler, escrever e contar para os detentores de cargos municipais, o que, no Portugal de então, significava o afastamento de um grande número de cidadãos do acesso ao cargos da administração local¹¹⁷. As limitações censitárias baseadas nos rendimentos mantinham-se, sendo alterados os valores exigidos para ser eleitor e elegível¹¹⁸. O recenseamento efectuado pelas câmaras municipais para as eleições de deputados – segundo a Carta de Lei de 29 de Outubro de 1840 - é comum às municipais¹¹⁹. Era ainda criado pelo mesmo código o Conselho Municipal, que seria constituído por um número de vogais igual ao dos vereadores.

No que dizia respeito à capital, o código estabelecia que Lisboa se dividiria em seis bairros: Alfama, Mouraria, Rossio, Bairro Alto, Santa Catarina e Belém. O número de vereadores mantinha-se em treze em Lisboa e onze no Porto.

A Regeneração do marechal Saldanha, em Abril de 1851, reflectiu-se igualmente ao nível da legislação eleitoral, com o decreto de 20 de Junho de 1851 a estipular os novos valores para o censo eleitoral. Este decreto foi redigido tendo em vista as eleições para deputados, que se realizariam no final desse ano, não fazendo qualquer referência às municipais ou paroquiais. Contudo, a instabilidade política dos primeiros meses da Regeneração reflectiu-se igualmente na legislação, com este decreto a ser substituído pelo de 26 de Julho do mesmo ano, que procedeu a alterações nos valores dos censo, estabelecendo que poderiam votar os que provassem ter a renda líquida anual que a Carta estabelecia, ou seja, que pagassem dez mil réis de décima de juros, foros, pensões ou de quaisquer proventos de empregos de câmaras municipais, misericórdias e hospitais; os empregados do estado em efectivo serviço, jubilados ou reformados, que tivessem de ordenado, soldo ou cóngrua cem mil réis, excluídas, porém, as soldadas das classes de marinhagem, os salários dos artificies e mais empregados braçais das diversas repartições e os vencimentos das praças de pret; os egressos que tivessem cem mil réis de prestação anual; os pensionistas do estado que tivessem de pensão anual cem mil réis; os aspirantes a oficiais, os sargentos ajudantes, quartéis-mestres dos corpos do

¹¹⁷ BRAGA, Amílcar Manuel de Oliveira, «As eleições no concelho de Cambra no período de consolidação do regime liberal (1834-1851)», in *História do Municípios: Administração, eleições e finanças*, Madeira, 2001

¹¹⁸ Código Administrativo de 18 de Março de 1842. Título II, *Da formação e atribuições dos corpos administrativos*, Capítulo I. *Das câmaras municipais*, Secção Segunda *Eleitores e Elegíveis*, Art.º 13º a 17º.

¹¹⁹ Art.º 18º - Fonte citada.

exército e os guardas municipais que tivessem de rendimento doze mil réis mensais¹²⁰. As primeiras eleições para deputados (realizadas em Dezembro de 1851) e municipais (realizadas em Fevereiro de 1852) da Regeneração, regeram-se segundo estes critérios censitários.

Pouco antes da eleição municipal de 1852, a edilidade lisboeta foi contemplada com legislação específica que regularia doravante as eleições para a Câmara. A 2 de Dezembro de 1851 era publicado no Diário do Governo n.º 286, com data do dia anterior, um Decreto que dispunha o seguinte:

«Art.º 1º - A eleição para a Câmara Municipal de Lisboa, será feita por Bairros, elegendo-se três vereadores por cada Bairro.

§ único – Em cada um dos Bairros, dois dos vereadores serão eleitos de entre os cidadãos nela residentes. O terceiro vereador poderá ser eleito livremente de entre todos os vizinhos do município.

Art.º 2º - Os vereadores reunidos de todos os Bairros formam e constituem a Municipalidade, consultam, deliberam e regulam, tudo o que pertence à administração do município.

Art.º 3º - Ordenar-se-á imediatamente em Câmara uma divisão mais apropriada das repartições do serviço municipal que devem constituir cada um dos pelouros.

Art.º 4º - A Câmara é obrigada a publicar anualmente pela imprensa o seu orçamento e contas.»

À data desta legislação, o concelho de Lisboa era constituído por seis bairros¹²¹. Com as medidas decretadas, o número de vereadores na capital passava de doze, para dezoito.

O decreto de 2 de Dezembro de 1851 criava algumas dificuldades à câmara, ao mudar a eleição dos vereadores, dos mais votados na totalidade do concelho, para os mais votados por bairro. Para além desta nova modalidade na eleição municipal, a câmara da capital, estava a braços, desde Junho do mesmo ano, com a elaboração e correcção dos cadernos eleitorais «cabralistas»¹²². A demora na feitura do recenseamento já adiara as eleições municipais no concelho de Lisboa, de Novembro para Janeiro de 1852, e a nova legislação originou um novo pedido de adiamento, que foi concedido, ficando aquelas marcadas para 8 de Fevereiro de 1852, como se viu.

¹²⁰ *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1851, pág. 262.

¹²¹ Alfama, Mouraria, Rossio, Bairro Alto, Santa Catarina e Belém.

¹²² *Revolução de Setembro*, 30 de Junho de 1851.

No pedido de adiamento, enviado ao Governo Civil, a Câmara Municipal de Lisboa exprimia, ainda, algumas dúvidas, nomeadamente se a eleição devia ser feita por bairros; se o apuramento dos vereadores eleitos nas assembleias paroquiais, havia de ser feito também por bairros em local a designar, ou na Casa da Câmara Municipal nos termos do art.º 82 do Código Administrativo; e, por fim, se o apuramento dos seis vereadores (que podiam livremente ser eleitos em todo o concelho) deveria ser feito em relação aos cidadãos mais votados do mesmo concelho ou simplesmente aos mais votados do Bairro.

Além destas dúvidas, era ainda colocada outra que dizia respeito à presidência da futura Câmara Municipal. O Código Administrativo estabelecia como regra geral que o vereador mais votado seria o Presidente da Câmara, em harmonia com o princípio de serem os vereadores eleitos de entre os cidadãos habilitados de todo o município. Mas como este conceito mudava agora na eleição da futura Câmara de Lisboa e como a questão da presidência não estava esclarecida no decreto eleitoral, perguntava-se como seria eleito o presidente da câmara municipal.

A resposta oficial do Ministério do Reino, através da 2ª Repartição da 3ª Direcção, datada de 29 de Janeiro, esclarecia o Governador Civil – Conde do Sobral - do seguinte:

«1º - Que o apuramento dos vereadores, eleitos nas assembleias paroquiais dos Bairros, deve ser feito na Casa da Câmara, nos termos do art.º 82 do Código.

2º - Que o apuramento dos vereadores que podem ser livremente eleitos em todo o município deve ser feito em relação aos mais votados nos respectivos bairros.

3º - Que será Presidente da Câmara o vereador mais votado numérica e absolutamente, em qualquer dos seis bairros que seja, sem atenção ao número de votantes.

4º - Que os vereadores livremente eleitos, obtendo maioria de votos em mais de um bairro, preferem por aquele que escolherem, entrando em seu lugar nos outros bairros o que lhes seguir imediatamente em votos.¹²³»

No entanto, no que dizia respeito ao terceiro ponto, a mesma repartição, a 27 de Janeiro, havia sugerido algo completamente diferente:

«Quanto à presidência, o melhor seria que os vereadores nomeassem entre si o Presidente, se o Governo o pode assim determinar, sendo este ponto omissa no Decreto de 1º de Dezembro. O Código determinava no art.º 9 que fosse Presidente o vereador

¹²³ IAN/TT, Ministério do Reino, 3ª Dir. 2ª Rep., A.S.E. Proc. 1108, Mç. 3379 (1851).

mais votado. Mas a querer aplicar este princípio ao caso presente, talvez se suscitasse dúvida. Dir-se-ia, por exemplo, que quem obteve num Bairro 500 votos, sendo os eleitores 800, não pode ser considerado menos votado que o de outro Bairro, que tiver 600 votos sendo os eleitores 1200.»

Com o adiamento da eleições municipais em Lisboa para o mês de Fevereiro de 1852, a edilidade seria já eleita segundo os preceitos da nova lei de 1 de Dezembro.

Os princípios gerais que definiam a capacidade eleitoral activa foram estipulados pelo Acto Adicional de 5 de Julho de 1852¹²⁴. Assim, eram eleitores todos aqueles que tivessem entrado na idade legal (subentendendo-se os vinte e cinco anos) e os maiores de vinte e um que fossem clérigos, casados, oficiais do exército ou armada; os com uma renda líquida anual de cem mil réis, provenientes de bens de raiz, capitais, comércio, indústria, ou emprego inamovível. Todos tinham de obedecer ao censo, excepto os cidadãos habilitados com um título literário, uma novidade na legislação eleitoral ao serem dispensados da prova de censo.

O Acto Adicional, estabelecia laconicamente que em cada concelho existiria uma Câmara Municipal, eleita directamente pelo povo, detendo a administração económica do Concelho¹²⁵. Dizia ainda no seu artigo 8º que «aqueles que não têm o direito de votar na eleição de deputados, não podem votar nas eleições para qualquer outro cargo público»¹²⁶. O que significava que os valores do censo eleitoral para as eleições municipais, seriam os mesmos para as eleições para deputados. Eram elegíveis todos os que tinham direito a votar, exceptuando-se os estrangeiros naturalizados e aqueles que não tivessem de renda anual 400.000 réis provenientes de bens de raiz, comércio, indústria ou emprego inamovível ou não estivessem habilitados com grau ou título literário.

Assim, a principal legislação que regeu as eleições municipais em Lisboa, durante o período em análise, foi o decreto de 1 de Dezembro de 1851 – que ordenava a eleição dos vereadores por bairros - e o decreto de 11 de Setembro de 1852. Este último decreto (desenvolvido em pormenor no capítulo 3.1 *O concelho de Lisboa e os novos concelhos de Belém e Olivais*), confirmado a 16 de Outubro de 1852, criava os

¹²⁴ ALMEIDA, Pedro Tavares, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Difel, Lisboa, 1991, pág. 33.

¹²⁵ Art.º 11. Acto Adicional à Carta Constitucional da Monarquia. *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa*. Lisboa, Imprensa Nacional. 1852. Pág. 103.

¹²⁶ Acto Adicional à Carta Constitucional da Monarquia, in: *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa*. Lisboa, Imprensa Nacional. 1852. Pág. 102.

concelhos de Belém e Olivais, a partir de área do concelho de Lisboa e reduzia os bairros de seis, para quatro¹²⁷. O número de vereadores da edilidade lisboeta foi igualmente reduzido, para doze¹²⁸.

Esta legislação foi alvo de várias tentativas de alteração, mas manteve-se inalterada durante o período em estudo. A primeira tentativa de modificação deu-se a 26 de Junho de 1867, com a promulgação de uma nova lei de administração civil, que continha alterações à composição camarária, com o número de vereadores a aumentar para treze, eleitos de quatro em quatro anos¹²⁹. Este decreto, no Capítulo III - Secção I, na parte respeitante às câmaras municipais, apresentava mudanças substanciais no processo de eleição da edilidade. A principal delas seria a revisão da legislação de 1852, no que dizia respeito à divisão administrativa da cidade e eleição dos vereadores, com o fim da eleição por bairros – que passariam a ser unicamente três - e através da constituição de um só círculo eleitoral (art.º 58º). Apesar das propostas nele inscritas, este decreto foi revogado a 14 de Janeiro do ano seguinte.

Outro decreto, datado de 21 de Outubro de 1868, reduzia os bairros de Lisboa, a três: Oriental, Central e Ocidental. Mas, também um ano depois era revogado, mantendo-se a eleição por bairros, sendo eleitos quatro vereadores por cada um (dois escolhidos de entre os cidadãos do bairro, e os outros dois, livremente entre os elegíveis do concelho)¹³⁰.

A 21 de Junho de 1870, era aprovado um novo Código Administrativo que, para Lisboa, restabelecia o círculo eleitoral único para a escolha dos vereadores. Contudo, com a queda do governo de Saldanha em Agosto, o código foi suspenso. Mas, o círculo eleitoral único, para as eleições municipais, acabou por ser confirmado pelo decreto de 3 de Outubro de 1871, da autoria de António Rodrigues de Sampaio. O Código de 1870 estaria mais tarde na base do Código Administrativo de 1878, que marcaria, então sim, um ponto final na legislação até então seguida, criando um regime eleitoral dos mais democrático e alargado da sua época¹³¹.

A capital mudava na sua composição orgânica e administrativa, continuando a ter legislação particular. A estrada da circunvalação que servira de referência à divisão

¹²⁷ Bairro Alto, Alfama, Alcântara e Rossio.

¹²⁸ Segundo o decreto de 1 de Dezembro de 1851, seriam eleitos três vereadores por cada bairro.

¹²⁹ *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, pág. 199.

¹³⁰ Decreto de 23 de Outubro de 1869, in: *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1869, pág. 474.

¹³¹ ALMEIDA, Pedro Tavares de, Ob. Cit., pág. 38 e MÓNICA, Maria Filomena, «As Reformas Eleitorais no Constitucionalismo Monárquico», in *Análise Social*, vol. XXXI (139), 1996, pág. 1039.

administrativa de 1852, continuava a servir de limite, mas a cidade dentro das suas linhas tinha mudado, solidificando a sua entrada nos tempos modernos do desenvolvimento, progresso e indústria que adviriam.

4.2 As listas de recenseamento: a intervenção dos 40 maiores contribuintes e as reclamações.

Para qualquer cidadão poder participar nas eleições municipais ou nacionais, era necessário o seu nome estar inscrito nos cadernos de recenseamento. A sua confecção sofreu alterações ao longo do período da monarquia constitucional, adiante analisadas em pormenor.

Enquanto a legislação de 1836 atribuía às juntas de paróquia a elaboração do recenseamento eleitoral tanto para as eleições municipais, como para as legislativas, o código administrativo de 1842 dava às câmaras municipais essas funções, criando para Lisboa e Porto especificidades próprias¹³². O Art.º 19º deste código, estabelecia que, nestas duas cidades, o recenseamento seria feito por comissões especiais, que seriam tantas quanto os Bairros em que se dividissem ambos os concelhos. No caso da capital, isso significava a criação de seis comissões, compostas por cinco vogais, um dos quais, que serviria de presidente, seria o vereador designado pela câmara municipal e os outros quatro seriam eleitos pela mesma câmara de entre os moradores do respectivo bairro que reunissem as condições marcadas no número terceiro do artigo quinze (habilitados para elegíveis). Pelo Art.º 23º do mesmo código, em Lisboa e Porto, os Administradores de Bairro, os Recebedores e Regedores de Paróquia preenchiam perante as respectivas comissões de recenseamento as funções atribuídas às autoridades correspondentes nas outras terras do Reino, ou seja, deviam «prestar aos recenseadores todos os esclarecimentos que estiverem ao seu alcance, reclamar e interpor *ex officio* os recursos competentes para a fiel execução da lei¹³³ ».

O recenseamento era revisto anualmente, para se inscreverem os habilitados que não estivessem inscritos e eliminar os que tivessem falecido ou perdido as qualidades legais.

Os cadernos de recenseamento para o concelho de Lisboa estavam divididos por bairros administrativos e respectivas freguesias, com os nomes dos cidadãos colocados por ordem alfabética e, segundo o Código Administrativo de 1842, deveriam referir

¹³² Código Administrativo de 18 de Março de 1842. Art.º 18º in: *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842.

¹³³ Ob. Cit. Art.º 20º

igualmente, o lugar do seu nascimento; a data da naturalização, se fosse o caso; a idade; o estado civil; a profissão ou emprego exercido; a qualificação literária e a quotas de décima ou vencimentos que o tornavam eleitor ou elegível.

Depois de completado, o recenseamento era publicado no primeiro de Agosto, sendo afixado nas igrejas paroquiais. Todo o cidadão que não se achasse incluído na lista tinha dez dias para apresentar a sua reclamação, por escrito, à câmara ou comissão de recenseamento. Estas reclamações eram analisadas pelos órgãos mencionados, nos dez dias seguintes, devendo as listagens definitivas ser afixadas no final de Agosto.

Com o pronunciamento do marechal Saldanha e a posterior dissolução da Cortes, para cumprir o determinado no programa da Regeneração, ou seja, a realização de eleições, tornava-se necessário proceder à elaboração de novos recenseamentos para as eleições de deputados e mais tarde para as municipais. Assim a 20 de Junho de 1851, era decretado que, enquanto não fosse promulgada a lei constitucional sobre a orgânica das eleições parlamentares, para «regular o modo prático de nomear e fixar o número, relativamente à população do reino, dos que devem concorrer às futuras Cortes Gerais Extraordinárias», era estabelecido o seguinte: o recenseamento seria fiscalizado por comissões especiais, compostas por sete vogais, tirados de entre os cidadãos elegíveis para vereadores e eleitos por vinte contribuintes, metade os mais, e a outra metade os menos colectados, acima da quota de novecentos réis, inclusive (estes vinte eleitores eram apurados pelo tesoureiro da fazenda)¹³⁴. Estes sete vogais deveriam ser aprovados impreterivelmente no dia 15 de Julho de 1851, pelo Conselho Municipal, presidido pelo presidente da câmara, em sessão pública, na casa da mesma, servindo de secretário o seu escrivão. Depois de averiguados os cidadãos compreendidos nestas condições, os seus nomes eram afixados em pauta, devendo comparecer na câmara, em assembleia pública, no dia 18 de Julho do mesmo ano, presidida pelo mais colectado, que soubesse ler e escrever, a fim de proceder à eleição das comissões de recenseamento. Em Lisboa e Porto, seriam eleitas tantas comissões quantos os bairros dos concelhos, devendo os vogais ser obrigatoriamente do respectivo bairro.

O *Patriota*, de 20 de Agosto de 1851, deixou-nos um relato da forma como se procedeu à eleição das comissões de recenseamento. Como apenas as comissões dos bairros de Santa Catarina e Belém tinham sido eleitas legalmente, segundo este

¹³⁴ Art.º 27º, do Decreto de 20 de Junho de 1851, in: *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1851, pág. 177.

periódico, o governo decretara nova data para o apuramento das comissões em falta – 19 de Agosto.

Depois de apuradas as listas o *Patriota*, exultava: «vencemos nós todas as quatro eleições. Tanto o nosso partido – progressista - como o cabralista fizeram todas as diligências possíveis, sem ofensa da lei, para ganhar cada um deles a eleição». Contudo, fazia acusações a um vereador, em particular - Tomás José Machado¹³⁵. Este, apesar de não ser representante da edilidade na eleição das comissões de recenseamento, na sua qualidade de vereador, «fora-lhe fácil saber, na sexta-feira, 15, que os dez menos colectados do bairro do Rossio, e muitos dos imediatos em colecta, eram da freguesia de Bucelas, onde ele é influente, por diversos motivos. Partiu no sábado pela manhã para Bucelas, e fez lá todas as diligências que pôde para conseguir para o seu partido os votos dos eleitores menos colectados». O *Patriota*, afirmava deter informações de que entre os eleitores mais colectados, não haveria votos «contra nós» (leia-se progressistas), justificando, assim, a falta de quatro votos na urna, enquanto nas outras comissões, «muitos dos nossos candidatos tiveram dezanove votos», em vinte possíveis. O *Patriota*, reconhecia, no entanto, «que os quatro vereadores, que ontem presidiram às quatro eleições em falta, conduziram-se com perfeita dignidade. São nossos adversários, mas não lhes negamos a justiça que mereceram». Por fim, afirmava que «todas as seis comissões de recenseamento dos bairros de Lisboa são compostas na sua totalidade, de correligionários nossos»¹³⁶.

Pelo decreto de 20 de Junho de 1851, tinha sido estabelecido que, nenhuma eleição das comissões para o recenseamento eleitoral seria válida sem que fosse feita pela maioria dos eleitores presentes que estivessem registados em acta¹³⁷. Ora, é precisamente neste último ponto que *O Estandarte* apresentava provas daquilo que considerava serem graves irregularidades praticadas na escolha das comissões de recenseamento - que é importante lembrar, podiam decidir quem seria eleitor e elegível¹³⁸.

Segundo o *Estandarte*, «era hoje o dia designado pelo artigo 29.º do decreto eleitoral, para que os contribuintes apurados pelo conselho municipal, elegessem as comissões de recenseamento. (...) A nossa primeira observação será sobre o abandono a

¹³⁵ Tomás José Machado fora eleito vereador para o biénio de 1850 a 1851. Coincidência ou não, este vereador não fazia parte da representação camarária que recebeu o marechal Saldanha em Abril de 1851.

¹³⁶ De novo, leia-se progressistas. In: *O Patriota*, 20 de Agosto de 1851, n.º 2145.

¹³⁷ Art.º 29º, § 3º do Decreto de 20 de Junho de 1851, in *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1851, pág. 177.

¹³⁸ FERNANDES, Paulo Jorge, Ob. Cit., 2001, pág. 275.

que foi deixado este encargo, imposto aos contribuintes pela “ordenança” eleitoral. A quase totalidade dos eleitos contribuintes mais colectados deixaram de comparecer. Que mais é preciso para se ajuizar da opinião a respeito do negócio que lhes é incumbido. Dos pobres saloios menos colectados, nada diremos. Fica esse encargo às muitas testemunhas de lamentações que todos faziam, declarando que não sabiam escrever nem ler, que de nada entendiam. Foram eleitas assim, quatro comissões – dos seguintes bairros: Belém, Santa Catarina, Rossio e Bairro Alto. Segundo nos informam, do bairro de Alfama de todos os vinte contribuintes, só apareceram dois!. Mas o que significa as quatro comissões eleitas? Mais um escândalo, porque apenas uma, a de Belém foi legalmente eleita. Segundo o decreto eleitoral «Haverá em cada concelho (bairros em Lisboa e Porto) uma comissão de sete vogais, tirados de entre os cidadãos elegíveis para vereadores e eleitos por vinte contribuintes». No §1º do art. 29º dispõe: «esta eleição será feita por escrutínio secreto, à pluralidade dos votos» e no § 3º que « nenhuma eleição das comissões para o recenseamento eleitoral será válida, sem que seja feita pela maioria dos eleitores, cujo numero presente será declarado na acta.» Da aproximação destas disposições resulta que não poderia haver eleição sem o voto de onze eleitores unânimes. «Quereis saber com que número foram eleitas as do Rossio, Bairro Alto e Santa Catarina? A primeira, com sete votos, a segunda com oito e a terceira com dez.¹³⁹» As comissões ficaram assim constituídas:

Bairro do Rossio	Bairro Alto	Bairro de Santa Catarina	Bairro de Belém
José António Pereira Serzedelo Bento Correia Aires dos Campos José Maria Casal Ribeiro Vital Jorge da Maia Canhão Luís de Castro Guimarães Visconde de Benagazil José Street d’Arriaga e Cunha	Anselmo José Braancamp Conde das Alcaçovas Francisco Martim Bastos João de Matos Pinto Manuel Alves do Rio José Inácio Pereira Derramado Visconde de Fonte Arcada	João Evangelista Guerreiro João Martins Pereira António Pedro Sobral Bernardino da Costa Martins José dos Reis e Sousa Manuel Fernandes Chaves Martinho Teixeira Homem de Berderode	Marquês de Loulé Francisco da Silva Vidal Alexandre Herculano André Alvelino Barradas Domingos Ferreira Pinto Basto António José Pires Grandaes Conde de Rio Maior

Fonte: *O Estandarte*, 30 de Julho de 1851.

A grande novidade introduzida pela Regeneração no modo de constituição das comissões de recenseamento, fora o retirar às câmaras municipais a competência na

¹³⁹ *O Estandarte*, 30 de Julho de 1851.

escolha dos seus membros. O receio de que câmaras adversas ao movimento pudessem falsificar os recenseamentos eleitorais a seu favor foi um dos factores preponderantes nesta resolução, como o comprovam as desconfianças do Governador Civil de Lisboa, Conde do Sobral, que adiante são transcritas. Contudo, como se depreende, a interferência das câmaras fazia-se sempre sentir, assim como das «parcialidades» políticas. A tentativa, através da criação destas comissões de recenseamento, de fiscalizar os recenseamentos acabou por surtir pouco efeito, já que, as acusações de irregularidades foram constantes.

A 30 de Julho de 1851, a *Revolução de Setembro* fazia eco de reclamações sobre esta matéria. O presidente da Comissão de Recenseamento do Bairro do Rossio e Administrador do mesmo bairro, José Tomás Machado (não confundir, com o vereador atrás citado), era acusado pelo regedor da freguesia da Madalena de não retirar os nomes de indivíduos que eram considerados os «eleitores imaginários de 1845, 1847 e 1849 que têm vencido todas as eleições por obra e graça do censo e fraude ¹⁴⁰». O periódico ia mais longe ao transcrever uma conversa entre ambos, onde o Presidente da Comissão de Recenseamento, em resposta à proposta do regedor de os retirar do recenseamento, afirmava: «Se se ausentaram da freguesia, dizia ele, concedo; se não se ausentaram não». Ora, o problema é que se não existiam, não se poderiam ausentar, obviamente.

O papel do regedor junto da Comissão de Recenseamento era o de aconselhar ou propor alterações, segundo o novo decreto eleitoral, que permitia igualmente que os agentes do recenseamento pudessem ser acusados sem a autorização do governo¹⁴¹. Assim, Fortunato José de Sousa, o regedor da freguesia da Madalena, juntava as suas queixas às dos regedores das freguesias de S. Paulo e S. Nicolau, dirigindo-as ao Governador Civil de Lisboa, Conde de Sobral.

Este último era um dos principais críticos da actuação das comissões de recenseamento e defensor da sua importância na afirmação da legalidade do acto eleitoral. Logo a 7 de Junho de 1851, em carta dirigida ao Secretário de Estado dos Negócios do Reino, alertava que «a revisão dos recenseamentos está próxima. Este acto importante, no qual há-de já ser julgada a probidade e moral política desta administração, deve ser confiado a mãos puras e insuspeitas para os povos e para o

¹⁴⁰ *Revolução de Setembro*, 30 de Julho de 1851.

¹⁴¹ Art.º 22 do Código Administrativo de 1842, in *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842.

Governo, e as Câmaras actuais recordam e representam o detestável sistema decaído
¹⁴².»

A 7 de Agosto de 1851, enviava nova missiva ao Ministério do Reino, com aquilo que considerava, agora, provas contundentes na capital – os relatórios dos regedores da Madalena, S. Nicolau e S. Paulo - daquilo que havia denunciado anteriormente, concluindo que «se por estas considerações a Comissão de que se trata, pode fugir à responsabilidade legal, nem por isso deixa o seu proceder de revelar muito claramente que os seus trabalhos continuam a ser dirigidos pelo antigo espírito de parcialidade e facção. Pelo que lhe cabe, a meu ver, grave responsabilidade moral.¹⁴³»

Os jornais, principalmente, a *Revolução de Setembro*, publicavam vigorosos artigos contra as falsificações dos recenseamentos, afirmando: «eis aqui porque não se quer a liberdade na urna, porque se odeia a família, porque não se querem as incompatibilidades e porque se odeia a lei eleitoral. O verdadeiro censo, o ilustrado censo, é a vontade absoluta, analfabeta e facciosa de meia dúzia de falsários que sem prezarem a honestidade e as liberdades públicas, cerceiam os direitos de muitos cidadãos honestos e independentes, e que fazem gala de exhibir estas provas revoltantes de corrupção à face de um governo, que não temem e desprezam.¹⁴⁴» A *Revolução de Setembro* desafiava os seus leitores a protestar o recenseamento, se disso fosse caso, pois se os seus protestos não fossem atendidos, publicaria os nomes, moradas e profissões de quem por má fé, se opusesse à reclamação. A *Revolução de Setembro* – jornal da situação - empenhada em provar a legalidade do recenseamento, denunciando possíveis tentativas de falsificação, acusava o Administrador do Bairro do Rossio de fraudes e defendia os regedores (como denunciante da fraude), enquanto, reconhecia ter «em grande parte das comissões de recenseamento, ou correligionários nossos, ou pessoas honestas que nos pertencem pela sua honra e virtude. Escusado é dizer que os recenseamentos hão-de ser leais, porque seria uma vergonha e um crime que assim não fossem. (...) mas não sendo as comissões infalíveis, ou sendo algumas delas pouco escrupulosas, pode acontecer que alguém seja indevidamente recenseado ou indevidamente excluído.¹⁴⁵».

¹⁴² IAN/TT, Arquivo das Secretarias de Estado. Ministério do Reino, 3ª Dir., 2ª Rep., Proc. 483, Lv. 9, Mç. 3375.

¹⁴³ IAN/TT, Arquivo das Secretarias de Estado. Ministério do Reino 3ª Dir. 2ª Rep. Proc. 781, Lv. 9, Mç. 3377.

¹⁴⁴ *Revolução de Setembro*, 10 de Agosto de 1851.

¹⁴⁵ *Revolução de Setembro*, 3 de Setembro de 1851.

A *Lei*, do outro lado da barricada, em termos políticos, acusava o governo (e o seu interlocutor, a *Revolução de Setembro*) de viciar os resultados do recenseamento e desculpar a incúria dos regedores da Madalena, S. Nicolau e S. Paulo, afirmando que «a *Revolução de Setembro*, implacável com os seus inimigos e indulgentíssima até com os crimes dos seus adeptos, tem-nos querido apresentar os regedores daqueles bairros oprimidos pela vara de ferro do cabralismo municipal e avexados pelo despotismo da comissão de recenseamento¹⁴⁶». O mesmo jornal, apresentava, por fim, quatro nomes ilegalmente inscritos no recenseamento - por proposta do regedor de S. Nicolau - sendo que três eram menores e outro, cidadão brasileiro. A *Revolução*, respondeu publicando uma carta do mesmo regedor, em que este reconhecia aqueles erros: «não duvido que uma ou outra ilegalidade houvesse, mormente sendo novecentas e tantas as listas a examinar em pouco tempo¹⁴⁷». Para mais, o mesmo regedor, apresentava um rol de cidadãos - com nomes completos, moradas e décimas pagas - que estavam no seu recenseamento e não estavam incluídos no da comissão de revisão. A lista incluía 146 nomes!

Também o *Patriota*, acusava um membro da comissão de recenseamento do Bairro Alto, de nem sequer ter a nacionalidade portuguesa - José Pedro Bernardes, natural da Galiza - expondo os documentos que denunciavam a sua situação de estrangeiro e interrogando a câmara, sobre como é que tal tinha sido possível¹⁴⁸.

Em resposta às críticas da oposição feitas através dos periódicos, em Agosto de 1851, criaram-se comissões políticas nomeadas pelo governo, encarregadas de fiscalizar o recenseamento eleitoral, de forma a denunciar eventuais irregularidades. Uma destas comissões políticas tinha à sua frente um membro de uma das comissões de recenseamento, o Conde de Rio Maior, que saiu em defesa destas. Para dissipar as dúvidas relativas à nova legislação eleitoral, a Comissão Eleitoral do partido Progressista anunciava: «A comissão eleitoral do partido progressista da freguesia de N. Senhora da Lapa, tendo convidado por anuncio de 4 do corrente, inserto no *Patriota* n.º 2137, todos os cidadãos que no recenseamento para as eleições municipais e paroquiais se achassem lesados nos seus direitos, para virem à mesma comissão a fim de se formularem ali as necessárias reclamações, na conformidade do art. 29 do código administrativo, tem a satisfação de anunciar-lhes que a comissão do recenseamento,

¹⁴⁶ *A Lei*, 21 de Agosto de 1851.

¹⁴⁷ *Revolução de Setembro*, 22 de Agosto de 1851.

¹⁴⁸ *O Patriota*, 5 de Agosto de 1851.

fazendo justiça às reclamações que lhe foram feitas em numero de 112, deferiu para serem inscritos da forma seguinte: 81 cidadãos que se achavam colectados; 15 oficiais militares e empregados civis; 10 para serem eliminados; e 7 que não foram atendidos por diferentes motivos. O que faz público para conhecimento dos interessados.

A comissão eleitoral, aproveitando esta ocasião muito estimará ter a satisfação de dar um público testemunho do quanto a comissão de recenseamento lhe administrou justiça, mostrando-se assim imparcial.¹⁴⁹»

Por fim, a 30 de Agosto de 1851, agradecia publicamente que “A comissão eleitoral do partido progressista da freguesia de N. Senhora da Lapa, em continuação ao anúncio publicado nos jornais desta capital, com a data de 26 do corrente, faltaria a um dever de gratidão se não declarasse por este meio o seu reconhecimento para com o ilm.º sr. administrador do bairro de Belém e mais empregados da mesma administração, pela prontidão e desinteresse com que lhe ministraram todos os documentos necessários, a fim de se formularem as necessárias reclamações para as eleições municipais e paroquiais, na conformidade do art. 29.º do código administrativo¹⁵⁰.»

As críticas dirigidas ao processo de nomeação das comissões de recenseamento e as intrigas entre os intervenientes, originaram medidas radicais por parte do governo, e as comissões anteriores foram dissolvidas – Lisboa tinha que estar com a Regeneração, a bem ou a mal.

Por decreto de 9 de Novembro de 1851, as eleições municipais na capital eram adiadas para o dia 21 do mês seguinte. Depois, por decreto de 1 de Dezembro, a eleição para o município deveria efectuar-se por bairros (analisado em pormenor no capítulo «Evolução da Legislação Eleitoral»), para no dia seguinte, o governo decretar - «para satisfazer às justas reclamações» - um novo adiamento das eleições, para 25 de Janeiro de 1852 ficando o governo encarregue de nomear para cada um dos cinco bairros da capital uma comissão de recenseamento composta por cinco vogais, por ele designados¹⁵¹. Surge um primeiro revés: parte dos vogais nomeados, escusaram-se à nomeação, sendo efectuada nova lista¹⁵². Os atrasos nas nomeações dos vogais originam então novo adiamento das eleições, desta vez para 8 de Fevereiro. À frente de cada uma das comissões de recenseamento eleitoral, ficaram:

¹⁴⁹ *Revolução de Setembro*, 27 de Agosto de 1851

¹⁵⁰ *Revolução de Setembro*, 30 de Agosto de 1851.

¹⁵¹ Decreto de 2 de Dezembro de 1851, in *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1851, pág. 471.

¹⁵² IAN/TT. Inventário do Ministério do Reino, 3ª Dir., 2ª Rep., Livro 9 (Índice).

Bairro	Presidente	Sede da Comissão
Rossio	Luís de Castro e Guimarães	Casa do despacho da freguesia de S. José
Mouraria	Bento Correia Ayres de Campos	Idem
Santa Catarina	José Joaquim dos Reis Vasconcelos	Calçada da Graça, n.º 3
Alfama	Francisco A. M. Giraldes Barba	Idem
Bairro Alto	Francisco de Assis Grott Pombo	Casa do Despacho da Irmandade da freguesia da Encarnação
Belém	Joaquim Ferreira Pinto Basto	Casa da Administração do Bairro

Fonte: *A Nação*, 13 e 15 de Dezembro de 1851.

Os trabalhos das comissões de recenseamento prolongaram-se até Janeiro de 1852, tendo a sua actuação sido elogiada, pela isenção e eficiência na revisão do recenseamento de Junho de 1851.

A polémica originada pelas comissões de recenseamento para eleições de Fevereiro de 1852 foi talvez razão suficiente para, a partir de Setembro do mesmo ano, surgir o corpo constituído pelos 40 maiores contribuintes¹⁵³. Estes vêm substituir as comissões dos 40 cidadãos, mais e menos colectados, incumbidos de eleger os nomes dos sete cidadãos propostos pela edilidade para fazerem parte da Comissão de Recenseamento (uma por cada bairro). A tentativa de “equilibrar” o censo, na escolha das comissões de recenseamento, colocando os maiores e menores contribuintes, resultara no mais completo fracasso, com a ausência “assumida” dos primeiros e, “envergonhada” dos últimos¹⁵⁴. Como o *Estandarte* lembrava, a maioria não sabia ler, nem escrever¹⁵⁵. A intervenção do governo, como vimos, não se fez esperar.

A relação destes quarenta maiores contribuintes era efectuada pelo escrivão da Fazenda, por ordem alfabética de nomes e de freguesias, com a designação explícita do estado, profissão e morada de cada um, e colecta de bens que possuía dentro do respectivo concelho ou bairro. Esta relação, depois de formada e aprovada pela Câmara, era afixada na porta da casa da câmara, sendo os constantes oficiados a comparecerem no mesmo local, na quinta-feira seguinte.

Na data então determinada, deveriam comparecer pelo menos metade dos quarenta maiores contribuintes, que escolheriam os sete membros das comissões

¹⁵³ Decreto de 30 de Setembro de 1852, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, 1853, pág. 483. Imprensa Nacional. Lisboa.

¹⁵⁴ *O Estandarte*, 30 de Julho de 1851.

¹⁵⁵ Idem.

especiais encarregadas da revisão anual do recenseamento. Para conquistar todos os lugares, a lista vencedora precisava de obter pelo menos três quartos dos votos; quando não alcançava essa «maioria qualificada», eram-lhe atribuídos quatro lugares, sendo os outros três reservados à lista derrotada. Segundo Pedro Tavares de Almeida, o objectivo desta modalidade de escrutínio era dificultar o controlo exclusivo das comissões de recenseamento por uma ou outra das parcialidades políticas, garantindo assim uma maior isenção dos seus actos. Segundo o mesmo autor, na prática e em virtude das pressões governamentais ou de certos estratagemas ardilosos, a representação das minorias raramente era assegurada e quem lograva vencer a eleição das comissões, obtinha o recenseamento que queria e, portanto, a vitória em todas as eleições subsequentes¹⁵⁶. Em remate, refira-se que no ano de 1865, entre os 10 maiores contribuintes do concelho, seis tinham sido vereadores (Barão de Alenquer, Barão de Santa Engrácia, Conde do Sobral, Nuno José Pereira Basto e João Maria Figueiredo Frescata).

A participação dos maiores contribuintes do concelho de Lisboa nos órgãos para os quais ela era necessária (escolha das comissões de recenseamento e Conselho Municipal) foi muitas vezes fraca ou, pura e simplesmente, nula. Através do decreto de 30 de Setembro de 1852, era à Câmara Municipal que cabia, em última instância, aprovar as listas de recenseamento eleitoral - através do disposto no §3 do art. 23º do Título V - na falta dos quarenta maiores contribuintes¹⁵⁷.

Os únicos dados completos para comissões de recenseamento eleitoral, nascidas de reuniões de quarenta maiores contribuintes, são os das comissões responsáveis pelos primeiros recenseamentos para os novos bairros de Lisboa e concelhos de Olivais e Belém, publicadas na *Revolução de Setembro*. Nenhuma outra chegou aos nossos dias.

¹⁵⁶ Almeida, Pedro Tavares, Ob. Cit., pág. 43.

¹⁵⁷ Decreto de 30 de Setembro de 1852, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, 1853, pág. 483, Imprensa Nacional, Lisboa.

Quadro I - Comissões recenseadoras dos novos bairros de Lisboa para 1852.

Bairros	Efectivos	Suplentes
Alfama	Visconde de Azurara Manuel Coelho Basto Veriato Sertório de Faria Blanc António José Pinheiro Domingos José Marques Guimarães Bento José Gomes de Brito Francisco António M. Giraldes Barba	Custódio José Ferreira Braga João Ricardo Pereira Negrão Francisco José Rodrigues Loureiro Gonçalo António da Costa Caldas João Gregório Gonçalves Correia Braz de Oliveira e Silva António José de Sousa
Rossio	José Luis Gonçalves Ferreira da Cunha Joaquim Cândido da Costa Augusto Maria Quintella Emaús Manuel Joaquim Gonçalves da Rosa João António Vaz António Germano Carvalho Ferreira Manuel Ribeiro Franco	Augusto Xavier da Silva José Joaquim de Noronha Feital José Ribeiro da Cunha António José de Seixas José Joaquim Borges da Silva José Eduardo de Magalhães Coutinho Manuel Mariano de Carvalho
Bairro Alto	Barão de Samora Correia Francisco de Assis Bastos José Maria do Casal Ribeiro Manuel Alves do Rio Francisco José Gonçalves de Oliveira Henrique Teixeira de Sampaio Francisco Fortunato de Assis	Anselmo José Braamcamp Francisco de Assis Groot Pombo D. Pedro Pimentel Brito do Rio Henrique José Pires Manuel Correia Gomes de Oliveira João Bonifácio Guimarães Gaspar Angelo da Costa Madeira
Alcântara	Martinho Teixeira Homem de Brederode Luís Augusto Rebelo da Silva António Rodrigues de Sampaio D. José Coutinho de Lencastre Casemiro de Sousa João Baptista Klerk Francisco António José da Cunha	José Joaquim Reis e Vasconcelos José Manuel Teixeira de Carvalho Alexandre João Valente de Figueiredo João Miguel Alves Cândido José Rodrigues Vieira Sebastião Athanásio Estanislau Manuel José Machado

Fonte: Revolução de Setembro, 23 de Outubro de 1852.

Quadro II -Comissões recenseadoras dos novos concelhos de Belém e Olivais para 1852.

Bairros	Efectivos	Suplentes
Belém	Conde da Ribeira Duarte Ferreira Pinto Basto João Francisco Teixeira Leal José Street de Arriaga e Cunha Francisco da Silva Vidal Francisco de Paula de Barros Brito Vilar Joaquim Prudêncio Caldeira de Mendanha	Teodoro Ferreira Pinto Basto Alexandre Herculano Francisco José de Aguiar Henrique Nunes Cardoso António Xavier da Gama Lobo Salema Luís António Martins José Pedro do Cabo
Olivais	Visconde de Jerumanha João Freire de Andrade Salazar e Eça João Cândio de Matos João da Costa Carvalho Francisco de Assis Boaventura Francisco Isidoro Viana António Carvalho de Figueiredo	Domingos Correia Arouca Manuel Jacinto Moniz Leitão António Sabino da Silva António Dias de Sousa José Silveira Manuel Joaquim Guedes António Augusto Heitor

Fonte: Revolução de Setembro, 23 de Outubro de 1852.

Entre os elementos das comissões de recenseamento do ano de 1852 (quadro I), encontravam-se cidadãos que iriam fazer parte das futuras vereações da edilidade lisboeta, como Visconde de Azurara , Francisco António M. Giraldes Barba, Joaquim

Cândido da Costa e Manuel Joaquim Gonçalves da Rosa (das comissões de Alfama e Rossio). As comissões de recenseamento do Bairro Alto e Alcântara são vincadamente politizadas, com a presença de quatro deputados, a saber, Anselmo José Braamcamp, António Rodrigues de Sampaio, José Maria Casal Ribeiro e Luís Augusto Rebelo da Silva. No conjunto dos bairros de Lisboa, havia outros 11 membros que exerceram este mesmo cargo. As comissões de recenseamento dos novos concelhos de Olivais e Belém (quadro II) tinham apenas quatro indivíduos nesta última situação e apenas um era deputado à data, João da Costa Carvalho, do concelho dos Olivais.

A presença dos cidadãos nas comissões de recenseamento deu a alguns uma forte visibilidade política, facto que se verificou na primeira comissão recenseadora do concelho dos Olivais. O carácter rural deste novo concelho e o pequeno número de eleitores nas suas 22 freguesias (!) levaram a que todos os membros da primeira comissão municipal desempenhassem, igualmente, funções na comissão de recenseamento¹⁵⁸.

No entanto, a maioria não necessitava das comissões para essa visibilidade, pois se não eram os principais líderes das tendências políticas de então, pelo menos, estavam-lhe bastante próximos.

Para a obtenção das listas de eleitores cumpriam-se aos seguintes passos: em primeiro lugar, os quarenta maiores contribuintes eram chamados a reunir na Câmara Municipal, a fim de se aprovarem os indivíduos que fariam parte das Comissões de Recenseamento; de seguida, estas comissões (uma por cada bairro da capital) reuniriam as informações dos regedores de freguesia, para a correcção e actualização das listas de recenseamento; por fim, as listas eram afixadas para que qualquer cidadão que se sentisse lesado pudesse recorrer e ser acrescentado ou eliminado das mesmas.

Este período final, para eventuais reclamações, era breve (era o mesmo estabelecido pelo Código de 1842), mas amplamente divulgado nos jornais e em editais, sendo publicitada inclusive a redacção da reclamação nos seguintes termos:

«Sendo o direito de eleitor o mais respeitado da monarquia constitucional, lembramos que todo o cidadão que, tendo direito de votar, não se achar compreendido no recenseamento de eleitores, deve reclamar para que o seja, usando de todos os recursos que a lei lhe confere; e do mesmo modo, vendo o eleitor compreendido no

¹⁵⁸ Na primeira vereação eleita no concelho do Olivais em 1854, apenas o seu presidente tinha participado na comissão de recenseamento.

respectivo recenseamento de votantes quem para isso não tenha direito, deve reclamar para que seja eliminado do recenseamento. Adiante oferecemos aos nossos cidadãos os modelos destas reclamações, que lhes recomendamos muito.

Reclamação para ser recenseado para votar

Diz F... cidadão português no gozo dos seus direitos, que tendo o censo de lei para poder votar nas presentes eleições como mostra pelo documento junto, e não estando compreendido no respectivo recenseamento.

Peço a V. S.^a que em observância da lei o mande recensear.¹⁵⁹»

A preocupação que o movimento da Regeneração revelou para com o recenseamento eleitoral teve reflexos no número de cidadãos recenseados.

Os dados, em tabela, do número de cidadãos recenseados nos anos de 1849, 1851 e 1852, permitem observar as flutuações no eleitorado lisboeta. São os seguintes:

Quadro III - Número de cidadãos recenseados nos anos de 1849, 1851 e 1852.

BAIRROS	1849	1851	1852
Alfama	1743	1336	1611
Mouraria	1599	1452	2223
Santa Catarina	2006	1251	2026
Rossio	2971	3709	3147
Belém	1516	1227	1707
Bairro Alto	2493	1903	2220
TOTAL	12328	10878	12934

Fonte: Livros de recenseamento eleitoral para os bairros de Lisboa – 1849, 1851, 1852 – Arquivo Municipal de Lisboa - Arco do Cego.

Da análise destes valores, verificamos que, no recenseamento efectuado pelas comissões nomeadas pelo governo da Regeneração, por decreto de 2 de Dezembro de 1851, se registaram substanciais descidas no número de cidadãos inscritos nos cadernos eleitorais, excepto num único bairro – Rossio. No total, de um número de 12328 indivíduos recenseados, a capital passou para 10878. Um decréscimo de 11,8 por cento. No recenseamento seguinte, a tendência inverteu-se, com todos os bairros a ganharem

¹⁵⁹ *Manual do Cidadão. Quem é cidadão português; quais os direitos que lhe confere a lei fundamental; quais as obrigações que o ligam á sociedade; modo de sustentar os seus direitos.* Por Rodrigo de Azevedo Sousa da Câmara, antigo provedor e administrador dos bairros da Mouraria e Alfama de Lisboa. Lisboa, 1855, pág. 24.

em número e apenas o Rossio a descer. A capital voltava a ganhar 2056 recenseados, com um número de potenciais votantes, superior ao recenseamento de 1849, o que representou um aumento percentual, em relação ao recenseamento de 1851, de 19 por cento.

A legislação em vigor no último recenseamento enunciado na tabela (Acto Adicional de 5 de Julho de 1852) mantivera os valores de censo, mas introduziu um factor que terá permitido, em última análise, o aumento de cidadãos inscritos no recenseamento: a dispensa do censo dos cidadãos habilitados com um título literário.

Apesar das variações significativas no número de inscritos, nunca foram apresentadas queixas, com excepção do primeiro recenseamento eleitoral da Regeneração. As acusações ficavam sempre pelas folhas dos jornais, daí não saindo. Na investigação efectuada - tanto na imprensa, como nos arquivos municipais - apenas foram registadas reclamações com esta intensidade, para as eleições de Janeiro de 1852. A partir desta data, os periódicos nunca mais fizeram acusações de viciação das listas de recenseamento, recaindo sim, regra geral, sobre o próprio acto eleitoral em si.

Pelo contrário, os protestos eleitorais iam mais longe, como adiante será analisado. As diferenças entre as reclamações e os protestos eleitorais são substanciais e podem originar alguma confusão: realizavam-se em períodos de tempo diferentes do processo eleitoral - as reclamações sucediam antes da eleição, como parte do processo de recenseamento, e os protestos depois, inseridos na fase de contagem de votos.

A causa provável da ausência de reclamações estaria na enraizada crença de que a reclamação de nada adiantaria? Isabel Nobre Vargas e Manuel Tavares Ribeiro referem que raras reclamações eram apresentadas, por ignorância, por temor ou por dificuldades inerentes ao processo¹⁶⁰. Aquela falta explicar-se-ia, nas palavras de Pedro Tavares de Almeida, por muitas vezes a decisão sobre as reclamações só ser tomada depois de caducados os prazos legais para a introdução das correcções ou por aquelas que eram formalmente deferidas não serem devidamente executadas¹⁶¹.

Após o recenseamento, o palco da luta eleitoral era bastante diferente. As reuniões preparatórias e a campanha eleitoral passaram a ser os locais onde se digladiavam os partidos políticos e onde se ganhavam as eleições.

¹⁶⁰ VARGAS, Isabel Nobre e RIBEIRO, Manuel Tavares, «Estruturas políticas parlamentares: eleições, partidos políticos e maçonarias», in MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal – O Liberalismo*, X Vol., 1998, Lisboa, pág. 194-195.

¹⁶¹ ALMEIDA, Pedro Tavares, Ob. Cit., pág. 77.

4.3 A campanha eleitoral

Durante os quinze anos que medeiam entre o início da Regeneração e os primeiros governos de Fusão, assistiu-se a grandes mudanças na forma como a campanha eleitoral para as eleições municipais era encarada. A presença de partidos políticos deixou de ser vista como negativa, numa administração que deveria ser desprovida de ambição política, para assumir contornos que poderemos considerar de alguma modernidade, com os partidos a apresentarem oficialmente as suas listas de candidatos a vereadores.

Nos primeiros anos da Regeneração, os partidos políticos eram realidades incipientes e confundiam-se com as «parcialidades». José Miguel Sardica considera que nenhuma parcialidade em cena nos anos 50 teve o que quer que se assemelhasse a um regulamento interno ou a uma periodicidade estabelecida para as reuniões das suas comissões centrais, no contexto das eleições nacionais¹⁶². A investigação aqui desenvolvida comprova estas afirmações. Na capital, nas vésperas dos actos eleitorais, estas comissões centrais ou de grupos de cidadãos convidavam, através da imprensa da respectiva parcialidade os cidadãos eleitores a estarem presentes em reuniões preparatórias, abertas a todos os interessados. Também, como José Sardica defende, destas reuniões saíam eleitas presidências e secretários, cujas competências e poderes não duravam mais do que o período de tempo que decorresse até ao fim da eleição¹⁶³. À imprensa só chegavam as notícias das reuniões das parcialidades em época eleitoral, o que nem é de estranhar, dado que os «estados-maiores» partidários só se activavam nessas conjunturas¹⁶⁴. Em 1855, José Estevão defendia a criação de Comissões Centrais que organizassem a escolha dos candidatos a vereadores, da seguinte forma: «a lei regulamentar da eleição da câmara municipal de Lisboa era de origem popular, o seu

¹⁶² SARDICA, José Miguel, *A Regeneração Sob o Signo do Consenso (1851-1861)*, Colecção de Estudos e Coleções – 19, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2001.

¹⁶³ Em 1855, formou-se uma Comissão Central para escolher os candidatos à Câmara Municipal de Lisboa, constituída pelo Visconde Sá da Bandeira, Conde de Rio Maior, Conde de Mello, Visconde de Lornos de Algodres, Manuel António Vellez Caldeira Castelo Branco, José Maria do Casal Ribeiro, Anselmo Ferreira Pinto Basto, José Estevão Coelho de Magalhães, Inácio Quintino de Avelar, António Rodrigues de Sampaio, Dr. Tomás de Carvalho, Jacinto Augusto de Sant'Anna e Vasconcelos e por fim, Manuel de Jesus Coelho.

¹⁶⁴ SARDICA, José Miguel, «A vida partidária portuguesa nos primeiros anos da Regeneração». in *Análise Social*, nºs 143/144, vol. XXXII, 1997.

pensamento havia nascido nos comícios, e sido depois aceite pelo governo que transformou a lei. Nessa ocasião já se havia reconhecido a utilidade de localizar a escolha dos vereadores, a fim de remediar o abuso quase sempre seguido de recaírem as escolhas pela maior parte em indivíduos de um só bairro. Devido a isso, se estatuíra a lei, que dois dos vereadores deveriam pertencer ao bairro que nomeia, podendo o outro ser encontrado de entre todos os cidadãos hábeis do município, ou seja, a par do princípio descentralizador, reconheceu-se a utilidade de centralizar e de escolher as capacidades, onde quer que elas existissem. Para harmonizar pois este pensamento, para fazer com que a escolha dos diversos bairros seja homogénea e convergindo ao mesmo fim é que ele entendia necessária a eleição da comissão central.»¹⁶⁵

Em traços gerais, na análise da campanha eleitoral, existem elementos constantes e variáveis. A primeira constante era o facto de a maioria das eleições municipais servir de balança da popularidade do governo em períodos em que não se verificavam eleições para deputados; a segunda, era a realização de reuniões preparatórias para a escolha dos candidatos às eleições municipais, sendo que a variável encontra-se na origem dos promotores, que passam de grupos de cidadãos, para partidos ou parcialidades políticas. A terceira, uma campanha eleitoral principalmente efectuada através da imprensa, sendo a variável aqui, o teor do discurso e o assumir da participação de facções e parcialidades e, eventualmente, de partidos políticos.

Calendário eleitoral para as eleições locais em Lisboa e nacionais

Eleições locais	Eleições nacionais
10 de Novembro de 1849	
	Novembro de 1851
8 de Fevereiro de 1852	Dezembro de 1852
12 de Novembro de 1853	
30 de Novembro de 1855	
	9 de Novembro de 1856
22 de Novembro de 1857 (1)	
7 de Fevereiro de 1858 (2)	2 de Maio de 1858
9 de Janeiro de 1859	
6 de Novembro de 1859	
	1 de Janeiro de 1860
10 de Novembro de 1861	22 de Abril de 1861
8 de Novembro de 1863	
	11 de Setembro de 1864
12 de Novembro de 1865	9 de Julho de 1865

(1) Anuladas por acórdão do Conselho de Distrito de 11 de Dezembro de 1857; (2) Dissolução da Câmara Municipal de Lisboa por Decreto de 21 de Outubro de 1858.
 Fonte: Cadernos eleitorais das eleições municipais de Lisboa (1849-1865) – Arquivo Municipal de Lisboa - Arco do Cego; José Miguel Sardica, *A Regeneração Sob o Signo do Consenso (1851-1861)*, Colecção de Estudos e Colecções – 19, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2001.

¹⁶⁵ *O Português*, n.º 769, 20 de Novembro de 1855.

A periodicidade das eleições locais e nacionais era diferente. Enquanto as eleições para as câmaras municipais se realizavam de dois em dois anos, as de deputados eram quadriennais. Desta forma, as eleições locais obtinham um carácter de barómetro da popularidade do governo, especialmente os resultados eleitorais em Lisboa. O calendário entre os dois actos eleitorais raramente coincidia mas, quando tal sucedeu, em 1859 e 1861, a campanha eleitoral acabou por envolver ambas as eleições.

A campanha eleitoral para as eleições municipais em Lisboa centrava-se, sobretudo, na imprensa periódica da capital. Os principais jornais estavam intimamente ligados a personalidades ou facções políticas, fazendo estas eco das suas propostas ao eleitorado através da *A Revolução de Setembro*, de António Rodrigues de Sampaio, ligado ao partido progressista, mais tarde Regenerador; *O Português*, órgão oficial do partido progressista Histórico; a *Nação*, legitimista; *A Lei*, cabralista, entre outros.

Apesar de apoiarem candidatos diferentes ao longo dos diversos actos eleitorais, realizados durante a primeira fase da Regeneração, a imprensa lisboeta tinha um ponto em comum: a defesa das qualidades ideais de um candidato e o carácter de que deveria revestir a eleição.

Desde a década de quarenta que o processo eleitoral que antecedia a ida à urna era semelhante, ou seja, eram apresentados os candidatos em listas normalmente publicadas nos periódicos, trocando-se, por vezes, acusações ou críticas ao procedimento das vereações¹⁶⁶. Contudo, uma das piores acusações que se podia fazer a nível local, era a de se querer dar um cunho político à eleição da câmara municipal de Lisboa. Por tradição, talvez, pretendia-se que os candidatos à edilidade fossem independentes politicamente, sendo enaltecidas unicamente as suas qualidades de “bom-gosto” (ou falta dele) e de administradores da capital do reino. É preciso, contudo, notar que, pelo estudo efectuado até ao momento, estas eram apenas palavras num cenário em que as eleições municipais estavam já profundamente ligadas às parciais políticas. As evidências eram óbvias, com as listas concorrentes a serem publicadas em jornais considerados órgãos oficiais de informação do governo ou da oposição.

Era através da imprensa periódica que os cidadãos de Lisboa tomavam conhecimento das reuniões preparatórias, que tinham como principal objectivo a

¹⁶⁶ FERNANDES, Paulo Jorge, *As Faces de Proteu. Elites Urbanas e o Poder Municipal em Lisboa de finais do Antigo regime a 1851*, Colecção Lisboa Arte História, Lisboa, 1999, pág. 159-164.

escolha de candidatos para as eleições municipais. Estas reuniões eram organizadas por comissões políticas ou grupos de cidadãos. Antes da realização destas reuniões, dirigidas a um grande número de eleitores, verificava-se, por vezes, uma outra, na casa de determinado notável, onde um pequeno grupo de eleitores próximos escolhia os nomes que poderiam fazer parte das listas para os diversos bairros da capital, com o principal objectivo de evitar a dispersão de votos nas reuniões públicas que se seguiriam. Assim, em cada bairro a maioria dos votos beneficiava normalmente cerca de quatro a seis cidadãos, tendo os restantes votações insignificantes, praticamente o voto deles próprios (que podiam chegar atingir, como no bairro do Rossio, o número de 42 cidadãos com 1 voto, em 55 votados¹⁶⁷).

Um exemplo do processo descrito acima, deu-se em 1855, onde antes de uma reunião verificada no salão do Teatro D. Fernando, se havia realizado uma outra, de pequenas dimensões, na casa de José Estevão. O motivo porque esta fora circunscrita a um pequeno número de amigos, «foi por todos haverem concordado na conveniência de se promover essa reunião e na utilidade que dela se haviam de seguir, vista a importância da eleição da câmara da capital¹⁶⁸».

Por norma estas reuniões preparatórias obedeciam às mesmas regras, baseadas apenas em acordos de cavalheiros. Assim, e depois de ter sido publicitada nos periódicos a reunião e estando reunido no local número suficiente de eleitores, procedia-se à escolha de um presidente da mesa, de um secretário e de um escrutinador. Aos eleitores presentes eram, então, dados a conhecer os nomes dos cidadãos que a «comissão» encarregada da organização da reunião tinha escolhido como os mais capazes para a eleição municipal. Os eleitores podiam ou não concordar com os nomes, mas normalmente anuíam¹⁶⁹. A mesma assembleia resolvia que a mesa que presidia aos trabalhos se encarregasse de fazer constar a todos os eleitores do bairro o resultado da escolha a que se procedera, convidando-os ao mesmo tempo a não deixarem de comparecer no dia da votação nas respectivas assembleias eleitorais.

A criação das «comissões centrais» no período eleitoral utilizava a bem *oleada* eficiência das parcialidades, na capacidade de reunir eleitores em grandes espaços. A

¹⁶⁷ Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego, Livro de Actas da eleição da Câmara Municipal de Lisboa para o biénio de 1860-1861.

¹⁶⁸ *O Português*, 20 de Novembro de 1855, n.º 769.

¹⁶⁹ Por exemplo, a 3 de Janeiro de 1859 uma reunião com 91 eleitores na casa do despacho da Ordem Terceira, na Igreja do Menino de Deus, votou para candidatos os seguintes cidadãos: António Esteves de Carvalho – 91; José do Nascimento Gonçalves Correia – 91; Luís Caetano da Guerra Santos – 90.

título de exemplo, para as primeiras eleições municipais da Regeneração, a Comissão Eleitoral Progressista do Distrito de Lisboa, presidida pelo Duque de Loulé, organizou comissões eleitorais em todos os bairros de Lisboa, tendo como locais de reunião, para escolha dos candidatos, as seguintes moradas:

Bairro Alto	Casa do Visconde de Fonte Arcada, rua do Monte Olivete, n.º 26
Bairro do Rossio	Rua dos Fanqueiros, n.º 115
Bairro de Sta Catarina	Palácio n.º 54 da Rua de S. Miguel
Bairro da Mouraria	Casa do Despacho da Irmandade de S. José, na Rua da Fé
Bairro de Alfama	Calçada dos Barbadinhos, n.º 164
Bairro de Belém	Rua de Santa Ana, n.º 10

Fonte: *O Patriota*, Janeiro de 1852.

As parcialidades políticas estiveram sempre por detrás destes encontros. Contudo, – e voltamos a reforçar – numa primeira fase, essa presença não era assumida. Apesar de organizadas por determinada «parcialidade», as reuniões estavam abertas a todos os cidadãos, que escolhiam «qualquer que seja a parcialidade do candidato, homens de ciência, gosto e tacto administrativo»¹⁷⁰. Era sim, nas reuniões «primárias», realizadas nas residências de alguns notáveis, para uma «triagem» dos candidatos, a apresentar nas reuniões preparatórias, que se constituía, de certa forma, uma lista partidária¹⁷¹.

Nas reuniões preparatórias eram efectuadas acusações ou elogios à actuação da vereação cessante, assim como à relação do governo com a edilidade, o que demonstra que as “qualidades intrínsecas” dos candidatos não eram o único ponto em debate¹⁷². A discussão eleitoral era fértil em intriga política, nas vésperas das eleições municipais em Lisboa.

A intriga devia-se, sobretudo, à pequena distância entre a instituição municipal e parlamentar, tanto a nível político, como espacial. Como Miguel Sardica aponta, era em Lisboa que estava o topo da estrutura piramidal dos partidos ou parcialidades do tempo, constituída pelos «marechais», conceito que se confundia com os influentes do poder central e que cobria ministros (ou ministeriáveis), conselheiros, pares do Reino,

¹⁷⁰ *Revolução de Setembro*, 26 de Janeiro de 1852, n.º 2949.

¹⁷¹ Os candidatos escolhidos nas reuniões preparatórias, em Janeiro e Fevereiro de 1852, eram progressistas, como a *Revolução de Setembro* publicitava, ou como o *Patriota* gostava de referir, «são do nosso partido».

¹⁷² *Revolução de Setembro*, n.º 5006, 1 de Janeiro de 1859.

deputados e, mesmo, directores dos periódicos partidários mais importantes¹⁷³. Eram estas «comissões centrais», analisadas por Miguel Sardica num contexto de eleições nacionais, que encontramos igualmente nas eleições municipais em Lisboa.

Com as listas de candidatos escolhidas nas reuniões preparatórias e verificada a sua publicação na imprensa, começava uma segunda fase da campanha eleitoral. Era aqui que a imprensa desempenhava um papel fundamental, tanto através da publicação de manifestos eleitorais, apresentando as propostas de determinada parcialidade, como denunciando a actuação dos opositores.

Para as eleições do biénio de 1852 a 1853, foi apresentado um manifesto eleitoral vastíssimo pelo partido regenerador, que foi exposto de duas formas diferentes em dois periódicos, a saber, *O Patriota* e a *Revolução de Setembro*. O primeiro transcreveria o manifesto na íntegra – com os seus 36 artigos¹⁷⁴. O segundo, faria uma análise crítica à actuação da edilidade cessante, em sete grandes pontos¹⁷⁵.

O documento publicado no *Patriota* é de particular interesse porque refere os autores do manifesto para a eleição municipal de Lisboa, nada mais do que José Estevão, Júlio Máximo Oliveira Pimentel (que veio a exercer o cargo de presidente da edilidade, no biénio de 1858 a 1859) e Joaquim Tomás Lobo d'Ávila. O programa eleitoral destinava-se, em primeiro lugar, aos cidadãos que fossem eleitos, de forma a melhor administrarem a cidade, com a máxima «se a Regeneração for um facto, sê-lo-á também, para o nosso município».

Por o programa publicado no *Patriota* ser bastante extenso e abarcar várias áreas da administração municipal, o editorial reconhecia ser quase impossível respeitá-lo na totalidade, «nem o tempo, nem os meios, nem outras circunstâncias poderiam de algum modo chegar para isso¹⁷⁶». Existiam, contudo, dois artigos que deveriam ser cumpridos infalivelmente: dar a Lisboa mais e melhor água, através de uma melhor distribuição; e tornar melhor o piso das ruas. Os artigos sobre a salubridade eram também de urgente solução, segundo o mesmo programa.

O manifesto da *Revolução de Setembro*, com o objectivo de «informar» e «esclarecer» o eleitorado lisboeta para as eleições do seu município, tecia ao longo de quatro folhas de jornal, considerações sobre o governo municipal, sendo passados a

¹⁷³ SARDICA, Miguel Sardica, «A vida partidária nos primeiros anos da Regeneração», in *Análise Social*, n.º 143/144, vol.XXXII, pág. 751.

¹⁷⁴ *O Patriota*, 27 de Dezembro de 1851.

¹⁷⁵ *Revolução de Setembro*, 3 de Fevereiro de 1852.

¹⁷⁶ *O Patriota*, 27 de Dezembro de 1851.

penete em diversos sectores da actividade administrativa da edilidade, tendo por base, o desempenho da vereação do biénio antecedente. No entanto, apesar de pretender «esclarecer» a opinião pública, a *Revolução de Setembro* acabava por reconhecer que «o partido progressista não está no poder, mas pode estar na administração municipal de Lisboa, e nesta gerência dar modelos para o governo geral do Estado». Que melhor exemplo, para demonstrar a relação da câmara municipal Lisboa com o poder central.

O primeiro ponto do manifesto abordava a conta de despesa e receita da câmara municipal de Lisboa no ano de 1850, para que os eleitores pudessem observar as áreas de investimento camarário. A partir daqui, a *Revolução de Setembro*, apresentava críticas e sugestões sobre diversas áreas, como polícia da via pública; estradas, polícia geral; veículos; reforma da polícia municipal; obras efectuadas pela câmara em 1850 e águas. A apreciação geral à actuação da câmara municipal transacta era negativa, considerando-se que esta descuidava necessidades urgentes da capital e dos seus habitantes.

A base destes dois manifestos foi fruto do movimento do «partido nacional» nascido da Regeneração. Este cozinhado multipartidário - «pastelaria», como ficou conhecido – ficara completo para as eleições para deputados de Novembro de 1851, como um bloco de apoio à Regeneração, integrando centro-direita e centro-esquerda. Viabilizava-se, assim, a unificação da classe política num bloco centrista de apoio ao regime¹⁷⁷. É certo que essa amálgama teria vida curta, mas foi decerto esta «fusão» para as eleições municipais em Lisboa que originou uma vitória progressista esmagadora e o desamparo da urna por outras listas.

Um outro exemplo de um manifesto eleitoral para as eleições municipais em Lisboa foi publicado a 30 de Novembro de 1855, elaborado pela Comissão Eleitoral Central Progressista (histórica) que se reunira no salão D. Fernando. Era com a frase «O município é a vossa casa, o vosso lar, a vossa fazenda; por tradição histórica, por conveniência própria deveis zelar a sua administração¹⁷⁸», que a comissão central iniciava o seu manifesto aos eleitores de Lisboa, num apelo ao voto consciente e numa chamada de atenção à importância das eleições municipais para a cidade e mesmo para o país. Defendia também que a eleição municipal não devia ter cariz político, mas ser sim «uma eleição simplesmente administrativa¹⁷⁹», apontando a inércia, a indiferença.

¹⁷⁷ SARDICA; José Miguel, Ob. Cit., pág. 147.

¹⁷⁸ *O Português*, n.º 778, 30 de Novembro de 1855.

¹⁷⁹ *O Português*, n.º 778, 30 de Novembro de 1855.

os desacertos de direcção de gerência, a propagação dos maus princípios, da falta de entendimento e gosto, como consequências da má interpretação do sistema eleitoral.

A comissão central defendia a ampla liberdade nos sufrágios, a abstenção da autoridade e a legítima influência da opinião pública, como princípios que deviam regular toda a eleição. Defendia igualmente que todo o cidadão honrado e inteligente era capaz de administrar um simples pelouro, se este não exigisse senão a sua presença e o seu zelo pelo bem comum. Considerava que, para simplificar e corrigir a administração, para instaurar novas regras de gerência, ao zelo e inteligência era preciso acrescentar a instrução, «não como puro ornamento do espirito, mas como fonte, donde derivam as novas ideias e mais felizes progressos ¹⁸⁰».

Manifestos eleitorais destinados unicamente às eleições municipais, como os anteriores, são raros. São sim, muito mais abundantes, as denúncias e críticas à actuação de determinada parcialidade ou vereador, como também, as acusações de ingerência do governo na esfera municipal.

Recuemos até às eleições municipais em Lisboa, antes do pronunciamento do Marechal Saldanha, em Novembro de 1849. Já aí, a imprensa usara o seu poder para influenciar a opinião pública. Do lado do poder, o *Diário do Governo* declarava que através das eleições municipais se procurava, por meio de boatos, criar sisões no seio da maioria que apoiava o ministério, tirando força à acção governativa, desacreditando o governo e alienando a opinião pública ¹⁸¹. A *Revolução de Setembro*, alguns dias antes, tinha publicado uma pequena notícia referindo que a reforma dos quadros da administração de fazenda não seria publicada enquanto não se procedesse à eleição municipal. Acusava-se o ministério de parecer querer agiotar com os votos dos empregados públicos, para depois «dar-lhes como prémio a redução dos já reduzidos ordenados ¹⁸²». Eram igualmente efectuadas acusações à autoridade pública em Lisboa que «se assenhoreou dos direitos e regalias dos cidadãos e dos partidos. O presidente do conselho é presidente do centro director. A imparcialidade do agente da lei que deveria garantir a liberdade de todos é substituída pela parcialidade do agente de partido. A liberdade do eleitor designa-se pela propriedade do lugar das reuniões. A lista dos vereadores para a câmara municipal foi apurada no governo civil». As denúncias

¹⁸⁰ Fonte citada.

¹⁸¹ *Diário do Governo*, 15 de Novembro de 1849.

¹⁸² *A Revolução de Setembro*, 6 de Novembro de 1849, n.º 2291.

publicadas na imprensa da interferência do governo na escolha dos elencos governativos municipais sucederam em 1849, mas também durante toda a década de 50 e 60.

Logo em Novembro de 1853, nas eleições municipais para o biénio seguinte, e depois do regresso do conde de Tomar, que quebrara o seu silêncio político em finais de Agosto de 1852, a propósito do Acto Adicional, não foi sem alguma surpresa que nos periódicos *A Nação* e o *Português*, surgiram duas listas de candidatos a vereadores, que a *Revolução* acusava terem a mão do conde de Tomar ¹⁸³. Outro aspecto a reter na análise das listas apresentadas para esta eleição municipal, são as divergências, já latentes, entre progressistas regeneradores e progressistas dissidentes (que se assumiriam no ano seguinte¹⁸⁴) e a participação de legitimistas, que optavam pela abstenção, nas eleições nacionais ¹⁸⁵.

Como se poderá observar no quadro seguinte, as listas dos jornais *O Português*, *A Imprensa e a Lei* e *A Nação*, são exactamente iguais na sua composição, tendo colocado em primeiro lugar nas suas listas os candidatos de sua preferência política, revelando claramente os apoios políticos por detrás dos vereadores para a sua eleição. A repetição de nomes nas listas era normal, já que a popularidade de alguns dos camaristas sobrepunha-se muitas vezes a determinada parcialidade, além de que, neste período inicial alguns deles não estavam de todo ligados a algum partido político.

¹⁸³ *Revolução de Setembro*, n.º 3481, de 11 de Novembro de 1853.

¹⁸⁴ *O Português*, 11 de Agosto de 1854.

¹⁸⁵ SARDICA, Miguel, Ob. Cit., pág. 163.

Lista do <i>Português</i>	Lista da <i>Imprensa e da Lei</i>	Lista da <i>Nação</i>	Lista da <i>Revolução de Setembro</i>
Bairro de Alcântara - José António Pereira Serzedelo - Luís de Almeida Albuquerque - Geraldo José Braancamp Bairro Rossio - Conde do Sobral - Manuel Maria Ferreira da Silva Beirão - José António Ferreira Viana Júnior Bairro Alto - Aires de Sá Nogueira - Nuno José Pereira Basto - Barão da Vargem da Ordem Bairro de Alfama - Salustiano Damasceno Monteiro - Gaspar Joaquim Telles da Silva - António Ganhado Vieira Pinto	Bairro de Alcântara - Luís de Almeida Albuquerque - José António Pereira Serzedelo - Geraldo José Braancamp Bairro Rossio - José António Ferreira Viana Júnior - Manuel Maria Ferreira da Silva Beirão - Conde do Sobral Bairro Alto - Barão da Vargem da Ordem - Aires de Sá Nogueira - Nuno José Pereira Basto Bairro de Alfama - Gaspar Joaquim Telles da Silva - Salustiano Damasceno Monteiro - António Ganhado Vieira Pinto	Bairro de Alcântara - Luís de Almeida Albuquerque - Geraldo José Braancamp - José António Pereira Serzedelo Bairro Rossio - Manuel Maria Ferreira da Silva Beirão - Conde do Sobral - José António Ferreira Viana Júnior Bairro Alto - Aires de Sá Nogueira - Barão da Vargem da Ordem - Nuno José Pereira Basto Bairro de Alfama - Gaspar Joaquim Telles da Silva - António Ganhado Vieira Pinto - Salustiano Damasceno Monteiro	Bairro de Alcântara - José António Pereira Serzedelo - Geraldo José Braancamp - José dos Reis Sousa Bairro Rossio - Conde do Sobral - Joaquim Cândido da Costa - Francisco Manuel de Mendonça Bairro Alto - Aires de Sá Nogueira - João de Matos Pinto - Geraldo José Braancamp Bairro de Alfama - Dr. Alberto António Morais de Carvalho - Manuel Salustiano Damasceno Monteiro - António Esteves de Carvalho

Fonte: A Revolução de Setembro, 11 de Novembro de 1853.

A *Revolução de Setembro*, fazendo a voz do governo, ironizava, referindo que a oposição liderada pelo Conde de Tomar, tinha fabricado estas listas, tendo sido forçada a colocar nomes da lista progressista, revelando afinal «a fraqueza de se verem (...) obrigados a cobrir com alguns nomes respeitáveis, que deixaram em minoria, os outros que só podiam triunfar quando o recenseamento estava nas suas mãos e a lista era entregue ao votante¹⁸⁶».

Em resposta o jornal *O Português* contra argumentava que, se eram acusados de ter recebido do Conde de Tomar as listas por terem o Barão da Vargem da Ordem, então deveriam ser igualmente acusados de ter recebido as mesmas das mãos do conde da Barcarena e de estarem coligados com D. Miguel por terem três legitimistas nas suas

¹⁸⁶ *Revolução de Setembro*, n.º 3481, 11 de Novembro de 1853.

listas. Defendendo a pluralidade política nas suas listas, afirmava ter 5 candidatos progressistas, 4 cartistas e 3 legitimistas.

Ao publicar a sua lista na *Revolução de Setembro*, o partido progressista informava que esta era fruto das reuniões eleitorais realizadas nas diferentes freguesias de Lisboa, justificando que a repetição de um nome (Geraldo José Braancamp nos bairros de Alcântara e Alto) era a «prova que não houve acordo estranho nem imposição superior», numa clara referência às acusações de que as listas adversárias tinham o punho do Conde de Tomar. Como comprovativo de que os candidatos progressistas tinham sido eleitos democraticamente nas reuniões preparatórias, eram publicados os resultados da eleição no Bairro Alto, que se tinha realizado no dia 10 de Novembro de 1853 na Rua dos Mouros.

Contudo, a lista do partido progressista, apesar do que a *Revolução de Setembro* publicitava, não estava isenta de pressões e incongruências de que o jornal *o Português* rapidamente se fez eco. Na reunião preparatória no Bairro de Alfama, realizada a 8 de Novembro, numa sala do edifício do Menino de Deus, depois de apuradas 120 listas eram votados para candidatos à vereação, Bento José Gomes de Brito - com 63 votos; Álvaro Augusto Saraiva do Vale Abrantes - com 61 votos; e, António Esteves de Carvalho - com 54 votos, dizia o *Português*. Observando o quadro com as diversas listas, publicado na *Revolução de Setembro*, rapidamente se depreende que a lista de candidatos não correspondia à realidade da reunião, ao serem escolhidos os cidadãos Dr. Alberto António Morais de Carvalho, Manuel Salustiano Damasceno Monteiro e António Esteves de Carvalho.

A intriga política atinge maiores proporções quando, a 14 de Novembro (ou seja, o dia seguinte à eleição), é finalmente publicada na *Revolução de Setembro* uma carta do Dr. Alberto António Morais de Carvalho, datada do dia 11 do mesmo mês, dirigida ao redactor do jornal, António Rodrigues de Sampaio. Nesta carta, o remetente, ao tomar conhecimento da sua escolha para candidato à vereação municipal, pedia a publicação do aviso informando os eleitores que não aceitava a sua candidatura, nem a sua reeleição se tal viesse a suceder, bastando a consideração de poder a sua eleição por aquele bairro prejudicar o vereador Giraldes Barba. Argumentando que a desistência do vereador Morais de Carvalho daria vantagem à oposição, A. R. Sampaio não publicara a carta, apresentando documentos que revelavam uma luta entre os promotores dos candidatos no bairro de Alfama.

Esta questão iniciara-se na reunião preparatória daquele bairro, quando José Maria Frazão (mais tarde, deputado pelo partido Histórico), que pertencia à mesa, vê recusada a sua proposta de três nomes para a lista - Francisco Giraldes Barba, António Esteves de Carvalho e Manuel Salustiano Damasceno Monteiro. Efectuada a eleição, com o resultado atrás citado, José Maria Frazão pretende, no entanto, publicar a sua lista, iniciando uma campanha em defesa de Francisco Giraldes Barba.

Em resumo, A.R. Sampaio – ligado à facção regeneradora do partido Progressista - acabava por entrar em despique com José Maria Frazão – um «dissidente»- depois do último ter acusado o redactor da *Revolução de Setembro*, no *Português*, de querer manipular o sentido de voto dos eleitores do bairro de Alfama e de ter fabricado a lista na redacção do jornal ¹⁸⁷. Apesar, das justificações de A. R. de Sampaio, a lista publicada no seu jornal não teve origem em nenhuma reunião preliminar oficial. Confessou, por fim, surpreendentemente, que «será livre quem votar no meu candidato (referindo ao Dr. Alberto António Morais de Carvalho) e a tirania que eu exercer será a de ter apresentado um homem a que ninguém pode, sem pesar, negar o seu voto ¹⁸⁸». A lista da candidatura de Francisco A. M. Giraldes Barbas seria apelidada de «progressista dissidente¹⁸⁹».

Os resultados eleitorais foram arrasadores para a oposição ao partido progressista ¹⁹⁰. Todos os candidatos propostos por este eram eleitos, inclusive Geraldo José Braancamp, escolhido pelos dois bairros a que tinha concorrido.

No rescaldo destas eleições para biénio de 1854 a 1855, *A Revolução de Setembro*, apesar de ser indissociável da parcialidade no poder, voltava a negar essa ligação publicamente, depois de uma vitória eleitoral dos seus candidatos à edilidade: «o Governo não fez da eleição da câmara municipal uma questão política.(...) O ministério desejou e deseja somente que Lisboa escolha uma câmara digna da capital do reino.¹⁹¹» Eram inclusivamente feitas as pazes com a facção dissidente, do bairro de Alfama, onde tinham dado «batalha a alguns irmãos nossos» e, se «sucumbiram na luta, morreram briosamente apegados à bandeira comum. Tiveram uma vontade diferente da

¹⁸⁷ *O Português*, 12 de Novembro de 1853, n.º 178.

¹⁸⁸ *Revolução de Setembro*, 11 de Novembro de 1853.

¹⁸⁹ *Revolução de Setembro*, 15 de Novembro de 1853

¹⁹⁰ Desenvolvido no capítulo 4.6 «Resultados eleitorais em Lisboa durante a Regeneração».

¹⁹¹ *Revolução de Setembro*, 11 de Novembro de 1853.

nossa, mas não estenderam a mão ao conde de Tomar. (...) Honra e glória aos combatentes de uma e outra parte¹⁹²».

O biênio de 1858 a 1859 foi dos mais férteis em matéria de propaganda eleitoral na imprensa e de intriga política, depois de terem sido necessárias três eleições municipais para apurar a vereação que deveria entrar no exercício.

A primeira destas eleições (22 de Novembro de 1857) foi anulada por acórdão de Conselho de Distrito, tendo como principal causa a epidemia de febre amarela; da segunda (7 de Fevereiro de 1858), saiu uma vereação que se demitiu, em completa divergência com o governo, a propósito de competências e liberdades municipais, como foi já analisado atrás¹⁹³; a terceira e última (7 de Janeiro de 1859) apurou então a vereação que funcionou até ao final desse ano. A instabilidade do governo municipal e a campanha eleitoral para estas eleições foram o reflexo da crise política criada pelo primeiro ministério histórico de Loulé¹⁹⁴, que revelaria, em última análise, a fractura existente no partido Histórico, entre uma tendência representada por Loulé, que se inclinava para uma colaboração com os regeneradores, e uma tendência “radical”, que apostava, pelo contrário, na afirmação da autonomia da esquerda¹⁹⁵.

Nas vésperas de Janeiro de 1859, quando da última eleição municipal, Latino Coelho, na *Revolução de Setembro*, admitia que, apesar da câmara dissolvida ser histórica na sua quase totalidade, a reeleição não era um acto político ou de oposição, mas sim a defesa dos direitos dos munícipes que tinham eleito a câmara dissolvida. Por sua vez, o *Português* reagia violentamente a estes argumentos, defendendo que «os eleitores progressistas não podem deixar de aceitar a questão política no campo da eleição municipal. Até agora eleição era posta fora deste campo e trabalhámos promiscuamente nesta eleição sem diferença de partido. Hoje porém o caso muda de figura, a oposição fez política da eleição, reunamos aos nossos arraiais e vamos combater o inimigo. A reeleição significa uma desfeita à situação. O partido progressista deve correr à urna. Temos fé em que a vereação não será toda reeleita e não sendo toda, a oposição fica mais uma vez derrotada. Verdade é que na lista que

¹⁹² Fonte citada.

¹⁹³ No capítulo 3.2 «A defesa do municipalismo».

¹⁹⁴ O ministério histórico funcionou entre 1856 e 1859

¹⁹⁵ BONIFÁCIO, Maria de Fátima, «História de um nado-morto: o primeiro ministério histórico (1856-1859)», in *Análise Social*, n.º 157, vol. XXXV, 2001, pág. 989-1012.

apresentamos vão alguns membros da vereação dissolvida. Esse facto tem uma significação digna do partido progressista e honrosa mesmo para o governo ¹⁹⁶».

A *Revolução de Setembro* respondia, acusando o Governo de, na impossibilidade de compor uma vereação que subscresse a sua vontade e que fosse silenciosa com o desvio de verbas votadas para os melhoramentos municipais, procurar obter pelo menos uma maioria nesse sentido. Os meios que utilizava eram o de «formar uma lista dos vereadores cuja reeleição, mau grado seu, tem por infalível. Incluindo nela os nomes de certos indivíduos que, dispondo de algumas influências locais, pertencem às fileiras do governo, procura assim capciosamente levar à câmara quem não esteja moralmente obrigado, como sucede aos vereadores demitidos, a sustentar essa enérgica reclamação em prol dos foros do município e contra a recusa dos rendimentos que de direito lhe competem. Cumpre pois aos eleitores que desejam a reabilitação das regalias municipais, estar alerta para rebaterem as insídias desses homens que julgam poder dispor das nossas vontades com a mesma facilidade com que infelizmente têm podido carregar-nos de impostos, que aliás não vemos aplicados ao fim para que foram pedidos e votados ¹⁹⁷».

Com as terceiras eleições, a realizarem-se em Janeiro de 1859, em plena crise governamental suscitada pela questão das Irmãs da Caridade e o conflito luso-francês da barca *Charles et Georges*, que aqueceram os ânimos, principalmente em Lisboa, onde «era a primeira vez, desde as pressões radicais dos anos 30 e 40, que o *establishment* se via confrontado com a força da opinião pública¹⁹⁸», a edilidade afastou-se ainda mais do Governo. Várias vezes nas sessões camarárias a maioria dos vereadores referiu e criticou o papel do governo durante estas crises.

O *Futuro*, clamava no dia seguinte à eleição: «venceu a maioria da câmara transacta»; «o município triunfou; a cidade repeliu a afronta e deu ao governo uma lição severa¹⁹⁹». O *Português*, que apoiara a lista governamental, apenas comenta as eleições no dia doze, traindo o embaraço que o episódio da reeleição da câmara causara nas hostes ministeriais, noticiou os resultados sem qualquer comentário e a edição desse dia publicou-se sem o editorial do costume. Como Fátima Bonifácio reconhece, «afinal, todo o caso mais não era do que um lamentável sintoma dos desentendimentos

¹⁹⁶ *O Português*, n.º 1711, 8 de Janeiro de 1859.

¹⁹⁷ *A Revolução de Setembro*, n.º 5006, 1 de Janeiro de 1859.

¹⁹⁸ SARDICA, Miguel, Ob. Cit., pág. 258.

¹⁹⁹ *O Futuro*, 12 de Janeiro de 1859.

provocados pela prolongada indefinição do governo».²⁰⁰ O ministério histórico, acabaria por cair a 16 de Março de 1859, dois meses depois da eleição municipal em Lisboa.

O papel dos periódicos da capital (especialmente o *Português* e a *Revolução de Setembro*) era preponderante na disputa eleitoral nas vésperas das eleições municipais em Lisboa. A sua intervenção era, na maioria das vezes, o motor da participação nas reuniões preparatórias e no acto eleitoral em si. Mas para qualquer regra existe a excepção. Prova-o a eleição de Novembro de 1859 (e mais tarde, as de 1865), para o biénio seguinte, em que triunfante, o *Português* - que fizera campanha sozinho - publicou os resultados eleitorais, anunciando que apenas um dos seus candidatos não havia conseguido a eleição. Pelo contrário, a *Revolução de Setembro* não fazia uma única referência, quer às eleições, quer aos seus resultados. Esta atitude poderia até ser considerada normal, já que nem sempre este periódico publicara os resultados eleitorais, contudo, a falta de campanha e apelo ao voto, tão fortes nas eleições anteriores, constituiu sim, uma surpresa. A crise ministerial do governo regenerador do Duque da Terceira e a dissolução parlamentar que se seguiu - 23 de Novembro - , são talvez a razão para a imprensa histórica, na oposição, ter-se empenhado particularmente na eleição municipal, já que estivera abertamente contra a dissolução parlamentar²⁰¹.

Depois destas eleições, que tiveram, no entanto, pouco destaque na imprensa, as do biénio seguinte - Novembro de 1861-, seriam bem diferentes. De facto, foram cinco os jornais a fazerem assumida campanha eleitoral para estas eleições, além de acesos apelos ao voto: a *Revolução de Setembro*, o *Português*, a *Época*, a *Nação* e o *Diário Mercantil* (do Porto).

Para Miguel Sardica, o ano de 1861, «foi uma importante fronteira cronológica na Regeneração²⁰²». A força subversiva dos «meetings» e o potencial político da Associação Patriótica; os projectos de uma nova esquerda liberal, apadrinhados por José Estevão; o agravar das divisões no partido Histórico e o surgir de uma alternativa anticentrista e antifusinista, são novos pressupostos político-partidários, que marcarão a década de 1860²⁰³.

Apenas o *Português* apoiará a vereação em funções - ainda, histórica. Obviamente, tal iniciativa deve-se, em grande medida, ao facto de, na eleição municipal

²⁰⁰ BONIFÁCIO, Maria de Fátima, «História de um nado-morto: o primeiro ministério histórico (1856-1859)», in *Análise Social*, n.º 157, pág. 1001.

²⁰¹ Publicou inclusivamente um manifesto contra a dissolução do parlamento a 27 de Novembro de 1859.

²⁰² SARDICA, Miguel, Ob. Cit., pág. 292.

²⁰³ SARDICA, Miguel, Ob. Cit. Pág. 293.

anterior, ter apoiado e proposto a maioria dos vereadores em funções. Todos os outros jornais se apresentavam contra a vereação em exercício.

O jornal *A Nação*, católico e conservador, criticava abertamente a reeleição dos vereadores, tendo mesmo sido citado numa reunião preparatória a que adiante faremos menção. Este periódico demonstrava abertamente a sua desaprovação pela concessão da Igreja de Santo António da Sé para o ofício fúnebre pela alma do liberal conde de Cavour. Este jornal descrevia deste modo o significado de reeleger a vereação do biénio anterior: «A eleição da nova câmara municipal não tarda. Que fará o povo da capital? Votará pelos actuais vereadores? Negar-lhes-á o voto, como um testemunho público do arrependimento de ter eleito a moribunda municipalidade? Se a eleição for completamente livre, se o espírito de iludir e de sofismar não prevalecer, se os eleitores, pospondo quaisquer afeições atenderem exclusivamente aos interesses do município, que são os interesses deles, nenhum dos actuais vereadores será de certo reeleito. É verdade que os actuais vereadores contam com o apoio dos anti-papistas e de toda a imprensa maçónica. Mas por isso mesmo esperamos, que nenhum eleitor verdadeiramente católico deixará de repelir o nome de qualquer dos vereadores da câmara que vai ser substituída. Quem votar a favor de algum deles, sanciona um dos actos mais escandalosamente ímpios, que a história dos erros e das abominações contra Deus e contra a Igreja, tem já registado²⁰⁴ .»

Por seu turno, a *Revolução de Setembro* publicava um manifesto sobre as eleições municipais num tom mais institucional e solene. Apelava ao sentido cívico do acto, fazendo considerações surpreendentes sobre as qualidades a ter no desempenho das funções camarárias, afirmando que não importava que o operário fosse à vereação, se por baixo da blusa, pudesse estar uma vontade decidida e, por baixo do boné, uma cabeça que pensa. O raciocínio e o juízo «estão no talento, as nulidades nem sequer chegam a ter ideias»²⁰⁵.

Embora a *Revolução* defendesse que não era a política que deveria guiar a eleição, nem os princípios partidários, reconhecia «embora aí personalizadas todas as parcialidades, tenham todas as bandeiras políticas o seu representante na vereação; mas sejam eles dignos e capazes de administrar com proveito público as coisas da ordem municipal.(...) Ninguém ignora que a legislação municipal precisa ser reformada, que as atribuições da câmara têm sido cerceadas, sua receita diminuída, anulada sua

²⁰⁴ *A Nação*, 30 de Outubro de 1861, n.º 4175.

²⁰⁵ *Revolução de Setembro*, 5 de Novembro de 1861.

importância, por isso outras tantas razões militam, para que os eleitos anteponham ao desejo de ser vereador, o da dignidade desse mesmo cargo, preferindo a demissão ao ludíbrio e à vergonha.(...) Não creiam que a câmara municipal serve unicamente para fazer parte da procissão de Corpus Christi, ou para se mostrar brilhante, nos dias de grande gala, no teatro ou no cortejo. Não senhores: esta respeitável corporação inventou-se para administrar o município, e para isso deve vencer todas as dificuldades ou resignar os lugares quando o crédito do município assim o exija. Antes ser camarista com louvor um mês, do que sê-lo um ano debaixo da censura.²⁰⁶»

Também *A Época*, apelava precisamente ao mesmo, acusando igualmente o desleixo e o abandono do município²⁰⁷. *A Época* verificava que a Câmara Municipal de Lisboa, ao contrário de outras capitais europeias, não tinha à frente dos seus destinos cidadãos escolhidos «de entre os mais inteligentes, mais probos e prestantes», perguntando, tal como o manifesto da *Revolução de Setembro*, se não existiam na cidade de Lisboa cidadãos mais competentes para representarem e administrarem o município. A esta pergunta, o periódico respondia que sim, «todos sabem que sim, todos sabem que é uma vergonha para nacionais e estrangeiros a existência de uma câmara municipal sem a capacidade e a dignidade indispensável à sua missão.» Fazia igualmente alusão ao interesse que estas eleições estavam a ter na segunda cidade do reino e nas províncias e, apresentava os candidatos que julgava serem os ideais para os cargos a eleição:

Conde do Farrobo, par do reino

Visconde d'Benegazil, par do reino

Manuel António Vieira Pedro, proprietário.

D. Pedro Pimentel Brito do Rio, par do reino

Thomaz Maria Bessone, negociante e proprietário.

D. Luís de Mello Breyner, proprietário.

Sebastião José de Freitas, proprietário.

Joaquim Possidónio Narcizo da Silva, proprietário e arquitecto da casa real.

Francisco José da Costa Lobo, par do reino e proprietário.

Manuel Alves do Rio, proprietário.

Nuno José Pereira Basto, negociante e proprietário.

Dr. José Vicente Barbosa du Bocage, lente da escola politécnica e médica.

²⁰⁶ *Revolução de Setembro*, 5 de Novembro de 1861

²⁰⁷ *A Época*, 13 de Outubro de 1861, n.º 524.

Bacharel José Maria Gonçalves, advogado.

É, de facto, surpreendente o lote de indivíduos sugeridos na *A Época*, com quatro pares do reino e notáveis da sociedade lisboeta. Nem um seria eleito.

Até o dia da eleição, *A Época* não desistiu de exortar os cidadãos eleitores a fazerem uso do seu voto, recusando «o repreensível desleixo e criminosa indiferença dos eleitores da capital²⁰⁸». No manifesto deste periódico, era defendido o mérito dos indivíduos a escolher e que a luta partidária deveria estar afastada da eleição municipal, que «em breve tempo o povo vai ser chamado a eleger vereadores, e mister é que se não deixe iludir pelas facções, que substituem o interesse partidário ao do município (...) Eleger uma câmara por espírito de partido, é transformar o poder municipal em poder faccioso. que há-de sacrificar os interesses dos administrados aos interesses partidários. Assim, o bem-estar geral e mesmo a dignidade do indivíduo aconselha que os votos do povo, em vez de recaírem em indivíduos, cujo único merecimento é pertencerem a esta ou aquela cor política, recaiam sobre homens que possuindo os conhecimentos necessários, sejam assaz independentes para jamais sacrificarem os interesses e direitos municipais a conveniências de corrilho. Estas nossas reflexões que a experiência tem justificado, não são aceites pelos pseudo-liberais, que pretendem que todas as corporações, filhas da eleição, representem o espírito faccioso, embora a ele reúnam a mais reconhecida incapacidade. Querer da eleição municipal fazer um campo de luta facciosa, é para nós um erro de lesa-nação.»

Como jornal conservador, obviamente que, para os redactores da *A Época* (logo depois, aliado à *A Nação*) era chocante pretenderem serem eleitos para a vereação municipal indivíduos com profissões tão “desprezíveis”, como António Nunes, segeiro, artista no seu meio e regedor da freguesia das Mercês. É à sua escolha nas reuniões preparatórias que *A Época* faz referência e, pela negativa, citando o jornal portuense *Diário Mercantil*: «Houve ontem à noite (26 de Outubro) no escritório da *Política Liberal* uma reunião para a escolha dos candidatos à vereação da câmara municipal de Lisboa para o biénio de 1862 a 1863. A reunião parece que fora promovida pelo sr. Nunes, segeiro e regedor as Mercês, que se apresenta com veleidades de camarista. O certo é que reunião fora anunciada para as sete horas da noite. Às sete e meia estava corrido o escrutínio e não queria o presidente receber listas de pessoa alguma. Então começou uma grande desordem, houve pateada e assobio, todos queriam falar e afinal

²⁰⁸ *A Época*, 5 de Novembro de 1861, n.º 542.

de contas concorda-se em segundo escrutínio, cujo resultado ignoro, porque no meio da berraria houve ameaças entre concorrentes e o meu informador, que foi ali entrar como Pilatos no Credo, houve por bem retirar-se.

Estes comícios eleitorais são sempre mal feitos, votam neles ordinariamente, os que depois não têm voto nas eleições municipais e servem só ou para satisfazer a vaidade de algum ambicioso ou para deitar poeira nos olhos do público²⁰⁹». Apesar de, por detrás das críticas aos comícios eleitorais, estar o episódio do regedor das Mercês, a acusação de estarem presentes nas reuniões preparatórias cidadãos que não podiam votar era verdadeira, como é revelado pelos convites eleitorais para as mesmas, onde se apela à presença de apenas “cidadãos recenseados”, escrito com letras capitais. Apesar do “informador” do *Diário Mercantil* não ter assistido ao segundo escrutínio, o resultado deste foi o seguinte: António Nunes, 230 votos; Nuno Severo de Carvalho, 228 votos; João Luís Morais Mantas, 235 votos.

Ao mesmo tempo que eram publicadas as críticas à reunião e escolha dos candidatos na redacção do *Política Liberal*, o jornal o *Português* publicava na secção de correspondência duas cartas enaltecendo a escolha daqueles, a primeira a 29 de Outubro²¹⁰: «Apraz-nos muito ver que entre estes nomes figura o de um artista (António Nunes), cuja probidade todos conhecem e apreciam. Vê-se que os artistas vão ganhando importância no mundo político com o que muito folga a causa popular. A escolha do sr. Nunes não podia ser mais acertada, pelo que damos os nossos sinceros parabéns aos eleitores do Bairro Alto, que aquele honrado artista tão dignamente vai representar.»

E a segunda, a 5 de Novembro²¹¹: «Devendo ter lugar no dia 10 do corrente a eleição para vereadores da câmara municipal e tendo-se por isso feito algumas reuniões preparatórias, não podemos deixar de nos congratular com os eleitores do Bairro Alto, por terem escolhido os srs. António Nunes, Nuno José Severo de Carvalho e João Luís de Morais Mantas.

Nós folgamos que o sr. António Nunes, artista honrado e benquisto de todos os moradores das Mercês, pelos bons serviços que lhe há prestado, e o sr. Severo de Carvalho, que tão importantes serviços prestou na freguesia da Pena, por ocasião da febre amarela, que sejam assim lembrados para o cargo de vereadores, pelo que sinceramente damos os parabéns aos eleitores do Bairro Alto.»

²⁰⁹ *A Época*, 3 de Novembro de 1861.

²¹⁰ *O Português*, 29 de Outubro de 1861, n.º 2547.

²¹¹ *O Português*, 5 de Novembro de 1861, n.º 2552.

As tentativas por parte de *O Português* para defender o candidato António Nunes, não surtiriam efeito. Perderia a eleição, sendo derrotado por João Frescata, que oficializa a candidatura a 6 de Novembro: « Ouvimos que alguns amigos do sr. João Maria de Figueiredo Frescata o propõem para candidato a vereador pelo Bairro Alto. A escolha é acertadíssima, porque conhecemos poucas pessoas tão activas e prestantes. O pelouro que for distribuído ao sr. Frescata e o município em geral, hão-de ganhar com a estada do actual empresário de S. Carlos, na Câmara Municipal de Lisboa.» Este manifesto anónimo, a favor de um candidato a vereador, congregava à sua volta um grupo de apoiantes, que publicavam estas mensagens na imprensa²¹².

O jornal, continuaria contudo, a apoiar oficialmente António Nunes, com a publicação da seguinte lista às eleições²¹³:

Bairro de Alfama

António Esteves de Carvalho

João Luís de Carvalho

Luís Caetano da Guerra Santos

Bairro do Rossio

José Isidoro Guedes

José Joaquim Alves Chaves

Gregório Vaz Rans de Campos Barreto Froes

Bairro Alto

Nuno Severo Ribeiro de Carvalho

António Nunes

João Luís Morais Mantas

Bairro de Alcântara

Luís de Almeida e Albuquerque

Visconde de Porto Côvo

Martinho Augusto da Cruz Tenreiro

²¹² Tanto no *Português* como na *Revolução de Setembro*.

²¹³ *O Português*, 10 de Novembro de 1861, n.º 2557.

Individualmente, concorria também, José do Nascimento Gonçalves Correia, que não estava incluído em nenhuma lista oficial. O *Português*, no manifesto eleitoral, entre apelos à participação eleitoral e qualidades pretendidas para a vereação, efectuava duras críticas à candidatura de Gonçalves Correia e à sua obstinação na reconquista do cargo²¹⁴:

«Vamos em poucas horas eleger os camaristas que têm de compor a nova vereação que há-de funcionar no próximo biénio. Esta eleição não nos deve merecer menos importância que a dos deputados. Infelizmente porém temos abandonado a urna em semelhante ocasião e desse desleixo, que reverte em prejuízo do município, somos nós os culpados.

É forçoso também dizê-lo. Não basta concorrer à eleição em grande número, é necessário que os que ali vão exercer tão sagrado direito, o desempenhem de modo que o resultado não envergonhe eleitores e eleitos.

Entendemos que para uma eleição de deputados se possam pôr de parte as qualidades indispensáveis a um bom legislador, para somente se atender à paixão partidária e à conveniência de corrilho. A política a isso pode obrigar, mas numa eleição municipal inteiramente estranha às efervescências do bando, não se compreende como às vezes o analfabeto está no senado exercendo um lugar que de direito compete ao homem instruído.

E o que temos visto até hoje? A ignorância empolgando algumas das cadeiras camarárias; servindo-se destas, não para que o município obtenha os melhoramentos de que precisa, mas para que eles os vereadores se revejam no prateado das fardas.

São gratuitas as funções camarárias, delas resultam senão dissabores, dizem-no os vereadores constantemente. Pois se é assim como é, como cremos, como se justifica então o veemente desejo que tendes de ocupar um lugar, que vos rouba tempo para os vossos negócios particulares, capital o mais precioso e que vos obriga a fazer despesa? Não compreendemos. Ou sois egoístas ou parvos. De duas hipóteses escolhei a que mais vos aprouver. Vivem desgostosos e acabrunhados, mas no entanto vão pedindo a este e aquele que lhes dê mais dissabores, que lhes roube mais tempo e que os obrigue a fazer mais despesa!!!

²¹⁴ *O Português*, 9 de Novembro de 1861, n.º 2556.

Se é a honra que mais uma vez os impele a mais uma vez ocupar essas cadeiras, esse desejo está demasiadamente satisfeito com o biénio em que servistes, e não deveis ser tão egoísta que queirais somente para si a honra de ser vereador.

Só por este lado é que se pode justificar o desejo com que diversas vezes temos visto os camaristas a trabalharem pela sua reeleição. Há poucos como o sr. José do Nascimento Gonçalves Correia. (...)»

A *Revolução de Setembro* fazia referência ao comício eleitoral organizado pelos eleitores da Associação Patriótica. Foi precisamente neste ano de 1861, que esta associação anticlerical, surgida aquando das campanhas anticongreganistas de 1857-1858, se assume como «uma arma política de pressão exterior sobre o *establishment* monárquico²¹⁵». Já em 10 de Março de 1861, organizara um *meeting* no Rossio, com meio milhar de participantes que, de palco discussão política, passou rapidamente a manifestação popular que, tomou a direcção da residência do marechal duque de Saldanha, onde lhe pediu que fosse intermediário do povo numa petição ao Paço. Chegava ao fim, segundo Miguel Sardica, «a década dourada da estabilidade “pasteleira”, em que o poder não tinha de se preocupar com a rua²¹⁶». Estes acontecimentos levariam, eventualmente, à queda do governo de Loulé a 27 de Março, do mesmo ano.

Grande parte da sessão organizada pela Associação Patriótica, fora sim, dominada pelas críticas a artigos publicados no jornal *A Nação*, a que aqui já fiz referência. Na reunião, o secretário Salema Garção referindo-se ao artigo «em que se instiga o povo da capital a não reeleger a câmara actual para demonstrar a sua desaprovação pela concessão da Igreja de Santo António da Sé para o officio fúnebre pela alma do liberal conde de Cavour²¹⁷; fez várias considerações tendentes a provar que o povo da capital deve aceitar a luva que lhe lançou a redacção, correndo à urna a reeleger a câmara actual, como prova de reconhecimento e gratidão pela maneira

²¹⁵ SARDICA, Miguel, Ob. Cit., pág. 284.

²¹⁶ Idem, Ibidem, pág. 288.

²¹⁷ Conde Camillo Benso de Cavour (1810-1861), um dos responsáveis pela unificação dos estados da Península Itálica e fundador da Itália contemporânea. Cavour capitalizou o sentimento anti-papista, depois da recusa de Pio IX em apoiar a aliança contra a Áustria, em 1848. Em política interna preocupava-se em afirmar a liberdade individual, a liberdade de imprensa e a dos cultos, combate o clero, cuja influência se encarrega de limitar, faz vender os bens eclesiásticos improdutivos e arrebatava às ordens religiosas o monopólio do ensino. Deve-se a ele a aclamação de Victor Emanuel II, rei de Itália; a escolha de Roma, para capital do reino da Itália; consegue a anexação da Toscana, Modena, Parma, Nápoles, Sicília e parte dos Estados Pontifícios. Morre poucos meses depois da proclamação de Vítor Manuel II como rei de Itália.

altamente honrosa para o país, com que a câmara andou nesta questão²¹⁸.» A polémica acerca do ofício fúnebre pelo conde de Cavour estalara no momento em que a câmara municipal autorizara a sua realização na Igreja de Santo António, administrada pela edilidade, quando nenhuma outra igreja de Lisboa aceitara abrir as suas portas para realizar este acto. A imprensa conservadora, designadamente a *Nação*, como já vimos, reagiu violentamente contra esta decisão, ao acusar a edilidade de não representar os seus habitantes, tomando uma decisão que atentava contra a vontade da maioria. Obviamente, em campo oposto, defendendo esta decisão estava a Associação Patriótica, que já obtivera em Março uma vitória relativa contra as Irmãs da Caridade²¹⁹. O ataque ao artigo da *Nação* tinha também uma forte razão de ser, a homenagem ao Conde de Cavour tinha sido organizada por membros da Associação Patriótica²²⁰.

Os esforços da *Nação* para afastar os eleitores da urna e a vereação dos seus cargos, resultaram num imenso fracasso. Sinal, talvez, da grande força que a Associação Patriótica já detinha na capital.

Voltar-se-ia a assistir a uma nova batalha política entre o governo e a oposição, tendo como campo a edilidade lisboeta nas eleições seguintes, para o biénio de 1864 a 1865, tendo a campanha eleitoral sido cerrada e recheada de episódios. Os apelos eleitorais não foram meros apelos ao voto, mas sim, verdadeiros reptos à luta eleitoral e argumentos de apoio ou crítica ao governo.

Agendadas para 8 de Novembro de 1863, estas eleições marcaram, possivelmente, o fim de uma era, em termos de política local em Lisboa, e o início de uma outra. Pela primeira vez, as listas tiveram o apoio explícito tanto do governo, como da oposição. O governo presidido por Loulé e apoiado pelo partido progressista histórico bater-se-ia contra uma coligação “cabro-regeneratória-miguelista”²²¹.

A *Revolução de Setembro*, que apoiaria a lista da oposição, seria o primeiro jornal a lançar as hostilidades, num artigo caracterizado por uma dureza que não era habitual encontrar: «Abaixo os vereadores. É este o brado uníssono de quase todos os habitantes de Lisboa ao verem aproximar-se o dia em que hão-de ir à urna votar os cargos para a vereação para o próximo biénio. Câmara sonolenta, inábil e incapaz, que só despende em futilidades os dinheiros do município, que não dá remédio aos males que têm afligido os moradores de Lisboa; que não faz cumprir as suas determinações;

²¹⁸ *A Revolução de Setembro*, 5 de Novembro de 1861.

²¹⁹ SARDICA, Miguel, Ob. Cit., pág. 285.

²²⁰ *A Nação*, 3 de Novembro de 1861.

²²¹ *O Português*, 6 de Novembro de 1863, n.º 4057

que não curou dos nossos mais caros interesses; que não sabe nada de administração municipal; que zomba connosco e que não nos representa dignamente. Este brado é espontâneo e irá obrigar os cidadãos a irem à urna e a não abandonarem a eleição ²²².»

A primeira movimentação para as eleições, verificou-se a 20 de Outubro de 1863, no Centro Progressista (Histórico), numa reunião preparatória para escolha de candidatos a vereadores pelo bairro de Alcântara²²³.

As listas apresentadas, tanto pela *Revolução*, como pelo *Português* (apoando o governo), de início não fazem qualquer referência ao apoios “oficiais”, contudo, é notória a ausência de nomes comuns às listas como sucedera noutras eleições. As listas para a vereação municipal foram apoiadas publicamente pelos principais partidos políticos com assento parlamentar. A lista do *Português* é publicada a 31 de Outubro e a rival a 5 de Novembro.

Eram as seguintes:

Lista governamental (Histórica)	Lista da oposição (Regeneradora-cartista)
Bairro do Alfama Barão de Santa Engrácia Augusto César Almeida Francisco José Coelho	Bairro do Alfama Frederico Zacarias de Oliveira Sousa Luís Caetano da Guerra Santos Luís de Carvalho Daun e Lorena
Bairro do Rossio Gregório Vaz Rans de Campos Barreto Froes José Joaquim Alves Chaves Policarpo José Lopes dos Anjos	Bairro do Rossio António José Pereira Serzedelo Júnior Carlos Miguel Augusto May Figueira Conde de Paraty
Bairro Alto Barão de Alenquer João de Matos Pinto Nuno José Severo Ribeiro de Carvalho	Bairro Alto Francisco Rodrigues Colares José Isidoro Viana Manuel José Mendes
Bairro de Alcântara José Carlos Nunes António Pedro Sobral Francisco Romano d’Almeida Câmara Manuel	Bairro de Alcântara José Carlos Mardel Ferreira José Maria Eugénio de Almeida Luís de Almeida Albuquerque

Fonte: *A Revolução de Setembro* e o *Português*.

O *Português* comentava desta forma os seus candidatos e os adversários: «No domingo 8, deve ter lugar a votação nas diversas assembleias paroquiais e convidamos os eleitores para que não desamparem a urna, prevenindo aqueles que seguem a nossa bandeira política, que não se deixem iludir com outra qualquer lista a não ser esta, não deixando vingar os planos dos regeneradores, que pretendem levar aos cargos

²²² *Revolução de Setembro*, 29 de Outubro de 1863, n.º 6435.

²²³ *O Português*, 22 de Outubro de 1863.

municipais unicamente pessoas filiadas no seu grémio, e que muitas delas não têm títulos alguns à simpatia e consideração dos habitantes da capital.

Esperamos, pois, que no domingo a urna não seja abandonada e que os nossos amigos políticos farão todos os esforços para que em todos os quatro bairros sejam eleitos para seus representantes da câmara municipal os cavalheiros indicados na lista, que lhe recomendamos.»

As referências à “bandeira política” são claras, revelando a cada vez maior politização da eleição municipal. A *Revolução de Setembro* efectuava os seus ataques de forma mais subtil e indirecta. Fazia referência a uma crise ministerial em vésperas da eleição municipal, uma hipotética divisão no governo e, igualmente, a irregularidades nas contas na câmara municipal de Belém ²²⁴. As contas desta, que tinham sido chumbadas pelo governo e pelo Rei, que não as assinara, a 3 de Julho de 1862, mais de um ano depois, eram utilizadas como argumento para demonstrar a incompetência da edilidade.

Em resposta às denúncias da *Revolução de Setembro*, o *Português*, tornava públicas as suas acusações: «Parece que a política devia ser estranha à eleição da câmara municipal, que terá lugar no dia 8 do corrente. Mas a oposição não o entendeu assim, miguelistas, regeneradores e cabralistas, os reaccionários e os lazaristas enfim acabam de declarar política a eleição da câmara municipal de Lisboa e a de Belém, como se vê pela “Revolução” de hoje, órgão da coligação. A oposição quer dar batalha ao partido histórico nesta questão. Este partido não pode deixar de correr unido como um só homem, à urna, depois que a oposição declarou políticas as eleições das câmaras de Lisboa e Belém. Quem não está com a oposição, não pode deixar de votar com a lista do partido histórico, que é a que se lê no alto do nosso jornal. Os nossos correligionários compreendem bem a importância do resultado da eleição pelo lado político, desde que a oposição acaba de apresentar uma lista, em que figuram indivíduos bem conhecidos pela sua política altamente reaccionária.

Eleitores de Lisboa e Belém. A coligação cabro-regeneratória-miguelista, quer dar batalha ao partido liberal na eleição camarária. Mostremos aos coligados, que os eleitores de Lisboa e Belém estão sempre abraçados ao pendão liberal e à causa do rei constitucional e das instituições livres ²²⁵».

²²⁴ *Revolução de Setembro*, 7 de Novembro de 1863, n.º 6443.

²²⁵ *O Português*, 6 de Novembro de 1863, n.º 4057.

No dia seguinte, o *Português* lançaria novas achas à fogueira, em resposta a rumores tornados públicos pela *Revolução*, de uma possível crise ministerial: «A coligação tocou a rebate na questão da eleição da câmara municipal de Lisboa. Têm-se empregado todos os meios. E à ultima da hora a *Revolução* inventou uma crise ministerial. Em havendo eleições, usam destes meios, já muito conhecidos sabidos.

A *Revolução* fala hoje em mil coisas e faz figurar o sr. ministro do reino como cheio de dificuldades na direcção dos negócios públicos. E a propósito disso fala em “questões de casamentos”. Há aqui por parte da *Revolução* alguma insinuação pífida, alguma infâmia própria do redactor principal do jornal da coligação. Mas nós pedimos solenemente à *Revolução* para que declare o que quis dizer, falando em “questões de casamentos”. Se há escândalo, tenha ela a coragem de o tornar público; se há calúnia da sua parte, é preciso que a engula. O ministério está unido, firme no seu posto, e não há crise de espécie alguma. Em crise permanente está a opposição. Fiquem sabendo os eleitores de Lisboa, que os últimos artigos do jornal são uma trica eleitoral.

Cabralistas, lazaristas, miguelistas e regeneradores, vão à urna dar batalha na eleição da vereação municipal de Lisboa. Os artigos da *Revolução* e *Conservador* assim o declaram. Em tais circunstancias cessou toda a questão de pessoas. A eleição da câmara municipal de Lisboa converteu-se, depois da attitude que acaba de tomar a opposição, numa eleição política.

Eleitores de Lisboa!

Os defensores do ensino lazarista, os que queriam que el-rei o senhor D. Luís casasse com a cunhada do déspota Francisco II de Nápoles, os que chamaram herege ao imortal Conde de Cavour, os sectários de Costa Cabral, os amigos de António Rodrigues de Sampaio, os homens do contratos Erlanger, Salamanca e Langlois, querem dar batalha ao partido liberal.

Corramos pois à urna contra eles, contra os homens do *affidavit* de Londres, contra os regeneradores da *Revolução*, contra os sectários do usurpador D. Miguel.

Ninguém falte à urna. O combate é no Domingo. De um lado está a reacção, a corrupção e a imoralidade; do outro o partido histórico, o único que pôs termo à questão das irmãs da caridade, que teve força para acabar com a absurda instituição dos morgados, que promoveu a desamortização e que dotou este país com uma lei hipotecária. À urna eleitores, à urna com a lista liberal ²²⁶.»

²²⁶ *O Português*, 7 de Novembro de 1863, n.º 4058.

A partir deste momento a eleição extravasou claramente o município de Lisboa, colocando na arena política questões parlamentares, relacionadas com a política interna de Portugal. O *Português*, em nome do Partido Histórico, fazia referência a escândalos políticos que remontavam a 1850, como o *affidavit*, até à questão, já analisada neste capítulo, do serviço fúnebre do Conde de Cavour; passando pelos empréstimos contraídos no estrangeiro e ligações ao Partido Legitimista. O Partido Histórico, não deixava também de fazer referência às suas vitórias políticas alcançadas com a expulsão das Irmãs da Caridade e o fim dos morgados.

A *Revolução de Setembro* no dia da eleição faria novo apelo aos eleitores de Lisboa, acusando que « se toda a gente séria fosse votar, acabava este indecente tráfico de multas e de votos²²⁷ que faz continuar uma vereação, que tanto mais se perpetua quanto menos escrupulosa é, porque se vale dos meios indecentes a que nunca recorrem homens de bem. Alguns vereadores, perdidos e desconsiderados foram procurar o apoio do governo! Já é vontade de salvar o município! Não são os eleitores que os querem eleger. São eles que querem fazer mais serviços! Procuram os cargos gratuitos com mais empenho do que o pretendente mais insofrido procura um emprego lucrativo! Se as coisas continuam assim é necessário que a lei proveja e que venha em auxílio do município. É necessário proibir a reeleição para acautelar liberdade e a fazenda da cidade²²⁸ .»

O tom do discurso não se comparava, contudo, ao dos artigos do *Português*. As críticas ao processo eleitoral e ao governo eram acusações que em período de eleições poderíamos considerar normais, demonstrando a proposta de legislar contra a reeleição de vereadores fraqueza e receio de resultados futuros. A inépcia na argumentação revelada através da resposta às críticas do *Português* (e por sua vez, ao governo), tiveram clara importância na escolha, por parte dos eleitores, da vereação municipal.

A 10 de Novembro eram conhecidos os resultados eleitorais. A derrota da oposição era esmagadora e obviamente o *Português* fazia soar as trombetas do triunfo:

«O partido histórico entendia que a eleição da câmara municipal não devia ter um carácter político. Mas a oposição declarou pelos seus jornais que fazia questão política da eleição das vereações de Lisboa e Belém. E o partido histórico que não

²²⁷ Uma das acusações normalmente feitas aos cabos de polícia e zeladores era de fazerem chantagem com os eleitores através de multas, perdoando-lhas se estes votassem em determinados candidatos.

²²⁸ *Revolução de Setembro*, 8 de Novembro de 1863, n.º 6444.

padeceu jamais da doença do medo, aceitou a questão nesse terreno e proclamou aos seus soldados.

Viu-se ontem (dia das eleições) mais uma vez a firmeza e espirito liberal do velho partido progressista. A coligação cabro-miguelista-lazaro-regeneratória uniu e empregou na lista todos os seus esforços, não poupou meio algum, serviu-se de meios os mais desleais e traiçoeiros, anunciando até que o governo estava em crise. Insinuações as mais infames apareceram no jornais da coligação, contra alguns dos actuais vereadores que se propunham à reeleição.

Cabralistas, miguelistas, lazaristas e regeneradores correram à urna. E a sua derrota foi uma derrota vergonhosíssima, porque se revelou nela a imensa fraqueza e a grande impopularidade das facções coligadas.

O velho partido progressista mostrou mais uma vez o que pode e o que é. E deu uma prova manifesta da sua confiança num ministério composto de homens honestos, reformadores e liberais.

Quando a opposição caluniava o governo a propósito do empréstimo com a casa Stern de Londres, a essas calúnias responderam os eleitores de Lisboa e Belém, dando uma grande e indisputável prova da sua confiança no actual ministério.

O conde de Tomar chamou a capítulo a sua gente e mandou-a auxiliar com todas as suas forças as listas da opposição. O conde de Peniche, antigo cabralista, escreveu a amigos e adversários políticos, pedindo-lhes que salvassem a coligação. O sr. Luís da Câmara Leme dirigiu-se aos oficiais dos corpos. O sr. Aguiar não poupou meio algum para conseguir o seu fim. O sr. Fontes Pereira de Melo escreveu às pessoas que não conhecia e de quem só se diz amigo em alturas de eleições. O sr. Conde de Paraty pediu votos nas lojas e nos quartos andares. O miguelismo ordenou, em nome do *rei chegou*, que se corresse à urna com a lista da opposição. O sr. Viriato Sertório escrevia bilhetinhos. Enfim, gastaram tempo e papel, também o sr. António Rodrigues de Sampaio se apresentou a pedir votos, como se vê do seguinte documento, em que o famoso ex-guarda supra faz de criado de libré dos srs. Aguiar e Fontes Pereira de Melo: “Il.mo sr. – Tendo de proceder-se no próximo domingo, 8 do corrente, à eleição dos vereadores que hão-de compor a nova câmara municipal de Lisboa, os abaixo assinados têm a honra de rogar a V. Ex.^a que compareça na assembleia eleitoral da sua freguesia e tome parte da eleição e enviam a V. Ex.^a a lista junta, esperando que ela possa merecer o seu voto e o seu apoio. Lisboa, 6 de Novembro de 1863, Joaquim António de Aguiar. António Maria Fontes Pereira de Melo e António Rodrigues de Sampaio.”

Esta carta circular tirou grande número de votos à oposição, porque ela não vencia de modo algum, mas a sua lista não teria tantas antipatias se não fosse recomendada pelo sr. António Rodrigues de Sampaio. (...) A derrota da coligação foi monumental.²²⁹»

O conteúdo destas cartas é um verdadeiro documento à forma como se efectuava a campanha eleitoral em Lisboa, no início da década de 1860.

A resposta da oposição, derrotada, a estes resultados não se fez esperar. Logo a 11 de Novembro lia-se na *Revolução* «houve ontem a eleição da câmara e venceram-na os zeladores, os regedores e os cabos de polícia. A oposição não empenhou combate. Quis deliberadamente abster-se de tomar qualquer iniciativa, para que a sua participação não parecesse revelar intuítos políticos que não queria ter”.

No *Conservador* lia-se também: “Triunfaram os galopins do governo. Triunfou o escândalo, a prepotência, a inépcia e o analfabetismo. Os vereadores eleitos representam o sr. Braamcamp, representam os administradores dos bairros, os regedores de paróquia, os cabos de polícia e todos os galopins eleitorais, que se puseram às ordens de um governo notoriamente reaccionário e reconhecidamente inimigo de todas as liberdades. O sr. ministro do reino pôs em prática meios indignos para conseguir o triunfo dos candidatos do governo: promessas, ameaças, corrupções, veniagas, tudo enfim, de que é capaz um ministro de uma facção audaz e menos escrupulosa”.

Pelo contrário, o *Português* apresentava um «testemunho insuspeito» da intervenção da autoridade no acto eleitoral, a *Gazeta de Portugal*, «folha que todos sabem não se afecta ao governo. Pois diz hoje a *Gazeta* no *bolletin pour l'étranger* o que se vai ler: “Les élections municipales ont eu lieu hier dans la capitale. Cet acte constitutionnel a été accompli en pleine liberté. Les ministériels patronnaient une liste. L'opposition protégeait une autre. Le scrutin a été favorable aux amis du gouvernement”. Esta é a verdade. Houve plena liberdade, as autoridades do governo não exerceram a menor pressão sobre os eleitores e até algumas em Lisboa e Belém se puseram ao serviço da oposição, consentindo o sr. governador civil tais actos em silêncio, que são intoleráveis em autoridades de confiança. Se houvesse alguém a queixar-se, seriam os amigos do governo, os amigos dedicados, vendo-se eleitoralmente hostilizados pelas autoridades de confiança do governo. A *Gazeta* declara, e declara com verdade, que a oposição fez questão política da eleição municipal. A *Revolução*

²²⁹ O *Português*, 10 de Novembro de 1863,

falta redondamente à verdade, quando diz que a oposição se absteve de qualquer intervenção na luta eleitoral. O velho caluniador da *Revolução* não se peja de faltar à verdade por tal modo, quando é sabido que todas as facções oposicionistas se empenharam fortemente no combate, gastando nele toda a pólvora que tinham.

Quanto aos insultos dirigidos aos doze vereadores eleitos, a quem o *Conservador* chama “mediocridades reconhecidamente inábeis”, só temos de responder que camaristas inteligentes e hábeis deviam ser os srs. Mardel, Zacarias, Guerra Santos, Manuel José Mendes e conde de Paraty, sem esquecer o sr. Serzedelo Júnior, cuja ciência económica há de espantar o século XX, visto que o século XIX é de pedaços de asnos.²³⁰»

As eleições municipais para a câmara de Lisboa para o biénio de 1866 a 1867, acabaram por ser a antítese das anteriores. O acordo de regime parlamentar conhecido pela «Fusão» influenciou, e de que maneira, a participação eleitoral.

A campanha eleitoral nas vésperas do acto eleitoral foi praticamente inexistente. Nenhum dos jornais da capital publicou as listas dos candidatos, tendo surgido apenas duas declarações – do Barão de Alenquer e de Lopes dos Anjos – onde declinavam os convites dos amigos para concorrerem à reeleição para os cargos municipais. A única mensagem digna de nota fora escrita pelo punho do Governador Civil, mas do distrito de Castelo Branco, onde apelava à participação do eleitorado para tão solene e importante acto, com um aviso: «Cidadãos, cumpri com o vosso dever, que eu e as autoridades minhas subordinadas cumprimos o nosso. Cerrai os ouvidos às sugestões partidárias escolhendo para as câmaras os que dentre vós forem mais inteligentes, probos e zelosos do bem público²³¹».

O desinteresse dos periódicos nesta eleição teve efeitos na participação bem claros, com uma acentuada ausência de eleitores, como adiante, o capítulo 4.6 «Resultados eleitorais em Lisboa durante a Regeneração» bem revela.

A grande politização da capital, como refere, Maria de Fátima Bonifácio, e o emergente e, cada vez maior peso da opinião pública e da «rua», segundo Miguel Sardica, nos períodos eleitorais, são explicações prováveis para atenção dada às eleições municipais em Lisboa. A importância da Câmara de Lisboa no contexto nacional era significativa. A organização da campanha eleitoral deixou de ser efectuada por grupos

²³⁰ *O Português*, 11 de Novembro de 1863.

²³¹ *Revolução de Setembro*, n.º 7033, 3 de Novembro de 1865.

de cidadãos, passando a ser feita pelos partidos. Os apelos eleitorais já não eram escritos e publicados pelos amigos dos candidatos a vereadores, escolhidos em pequenas reuniões na residência de alguns deles.

No início da Regeneração, pretendiam-se, acima de tudo, qualidades (bom-gosto, inteligência), para que o “progresso” tomasse conta de Lisboa, à semelhança do que acontecia nas outras capitais europeias. Com o passar dos anos, verificou-se que esse progresso não era possível sem a política e os partidos.

Os temas da campanha eleitoral incidiam também na defesa das competências camarárias, argumento pelo qual a Câmara de Lisboa se bateu, até à sua dissolução em 1859. Também as competências dos vereadores eram referidas, ao pretenderem-se cidadãos capazes, para uma cidade que queria estar entre as modernas capitais europeias.

Apesar de se terem efectuado vários melhoramentos na cidade como, a demolição do casario do Loreto para construção do largo e estátua de Camões, a construção do novo matadouro na Cruz do Tabuado, a abertura da futura avenida 24 de Julho, entre outros, estes nunca fizeram parte da campanha eleitoral. Aqueles melhoramentos eram apenas referidos pelo presidente da edilidade na sessão de tomada de posse dos novos elencos camarários, na cerimónia de passagem de testemunho das vereações cessantes.

O facto de Lisboa ser a capital do Reino e de aí estarem situados os centros de decisão políticos, pesa a favor das peculiaridades próprias da política local lisboeta. Na capital, o papel do cacique com a sua «tropa» era inexistente. A capital tinha, também, neste aspecto, características diferentes em relação ao resto do país. A ténue barreira entre os políticos municipais e os membros dos diversos governos é uma marca incontornável durante este período, comprovada pela ascensão de vereadores a cargos superiores. A participação de membros do governo e deputados em comissões de recenseamento eleitoral, reuniões preparatórias, na assinatura de manifestos eleitorais para a câmara municipal e mesmo na vereação era uma realidade. A organização, pelos partidos, das concorridas reuniões preparatórias nos bairros da capital, com o objectivo de apresentar candidatos afectos à respectiva facção política eram, exceptuando o Porto, únicos no Portugal de então.

Os períodos de acesa campanha eleitoral, realizada principalmente através dos periódicos de Lisboa, e a partir da década de 1860, com os *meetings*, relacionavam-se com fases de disputas entre a edilidade e o Governo, que se reflectiam depois nos

jornais das diversas facções políticas. Apesar de diversas vezes ser defendido pela imprensa que a eleição municipal não devia ser política, era inevitável essa relação. Os apelos e reuniões eleitorais, em apoio de determinada «parcialidade», realizavam-se inclusivamente para as eleições de Juizes da Paz nas freguesias da capital²³².

Confirma-se assim, a particularidade de Lisboa em relação ao resto do país. A sua importância em termos políticos era tremenda, com as eleições para a Câmara Municipal de Lisboa a servirem de barómetro de popularidade do Governo ou oposição.

²³² *O Patriota*, 14 de Fevereiro de 1852.

4.4 As assembleias de voto: organização e funcionamento.

Com o final da campanha eleitoral no dia da votação, as diversas assembleias eleitorais do concelho de Lisboa recebiam os cidadãos que iriam exercer a sua escolha.

A capital, até ao decreto de 16 de Outubro de 1852, que delimitava os novos concelhos de Olivais e Belém e, por conseguinte, estabelecia os novos limites do concelho de Lisboa, estava dividida em 40 assembleias de voto²³³. A partir de então, o escrutínio para as eleições municipais e paroquiais, passou a realizar-se em 25 assembleias²³⁴. A redução para quase metade trouxe, em termos práticos, uma melhor organização do acto eleitoral, reunindo inclusive freguesias que, pelo seu escasso número de eleitores, por vezes, não tinham eleições válidas devido à abstenção.

A constituição das mesas das assembleias eleitorais para as eleições municipais não seguia as mesmas normas que para as eleições de deputados. Nestas últimas, o papel de presidente da mesa era desempenhado pelo presidente da comissão de recenseamento ou seus vogais²³⁵. A legislação que regulava as eleições municipais durante o período em análise, estava enunciada no Código Administrativo de 1842. Por este, o presidente da câmara estaria presente na principal freguesia do concelho (Sé), estando na presidência das restantes, os vereadores ou cidadãos nomeados pela edilidade.

O facto da legislação de 1842 ter estado em vigor até 1878 deveu-se, em primeiro lugar, à sua qualidade e a terem nela sido dispostos criteriosamente todos os passos da eleição municipal. Os partidos políticos ao longo da Regeneração nunca tiveram um especial interesse em mudar a organização e funcionamento das assembleias de voto.

No caso de Lisboa, que tinha muitas assembleias, a nomeação do presidente da mesa tinha de passar, na maioria dos casos, por um cidadão elegível, não-vereador. A escolha do presidente da mesa era chave para a realização do acto eleitoral, por depender dele a eleição dos restantes membros da mesa e ser ele o portador dos cadernos de recenseamento. O presidente da mesa, munido de um livro de actas para

²³³ Ver anexo n.º 1

²³⁴ Ver anexo n.º 2

²³⁵ *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, 1853. Decreto de 30 de Setembro de 1852, Título X, art.º 43º.

registar o acto da eleição e dos cadernos de recenseamento eleitoral, para conferir os eleitores, deveria ser o primeiro a chegar ao local designado para se proceder à eleição.

O presidente da assembleia de voto, à chegada, escolhia dois escrutinadores e dois secretários, de entre os eleitores, constituindo assim a mesa provisória. Os seus membros podiam ser rejeitados (até três vezes) Se não se chegasse a acordo quanto aos membros da mesa definitiva, o presidente efectuaria a sua nomeação simples. No caso de haver acordo, era aquela constituída lavrava-se uma acta da sua constituição e afixava-se um edital à porta da assembleia²³⁶.

O processo de nomeação dos presidentes das mesas das assembleias de voto abria a porta a manobras políticas. Aquando das muito renhidas tríplices eleições para o biénio de 1858 a 1859 – neste caso, para as terceiras, realizadas em Janeiro de 1859 - António Rodrigues de Sampaio acusava o governo (Histórico), através do Governo Civil, de ter tentado entregar na Comissão Municipal uma lista com presidentes de mesa previamente escolhidos, que poderiam auxiliar o governo no seu propósito de compor uma vereação menos reivindicativa e mais subserviente²³⁷. Apesar da Comissão Municipal, que geria provisoriamente a edilidade, ter recusado os nomes, A. R. Sampaio não deixou passar a tentativa em branco, afirmando que «a autoridade até hoje não tinha descido tanto, mas é tal a injúria dos tempos que não sabemos se parará nisto. (...) A única resistência que os galopins têm encontrado tem sido a falta de cumprimento da palavra em outras ocasiões dada. Há regedor que não se contenta com menos de quatro empregos para quatro galopins, e o governo entra desaforadamente pelos seus delegados nestas negociações iníquas e vergonhosas. Isto é público e notório. Conhecem-se os indivíduos, há testemunhas e o receio da imprensa é o que tem obstado à realização destes contratos obscenos.²³⁸»

A colocação de cidadãos de confiança do município à frente das assembleias de voto era, contudo, o principal ponto negativo da legislação, ao permitir possíveis irregularidades eleitorais. A edilidade tinha de escolher 25 presidentes de mesa, mas os vereadores eram apenas 12. Desta forma, a câmara escolhia os vereadores da sua cor

²³⁶ Arquivo Municipal de Lisboa - Arco de Cego, Actas de Constituição das Assembleias de Voto para as eleições municipais em Lisboa (1851-1865).

²³⁷ À frente dos destinos municipais estava uma comissão administrativa municipal, nomeada pelo governo, para gerir os negócios municipais até à eleição da próxima equipa camarária (a anterior tinha sido destituída). Por nomeação do Governador Civil de Lisboa, a 16 de Dezembro, eram nomeados, provisoriamente, para Presidente, o Conde de Rio Maior, para Vice-Presidente, o Barão da Vargem da Ordem e como fiscal, o cidadão João de Matos Pinto.

²³⁸ *Revolução de Setembro*, 8 de Janeiro de 1859, n.º 5011.

política ou cidadãos eleitores de confiança para presidentes de mesa das principais freguesias e os da oposição para as menos representativas ou com menos eleitores.

Se uma determinada assembleia era dominada eleitoralmente pela oposição, o presidente nomeado podia, pura e simplesmente, não comparecer, já que pela legislação a sua presença era fundamental e insubstituível. Ao longo das várias eleições a que se procedeu neste período em análise, em algumas assembleias as votações não se realizavam, não só por falta de eleitores mas também por aquele facto. Era este o vazio legal deixado pela legislação de 1842.

A ausência o Presidente impedia a eleição da mesa definitiva. Ao não existir substituto legal nesta nomeação, os eleitores que compareciam nas assembleias de voto, que, nas freguesias da capital podiam atingir as várias centenas, ficavam assim impedidos de exercer o seu direito de voto. No entanto, como adiante se verificará (capítulo 4.5 «O processo de votação e contagem de votos»), as assembleias, apesar da ausência do presidente, elegiam a mesa, escolhiam os escrutinadores e levavam a cabo a votação, na esperança de que os seus votos contassem para a eleição. Todavia, a inclusão desses votos no apuramento final nunca se verificou.

A possibilidade que existia de que, em determinada freguesia, os resultados não fossem do agrado da força política no poder e se tomassem medidas para não serem contabilizados, era real. O primeiro caso deu-se em Novembro de 1857, e seria apontado, pelo Conselho de Distrito, como a principal causa para a anulação das eleições municipais em Lisboa a 11 de Dezembro do mesmo ano. Como causas desta deliberação apontava-se o facto de, nas assembleias de Santo Estevão, no Bairro de Alfama e nas da Encarnação e Pena, no Bairro Alto, as mesas provisórias se terem constituído em definitivas sem a presença do presidente da mesa e de a eleição destas não ter sido efectuada por escrutínio secreto, como cumpria, em observância do art.º 54 do Código Administrativo²³⁹. Além disso, era levado em conta que na assembleia de S. Tiago e S. Martinho não se tinha procedido à eleição por não terem comparecido os indivíduos nomeados pela câmara para presidirem às mesas eleitorais.

O Conselho de Distrito considerava que os eleitores dessas assembleias tinham ficado inibidos de exercer o direito que a lei lhes facultava de escolher os representantes do município. Os votos não contabilizados nestas assembleias ultrapassavam o milhar, nunca tendo sido apurado em quem recaíam.

²³⁹ Op. Cit., pág. 28.

A falta de presidente da mesa na assembleia de voto do Coração de Jesus, em Novembro de 1861, colocou em risco a eleição de um vereador, por não se ter constituído formalmente a mesma. Os votos aí reunidos por José Maria Figueiredo Frecata foram considerados nulos (de um total de 598 votos, foram-lhe contados somente 501). Antigo vereador, a concorrer sem o apoio de uma lista oficial, ficou a uma dezena de votos do seu mais directo rival.

A exigência da presença do presidente da mesa, essencial para a legalização do acto eleitoral, originava vários autos de não eleição, que podem ser encontrados nas actas das assembleias eleitorais. As razões para estas faltas podiam ser três: doença; ausência de sentido de responsabilidade e, a mais provável, não permitir a votação em freguesias que se sabia à partida votarem em adversários políticos. As ausências dos presidentes de mesa nomeados pela câmara municipal, nem sequer eram justificadas, pelo que a impunidade era regra.

Contudo, a maioria dos actos eleitorais decorria sem problemas e de forma pacífica. Não existem quaisquer registos de alteração da ordem ou violência, quer sobre os membros das mesas, que sobre os votantes, durante o acto eleitoral em Lisboa, no período em análise. O mesmo já não se poderá afirmar de outras localidades do reino, como Viana do Castelo ou Castelo Branco, nos finais da década de 40 do século XIX²⁴⁰. Também Lisboa, no período anterior à Regeneração, registou casos de violência física e ameaças²⁴¹.

O apaziguamento trazido pela Regeneração diminuiu em grande número estas situações durante as eleições municipais. Privilegiava-se, agora, o debate político, em vez da confrontação física.

²⁴⁰ FERNANDES, Paulo Jorge, «As eleições Municipais de 1847 e 1849 em Viana do Castelo. Influências Locais e Manipulação de Voto», in *História*, n.º 4/5, Julho/Agosto, 1998; POUSINHO, Nuno, «A Vida Política dos Agentes do Estado e as Eleições Municipais no Concelho de Castelo Branco (1820-1878)» in *História dos Municípios: Administração, eleições e finanças*. II Seminário Internacional – História do Município no Mundo Português, Madeira, 2001.

²⁴¹ FERNANDES, Paulo Jorge, *As Faces de Proteu*, Ob. Cit., pág. 160.

4.5 O processo de votação e contagem de votos: os protestos, o caso Moraes Mantas.

Tal como a constituição das mesas das assembleias de voto, o modo como o eleitor da capital – e do resto do país - exercia o seu direito de voto estava estabelecido pelo Código Administrativo de 1842.

Assim, depois de se ter procedido à eleição da mesa definitiva, os vogais desta eram os primeiros a votar, podendo também os presidentes da mesa votar na assembleia a que presidissem, ainda que ali não se achassem recenseados.

Os eleitores iam chegando à assembleia ao longo do dia, normalmente já com o boletim de voto, ou impresso, ou manuscrito, como os que são reproduzidos no anexo 3. Os primeiros eram distribuídos pelos apoiantes de determinados candidatos ou tendência política, em linha com as decisões das reuniões preparatórias. Assim, evitavam-se dispersões de votos e lançaram-se as bases de uma tradição que chegaria ao século XX²⁴²; os segundos, reflectiam muitas vezes as opções pessoais do eleitor, sendo por vezes votos nulos, como os adiante transcritos.

O boletim de voto que depositavam na urna deveria conter, no caso de Lisboa, três nomes de elegíveis. No resto do país, as listas deveriam conter tantos nomes quantos os cargos a eleger. Depois de confirmado se o nome do eleitor constava nas listas de recenseamento eleitoral, um dos escrutinadores ou secretários, escrevia o seu apelido na margem da lista, depositando o presidente da mesa o boletim de voto na urna.

Não se apresentando mais eleitores, o presidente ordenava uma chamada dos que não tivessem votado. Se duas horas depois não se apresentasse mais ninguém, o presidente da mesa mandava contar as listas que se achassem na urna e fazia confrontar o seu número com as notas de descarga colocadas no caderno de recenseamento. O presidente da mesa retirava da urna as listas nela depositadas, uma a uma, desdobrando-as, entregando-as ao escrutinador que lia os nomes nelas inscritos em voz alta. Os dois secretários, anotavam os votos em separado²⁴³.

²⁴² Vejam-se os boletins de voto impressos distribuídos aos eleitores antes do acto eleitoral, nas eleições para deputados e Presidente da República durante o Estado Novo.

²⁴³ No Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego, alguns dos processos relativos às assembleias de voto, contêm essas folhas dos secretários, com o nome do votado e à frente, pequenos riscos, um por cada voto.

Nesta altura eram retirados os votos nulos – boletins com menos de três nomes, rasurados ou impróprios.

Se o acto eleitoral não pudesse ser concluído até ao pôr do Sol podia ser adiado para o dia seguinte. Contudo, mesmo tendo em conta o número de inscritos em algumas assembleias de voto (onde poderia atingir o milhar), nunca tal aconteceu neste período.

Chegaram aos dias de hoje alguns desses votos nulos, que dizem respeito à eleição para o biénio de 1866 a 1867. O simples facto de existirem é surpreendente, porque segundo o código administrativo, todas as listas (aceites e inválidas) deviam ser destruídas na presença dos elementos da mesa. Pela leitura destes boletins, verifica-se que alguns votantes aproveitavam a ida à urna para protestarem das mais diversas formas contra os candidatos ou vereadores. São transcritos aqui alguns dos boletins mencionados, estando as cópias dos mesmos no anexo 4:

Boletim 1:

«Voto em mim para que fique assim.

Voto em mim para que fique tudo, assim.

O rei caçador por que é estragador,

Voto na constituição porque os ministros são a desgraça da Nação,

Voto em todos os facultativos para servirem de caustico n'esta crise.»

Boletim 2:

«Duque de Loulé – protecção à francesa

Conde de Tomar – Vendilhão político

Cazal Ribeiro – espanhol

Voto nestes 3 que é para depressa deixar de ser português.»

Boletim 3:

«candidatos a vereadores municipais pelo bairro Alto

No Mattos Pinto, não, não voto,

Porque ele é um grande ratão

Em se propor a camarista

Não passando de camarão.

Também não voto no Vianna,
Porque é médico tão safado,
Que na mão dele o município
Fica para sempre enterrado.

No Cunha e no Anselmo não voto
Pois não estou para os aturar,
O meu voto é pois o seguinte:
“vão todos cinco bugiar”».

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego.

Os protestos eleitorais efectuados após a ida às urnas são raros. No Governo Civil de Lisboa, para o período em estudo, apenas deram entrada seis²⁴⁴. O primeiro foi enviado pelos eleitores da Freguesia do Sacramento, a 24 de Novembro de 1857, protestando contra o facto de terem sido privados de votar, por motivos estranhos à sua vontade, exigindo por isso nova eleição. As razões deste protesto prendiam-se com a falta de constituição da mesa, devido à ausência do presidente para ela nomeado²⁴⁵.

Um dos casos mais bem documentados diz respeito a João Luís de Morais Mantas, filho de uma das figuras mais destacadas da Patuleia.

Em sessão de 6 de Fevereiro de 1858, era apresentada à câmara municipal um requerimento deste cidadão, pedindo que se expedissem as ordens necessárias para ser admitido a votar nas eleições de dia 7 desse mesmo mês, alegando estar incluído no recenseamento a que ultimamente se tinha procedido. A vereação entendia, no entanto, não ser da competência da câmara deferir tal pedido²⁴⁶.

O requerimento tinha a sua razão de ser, suspeitando, com certeza, Morais Mantas que surgiriam problemas com a sua inscrição no recenseamento. Na verdade, na reunião da Mesa do Apuramento Geral, a 14 de Fevereiro de 1858, no exame das actas do Bairro Alto, era constatado que, na Freguesia de S. Mamede, não se haviam contabilizado quarenta e nove votos conferidos a João Luís de Morais Mantas, por não estar inscrito no Caderno dos Elegíveis, estando como tal incluído no Art.º 73º do Código Administrativo. Na acta da Assembleia da Freguesia das Mercês também se

²⁴⁴ IAN/TT, Núcleo do Governo Civil de Lisboa, 2ª Repartição - Entradas.

²⁴⁵ Para as eleições para o biênio de 1857 a 1858, foram lavrados 6 autos de não eleição, quer por falta de eleitores, quer por ausência de Presidente nas assembleias de voto.

²⁴⁶ *Anais do Município de Lisboa*, n.º 4, Fevereiro de 1858, pág. 34.

anularam noventa e nove votos conferidos ao mencionado Mantas pelo citado motivo, apesar de, a requerimento deste, se reconhecer que vinha no novo recenseamento classificado como elegível. Na Assembleia da Freguesia da Encarnação também se anularam cinco votos pela mesma causa. Na Assembleia da Freguesia do Sacramento foram contados ao referido cidadão vinte e oito votos. Na Assembleia da Freguesia da Pena igualmente foram anulados ao mencionado Mantas sessenta e sete votos pelos mesmos motivos já referidos. E, finalmente, na Assembleia do Coração de Jesus, a mesa anulou novamente sessenta e oito votos a João Luís Morais Mantas por novamente não estar no Caderno dos Elegíveis, como era indispensável segundo disposição do Art. 73 do Código Administrativo²⁴⁷.

Contudo, no final do apuramento das votações dos quatro bairros, o Presidente da assembleia do apuramento geral, colocou a questão se devia ou não ser apurado para vereador pelo Bairro Alto o cidadão João Luís Morais Mantas, visto ter sido um dos mais votados e, não estando recenseado no Caderno dos Elegíveis, era indispensável que a mesa deliberasse sobre o assunto e entendesse o melhor. Tomaram a palavra alguns Portadores das Actas e Vogais da Mesa, estando todos de acordo que, na presença expressa da disposição do art. 73 do Código Administrativo, «não era admissível semelhante apuramento por serem nulos os votos que recaíram no cidadão que não estava inscrito no Caderno do recenseamento do Elegíveis do Concelho que se achava sobre a Mesa, muito embora ele se achasse apurado no novo recenseamento²⁴⁸. Não obstante, esta decisão quase unânime, os cidadãos José de Miranda Ferreira e Sousa, Francisco de Oliveira Concelos e José Pessoa, na qualidade de Portadores das Actas das Assembleias das Freguesias das Mercês e da Lapa, apresentaram um protesto a fim de ser tomado em consideração pelo Conselho de Distrito.

O teor deste protesto era o seguinte:

«Sendo certo que o cidadão João Luís de Morais Mantas, recenseado como eleitor em 1857, se acha também recenseado no ano do corrente de 1858 como elegível para vereador, com o seu nome afixado na porta da Igreja Paroquial das Mercês, como foi visto e reconhecido pela Mesa Eleitoral que ali fez o apuro dos votados a vereadores, em o dia 7 do presente mês, sem que contra ele houvesse reclamação alguma e sendo por isso fora de dúvida, que ele já antes da eleição estava declarado tal, não lhe podendo

²⁴⁷ «São nulos os votos que recaírem em pessoas, cujo nome não se ache inscrito no recenseamento dos elegíveis», in: *Código Administrativo – Anotado*, Imprensa Nacional, 1863, pág. 31.

²⁴⁸ Fonte: Arquivo Municipal do Arco do Cego, *Acta do Apuramento Geral dos votos para a C.M.L.*

ser aplicado o determinado no Art.º 73 do Código Administrativo, pois que em oposição este tem o Tit. 8º, Art.º35, §1º, 2º e 3º, e com especialidade o §4º, do Decreto de 30 de Setembro de 1852, pelo que muito bem estavam afixadas as listas na porta daquela Igreja, pois que elas já continham o resultado de todas as reclamações e recursos intentado (quando os houvesse) o que assim se deve entender, porque aquele dia era o apontado no supradito §. 3º do Art.º 35 do referido decreto. E porque assim não se fez, em vista da deliberação tomada por esta mesa, os abaixo assinados Inscrutinadores das Assembleias nas Freguesias de Nossa Senhora das Mercês e Nossa Senhora da Lapa, protestam contra semelhante decisão; e requerem que junte este aos respectivos papéis, suba com eles ao Excelentíssimo Governador Civil para ser atendido, tomando-se-lhes também os protesto na respectiva acta. Sala das Sessões em a Câmara Municipal de Lisboa, 14 de Fevereiro de 1858 = José de Miranda Ferreira e Sousa = Francisco de Oliveira = José Pessoa.»²⁴⁹

O protesto eleitoral baseava a sua argumentação no facto do cidadão João Luís Morais Mantas estar inscrito no recenseamento de 1857 como eleitor e no de 1858 como elegível. Rapidamente se depreende que o caderno de recenseamento dos elegíveis do concelho que a mesa do apuramento geral utilizava não era o mais recente, não estando assim, de facto, o cidadão oficialmente recenseado. Mas, o protesto refere outro ponto indiscutível, o nome do cidadão estava afixado na porta da Igreja das Mercês como elegível, tendo sido reconhecido pela mesa eleitoral dessa freguesia no dia das eleições, não tendo sobre ele qualquer reclamação. Estariam razões políticas por detrás na negação dos votos a Morais Mantas? O facto de os vogais da mesa serem propostos pelo presidente da mesma, como já verificámos no capítulo anterior, evitava divergências, quer processuais, quer políticas, no decorrer do acto eleitoral. As mesas das assembleias de voto tinham algum poder, já que podiam evitar a votação no seu todo ou em determinado candidato.

Um facto foi indiscutível: todas as assembleias de freguesia, excepto a do Sacramento, anularam os votos de Morais Mantas. Mas o recurso apresentado por Morais Mantas ao Conselho de Distrito, acabaria por dar razão ao primeiro, tendo na sessão de 15 de Março de 1858 tomado posse, como vereador da Câmara Municipal de Lisboa.

²⁴⁹ Arquivo Municipal de Lisboa - Arco do Cego, *Cópia da Actas da 2ª eleição para a Câmara Municipal de Lisboa, para o biénio de 1858 e 1859.*

No rescaldo das terceiras eleições para o biénio de 1858 a 1859, realizadas a 7 de Janeiro de 1859, era o portador das actas da assembleia de voto da freguesia do Sacramento que lançaria um protesto em defesa de Joaquim José Rodrigues da Câmara, cuja anulação de votos nessa assembleia o colocava com um pé fora da vereação. Tudo começou quando se procedia à reunião de apuramento geral de votos, realizada a 17 de Janeiro, quando o portador da acta daquela freguesia, Pedro António Borges, ouviu pronunciar o nome de João José Rodrigues da Câmara, com sessenta e sete votos. Pedindo a palavra, afirmou que se tinha verificado um engano neste nome quando o secretário o escreveu na acta porque o votado era Joaquim José Rodrigues da Câmara. Justificando que podia provar, não só com a lista que estava presente e que serviu na Assembleia para a votação, mas com os vogais da mesa e até mesmo porque no Caderno dos Elegíveis não havia tal nome. Seguiram-se diversas explicações sobre o assunto, resolvendo a Mesa que não podia reunir os sessenta e sete votos em questão, aos que tinha obtido o cidadão Joaquim José Rodrigues da Câmara, por entender que esta questão só a podia decidir o Conselho de Distrito. Em acto contínuo, o cidadão portador da acta apresentou um protesto, reclamando, ao mesmo tempo, o prazo de 24 horas para apresentar um certificado da Mesa Eleitoral, na qual provaria a veracidade do que tinha dito, a fim de que os referidos sessenta e sete votos fossem contados ao cidadão Joaquim José Rodrigues da Câmara, a quem realmente, segundo ele, tinham sido concedidos. O Conselho de Distrito acabaria por dar razão ao protesto, concedendo a Joaquim José Rodrigues da Câmara os 67 votos, totalizando assim 350 e afastando o cidadão Levy Maria Jordão da vereação²⁵⁰.

A 23 de Novembro de 1861, seria a vez de um protesto enviado por José Maria Figueiredo Frescata, que reclamava contra o apuramento da eleição municipal, para a qual tinha obtido 598 votos, sendo-lhe contados somente 501, como referimos antes. Com a mesma data, a mesa da assembleia de voto do Coração de Jesus enviaria, por sua vez, um protesto contra o apuramento da Câmara de Lisboa, pela falta do presidente da assembleia, numa tentativa de ver contados estes votos - em vão. Como já foi dito atrás, as eleições para este biénio fora mais renhidas do que nunca, com grande luta entre os periódicos durante a campanha eleitoral. José Frescata, concorreria como «independente» apoiado por um «grupo de amigos» pelo Bairro Alto, em resposta à candidatura de José Carlos António Nunes, o artista segeiro, profissão considerada

²⁵⁰ Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego, Acta do Apuramento Geral para a eleição da Câmara Municipal de Lisboa para o biénio de 1858-1859.

desprezível pelos apoiantes de Frescata e indigna de um vereador²⁵¹. Apesar de ter sido eleito, mesmo sem aqueles votos, decerto por motivos de orgulho pessoal, apresentava este protesto, que não foi atendido.

Também José Guilherme Ferreira protestaria contra os resultados da eleição da municipalidade para o biénio de 1862 a 1863, e contra José Carlos Nunes, eleito vereador da câmara municipal. Esta queixa vinha no seguimento do protesto dos cidadãos Pedro Maria de Carvalho e outros, contra a validade da eleição de um dos dois cavalheiros, Frescata e Mantas, eleitos para vereadores da câmara municipal pelo Bairro Alto, pois, segundo os queixosos, não tinham residência no mesmo bairro. Também o cidadão José Pessoa (o mesmo, que tinha defendido Moraes Mantas, nas eleições de 7 de Fevereiro de 1858, co-autor de um protesto, atrás transcrito), a 5 de Dezembro de 1861, apresentava documentos com que pretendia provar que não se podia proceder à eleição de António Esteves de Carvalho e Gregório Vaz Rans. Contudo, nenhum destes protestos teria provimento, sendo arquivados.

Embora, para a Câmara Municipal de Lisboa, no período de 1851 a 1867, não seja feita uma única referência nos periódicos à compra de votos, com alusão a nomes e locais, o mesmo não se pode dizer do jovem Concelho de Belém.

Depois de Alexandre Herculano ter abandonado o município, a relação dos vereadores com os seus habitantes nunca foi das mais cordiais. As queixas contra abusos na cobrança de impostos sobre a venda de pão, real d'água e carnes verdes eram frequentes, com os cidadãos a elaborarem abaixo-assinados que eram entregues ao Governo e publicados nos jornais da capital. Ao contrário dos Olivais (concelho rural por excelência, com uma diminuta população eleitora), os candidatos às vereações e os resultados do concelho de Belém eram publicados conjuntamente com os de Lisboa. E será em 1865 que, no rescaldo das eleições municipais, serão feitas extensas acusações de compra de votos, revelando os processos utilizados por um caciquismo eleitoral citadino que, embora não digam respeito directamente à capital, são-lhe contudo, indissociáveis.

A câmara de Belém saída destas eleições tinha, nos seus sete membros, cinco vereadores «recomendados por amigos do governo», João António de Sousa, Faustino José de Freitas, Manuel José Gonçalves, Joaquim José dos Anjos e António José de

²⁵¹ *O Português*, 5 de Novembro de 1861, n.º 2552.

Miranda; e outros dois da oposição, Pedro Augusto Franco e Joaquim Ferreira Pinto Basto. Pedro Augusto Franco era o visado nas acusações, tendo, segundo *A Revolução de Setembro*, vencido apenas por ter comprado votos, tendo para isso gasto entre 500\$000 a 600\$000 réis. Ao regedor de S. Sebastião oferecera quarenta libras, a título de livrar um recruta, tendo sido rejeitado; em Carnide oferecera 100\$000 réis para comprar votos a 1\$500 réis cada, tendo sido rejeitada a proposta igualmente; em Benfica, «trabalhava a favor do sr. Franco, o célebre José Claro (tesoureiro do município), teve ali 57 votos, que dizem lhe custaram 50 libras e uma sobrecasaca para o filho»; na Ajuda, tivera o apoio do cunhado, «a comprar votos descaradamente a 500 réis»; em Belém, «fez persuadir certos padeiros que o sr. Sousa é que era o autor das contribuições, e que por isso não votassem nele.²⁵²» Estas denúncias não tiveram depois de publicadas, outro desenvolvimento.

Acusações de fraude ou manipulação eleitoral eram norma nos jornais de Lisboa no período após um acto eleitoral. Contudo, não passavam muitas vezes disso, apesar das referências a indivíduos e outros pormenores. Em 1853, depois de conhecidos os resultados eleitorais da eleição para o biénio, e de uma vitória Regeneradora na edilidade, o *Português* afirmava: «Triunfaram os cabos de polícia na eleição municipal. Estes foram empregados em fazer e distribuir listas e em algumas freguesias andaram no dia da mesma eleição a conduzir à urna os eleitores menos cuidadosos. Está provado que os empregados de polícia são exército do sr. Rodrigo e que nos governam de mãos dadas com o exército do Duque de Saldanha. Que feliz a situação deste país.²⁵³ » Também os cabos de polícia voltariam a ser referidos pelo mesmo periódico em 1861, «parece-nos curioso (...) o que podem em trabalhos eleitorais os regedores de paróquia, quando lançam mão de todos os meios para levar à urna não os seus amigos, porque poucos os têm, mas os eleitores que um medo inexplicável, traz adidos ao batalhão dos cabos de polícia²⁵⁴.»

O inconformismo na derrota, reflectido nas acusações de irregularidades no processo eleitoral, era tal como hoje, natural. No entanto, os resultados eleitorais eram, por vezes, de tal forma esmagadores que a crítica era inevitavelmente abafada.

²⁵² *A Revolução de Setembro*, 12 de Novembro de 1865, n.º 7041.

²⁵³ *O Português*, 17 de Novembro de 1853, n.º 182.

²⁵⁴ *O Português*, 13 de Novembro de 1861, n.º 2559.

4.6 Resultados eleitorais em Lisboa durante a Regeneração: o universo eleitoral. A abstenção, a grande vencedora.

Ao contrário dos dias de hoje, o universo eleitoral, na segunda metade do século XIX, não era lato e abrangente, mas, pelo contrário, tinha um carácter reduzido e limitado censitariamente. Entre 1851 e 1867, de acordo com o Acto Adicional de 5 de Julho de 1852, eram eleitores todos aqueles que tivessem entrado na idade legal (subentendendo-se os vinte e cinco anos) e os maiores de vinte e um que fossem clérigos, casados, oficiais do exército ou armada; os que tivessem uma renda líquida anual de cem mil réis, provenientes de bens de raiz, capitais, comércio, indústria, ou emprego inamovível. Todos tinham de obedecer ao censo, excepto os cidadãos habilitados com um título literário, uma novidade na legislação. Eram elegíveis todos os que tinham direito a votar, exceptuando-se os estrangeiros naturalizados e aqueles que não tivessem de renda anual 400.000 réis provenientes de bens de raiz, comércio, indústria ou emprego inamovível ou não estivessem habilitados com grau ou título literário²⁵⁵.

Para o período em estudo, escolheram-se dez recenseamentos eleitorais, sendo o primeiro de 1849 (o último antes da Regeneração) e o último de 1866 (antes do fim do governo de Fusão) – *ver quadro 1*. Como já vimos, para se ser eleitor era necessário obedecer a critérios fundamentais: ser-se do sexo masculino, ter mais de 25 anos de idade e possuir determinados rendimentos anuais - a prova do censo²⁵⁶.

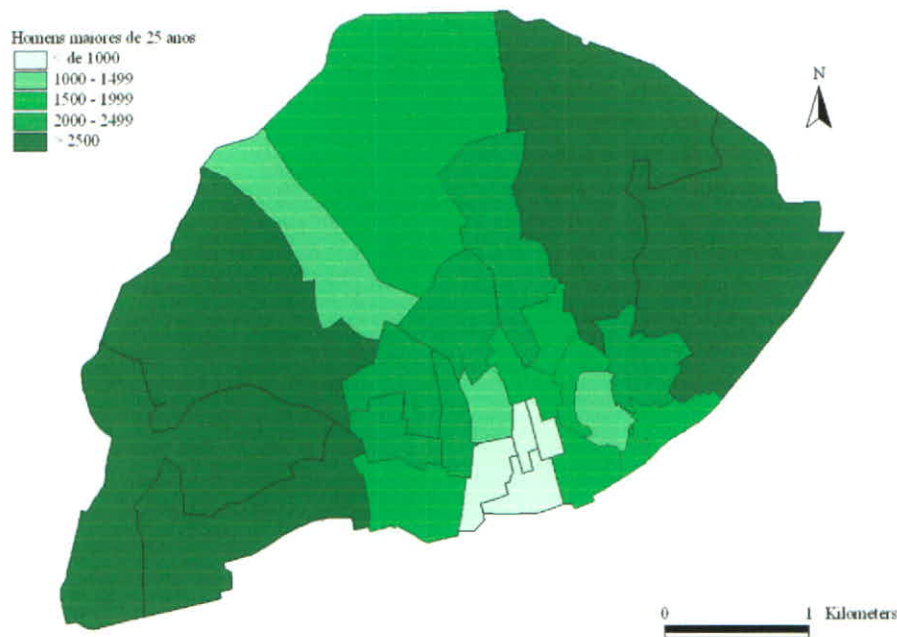
Era com as duas primeiras condições para se poder votar – o sexo e idade – que as características restritivas da eleição começavam a tomar forma. Com a população feminina e os menores de 25 anos afastados da urna, mais de dois terços da população da capital eram excluídos. De facto, Lisboa contava em 1853 com 172.835 habitantes e

²⁵⁵ Artigos 15º, 16º e 17º do Código Administrativo de 1842 e confirmado pelo 3º artigo, da portaria de 23 de Agosto de 1853, in: *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa*. Lisboa, Imprensa Nacional.

²⁵⁶ A documentação eleitoral da Câmara Municipal de Lisboa não se encontra inventariada e classificada o que dificultou bastante o trabalho de investigação. Agradecemos, por isso, a autorização para a sua consulta concedida pelos serviços do Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego.

em 1864 com 176.856, sendo que, segundo o censo deste último ano, apenas 50.544 eram maiores de 25 anos do sexo masculino²⁵⁷.

Mapa 1 - Distribuição no concelho de Lisboa dos habitantes masculinos maiores de 25 anos



Fonte: Censo de 1864²⁵⁸.

A população masculina com idade legal para votar residia principalmente nas freguesias ocidentais e orientais, diminuindo o número à medida que se aproximava do rio e da baixa lisboeta²⁵⁹. Esta faixa da população estava concentrada, sobretudo, nos «bairros populares» e nas áreas da capital com indústria, como a Lapa, Santa Isabel e Santos e S. Pedro de Alcântara, na parte ocidental, onde residiam mais de 2500 indivíduos; Santa Engrácia, S. Jorge de Arroios e Anjos na parte Oriental, apresentavam igualmente números elevados. Estas duas áreas da capital - opostas geograficamente -, eram zonas em franco desenvolvimento, quer populacional, quer em termos de construção²⁶⁰. Outra zona que apresentava valores elevados era a das assembleias de

²⁵⁷ RODRIGUES, Teresa, *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista – migrações, mortalidade e desenvolvimento*, Edições Cosmos, Lisboa, 1995, tabelas III e X.

²⁵⁸ Os dados estão representados graficamente em assembleias de voto, e não freguesias, por ser desta forma que os dados eleitorais são apresentados na documentação da época. No anexo 5 poderá ser observada a representação gráfica das freguesias de Lisboa, depois da reforma de 1852.

²⁵⁹ Ver anexo 6.

²⁶⁰ RODRIGUES, Teresa, Ob. Cit.

voto das Mercês, Santa Catarina, Encarnação, S. José e Pena, que criavam uma mancha na parte central da capital a “unir” as zonas ocidentais e orientais.

Eram os bairros de Alcântara e Alfama que apresentavam o maior número de residentes masculinos, maiores de 25 anos, que, profissionalmente, iam desde membros da classe operária ou trabalhadores braçais, até empregados de estabelecimentos comerciais, na sua maior parte imigrados de várias zonas de Portugal, nomeadamente, Algarve e Beiras. No entanto, a esmagadora maioria deles não tinha qualquer instrução²⁶¹.

Ao aplicar-se a obrigatoriedade dos cem mil réis de rendimento, obtém-se uma imagem de como, realmente, os potenciais eleitores eram uma pequeníssima parte da população da capital, ao atingirem valores de apenas 7,1 por cento para 1849 e de 8,8 por cento, em 1864²⁶².

Quadro 1 - Indivíduos recenseados para as eleições municipais em Lisboa entre 1849 e 1866²⁶³

Bairros	1849	1851	1852	1854	1855	1858	1859	1862	1864	1866
Mouraria (a)	1599	1452	2223							
Sta. Catarina (a)	2006	1251	2026							
Belém (a)	1516	1227	1707							
Alcântara (b)				3564	3581	2948	2743	4069	4277	4237
Alfama	1843	1436	1711	2171	2174	2749	2681	5702	4221	4125
Rossio	2981	3709	3147	2689	2677	2185	2354	2288	3529	3818
Bairro Alto	2493	1903	2220	2395	2411	2220	2259	3366	3606	3717
Total	12438	10978	13034	10819	10843	10102	10037	15425	15633	15897

Fonte: Livros de recenseamento eleitoral dos bairros de Lisboa de 1849 a 1866.

(a) Bairros extintos pelo decreto de 2 de Dezembro de 1851.

(b) Bairro criado pela extinção dos bairros da Mouraria e Sta. Catarina.

De 1849 a 1851, constata-se um descida no número de eleitores, fruto do primeiro recenseamento da Regeneração que procurou efectuar uma limpeza dos cadernos eleitorais. Foram recenseados menos 1460 cidadãos, o que implicou uma diminuição de 11,7 por cento de eleitores. Em 1852, com as mudanças censitárias

²⁶¹ Idem, pág. 176.

²⁶² Valores obtidos a partir do número de habitantes residentes em Lisboa em 1849 (172.835) e segundo o censo de 1864 (176.856).

²⁶³ Em anexo 6 os resultados por freguesias.

introduzidas com o Acto Adicional (em particular, a dispensa de prova de censo para os cidadãos com título literário) assistiu-se a um aumento no número de cidadãos recenseados. Agora, os valores ultrapassam os de 1849, com o registo de 2056 novos eleitores, ou seja, mais 16,5 por cento. No entanto, este aumento foi momentâneo. No recenseamento seguinte o número desceu para cerca de 10.800, um valor que se manteve estável até 1855. Para isto contribuiu a criação dos concelhos de Olivais e Belém, a 15 de Setembro de 1852, que originou um decréscimo de cerca de 2115 eleitores recenseados, não tendo a capital recuperado dessa perda durante a década.

O decréscimo no número de cidadãos recenseados nos finais da década de 1850 foi resultado de uma série de crises demográficas provocadas principalmente pela febre amarela e cólera²⁶⁴. As medidas de combate às epidemias, apesar de se encontrarem já desenvolvidas, lutavam contra a cultura popular, onde prevalecia o «mata-bicho» acima da ciência, como nos é revelado na «Nova Colecção de Receitas Úteis e Necessárias a Todas as Pessoas e aos Artistas em Geral» com o «Elixir preservativo contra a cólera», publicado em 1859: «Água-ardente ordinária – 3 quartilhos. Deite-se de infusão nesta água-ardente, em frasco bem tapado mirra – meia oitava; canela – idem; aloés – meia oitava; cravinho da Índia – 18 grãos; noz moscada – 2 grãos; casca superior de laranja, preferindo a tangerina – 2 onças. Tape-se bem o frasco, exponha-se ao Sol, por espaço de 15 dias, vascolejando fortemente pela manhã e à noite. No fim deste tempo, deixe-se depositar e passe-se ao filtro o licor, ao qual se juntará óleo essencial de hortelã – meia onça. Guarde-se bem tapado para uso. Os que não puderem prover-se deste elixir substitui-lo-ão por água-ardente ordinária, na qual lançarão alguns grumos de cânfora».

Apenas no início da década de 1860 e com a recuperação demográfica verificada em Lisboa, fruto do fim das grandes crises de mortalidade, os valores populacionais registam um aumento que se poderá ter repercutido no número de cidadãos recenseados. O Bairro Alto, Alfama e Alcântara foram aqueles que registaram os maiores aumentos na sua população residente, em resultado, sobretudo, da imigração que estas áreas da cidade receberam²⁶⁵.

O crescimento de indivíduos recenseados teve expressões impressionantes para os poucos anos que decorreram entre 1859 e 1864, no entanto, desde 1862 que os valores tinham registado uma subida assinalável, como é observado no quadro 1. Entre as duas primeiras datas, o aumento percentual situa-se para o bairro de Alfama em 58,2

²⁶⁴ RODRIGUES, Teresa, Ob. Cit., pág. 63 – 95.

²⁶⁵ RODRIGUES, Teresa, Idem.

por cento, para o Rossio em 52,1 por cento, para Alcântara em 55,9 por cento e, por fim, para o Bairro Alto em 59,4 por cento. Muitas das assembleias de voto do concelho de Lisboa tinham agora mais de 500 eleitores, sendo que, duas delas – Santa Isabel e Santos – tinham mais de 1000 cidadãos recenseados²⁶⁶.

O aumento de cidadãos recenseados no início da década de 60 poderá também ter como origem o despertar político de um grande número de cidadãos até aí desinteressados da política²⁶⁷. É a década dos «meetings» e do potencial político da Associação Patriótica, das divisões no Partido Histórico, «um período de agitação, de contestação e de revisão do modelo regenerador, iniciado em Março de 1861 e terminado já no decurso da década de 1870» e que inspiraria as eleições para os anos seguintes²⁶⁸. De facto, nas eleições municipais em Lisboa, regista-se que, actos com níveis de polémica e luta política elevadas eram particularmente participados, quer ao nível de recenseados, quer em termos de votação, como se verificará adiante²⁶⁹.

A concentração geográfica dos eleitores no concelho de Lisboa revela-nos dados interessantes. Nesta análise – mapas 3, 4 e 4 - foram escolhidos os recenseamentos eleitorais de 1858, 1860 e 1865, por lhes corresponderem os resultados eleitorais mais completos que chegaram aos nossos dias, ao nível das assembleias de voto e não, como na maioria das eleições, por bairro.

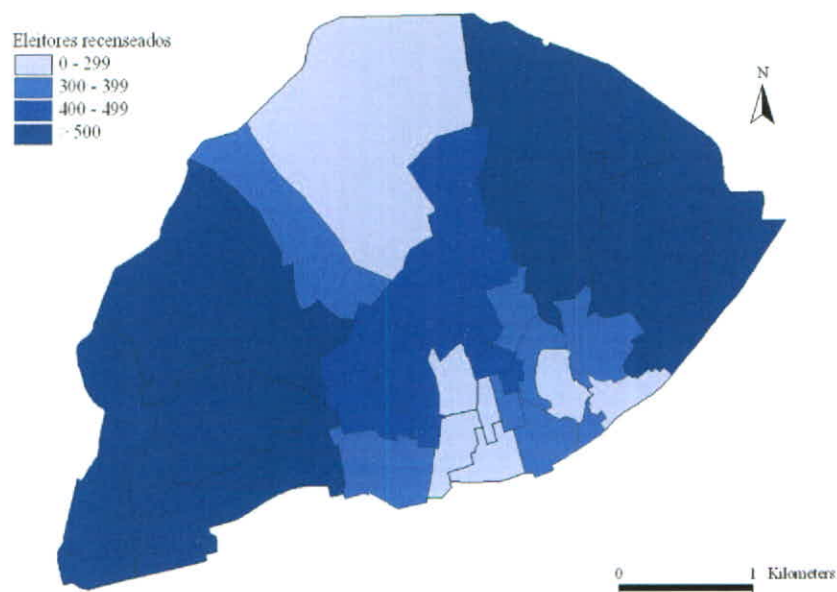
²⁶⁶ Ver o anexo 7.

²⁶⁷ SARDICA, Miguel, Ob. Cit., pág. 298.

²⁶⁸ As próprias eleições municipais reflectem esse clima de agitação política, com o acto eleitoral de Novembro de 1861 a ser dos mais disputados, com uma campanha eleitoral que exacerbou as posições das facções presentes. Desenvolvido no capítulo 4.3 «A Campanha Eleitoral».

²⁶⁹ Pedro Tavares de Almeida já constatará que, também nas eleições nacionais, se registavam aumentos nos indivíduos recenseados e reduções nos valores da abstenção em eleições especialmente polémicas. in: *Eleições e Caciquismo...*, Ob. Cit., pág. 143.

Mapa 2 – Distribuição dos eleitores em Lisboa segundo o recenseamento eleitoral de 1858.



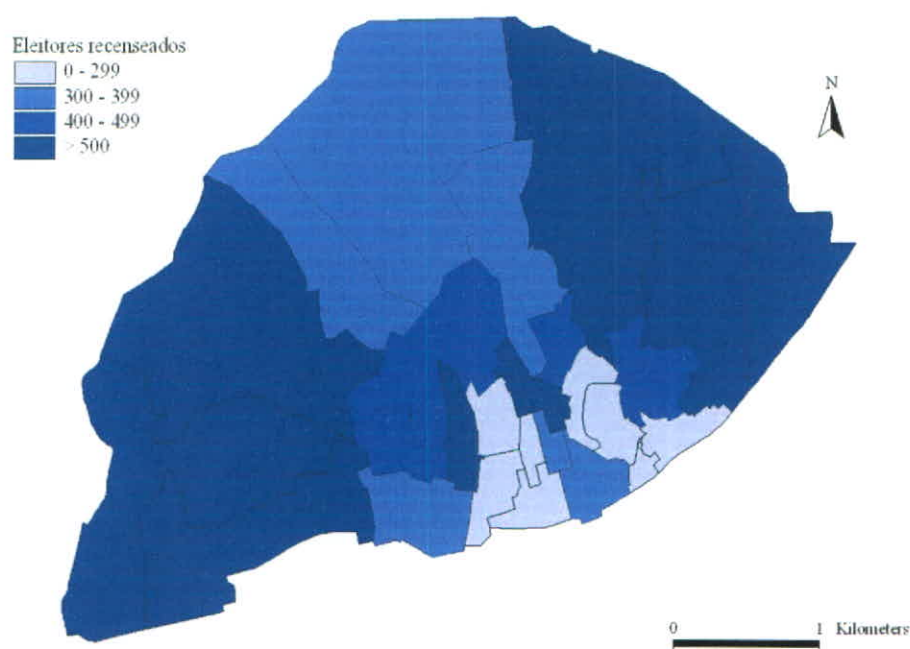
Fonte: Livro de recenseamento eleitoral de 1858 – Arquivo Municipal de Lisboa - Arco do Cego

Através do recenseamento eleitoral de 1858 (mapa 2), que serviu de base às eleições municipais tríplices desse biénio, observamos que a distribuição de eleitores recenseados na capital segue um padrão semelhante ao que foi analisado no Mapa 1, ou seja, as assembleias eleitorais de Santa Isabel, S. Pedro de Alcântara e Santos – na parte ocidental da cidade – e Santa Engrácia – a oriente – apresentam o maior número de cidadãos recenseados. A área central de Lisboa, numa faixa que ia desde as assembleias de Santa Catarina até S. Jorge de Arroios, apresentava, depois, as maiores densidades com um número de eleitores que variava entre os 400 e 500.

No que respeita às assembleias de voto com menor número de eleitores verifica-se novamente a correspondência com o Mapa 1 nas assembleias da Conceição, Mártires, S. Julião e Sacramento; no entanto, além destas, também as de S. Tiago e Santo Estevão apresentavam um reduzido número de eleitores recenseados. A deste facto nestas últimas prende-se, essencialmente, com o censo eleitoral. Nestas assembleias residia grande número homens com mais de 25 anos – entre 1000 a 2000 - mas de um meio mais desfavorecido, que, pelos rendimentos exigidos, eram excluídos do acto eleitoral, registando-se assim, nestas duas assembleias apenas 202 e 164 cidadãos recenseados, respectivamente.

Este recenseamento eleitoral foi influenciado, contudo, pelo surto epidémico de febre amarela. Por exemplo, a assembleia de S. Julião, em plena Baixa Pombalina, com o menor número de cidadãos recenseados, viu o número de eleitores reduzido de 289 para 185, em dois anos²⁷⁰. Na totalidade dos bairros de Lisboa, deste recenseamento para o anterior (1855) perderam-se 741 eleitores. O bairro de Alfama foi o único que aumentou o número de cidadãos recenseados depois da crise de mortalidade de 1857, aumento justificado pela afluência de imigrantes que durante este período não cessaram de chegar à capital, optando por residir nas zonas de habitação «popular» da cidade²⁷¹.

Mapa 3 – Distribuição dos eleitores em Lisboa segundo o recenseamento eleitoral de 1859.



Fonte: Livro de recenseamento eleitoral de 1859 – Arquivo Municipal de Lisboa - Arco do Cego

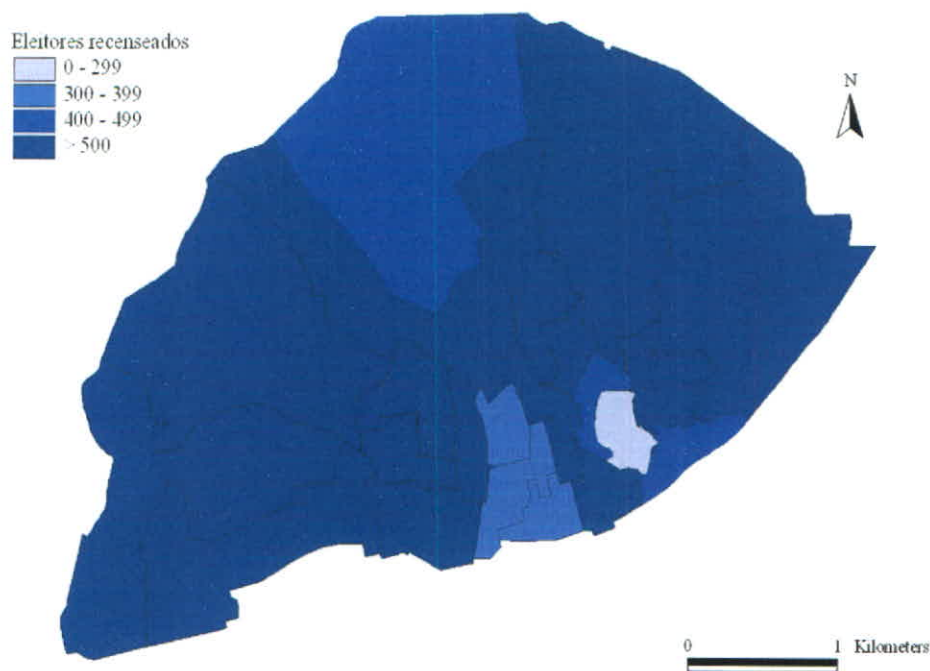
O recenseamento eleitoral efectuado um ano depois do anterior revela (mapa 3), ainda de forma mais flagrante, como a capital ainda não recuperara da crise de mortalidade originada pela febre amarela. As assembleias de voto com menos de 300 eleitores tinham passado de sete para oito, e concentravam-se definitivamente nas zonas centrais do concelho de Lisboa. As assembleias do Sacramento, Mártires, S. Julião,

²⁷⁰ Como adiante se verificará, a assembleia de S. Julião tinha contudo uma taxa de elegíveis bastante elevada, sendo que dos 185 eleitores, 114 eram elegíveis.

²⁷¹ RODRIGUES, Teresa, Ob. Cit.

Conceição, S. Lourenço, Santa Cruz do Castelo, S. João da Praça e Santo Estevão eram agora as mais parcas em número de eleitores, imediatamente seguidas pelas suas vizinhas de S. Paulo, S. Nicolau e Sé. Contudo, apesar da descida generalizada no número de eleitores, as assembleias de S. Pedro de Alcântara, Santos, Santa Isabel a ocidente e, Santa Engrácia e Arroios a oriente, mantinham-se como as com o maior número de eleitores.

Mapa 4 – Distribuição dos eleitores em Lisboa segundo o recenseamento eleitoral de 1864.



Fonte: Livro de recenseamento eleitoral de 1864 – Arquivo Municipal de Lisboa - Arco do Cego

Com o recenseamento de 1864 verifica-se, de forma clara, o crescimento do número de eleitores, tendo sido ultrapassada a crise demográfica dos anos anteriores. Agora, apenas uma assembleia regista menos de 300 eleitores, a de Santa Cruz do Castelo, que incluía esta freguesia e a de S. Tiago e S. Martinho. Eram seguidas imediatamente, em número, pelas de S. Julião, Conceição, Mártires e Sacramento.

No conjunto de indivíduos incluídos no recenseamento eleitoral, os cidadãos elegíveis - os únicos que poderiam representar os interesses e aspirações da maioria, ocupando lugar na vereação – eram um grupo ainda mais reduzido do que o dos eleitores. Às obrigações censitárias destes, somavam-se ainda duas outras: 400.000 réis de rendimento e ser alfabetizado. Estas últimas obrigações originavam grandes desequilíbrios, com apenas um número ínfimo da população da capital a reunir as condições necessárias para aspirar a ser eleito vereador, como se pode observar no quadro seguinte.

Quadro II - Indivíduos elegíveis para cargos municipais entre 1854 e 1866

Bairros	1854	1855	1858	1859	1862	1864	1866
Alfama	417	455	452	479	1816	897	880
Rossio	1480	1446	1140	1290	1331	1795	1907
Alcântara	1503	1486	744	647	875	1185	1087
Bairro Alto	1067	1070	630	724	959	1058	1097
Total	4467	4457	2966	3140	4981	4935	4971

Fonte: Actas da Câmara Municipal de Lisboa (1854 -1866). Sinopse de cidadãos recenseados e elegíveis – Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego²⁷².

Dos cidadãos recenseados, apenas cerca de um terço reunia condições para poder ser eleito vereador.

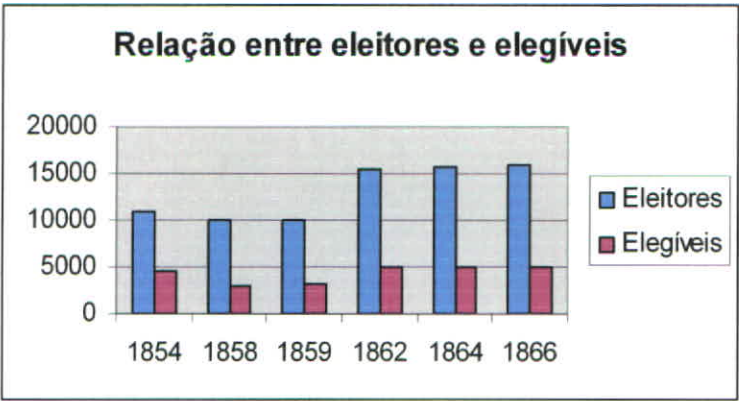


Gráfico 1 - Fonte: Actas da Câmara Municipal de Lisboa (1854 -1866). Sinopse de cidadãos recenseados e elegíveis – Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego²⁷³.

²⁷² Não existem dados para os anos de 1849 a 1852.
²⁷³ Não existem dados para os anos de 1849 a 1852. Ver anexo 8.

As restrições censitárias traduziam-se numa percentagem de 2,6 por cento de elegíveis, numa população total de 170.000 habitantes no ano de 1854 e de 186.578 habitantes em 1864. Como já vimos atrás, estes cidadãos eram uma percentagem ainda menor do que, os 8,8 de eleitores e os 28, 5 por cento de homens maiores de 25 anos, existentes em 1864.

Pela observação do quadro II e gráfico 1 verifica-se um acentuado decréscimo de cidadãos elegíveis nos recenseamentos de 1858 e 1859, explicado pelas mesmas razões apontadas para o decréscimo de eleitores no mesmo período: os efeitos da epidemia de febre amarela que assolara a capital no Verão de 1857, prolongando-se até ao início do ano seguinte. Uma pista neste sentido encontra-se nos valores do bairro de Alcântara – que regista as maiores quebras – que foi apontado como o principal foco de doenças no período, devido ao lodo, às águas estagnadas com depósitos de esgotos e a fétida Ribeira de Alcântara²⁷⁴. Foi, assim, uma das áreas mais afectadas pelas mortes resultantes da epidemia, o que provocou a debandada dos residentes que tinham possibilidades financeiras para o fazer, ou seja, os que se incluíam no lote de elegíveis, que mudaram temporariamente de residência, escolhendo casas de campo ou propriedades no interior do país, longe da epidemia²⁷⁵.

O grande aumento de eleitores e a manutenção do número de elegíveis nos anos de 1862 a 1866, estará relacionada com a vinda de mão-de-obra do campo para a cidade.

O quadro III (desenvolvido por freguesias no anexo 6) apresenta a população da capital, os eleitores e os elegíveis, apenas para o ano de 1864. Os dados do recenseamento geral da população desse ano fornecem uma dimensão mais precisa, num determinado tempo, das percentagens de eleitores e elegíveis na população da capital.

²⁷⁴ Motivo de diversas representações ao Rei, no sentido da sua salubridade. Por exemplo, uma a 6 de Setembro de 1858 (*Anais do município de Lisboa* – Actos a Câmara n.º 19, Setembro de 1858) e outra a 17 de Fevereiro de 1859 (Fonte citada, n.º 26, Fevereiro de 1859).

²⁷⁵ *A Revolução de Setembro*, 12 de Outubro de 1857.

Quadro III - População residente, maiores de 25 anos, eleitores e elegíveis por bairro em 1864²⁷⁶

Bairro	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j
Alfama	44.770	14.041	31,3	4.221	9,4	30,0	897	2,0	6,3	21,5
Rossio	34.876	8.773	25,1	3.529	10,1	40,2	1.795	5,1	20,4	50,8
Alcântara	55.970	16.588	29,6	4.277	7,6	25,7	1.185	2,1	7,1	27,7
Bairro Alto	41.240	11.489	27,8	3.606	8,7	31,3	1.058	2,5	9,2	29,3
Total	176.856	50.544	28,5	15.633	8,8	30,9	4.935	2,7	9,7	31,5

Fonte: Actas da Câmara Municipal de Lisboa. Sinopse de cidadãos recenseados e elegíveis – Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego, e do Censo da População de Lisboa em 1864, in: RODRIGUES, Teresa, *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista – migrações, mortalidade e desenvolvimento*, Edições Cosmos, Lisboa, 1995.

- a) n.º de residentes (população total).
- b) n.º de residentes masculinos maiores de 25 anos.
- c) % do maiores de 25 anos nos residentes.
- d) n.º de eleitores.
- e) % de eleitores na população total.
- f) % de eleitores nos maiores de 25 anos.
- g) n.º de elegíveis.
- h) % de elegíveis na população total.
- i) % de elegíveis nos maiores de 25 anos.
- j) % de elegíveis nos eleitores.

Em primeiro lugar verificamos como em 1864 o bairro com maior número de residentes, Alcântara, apresentava a menor percentagem de eleitores recenseados e de elegíveis, respectivamente 7,6 e 2,1 por cento, apesar de apresentar igualmente o maior número de maiores de 25 anos, a idade legal para votar.

Podemos também identificar os bairros de Lisboa onde estava concentrada a riqueza (um dos principais critérios para poder ser eleitor e elegível, segundo o censo eleitoral). O bairro do Rossio com uma área relativamente pequena e com o menor número de população residente, apresentava a maior percentagem de cidadãos eleitores e elegíveis. De facto, ao contrário dos outros bairros da capital, o Rossio era o único onde os cidadãos elegíveis representavam cerca de cinquenta por cento dos indivíduos recenseados. Em comparação com a população total do bairro, as percentagens de eleitores recenseados e elegíveis cifravam-se na ordem dos 10,1 e 5,1 respectivamente. Também o Bairro Alto, tradicionalmente área de residência de população mais abastada, apresentava uma percentagem de quase 30 por cento de cidadãos elegíveis entre os eleitores, a segunda mais elevada, mas, era o bairro com a segunda percentagem mais baixa de eleitores entre a população total.

Pelo contrário, Alfama, o segundo bairro mais populoso da capital com uma percentagem de eleitores acima dos outros, apresentava, no entanto, a menor percentagem de cidadãos elegíveis (cerca de 2 por cento da população residente). Era

²⁷⁶ Ver anexo 9.

neste bairro que estava concentrada a maioria da população operária e as classes populares mais desfavorecidas.

Analisemos, por fim, os resultados das eleições municipais.

Quadro IV - Taxas de abstenção para as eleições municipais de Lisboa de 1857 a 1865

Eleições (a)	1857	1858	1859	1860	1863	1865
Total de eleitores recenseados	10.843	10.102	10.037	10.037	15.425	15.633
Total de listas	893	2401	3418	2350	7138	3512
Taxa de abstenção	92%	76,2%	65,9%	76,6%	46,2%	77,5%

Fonte: Cadernos de Recenseamento eleitoral, Pautas dos Resultados eleitorais e Actas da Mesa Geral do Apuramento de Votos, de 1857 a 1866 – Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo do Arco do Cego.
(a) Os anos referem-se ao ano da votação, como no quadro seguinte.

Na elaboração dos quadros IV e V, para a contagem de votos foi seguido o mesmo processo utilizado pela Mesa do Apuramento Geral de Votos, ou seja, a soma dos votos nos candidatos divididas por três será igual ao número das listas que entraram na urna, já que cada eleitor podia colocar na sua lista, até três nomes, que seria o número de vereadores a eleger pelo seu bairro²⁷⁷.

Com a fraca comparência de eleitores às eleições de 1857, atingiu-se uma taxa de abstenção de cerca de 92 por cento, um número muito acima do valor normal, quer para as eleições municipais, quer para as nacionais²⁷⁸.

A causa, não foi unicamente o desinteresse dos eleitores pelo acto eleitoral. A capital vivia condições particulares e únicas para o período em estudo, ao debater-se com chuvas e inundações, além de uma epidemia de febre amarela, que originou um

²⁷⁷ Acta do Apuramento Geral para a Câmara Municipal de Lisboa, que há de servir no biénio de 1858 a 1859, de 29 de Novembro de 1857. Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego. No entanto, este método não é infalível, já que os boletins podiam ter menos de três votos, pelo que os valores resultantes devem ser sempre considerados aproximados. Foram apenas considerados para análise estas eleições, porque apenas destas temos os resultados eleitorais totais. Das restantes, apenas as votações recolhidas pelos eleitos.

²⁷⁸ ALMEIDA, Pedro Tavares, Ob. Cit., pág. 143. Segundo este autor, a abstenção atingia cerca de 60 por cento, nas eleições nacionais.

pico de mortandade, apenas semelhante ao ocorrido na década de 30 do século XIX²⁷⁹. As próprias reuniões preparatórias tinham sido pouco participadas, com as mensagens nos periódicos a reconhecerem as ausências forçadas, devido à fuga para a província de muitos eleitores: «Alguns cidadãos do bairro de Alfama, reconhecendo a impossibilidade de se consultar nas actuais circunstâncias em que a capital se acha, a vontade dos eleitores sobre a escolha dos indivíduos que, por aquele bairro, devem ser votados para futura vereação e entendendo também ser conveniente concordarem numa lista, para assim não se extraviarem os votos. (...) Acordaram apoiar os vereadores eleitos no biénio anterior, por deste modo ficar de alguma sorte combinado o direito, que os presentes são chamados a exercer, com o respeito devido à vontade dos eleitores, que se acham ausentes». Ou no bairro de Alcântara, com mensagens como: «estando presentemente muitos eleitores fora da capital, os que nela residem limitam-se a exercer o seu direito constitucional prorrogando o mandato anterior e adiando para tempos mais bonançosos toda a iniciativa eleitoral, e toda a discussão e resolução sobre ela²⁸⁰.»

O desamparo da urna levou o Conselho de Distrito a anular as eleições municipais em dois bairros – Alto e Alcântara - tendo os vereadores eleitos pelos outros recusado a sua nomeação, em solidariedade com os colegas não eleitos e por considerarem que não estariam a representar a maioria dos eleitores, mas apenas, uma pequena parte deles.

O Conselho de Distrito considerava as circunstâncias ocorridas nesse acto quase todas consequência inevitável da ocasião «por extremo calamitosa, em que, em obediência à determinação da lei, teve de se proceder à mesma eleição, dando isso causa a que milhares de eleitores obrigados por uma força maior e superior à sua vontade, abandonassem a urna²⁸¹.» A anulação das eleições municipais provocou a marcação de uma nova data para o acto eleitoral, tendo sido escolhido o dia 7 de Fevereiro de 1858.

A eleição de 1858 registou já uma abstenção normal para os actos eleitorais verificados em Lisboa, bastante acima dos valores encontrados nas eleições para deputados, que atingiam uma média de 51,9 por cento, que segundo Pedro Tavares de Almeida, estavam em sintonia com outras cidades europeias, como Madrid (entre os 58 e 70 por cento) e Milão (com cerca de 50 por cento)²⁸². A desmobilização ou desinteresse manifestados em relação às eleições em Lisboa não derivavam do

²⁷⁹ RODRIGUES, Teresa, *Nascer e Morrer na Lisboa Oitocentista...*, Ob. Cit.

²⁸⁰ *Revolução de Setembro*, 22 de Novembro de 1857.

²⁸¹ *Revolução de Setembro*, 6 de Janeiro de 1858.

²⁸² ALMEIDA, Pedro Tavares, Ob. Cit., pág. 145.

descrédito dos mecanismos representativos, nem da valorização de formas alternativas de intervenção e protestos políticos. A actividade política era encarada como uma esfera à parte, um universo exterior aos problemas da vida quotidiana, que os cidadãos não entendiam e em que não se sentiam motivados a participar voluntariamente²⁸³. A participação eleitoral em Lisboa, em comparação com o resto do país, pode também estar relacionada com a diminuição da intervenção dos caciques.

O alheamento dos eleitores da urna era uma realidade constada pelos periódicos da capital que, nas vésperas das eleições, faziam intensos apelos à participação eleitoral. Jornais como o *Português*, clamavam: «o povo deve ir à urna, porque se trata de escolher os homens que têm a seu cargo velar por muitos dos seus interesses»; mais tarde, diz « não deixais correr à revelia os vossos interesses, nem entregais a gerência dos vossos bens a quem os não saiba governar com desvelo e economia, assim para os bens do vosso município, para os interesses da vossa comuna, procurareis de entre vós os que pelos seus talentos e reconhecida probidade, vos derem segura garantia de que hão-de satisfazer plenamente ao vosso honroso mandato.²⁸⁴» Por seu lado, a *Revolução de Setembro* defendia que a eleição municipal não era «uma simples cerimónia, prescrita pelo Código Administrativo e celebrada pelos fiéis reconhecidos e catalogados nas tábuas censíticas do município. A questão da eleição municipal vale mais alguma coisa do que uma estéril homenagem às determinações da lei e do que uma honrosa condecoração de estima e respeito, conferida pelos eleitores àqueles que são reputados dignos de se sentarem nas cadeiras da edilidade cidadã e burguesa»; o mesmo jornal reconhece que, «costumam ser menos concorridos estes actos eleitorais do que o são as eleições para representantes da nação. E contudo, a representação de uma grande cidade, da capital de um reino, é uma coisa grave e importante e que interessam igualmente aos municípios da nação inteira. É na capital que se reflecte o espelho de um povo, ali está compendiado todo o seu progresso e todo o seu atraso²⁸⁵».

Teria de se chegar à eleição de 1859, para se comprovar outro aspecto, também já apontado por Pedro Tavares de Almeida para as eleições nacionais, ou seja, a percentagem de votantes relacionava-se directamente com a intensidade da competição eleitoral. De facto, foi com estas eleições que os valores de abstenção desceram abaixo dos setenta por cento e precisamente num período em que as diferentes facções

²⁸³ Idem, *Ibidem*, pág. 147.

²⁸⁴ *O Português*, 12 de Novembro de 1853 e 30 de Novembro de 1855

²⁸⁵ *Revolução de Setembro*, 8 de Janeiro de 1858 e 9 de Janeiro de 1859.

apelaram ao seu eleitorado e onde estavam em causa atentados à honra da municipalidade e às suas competências. Contudo, estes temas apenas interessavam uma pequena minoria dos eleitores da capital, porque, apesar do grande destaque na imprensa e dos apelos ao voto efectuados, a abstenção atingiu os 66 por cento.

Depois de sanado o conflito entre a câmara municipal e o Governo, outros assuntos passaram a ser notícia nos periódicos, reinstalando-se o desinteresse pelas eleições municipais. Que melhor exemplo do que as segunda eleições para o biénio de 1860 a 1861 (que se realizaram oito meses depois das atrás referidas), em que a taxa de abstenção voltou aos valores de anos anteriores, ao atingir os 76,6 por cento. A campanha eleitoral efectuada através dos periódicos, desempenhava um papel fundamental no apelo ao eleitorado. Ora, as notícias de reuniões ou a publicação de listas de candidatos a vereadores para este biénio foram praticamente inexistentes.

Assiste-se, de facto, nos níveis de participação, a um fenómeno quase cíclico de aumento e diminuição de valores, quase sempre acompanhado de um correspondente maior ou menor interesse da imprensa no acto eleitoral. Esta particularidade seria mais uma vez comprovada, em Novembro de 1863, nas eleições para o biénio seguinte, que, como se disse, tiveram uma acesa campanha eleitoral, tendo sido registada a mais baixa taxa de abstenção do período em estudo.

As eleições municipais de 1863 foram caracterizadas pela definição das fronteiras partidárias, com um assumido papel dos partidos políticos na organização das listas e na campanha eleitoral. Tanto o partido Progressista Regenerador (na oposição) como o Histórico (no poder), utilizaram à exaustão os seus órgãos oficiais, respectivamente, a *Revolução de Setembro* e o *Português*. A luta não foi tanto entre indivíduos, mas sim, entre os partidos, o que acabou por unir o eleitorado à sua volta. O resultado foi a mais alta taxa de participação eleitoral em anos, com 53,8 por cento dos eleitores lisboetas a votarem. A elevada participação eleitoral irritou particularmente a oposição, que respondeu com acusações de que tinham sido postos em prática «meios indignos para conseguir o triunfo dos candidatos do governo: promessas, ameaças, corrupções, veniagens, tudo enfim, de que é capaz um ministro de uma facção audaz e menos escrupulosa²⁸⁶». Mas, como já foi atrás referido, as acusações ou denúncias de ilegalidades não passavam das páginas dos periódicos.

²⁸⁶ *A Revolução de Setembro*, 11 de Novembro de 1863.

De novo, para as eleições de 1865, a um maior desinteresse, correspondeu uma maior abstenção. Apesar do aumento de eleitores inscritos no recenseamento, a abstenção voltou a atingir os 77,5 por cento. O desinteresse do eleitorado nestas eleições foi revelado de duas formas: tanto pela ausência de notícias ou apelos eleitorais na imprensa, como pelas transcrições de boletins de voto anulados, onde são insultados ou caricaturados os candidatos à vereação (capítulo 4.5 «O processo de votação e contagem de votos: os protestos, o caso Morais Mantas»).

Quadro V – Número de votantes nas eleições municipais de Lisboa²⁸⁷

Bairros	1857(a)	1858 (b)	1859 (c)	1859(d)	1863 (e)	1865 (f)
Alfama	180	691	717	733	2031	471
Rossio	230	511	809	642	1827	902
Alcântara	335	621	1239	593	1734	1168
Bairro Alto	148	578	653	382	1546	971
Total	893	2401	3418	2350	7138	3512

Fonte: Resultados eleitorais para os biénios de 1858/59, 1860/61, 1864/65 e 1866/67. Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego.

- (a) Realizadas a 22 de Novembro de 1857 para a edilidade que deveria servir no biénio de 1858/59. Anuladas a 11 de Dezembro do mesmo ano.
- (b) Realizadas a 7 de Fevereiro de 1858, para a edilidade que deveria servir no biénio de 1858/59.
- (c) Realizadas a 9 de Janeiro de 1859 (devido à dissolução da Câmara), para a edilidade que deveria servir o resto do biénio de 1858/59.
- (d) Realizadas a 6 de Novembro de 1859, para a edilidade que deveria servir no biénio de 1860/61.
- (e) Realizadas a 9 de Novembro de 1863, para a edilidade que deveria servir no biénio de 1864/65
- (f) Realizadas a 6 de Novembro de 1865, para a edilidade que deveria servir no biénio de 1866/67.

O quadro V apresenta de forma clara a fraca participação nas eleições municipais em Lisboa. As eleições de 1858 tiveram, por exemplo, para o bairro do Rossio a participação de 511 eleitores, sendo que, o vereador eleito por este bairro recolheu 501 votos. Numa cidade que tinha mais de 180.000 habitantes é extraordinário constatar o número de votos suficientes para se eleger um vereador.

Até mesmo os bairros da capital com um maior volume populacional, como Alfama e Alcântara (ver mapa 4) tiveram em 1865, uma participação muito baixa. De facto, o mais votado por Alfama recolheu 454 votos em 471 e, o Alcântara 1017 em 1168 votantes.

²⁸⁷ Ver anexo 10 com os resultados eleitorais totais.

Apesar do acto eleitoral em Lisboa ter características especiais, que iam desde o facto de se tratar da capital do reino à cidade mais politizada, a participação do eleitorado era parca. A Mesa Geral de Apuramentos dos Votos (que contabilizava e conferia a totalidade dos votos nos bairros da capital, uma semana depois da votação) registou várias vezes assembleias que lavraram autos de não-eleição, por falta de votantes²⁸⁸. Não era, contudo, por escassez de eleitores recenseados que essas eleições não se verificavam. De facto, Lisboa era cidade com maior número de eleitores recenseados, sendo seguida de perto apenas pelo Porto²⁸⁹.

Finalmente, apresentamos as votações recolhidas pelos vereadores eleitos para as eleições municipais em Lisboa entre 1854 e 1865²⁹⁰, assim como a identificação das parcialidades políticas por detrás dos elencos municipais.

Das eleições para o biénio de 1852 a 1853, as primeiras da Regeneração, não chegaram aos nossos dias os resultados eleitorais. No entanto, sabemos quem foram os vereadores que estiveram à frente da edilidade nesses primeiros tempos, de grandes mudanças para a capital, assim como, a parcialidade política da maioria dos seus membros²⁹¹. A vitória progressista regeneradora foi esmagadora. Esta vitória foi explicada, em grande parte, por ter sido apresentada, apenas, esta lista aos eleitores, já que, com receio de uma provável derrota nenhuma outra facção política apresentou ao eleitorado candidatos. Foram eleitos para a nova vereação, Alberto António de Moraes de Carvalho, Raimundo José Pinto, Aires de Sá Nogueira, Cristóvão Carneiro de Andrade, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, José dos Reis Sousa, Domingos Ferreira Pinto Basto, Visconde de Fonte Arcada, João Francisco Araújo, Conde de Rio Maior, Manuel Salustiano Damasceno Monteiro, Francisco António Marques Giraldes Barba, António Esteves de Carvalho, Geraldo José Braamcamp, Aniceto Ventura Rodrigues, João de Matos Pinto. Tinham ganho a maioria em todos os bairros, não tendo sido eleitos dois candidatos, Manuel Maria Ferreira da Silva Beirão, pelo Bairro do Rossio e

²⁸⁸ Nas eleições de 11 de Novembro de 1857, registaram-se cinco situações deste tipo em: São Vicente, 2ª assembleia; Conceição, 10ª assembleia; S. Mamede, 15ª assembleia; Mercês, 16ª assembleia; Coração de Jesus, 20ª assembleia.

²⁸⁹ Segundo Paulo Jorge Fernandes, em 1847 Lisboa tinha 14.764 eleitores recenseados e o Porto 14.034. Fonte: «As eleições municipais de 1847. Resultados e consequências políticas.» in: *História dos Municípios*. Ob. Cit., pág. 278.

²⁹⁰ Para o biénio de 1852 a 1853 e de 1856 a 1857, não existem dados. A constituição das vereações encontra-se em anexo 11.

²⁹¹ Ver anexo 11.

António Cabral Sá Nogueira pelo Bairro Alto. Foram, também, eleitos Manuel Marcelino Lourenço e João de Saldanha Figueira e Sousa.

A renovação do elenco municipal em comparação com o biénio anterior era notável, já que, nenhum dos novos vereadores vinha da edilidade anterior. Contudo, quatro deles já tinham exercido essas funções em conjunto: Aniceto Ventura Rodrigues, António Esteves de Carvalho, João de Matos Pinto e João de Saldanha Figueira e Sousa. Estes vereadores fizeram parte da comissão municipal, comandada por Palmela que a 8 de Junho de 1846 ficou incumbida de proceder ao recenseamento dos eleitores e elegíveis e preparar as eleições locais de onde sairia uma nova vereação legitimada pelo voto²⁹². As coincidências com o que se passava, agora, em 1851 eram por demais semelhantes: Costa Cabral tinha sido novamente afastado e Saldanha ordenara a revisão dos recenseamentos para a realização de eleições municipais. A provável experiência destes vereadores permitiu um maior sucesso nos objectivos propostos²⁹³.

Quadro VI - Resultados eleitorais para o biénio de 1854 a 1855

Eleitos	N.º de Votos
Manuel Salustiano Damasceno Monteiro	864
Conde do Sobral	826
António Esteves de Carvalho	800
Aires de Sá Nogueira	716
José António Pereira Serzedelo	654
Francisco Manuel de Mendonça	638
Joaquim Cândido da Costa	627
Geraldo José Braancamp (a)	598
João de Matos Pinto	554
Alberto António de Moraes de Carvalho	515
José dos Reis e Sousa	514
Geraldo José Braancamp (b)	416

Fonte: *O Português*, 15 de Novembro de 1853, n.º 180
(a) pelo bairro de Alcântara (foi substituído por Luís de Almeida Albuquerque)
(b) pelo bairro Alto.

Os resultados eleitorais (quadro VI) foram arrasadores para a oposição ao partido progressista (governamental). De facto, a lista progressista apresentada aos eleitores conseguira eleger todos os seus candidatos, à excepção de apenas dois, Manuel Maria Ferreira da Silva Beirão, pelo Bairro do Rossio, e António Cabral Sá Nogueira,

²⁹² FERNANDES, Paulo Jorge, «As eleições municipais de 1847. Resultados e consequências políticas», in: *História dos Municípios: Administração, Eleições e Finanças*, II Seminário Internacional – História do Município no Mundo Português, CEHA, 2001, pág. 264.
²⁹³ Ver capítulo 4.2. «As listas de recenseamento: a intervenção dos 40 maiores contribuintes e as reclamações».

pelo Bairro Alto. Além disso, Geraldo José Braancamp foi eleito pelos dois bairros a que concorreu.

O partido progressista rejubilava, fazendo inclusive as pazes com a facção dissidente do bairro de Alfama, que alcançara 367 votos, com o seu mais directo adversário a ter apenas 129 votos. No Bairro Alto, onde igualmente uma lista progressista dissidente tinha concorrido, com o nome de José Inácio de Andrade, este alcançou 237 votos contra os 71 obtidos pelos candidatos apresentados pela «tríplice-aliança»²⁹⁴, ou seja, o conjunto de listas apresentadas pelos jornais *A Lei*, *A Nação*, *A Imprensa* e *O Português*. No entanto, faziam parte dos eleitos, Alberto António de Moraes de Carvalho, que recusava a sua eleição, (num período em que estava empenhado na formação, em conjunto com António Rodrigues Sampaio, da Comissão Progressista Regeneradora) e Luís de Almeida e Albuquerque, um dos membros da Comissão organizadora do Partido Progressista (Histórico) a 29 de Agosto de 1854.

A mesma vereação seria reeleita na sua quase totalidade no biénio seguinte (1856-1857), continuando a ter uma maioria progressista, mas vincadamente “histórica”, numa eleições de que temos pouca informação.

Quadro VII - Resultados eleitorais para o biénio de 1858 a 1859 (1ª)

Eleitos	N.º de Votos
José Joaquim Alves Chaves	312
José António Pereira Serzedelo	305
Levy Maria Jordão	263
José Joaquim da Costa	256
Joaquim Maria Osório	189
Vicente Ferreira Nunes	178
Manuel Salustiano Damasceno Monteiro	174
António Esteves de Carvalho	164
Visconde de Azurara	103
João de Matos Pinto	88
Francisco António de Andrade	80
João António da Silva Trigueiros	78

Fonte: Resultados eleitorais para o biénio de 1859 a 1859. Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego

Como vimos, com a cidade de Lisboa vítima de várias epidemias, entre elas a de febre amarela, as eleições de Novembro de 1857 (quadro VII) acabam por se tornar as menos participadas durante o período aqui em análise, com o último vereador a ser eleito por apenas 78 votos. O acórdão do Conselho de Distrito de 11 de Dezembro de 1857, declarou nula e sem nenhum efeito esta eleição, nos termos do Art. 287 do

²⁹⁴ *Revolução de Setembro*, n.º 3484, 15 de Novembro de 1853.

Código Administrativo²⁹⁵, tendo ordenando que se procedesse a nova consulta, que se deveria realizar a 7 de Fevereiro de 1858.

Para além desta eleição, seriam precisas mais duas (a 7 de Fevereiro de 1858 e a 9 de Janeiro de 1859) para apurar uma vereação que terminasse o mandato camarário.

Quadro VIII - Resultados eleitorais para o biénio de 1858 a 1859 (2ª)

Eleitos	N.º de Votos
Manuel Fernandes Chaves	547
José do Nascimento Gonçalves Correia	532
António Esteves de Carvalho	522
José Joaquim Alves Chaves	501
José António Pereira Serzedelo	494
José Mendes de Assunção	463
Manuel Tomás Lisboa	461
Levy Maria Jordão	425
Luís Caetano da Guerra Santos	411
Júlio Máximo de Oliveira Pimentel	399
Aires de Sá Nogueira	385
João de Matos Pinto	256

Fonte: Resultados eleitorais para o biénio de 1859 a 1859. Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego

Ao analisarmos estes resultados (quadro VIII), verificamos rapidamente que o número de votos é muito superior em relação à votação de Novembro de 1857, assim como a eleição se realizou em todas as assembleias de voto²⁹⁶. De facto, Aires de Sá Nogueira recolheu mais votos (385) que o mais votado na eleição anterior (312). Os nomes propostos eram os mesmos para os vários bairros que para a eleição anulada quatro meses antes. A concorrer à eleição municipal formou-se uma coligação vencedora entre progressistas dissidentes (como António Esteves de Carvalho e José Joaquim Alves Chaves, mais tarde, membros do partido Histórico) e progressistas governamentais.

²⁹⁵ *Código Administrativo – Anotado*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1863.

²⁹⁶ Ver anexo n.º 10.

Quadro IX - Resultados eleitorais para o biénio de 1858 a 1859 (3ª)

Eleitos	N.º de Votos
José Joaquim Alves Chaves	803
José do Nascimento Gonçalves Correia	715
Luís Caetano da Guerra Santos	708
António Esteves de Carvalho	701
Manuel Fernandes Chaves	677
José António Pereira Serzedelo	674
Júlio Máximo de Oliveira Pimentel	673
Manuel Tomás Lisboa	580
Ricardo Teixeira Duarte	567
João de Matos Pinto	381
António Lopes Fonseca dos Anjos	357
Dr. Levy Maria Jordão	290

Fonte: Resultados eleitorais para o biénio de 1859 a 1859. Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego

Da comparação entre os resultados desta eleição (9 de Janeiro de 1859 – quadro IX) e da anterior (7 de Fevereiro de 1858), duas conclusões podem ser retiradas. Em primeiro lugar, a recondução da maioria dos vereadores que tinham pertencido à câmara dissolvida, facto igualmente constatado pelo presidente Júlio Máximo d'Oliveira Pimentel no relatório apresentado por ocasião da tomada de posse da nova vereação para o biénio de 1860 a 1861. Em segundo lugar, a concentração de votos nos vereadores reconduzidos, ou seja, os votos em vez de serem dispersos por vários cidadãos, que, normalmente, não passavam da dezena de votos, foram aplicados na reeleição dos vereadores anteriores, demonstrando claramente um apoio às políticas e decisões camarárias. A *Revolução de Setembro* clama vitória para a câmara municipal dissolvida. Dos 11 vereadores que tinham assinado as declarações que provocaram a dissolução, apenas não tinham sido reeleitos o Dr. Levy Maria Jordão e João Luís de Moraes Mantas, devido à derrota dessa lista no Bairro Alto.

A maioria da edilidade era assumidamente progressista histórica, mas contava com dois progressistas regeneradores de destaque no governo municipal: o presidente, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel e Manuel Tomás Lisboa.

Quadro X - Resultados eleitorais para o biénio de 1860 a 1861

Eleitos	N.º de Votos
José do Nascimento Gonçalves Correia	725
António Esteves de Carvalho	722
Luís Caetano da Guerra Santos	704
José Joaquim Alves Chaves	635
Manuel Fernandes Chaves	562
Chaves José Mendes de Assunção	538
Luís de Almeida Albuquerque	380
Gregório Vaz Rans de Campos Barreto Fróis	374
José Tedeshi	359
João de Matos Pinto	245
João Luís Morais Mantas	242
Nuno José Severo Ribeiro de Carvalho	230

Fonte: Resultados eleitorais para o biénio de 1860 a 1861. Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego

Quando os resultados das eleições para o biénio de 1860 a 1861 (quadro X) foram publicados no «*Português*», ao invés de surgirem apenas os três mais votados por cada bairro, foram publicados propositadamente as votações do quarto cidadão mais votado. Eram revelados, assim, publicamente, alguns dos não-eleitos, onde se incluíam os candidatos regeneradores propostos pela «Revolução de Setembro», Júlio Máximo de Oliveira Pimentel (anterior presidente da edilidade), António Lopes Ferreira dos Anjos e José Isidoro Guedes. Destes cidadãos, apenas o último não pertencia à vereação anterior. A maioria da edilidade era agora “histórica”, quando este partido estava na oposição ao governo²⁹⁷.

As eleições de Novembro de 1859 (quadro IX) são reveladoras da concentração de votos nos cidadãos propostos nas reuniões preparatórias e publicadas na imprensa. De facto, em cada bairro a maioria dos votos continua a beneficiar cerca de quatro a seis cidadãos, tendo os restantes votações insignificantes, praticamente o voto deles próprios²⁹⁸.

No Bairro de Alfama, onde os nomes propostos pelas duas listas eram exactamente os mesmos, a votação nestes foi maciça, com o quarto votado a ter apenas uns extraordinários 18 votos.

Por fim, ao analisarmos os cidadãos eleitos para a vereação deste biénio, constatamos que metade da vereação anterior não foi eleita. Alguns dos antigos vereadores nem sequer terem sido escolhidos nas reuniões preparatórias, o que já de si é

²⁹⁷ Ver estes resultados em anexo 12.

²⁹⁸ Que podiam chegar a ser como no bairro do Rossio, ao número de 42 cidadãos com 1 voto, em 55 votados.

de realçar, a vereação que lutara contra a “intromissão” do governo nas competências camarárias, fora derrotada.

Quadro XI - Resultados eleitorais para o biénio de 1862 a 1863

Eleitos	N.º de Votos
José Carlos Nunes	808
Luís Caetano da Guerra Santos	788
Manuel Fernandes Chaves	765
António Esteves de Carvalho	745
Luís de Almeida e Albuquerque	722
João Luís de Carvalho	695
Nuno José Severo Ribeiro de Carvalho	647
José Joaquim Alves Chaves	589
Gregório Vaz Rans de Campos Barreto Froes	567
João Luís de Moraes Mantas	527
José Isidoro Guedes	508
João Maria Figueiredo Frescata	501

Fonte: Resultados eleitorais para o biénio de 1862 a 1863. Ministério do Reino
D.G.A.C. 3ª Dir. 2ª Rep., Proc. N.º 1329, Lv. 19 (1861), Mç. 3086

A lista apresentada pelo jornal «*A Época*» que incluía quatro pares do Reino, entre os quais o Conde de Farrobo, sofria com estes resultados (quadro XI) uma derrota humilhante. A lista vencedora (Histórica) nascera das reuniões da *Associação Patriótica* e tinha o apoio do «*Português*». Como já foi referido atrás, as votações obtidas pelos vereadores eleitos foram elevadas quando comparadas com anos anteriores, com o cidadão menos votado a ter mais de 500 votos. De facto, José Maria Figueiredo Frescata, concorreu independentemente, não tendo sido incluído em nenhuma das listas apresentadas²⁹⁹.

Quadro XII - Resultados eleitorais para o biénio de 1864 a 1865

Eleitos	N.º de Votos
José Carlos Nunes	1282
Augusto César de Almeida	1260
António Pedro Sobral	1207
Barão de Santa Engrácia	1153
José Joaquim Alves Chaves	1111
Policarpo José Lopes dos Anjos	1096
Francisco José Coelho	1068
Francisco Romano d’Almeida Câmara Manuel	1064
Nuno José Severo Ribeiro de Carvalho	1022
Barão de Alenquer	917
Gregório Vaz Rans de Campos Barreto Froes	890
João de Matos Pinto	851

Fonte: Resultados eleitorais para o biénio de 1864 a 1865. Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego

²⁹⁹ Em Fevereiro de 1850, em pleno escândalo do *affidavit*, outro viria a ensombrar Costa Cabral: o caso da caleche. Era acusado de ter recebido de um agiota uma caleche em troca da concessão de um título. O agiota em questão era precisamente, José Maria Figueiredo Frescata, o financiador, director e redactor do jornal cabralista *A Lei*.

Como já atrás foi referido (capítulo 4.3 «A campanha eleitoral»), estas eleições (quadro XII) marcaram a diferença, no que diz respeito à participação dos partidos políticos na escolha dos candidatos e na própria campanha eleitoral. Os partidos políticos assumiram essa participação e os respectivos periódicos acabaram por publicitar os apelos ao voto, numa tendência que já se estava a tornar notória e óbvia desde as eleições de 1861.

As votações recolhidas pelos vereadores eleitos foram as mais elevadas durante todo o período aqui em estudo, tendo a grande maioria obtido mais de mil votos. O aumento do número de eleitores só por si não justifica este aumento de votos, como as eleições seguinte vieram comprovar.

A vitória coube à lista histórica, tendo estas eleições municipais sido utilizadas na campanha eleitoral que se seguiu para o parlamento por este partido, para atacar os seus rivais políticos. De facto, em Setembro de 1864 o partido histórico ganharia as eleições nacionais por larga maioria.

Quadro XIII - Resultados eleitorais para o biénio de 1866 a 1867

Eleitos	N.º de Votos
José Carlos Nunes	1017
José Joaquim Alves Chaves	863
Joaquim António de Oliveira Namorado	799
António José Serzedelo Júnior	771
Anselmo Ferreira Pinto Bastos	771
José Isidoro Viana	759
João de Matos Pinto	670
Gregório Vaz Rans de Campos Barreto Froes	647
Conde de Ficalho	647
Augusto César de Almeida	454
D. Luís de Carvalho Daum e Lorena	446
Luís Caetano da Guerra Santos	322

Fonte: Resultados eleitorais para o biénio de 1866 a 1867. Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego

A apatia dos periódicos nestas eleições (quadro XIII) teve as suas consequências na participação eleitoral, já que outras formas de campanha eleitoral eram inexistentes na prática. A participação eleitoral foi das mais reduzidas desde 1857, com uma taxa de abstenção de 77,5% - ver quadro V – já que dos 15633 eleitores recenseados apenas 3512 decidiram votar. E mesmo entre aqueles que optaram por comparecer nas



assembleias de voto, alguns optaram por, através do seu boletim de voto, criticar os candidatos, antiga vereação e, até num caso, o próprio rei³⁰⁰.

O descontentamento na votação pela vereação histórica anterior teve reflexos no elenco municipal, ao ser derrotada por uma coligação Regeneradora-Cartista, precisamente a mesma que fora derrotada nas eleições para o biénio anterior. Eram, contudo, tempos de grande mudança política com o início em Setembro de 1865 dos primeiros quatro governos de “Fusão” entre regeneradores e históricos, presididos por Joaquim António de Aguiar.

Ao analisar-mos a forma como era exercido o voto, constatamos que os cidadãos previamente escolhidos nas reuniões preparatórias reuniam a esmagadora maioria dos votos nos seus bairros, provando-se, assim, a eficiência destas reuniões de forma a evitar a dispersão de votos. De facto, por cada bairro haveria três ou quatro cidadãos com mais de 300 votos, tendo os restantes (que podiam ir até vinte), entre um a três votos³⁰¹.

Numa análise geral, o número de votos que os candidatos à vereação recolhiam era, quando comparado com o número de eleitores, bastante reduzido. Se nas eleições para o biénio de 1854 a 1855, os candidatos mais e menos votado recolheram respectivamente 864 e 416 votos, nas eleições para o biénio de 1862 a 1863 obtiveram, 808 e 501. Apenas nas eleições para o biénio de 1864 a 1865, a maioria dos candidatos ultrapassou o milhar de votos, estando este valor directamente relacionado com o aumento significativo de cidadãos recenseados (passando de 10.037 em 1859 para 15.425 em 1862³⁰²), além de uma forte campanha eleitoral na imprensa. No entanto, percentualmente, a representatividade com o passar dos anos não sofreu grandes alterações, porque o aumento do número de eleitores não teve correspondência no crescimento dos votos.

³⁰⁰ Ver os boletins de voto anulados no anexo 4.

³⁰¹ Como se observa em anexo nos resultados eleitorais totais do biénio de 1860 a 1861.

³⁰² Ver quadro I deste capítulo.

4.7 A política local: construção da elite municipal.

Desde o início do período em estudo, a principal mensagem transmitida nas campanhas eleitorais referia-se às qualidades intrínsecas dos vereadores, ou seja, a educação, o bom-gosto, a cultura, entre outras, deveriam ser apanágio de um vereador. Era defendido que a profissão e, mesmo, a parcialidade política deveriam ser colocadas em segundo plano na escolha dos candidatos³⁰³. Nas vésperas das primeiras eleições municipais após o pronunciamento de Saldanha, a própria imprensa tecia considerações sobre as qualidades do vereador da câmara de Lisboa³⁰⁴. Era considerado que um burguês honrado e probo, que tinha em dia o seu livro de razão, «pode ser um óptimo chefe de família e é com certeza um habitante proveitoso para o município, mas seria com aquela só qualidade um péssimo vereador»; assim como outro, «cujas ciências fossem incontestáveis, engenheiro, médico, arquitecto ou advogado e de cujo pundonor de honestidade não houvesse as mais irrefragáveis provas, ninguém o aceitaria de mui cordial vontade», isto porque, segundo o editorial, essas capacidades apenas lhes serviriam para «melhor ocultar as suas malversações». A desconfiança em relação aos futuros camaristas, baseada apenas na sua origem sócio-profissional, teve alguma influência na escolha dos indivíduos que fizeram parte das vereações ao longo do período aqui em estudo. A eleição, na sua maioria, de proprietários, devia-se, provavelmente, ao facto destes cidadãos terem já constituído a sua fortuna e prestígio, não tendo, portanto, nada a ganhar com os negócios da municipalidade, dispondo igualmente de mais tempo livre para atender às sessões camarárias³⁰⁵. Pelo contrário, criticavam-se os negociantes, ao considerar-se que se «negociante rico, independente e honesto for administrar um pelouro, para cuja gerência sejam necessários conhecimentos especiais, o resultado infalível serão absurdos, inconveniências, desperdícios, o descrédito do negociante e da vereação.»

Já em 1849 eram discutidas as qualidades dos camaristas em vésperas de eleições municipais: «uma certa consideração social, uma certa fortuna, uma tal ou qual influência política nos negócios gerais do Estado, às vezes mesmo o precedente

³⁰³ De facto, desde as eleições para o biênio de 1852 a 1853 que os partidos políticos eram acusados de se imiscuírem nos assuntos municipais.

³⁰⁴ *A Revolução de Setembro*, 7 de Fevereiro de 1852, n.º 2959.

³⁰⁵ *Idem*.

honroso, de haver feito parte das municipalidades anteriores, conferem a alguns cidadãos de minguado cabedal administrativo a honra e o encargo de representarem o município³⁰⁶».

Uma das principais críticas dirigidas à vereação eleita antes do pronunciamento (e que seria cavalo de batalha em manifestos eleitorais em eleições municipais seguintes) seria a de que lhe faltava “gosto”, ilustração, ao contrário de outras capitais europeias. A insatisfação em constatar que as preocupações da câmara municipal eram superficiais e não de fundo, levava a que em crónicas do quotidiano social se afirmasse que aquela câmara era incompatível com a governação de uma capital e com as necessidades sérias de uma população que se civilizava e se engrandecia. A propósito do pavimento de Mac-Adam nas ruas e avenidas da capital e da respectiva poeira, acusava-se: «Se deseja revolver-se na poeira, que o faça como particular; se deseja gastar dinheiro em melhoramentos ridículos e em combinações mesquinhas, que se limite a cultivar algum quintalejo ou a administrar algumas casas, que possua num desses becos soturnos e intransitáveis, verdadeiro *specímen* da sua cidade ideal; a municipalidade de Lisboa deve ser ilustrada e imaginosa, conhecedora do que existe no estrangeiro e com projecção intelectual suficiente para aplicar à nossa situação, à modificação gradual dos nossos hábitos, às circunstâncias do nosso solo e do nosso clima, as ideias administrativas, que regem lá fora os países civilizados³⁰⁷». Com o início da Regeneração os anseios são os mesmos, defende-se a inteligência, querem-se «homens de ciência».

A 26 de Janeiro de 1852, realizou-se a primeira reunião eleitoral para as eleições municipais da Regeneração. Ao contrário do que até então era defendido, para que os futuros vereadores fossem de áreas políticas abrangentes e com qualidades, reconhecidamente «homens de ciência, gosto, e tacto administrativo, que assentem em outras bases a administração municipal³⁰⁸», o partido Progressista apresentava uma lista própria para concorrer às eleições municipais, apelando aos eleitores para que se verificasse uma mudança radical na vereação municipal. Advogava-se a escolha de cidadãos competentes e modernos, próprios de uma capital europeia. Nos nomes escolhidos, procurou-se romper com a tradição estabelecida de, como a *Revolução de Setembro* considerava, «se supor que uma boa câmara municipal seria aquela que for

³⁰⁶ *Revolução de Setembro*, 17 de Outubro de 1849.

³⁰⁷ *Revolução de Setembro*, 14 de Junho de 1851.

³⁰⁸ *Revolução de Setembro*, 26 de Janeiro de 1852.

composta por negociantes e melhor ainda se fossem já retirados do negócio, porque assim poderiam tratar melhor dos assuntos camarários». A principal conclusão que podemos retirar destas palavras, era a vontade de retirar um certo carácter de “amadorismo” à gerência dos negócios da Câmara Municipal de Lisboa. Pretendia-se profissionalismo, desejava-se esclarecimento e cultura, ambicionava-se a mudança, a Regeneração. Ao invés da proclamada confrangedora ignorância dos vereadores, irá apelar-se a que surjam novas figuras, que tragam à cidade de Lisboa os ventos do progresso e um conjunto de novas obras desejadas para uma capital europeia.

Só em 1855 se voltaria a fazer referência às qualidades dos vereadores. Seria com a frase «O município é a vossa casa, o vosso lar, a vossa fazenda; por tradição histórica, por conveniência própria deveis zelar a sua administração ³⁰⁹» que a comissão central ³¹⁰ iniciava o seu manifesto aos eleitores de Lisboa, num apelo ao voto consciente e à importância das eleições municipais para a cidade e mesmo para o país. Além de defender que a eleição municipal não devia ter cariz político, mas, devia ser, sim «uma eleição simplesmente administrativa», apontava a inércia, a indiferença, os desacertos de direcção, de gerência, a propagação dos maus princípios, da falta de entendimento e gosto, como consequências da má interpretação do sistema eleitoral.

A comissão central defendia a ampla liberdade nos sufrágios, a abstenção da autoridade e a legítima influência da opinião pública, como princípios que deviam regular toda a eleição. Defendia igualmente que todo o cidadão honrado e inteligente era capaz de administrar um simples pelouro, se este não exigisse senão a sua presença e o seu zelo pelo bem comum. Considerava, todavia que, para simplificar e corrigir a sua administração, para instaurar novas regras de gerência, ao zelo e inteligência era preciso acrescentar a instrução, «não como puro ornamento do espirito, mas como fonte donde derivam as novas ideias e mais felizes progressos ³¹¹».

Estes argumentos voltariam a ser usados apenas nas eleições municipais para o biénio de 1862 a 1863, quando a *Revolução de Setembro* defendia em editorial que «é sabido que para o cargo de vereador, se exigem muitas habilitações e se requer muita aptidão e é por isso mesmo que, os que não possuem essas qualidades, devem ser postos fora de combate. Ninguém ignora que a legislação municipal precisa ser reformada, que as atribuições da câmara têm sido cerceadas, sua receita diminuída, anulada sua

³⁰⁹ *O Português*, n.º 778, 30 de Novembro de 1855.

³¹⁰ Eleita em reunião de eleitores, no salão do Teatro D. Fernando a 18 de Novembro de 1855.

³¹¹ Fonte citada.

importância, por isso outras tantas razões militam para que os eleitos anteponham ao desejo de ser vereador, o da dignidade desse mesmo cargo, preferindo a demissão ao ludíbrio e à vergonha.

Não se pretende que os vereadores sejam homens técnicos, mas que tenham capacidade reconhecida.

Não se exige que sejam profundos nas belas artes, mas que não se tornem notáveis pelo mau gosto. Não reclamamos sumptuosidade em todas as suas obras, mas que as findem, terminem e acabem.

Não creiam que a câmara municipal serve unicamente para fazer parte da procissão de Corpus Christi, ou para se mostrar brilhante, nos dias de grande gala, no teatro ou no cortejo. Não senhores: esta respeitável corporação inventou-se para administrar o município e para isso deve vencer todas as dificuldades ou resignar os lugares quando o crédito do município assim o exija. Antes ser camarista com louvor um mês, do que sê-lo um ano debaixo da censura.

Não nos prende a política como já dissemos. Nem tão-pouco a classe dos eleitos, o que pedimos, o que requeremos é talento, inteligência e saber.

O que importa que o operário vá à vereação, se por baixo da blusa pode estar uma vontade decidida e por baixo do boné uma cabeça que pensa. O raciocínio e o juízo, estão no talento, as nulidades nem sequer chegam a ter ideias».³¹²

Ponto dominante neste apelo eleitoral, em comparação com outros anteriores, já aqui analisados, é a referência à capacidade intelectual dos camaristas. Também *A Época* para as mesmas eleições, utilizava as mesmas razões, apontando igualmente o desleixo e o abandono a que fora votado o município. Este jornal constatava que a Câmara Municipal de Lisboa, ao contrário de outras capitais europeias, não tinha à frente dos seus destinos cidadãos escolhidos «de entre os mais inteligentes, mais probos e prestantes», perguntando, tal como o manifesto da *Revolução de Setembro*, se não existiam na cidade de Lisboa cidadãos mais competentes para representarem e administrarem o município. A esta pergunta, o periódico respondia que sim, «todos sabem que sim, todos sabem que é uma vergonha para nacionais e estrangeiros a existência de uma câmara municipal sem a capacidade e a dignidade indispensável à sua missão».³¹³ O mesmo jornal, no mês seguinte, defendia que «querer demonstrar, por a câmara municipal ter um engenheiro e um advogado, que não precisam os seus

³¹² *Revolução de Setembro*, 5 de Novembro de 1861.

³¹³ *A Época*, 13 de Outubro de 1861, n.º 524.

membros terem conhecimentos necessários para poderem desenvolver e tratar por si os objectos que lhe forem apresentados, é querer sujeitar a câmara à pressão moral, filha da consciência da própria ignorância. No nosso entender o eleitor deve considerar que para vereador não é qualidade unicamente suficiente pagar este ou aquele censo, pertencer a este ou aquele partido, mas ter a probidade e talentos que encargo tão melindroso requer.³¹⁴»

Para estas eleições surgiria ainda uma polémica relacionada com as capacidades dos vereadores, a que já antes nos referimos³¹⁵. Como jornal conservador, obviamente que, para os redactores da *A Época*, era simplesmente chocante pretenderem serem eleitos para a vereação municipal indivíduos com profissões tão “desprezíveis”, como António Nunes, segeiro, artista no seu meio e regedor da freguesia das Mercês.

A partir de 1860, os vereadores passam a responder pelos seus pelouros de uma forma mais directa, ao apresentarem relatórios de actividades no final dos biénios, mas desde o início da década de 40 do século XIX que as suas prestações eram visadas nas campanhas eleitorais, como mostra o seguinte passo: «É inquestionável que o município carece de muitos melhoramentos e que uma grande parte das câmaras transactas tem apresentado mais promessas que realidades. É necessário escolher homens, que estejam em circunstâncias de poder fazer alguma coisa em proveito dos habitantes da capital e que mereçam a confiança do público. Já apresentámos os candidatos escolhidos pelos cidadãos do bairro de Alcântara, para serem os vereadores da próxima câmara municipal. Era um destes o sr. Esteves de Carvalho, que pela sua renúncia decidiu-se votar no sr. Geraldo José Braamcamp, actual vereador e que tem prestado grandes serviços à cidade no pelouro do incêndios.³¹⁶» A responsabilização do cargo e do vereador perante os seus eleitores revela a crescente importância que a edilidade passou a ter no Governo da cidade. O vereador da Câmara Municipal de Lisboa assumia-se cada vez mais como um poder – e contra-poder, como se assistiu tantas vezes – no cenário político português.

Independentemente destas discussões, a elite política lisboeta era predominantemente constituída por proprietários e comerciantes. Era na residência de alguns deles que se organizavam reuniões políticas, onde se decidiam prioridades

³¹⁴ *A Época*, 5 de Novembro de 1861, n.º 542.

³¹⁵ Ver capítulo 4.3 «A campanha eleitoral».

³¹⁶ *O Português*, 10 de Novembro de 1853, n.º 176.

eleitorais e candidatos às vereações municipais³¹⁷. Durante o período em estudo, dos 69 vereadores que exerceram funções, 36 eram proprietários, 13 negociantes, 8 cirurgiões, 3 advogados, além de outras profissões menos representadas, como lente, caixa do tabaco, solicitador ou farmacêutico (ver quadro em anexo 13)³¹⁸. Segundo Paulo Fernandes, este padrão de recrutamento para as eleições municipais iniciara-se em 1834³¹⁹.

A percentagem de proprietários era esmagadora, tendo existido, porém, biénios em que outras profissões ou grupos sociais detiveram o poder na edilidade lisboeta, como os negociantes e os cirurgiões. Havia preferências na escolha dos vereadores, no que diz respeito às suas habilitações profissionais? Sem dúvida, como se verificou na eleição de José Nunes, segeiro de profissão.

A procedermos à análise dos elencos municipais entre 1851 e 1867, em comparação com o período anterior ao pronunciamento de Saldanha verificamos uma clara renovação da sua elite.

A eleição nas primeiras eleições da Regeneração de Aniceto Ventura Rodrigues, António Esteves de Carvalho, João de Matos Pinto e João de Saldanha Figueira e Sousa, vereadores em 1846, não foi, como vimos, desprovida de sentido. A sua experiência para a revisão dos recenseamento seria fundamental para destruir o mito das listas falsificadas de Cabral, em 1851, como o já haviam tentado em 1846.

Esta renovação da elite municipal tornou-se ainda mais clara nas eleições que se seguiram, já que, apenas João de Matos Pinto (que se tornaria o decano dos vereadores), Joaquim José Fernandes e Joaquim Pereira da Costa, eleitos vereadores em 1855 exerceram essas funções antes do pronunciamento de Saldanha.

A maioria dos vereadores da edilidade lisboeta exerceu essas funções uma vez, sendo, todavia, as recandidaturas bastante frequentes e, por vezes, criticadas. Um exemplo disso, sucedeu nas eleições para o biénio de 1862 a 1863, quando José do Nascimento Gonçalves Correia se recandidatou sem apoio político, uma vez que não foi eleito nas reuniões preparatórias (à semelhança de Figueiredo Frescata, que vimos atrás). O *Português*, fazia as seguintes críticas à sua obstinação na reconquista do cargo:

³¹⁷ As reuniões preparatórias para as eleições municipais pelo Bairro Alto, realizavam-se na casa do Visconde da Fonte Arcada.

³¹⁸ Incluem-se nesta contagem os negociantes, fabricantes e comerciantes. Fonte: Recenseamento eleitoral para os bairros de Lisboa (1851-1867) – Arquivo Municipal do Arco do Cego.

³¹⁹ FERNANDES, Paulo, *As Faces de Proteu...* Ob. Cit.

«São gratuitas as funções camarárias, delas resultam senão dissabores, dizem-no os vereadores constantemente. Pois se é assim como é, como cremos, como se justifica então o veemente desejo que tendes de ocupar um lugar, que vos rouba tempo para os vossos negócios particulares, capital o mais precioso e que vos obriga a fazer despesa? Não compreendemos. (...) Se é a honra que mais uma vez os impele a mais uma vez ocupar essas cadeiras, esse desejo está demasiadamente satisfeito com o biénio em que servistes e não deveis ser tão egoísta que queirais somente para si a honra de ser vereador (...)»³²⁰.

Número de mandatos dos vereadores da C.M.L de 1850 a 1866.

Número de mandatos	Numero de vereadores
1	42
2	13
3	9
4	2
5	1
6	1
7	1

Fonte: Resultados das eleições municipais em Lisboa (1850-1865) – Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego.

Em Lisboa, durante o Antigo Regime, entre 1778 e 1833, foram nomeados apenas 35 indivíduos para o cargo de vereador, no entanto, com o liberalismo, entre 1833 e 1851, tomaram posse desse cargo 116 cidadãos, sendo que, 91 deles apenas exerceu essas funções uma vez³²¹. Os mandatos de dois anos e a prestação das funções como vereador sem subvenção monetária, originavam a entrada, para estas funções, de muitos cidadãos que depois voltavam às sua ocupações profissionais. Com a Regeneração muitos vereadores (42) apenas exerceu essas funções uma vez, mas assiste-se igualmente a um aumento percentual no número de recandidaturas em dois e três mandatos, quando comparamos com o período anterior a 1851.

Também em Montemor-o-Novo com a implantação do liberalismo se regista um aumento na rotatividade dos cargos de vereador entre 1834 e 1851, com 44 indivíduos

³²⁰ *O Português*, 9 de Novembro de 1861, n.º 2556.

³²¹ FERNANDES, Paulo Jorge, *As Faces de Proteu*, Ob. Cit., pág. 177.

em 89 possíveis a exercerem o cargo de vereador, um claro aumento em relação aos 16 vereadores que estiveram à frente da edilidade nos últimos 19 anos do Antigo Regime³²².

Para quinze vereadores que exerceram funções entre 1851 e 1867 o cargo teve um carácter de tirocínio e de oportunidade de ascensão política como deputado³²³. Para o período de 1833 a 1851, Paulo Fernandes regista a ascensão à câmara baixa do parlamento de 25 vereadores, com 11 destes a alcançarem o pariato³²⁴. Percentualmente, entre um período e outro, verificou-se um aumento no número daqueles que ascendeu ao cargo de deputado – de 12,9 por cento para 21,7 – e um decréscimo no número daqueles que beneficiou de um lugar na Câmara dos Pares – de 9,4 por cento para 7,2. Demonstra-se assim, uma comunicação entre o cargo de vereador e o de parlamentar, facto que não pode ser dissociado do despontar dos partidos políticos³²⁵.

Dos cinco vereadores que chegaram à posição de Par do Reino depois de 1851, apenas um – Visconde de Fonte Arcada – exerceu as funções de vereador, depois de lhe ter sido conferido o pariato. Todos os deputados acima mencionados, aquando da sua eleição, optaram por este cargo em detrimento do de vereador. Pelo artigo 115º do Código Administrativo era expressamente determinado que o vereador eleito deputado seria substituído, durante o exercício das suas funções legislativas, nos termos do artigo 112º, passando a jurisdição municipal para o seu substituto durante o prazo da sessão legislativa.

Um deputado e anterior vereador, em particular, despertou a atenção dos partidos políticos: José Joaquim Alves Chaves, parlamentar progressista histórico. A sua entrada na Câmara dos Deputados verifica-se após as eleições de Janeiro de 1860, quando já era vereador da edilidade lisboeta desde 1858. Este tentou manter o seu compromisso com o eleitorado municipal, de facto, foi o único que, através de ofício à Direcção Geral de Administração Civil, pediu a acumulação de ambos os cargos em 1860 e 1862, tendo-lhe sido recusada, finalmente, depois de vários recursos, a 12 de Janeiro de 1862³²⁶. Entre os seus argumentos para a acumulação estava o de, desta

³²² FERNANDES, Paulo Jorge da Silva, «Os processos eleitorais na definição das elites de poder. O caso de Montemor-o-Novo na transição do Antigo Regime para o Liberalismo.» in: *História dos Municípios*, Ob. Cit., 2001.

³²³ Anexo 14.

³²⁴ FERNANDES, Paulo Jorge, Ibidem.

³²⁵ SARDICA, José Miguel, *A Regeneração sob o signo do consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*, ICS, Lisboa, 2001.

³²⁶ *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa*. Imprensa Nacional. 1863. pág. 5.

forma, melhor defender os interesses do município, servindo de ligação entre os interesses da cidade e o governo, o que lhe valeu elogios do presidente da câmara³²⁷.

Foi precisamente para desfazer estes argumentos que, a 5 de Novembro de 1863, a *Revolução de Setembro* publicava uma carta em tom irónico, de um eleitor anónimo, “recomendendo” a reeleição, pelo bairro do Rossio, de José Joaquim Alves Chaves, deputado da nação e anterior vereador da câmara municipal de Lisboa³²⁸. Era acusado de votar na câmara electiva um aumento de 85.000 réis da contribuição predial, que originou um aumento das rendas pagas pelos lisboetas, e de «quando toda Lisboa gemia sob o exorbitante preço das carnes verdes o sr. Alves Chaves, na câmara electiva, atendia aos clamores do município – dormindo encostado à banquetta. Quando a capital gemeu de sede, pagando cada barril de água a 120 réis, o sr. Alves Chaves, velou na câmara electiva pelos interesses do município que representava – não dizendo nada a tal respeito. Quando a falta de cereais encareceu o pão e que os eleitores do município lutavam com a míngua e até com a fome, o sr. Alves Chaves só acordou para louvar a portaria da *Farinha-Brito*, louvar, entende-se dizer “apoiado” pois nunca daquela boca saiu outra palavra no parlamento³²⁹.» O deputado Alves Chaves seria presenteado até em poema, de autor anónimo³³⁰:

³²⁷ A 11 de Janeiro de 1862, o Marquês de Loulé negava o pedido de acumulação de cargos. Fonte: *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, 1862, Lisboa, Imprensa Nacional, Suplemento, pág. 5.

³²⁸ Foi eleito em Janeiro de 1860, pelo círculo de Lisboa, nas listas para deputados do Partido Progressista Histórico. Fonte: Miguel Sardica, *A Regeneração sob o signo do Consenso. A Política e os Partidos entre 1851 e 1861*, Estudos e Investigações, ICS, 2001.

³²⁹ *Revolução de Setembro*, 5 de Novembro de 1863, n.º 6641.

³³⁰ *Revolução de Setembro*, 7 de Novembro de 1863, n.º 6643.

Cidadãos à urna, à urna!
Corre perigo o município
Se adoptar o mau princípio
Das seguidas reeleições.
Riscai pois das vossas listas
Esses velhos camaristas
Que tão seguidas lições,
Vos dão do seu pouco zelo,
E da sua inaptidão.
Lembraí-vos (que vem a pelo)
Dos actos da vereação
Esses cegos camaristas
Já zombaram dos artistas
Pelos festejos reais
Mandando vir do estrangeiro
Foulard, seda e outros mais
Artefactos de valor
Olhando os nossos tecidos
Com desprezo e desamor.
Que camaristas tão queridos!
Deixaram estar a cidade
De carne com a carestia
A gemer de noite e dia
Sem nem mostrarem vontade
De pôr cobro a crise tal.
Três meses Lisboa aflita
Sofreu a sede fatal
E cheia de raiva e mágoa
Lhes pediu: «Oh dai-nos água,
Para nos tirar desta frágua!»
E esses homens desalmados,
Mandriões néscios, tapados
Tais clamores não ouviram.
Nunca a sã razão seguiram

Nas medidas que tomaram
Se alguma vez legislaram
Fosseis, inépcias posturas
Foram só vãs imposturas,
Nunca, nunca se cumpriram.
E porque apesar de estultas
Se não impuseram muitas
Aos ousados infractores?
É porque, dizem, senhores,
Que esses homens tão devotos
Da causa do município
Só respeitam o princípio
De por favor terem votos.
E agora aí que alvorotos
Que por essas ruas vão
Anda de carro o barão
Que faz riso aos estrangeiros
Com um dos seus companheiros
Dentro do enorme carrão
Visitando os eleitores
Risonho, e chapéu na mão!
Mestre Chaves diz: «Perdão,
Se a contribuição votei
E as rendas aumentar fiz
É que não soube o que fiz
E aos ministros servir quis.
Se nunca a voz levantei
Para a cidade melhorar
É porque não sei falar.
Os mais colegas e amigos
Gente ilustrada e famosa
Não temem receber tosa
Pois o seu valor é tanto
Que a todos enche de espanto.

Que medidas ilustradas,
Que resoluções do truz,
Que posturas bem guisadas
Que actividade, que luz!
À urna pois cidadãos.
Medi a longa distância
Que vai de tais camaristas
Aos que estão nas outras listas!
A carne, a água, o *foulard*,
As posturas, imposturas,
As doidices, as loucuras,
Desta câmara incapaz,
Que jamais sabe o que diz,
O que escreve, manda ou faz
Vos hão de a vós indicar
Em que devereis votar.

Fonte: *Revolução de Setembro*, 7 de Novembro
de 1863, n.º 6643.

O registo irónico e jocoso dos versos procurava demonstrar, que os vereadores que ascendessem ao cargo de deputado, menos faziam do que os que estavam na vereação. O interesse de alguns camaristas na carreira parlamentar não era muitas vezes aceite, quer pela oposição política, quer pelos cidadãos.

5. CONCLUSÃO

As investigações no âmbito da História Local tiveram nos últimos anos um crescimento, quer em número, quer em qualidade, permitindo um estudo detalhado dos municípios que constituem o *todo* do território português.

Nestes trabalhos, que abordaram tanto as eleições, como as elites municipais, foram apresentadas novos dados e conclusões sobre a História dos concelhos desde o período medieval à República³³¹. As sementes estavam lançadas para novas investigações sobre esta temática, sendo que, para a cidade de Lisboa o trabalho de Paulo Jorge Fernandes é digno de registo³³².

Este estudo, estando limitado temporalmente pela primeira fase da Regeneração (1851-1867), localizou-se espacialmente na capital do reino, Lisboa. Pretendeu-se através deste trabalho conhecer a importância das eleições para a Câmara Municipal de Lisboa, através das suas particularidades, para a constituição da sua elite municipal no período posterior ao pronunciamento de Saldanha.

O país foi profundamente influenciada pela passagem para o Liberalismo e o difícil período de afirmação do constitucionalismo, pelo que, o pronunciamento do Marechal Saldanha em 1851 e a época que se lhe seguiu, foi entendido na forma de um «consenso» - nas palavras de José Miguel Sardica -, com as diferentes parcialidades políticas a deixarem a luta armada de parte e o debate ideológico a efectuar-se na tribuna da Câmara dos Deputados ou dos Pares e também, como podemos concluir deste trabalho, nos Paços do Concelho de Lisboa.

Com a vitória de Saldanha e a publicação da portaria de 20 de Maio de 1851, onde era advogado que, para «que todos os portugueses se convençam da efectividade dos princípios que hoje dirigem o Governo de sua Majestade (...) estes só podem conseguir-se por acertada escolha do pessoal administrativo³³³», deu-se início a um processo de renovação das elites administrativas. Esta portaria, originou a exoneração de centenas de funcionários estatais em todo o país, sendo oportunamente substituídos

³³¹ Os estudos efectuados até ao momento abarcam a grande maioria dos concelhos do país, de Norte a Sul, passando pelas ilhas e colónias.

³³² FERNANDES, Paulo Jorge Azevedo, *As Faces de Proteu. Elites Urbanas e o Poder Municipal em Lisboa de finais do Antigo regime a 1851*, Colecção Lisboa Arte História, Lisboa, 1999.

³³³ A Lei, 23 de Maio de 1851, n.º 499.

por indivíduos leais à situação³³⁴. Pedro Tavares de Almeida caracterizou esta mudança na elite política liberal resultante do pronunciamento militar de 1851³³⁵. Também no município de Lisboa estas mudanças tiveram reflexo com a injeção de novo sangue. A nova vereação, saída das primeiras eleições da Regeneração, era estreante na sua quase totalidade, excepto apenas quatro membros: João de Matos Pinto - que já tinha exercido o cargo de vereador, no biénio de 1834 a 1836 – Aniceto Ventura Rodrigues, João de Saldanha Figueira e Sousa e José António Pereira Serzedelo, que foram vereadores em 1846, em conjunto com Matos Pinto.

Como aparentemente previram os mentores do movimento da Regeneração, a criação de uma elite rejuvenescida foi um factor decisivo no enraizamento de novas atitudes políticas que, em contraste com a anterior intransigência doutrinária e solução violenta de conflitos, se baseavam na flexibilidade de princípios e negociação.

Mas, não foi apenas a elite municipal que se modificou com a Regeneração.

Algumas das mudanças registadas deram-se igualmente em termos de área geográfica, com a criação dos concelhos de Belém e Olivais em 1852. Apesar da reestruturação da área administrativa do concelho de Lisboa ter tido influência negativa no número de eleitores e elegíveis para os cargos municipais, permitiu que as edilidades pudessem concentrar a sua acção numa área mais precisa, com alterações e inovações mais visíveis. Grandes obras, como o Aterro (a futura avenida 24 de Julho), a modernização do saneamento, um novo matadouro, os novos Paços do Concelho, o caminho-de-ferro e mais tarde, a Avenida da Liberdade, foram os símbolos que marcaram a Regeneração em Lisboa.

O estabelecimento de regras próprias na legislação eleitoral para Lisboa veio revelar, em certa medida, o carácter especial da principal cidade de Portugal, em contraste com resto do país. Apesar dos avanços e recuos nas competências municipais, verificados ao longo da Regeneração e nos vários Códigos Administrativos, Lisboa foi abrangida por um regime de excepção, especialmente no que diz respeito à organização administrativa e legislação eleitoral. Estas medidas excepcionais, tomadas por iniciativa

³³⁴ Entre 1 Junho e 1 de Setembro de 1851 foram exonerados 421 funcionários da administração local. Fonte: Ministério do Reino. ANTT.

³³⁵ ALMEIDA, Pedro Tavares de, *A Construção do Estado Liberal. Elite política e burocracia na Regeneração (1851-1890)*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia Política, policopiada. UNL-FCSH, 1995.

governamental, muitas vezes contra a vontade da edilidade, revelam, eventualmente, o interesse do poder central pela principal câmara do país³³⁶.

Um factor que abonava a favor deste regime de excepção era a estarem situados na capital tanto a Corte, como os órgãos legislativos. Esta proximidade originou um grande número de representações dirigidas pela edilidade ao governo central e ao próprio Rei, com um total de 51, enviadas entre 1851 e 1867³³⁷. Os braços de ferro entre a câmara e o governo foram vários ao longo da Regeneração, tendo atingindo um dos seus pontos mais críticos com a dissolução da Câmara Municipal de Lisboa a 13 de Dezembro de 1858³³⁸ (só neste ano, foram enviadas 12 representações). em resposta a uma eventual perda de competências da edilidade, num projecto apresentado à discussão na Câmara dos Deputados³³⁹.

Entre as principais alterações assinaladas ao nível da legislação, registou-se a eleição por bairros, logo a partir de 1852, com um método de escrutínio dos vereadores, que a distinguiu do resto do país³⁴⁰. Cada um dos quatro bairro de Lisboa (Rossio, Alfama, Bairro Alto e Alcântara) elegia três vereadores. A totalidade dos vereadores constituiria a municipalidade, sendo o presidente da mesma, eleito na primeira sessão camarária, de entre os seus membros.

Ao nível do recenseamento eleitoral, a capital também assistiu a 30 de Setembro de 1852 à criação da figura dos 40 maiores contribuintes (em substituição da experiência falhada dos 20 maiores e menores contribuintes). O papel dos 40 maiores contribuintes era o de eleger os sete membros das comissões especiais incumbidas da revisão anual dos recenseamentos, que deveriam ser posteriormente aprovados pelos membros do Conselho Municipal.

A luta eleitoral ao invés de estar concentrada num único ponto, como no resto do país, dividia-se pelos bairros onde eram organizadas sessões preparatórias pelas diferentes parcialidades, com o objectivo de se efectuar a escolha dos candidatos às vereações. Estas reuniões, amplamente publicitadas na imprensa da capital, procuravam concentrar os votos em determinados indivíduos, muitas vezes já escolhidos em

³³⁶ Durante alguns anos, na campanha eleitoral para cargos municipais em Lisboa, algumas promessas dos candidatos apontavam para o fim da eleição por bairros, um método nascido de um decreto governamental de 2 de Dezembro de 1851.

³³⁷ *Anais dos actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa*.

³³⁸ *Diário do Governo* n.º 293 de 13 de Dezembro de 1858.

³³⁹ Na sessão de 25 de Janeiro de 1858 iniciava-se a discussão de um projecto de lei apresentado pelo ministério de Ávila na Câmara dos Deputados, sobre a reforma da organização e administração da Câmara Municipal de Lisboa.

³⁴⁰ Excepto o Porto.

reuniões precedentes na casa dos notáveis políticos. As diferentes parcialidades políticas adaptaram-se rapidamente a estes procedimentos. De facto, desde cedo que as diversas parcialidades políticas, e mais tarde, os partidos políticos, se organizam, fazendo das sessões de esclarecimento do eleitorado lisboeta, verdadeiras sessões de propaganda, com a uma campanha eleitoral feita igualmente através dos respectivos órgãos oficiais de imprensa. Periódicos, como a *Revolução de Setembro* (Regenerador), e o *Português* (Histórico), destacaram-se como vozes das parcialidades políticas. Foram eles os principais motores das eleições municipais em Lisboa, com a imprensa a servir de barómetro da popularidade de vereações e vereadores, assim como responsável por elevados índices de participação eleitoral. Como vimos, as eleições com as menores taxas de abstenção foram aquelas que tiveram um maior destaque na imprensa.

Só a partir do início da década de 60, os *meetings* políticos ganham peso eleitoral, numa população cada vez mais consciente politicamente, fruto, em parte, de ter o maior número de publicações diárias do país. Foi nas ruas de Lisboa, que acontecimentos como as irmãs da Caridade, a barca *Charles e George*, os boatos sobre a morte de D. Pedro V, ou seja, temas eminentemente políticos, tiveram o seu palco.

Terminado o período de campanha eleitoral as eleições municipais tinham então lugar, salvo raras excepções, em Novembro, nas 34 freguesias da capital, agrupadas em 25 assembleias de voto. Durante a época aqui estudada (1851-1867) não há nenhuma referência, quer nos periódicos, quer em documentos oficiais, a alterações da ordem do acto eleitoral. Todas as contestações às votações foram efectuadas no período destinado aos protestos eleitorais e de forma pacífica. Até mesmo, os protestos eleitorais foram em pequeno número e com pouca expressão.

A análise aos dados de distribuição de cidadãos recenseados pelas freguesias da capital permitiu observar que, as zonas orientais e ocidentais (designadamente os bairros de Alfama e Alcântara), apresentavam o maior número de eleitores. O bairro do Rossio era pelo contrário caracterizado por um menor número de cidadãos recenseados, mas por uma percentagem, que chegava aos 50 por cento, de cidadãos elegíveis, revelando uma clara concentração de riqueza.

De 1854 a 1866, tanto os eleitores, como os elegíveis, registaram um aumento do seu número, com os últimos a acompanharem percentualmente os primeiros a partir de 1862. A capital apenas registou uma quebra dos valores anteriores num período específico da sua história, com a epidemia de febre amarela no Verão de 1857 e 1858.

Contudo, com o início da década de 1860 assistiu-se a uma subida acentuada dos valores de recenseados e elegíveis.

A capital do reino, apesar de bastante politizada, apresentava valores de abstenção bastante elevados, na ordem dos 70 por cento. A Regeneração não trouxe alterações positivas à participação eleitoral em Lisboa, quando comparamos a abstenção neste período com o anterior³⁴¹. Os valores registados por Paulo Fernandes, para Lisboa em 1847 e os verificados vinte anos depois, revelam principalmente um aspecto: o alheamento da maioria do eleitorado das eleições³⁴². Se em 1847, a abstenção se registou nos 46,7 por cento, a média dos anos seguintes, não desceu dos 70 por cento.

Poderão estar na base dessa abstenção diversos factores. Em primeiro lugar, a esmagadora maioria da população lisboeta estava afastada do acto eleitoral, fruto de um regime censitário que privilegiava a riqueza e instrução. No ano de 1864 apenas 8,8 por cento da população que residia em Lisboa tinha direito de voto e de uma população total de 176.856 indivíduos, apenas 2,8 por cento poderiam aspirar a ter assento na Câmara Municipal de Lisboa. Em segundo lugar, a actividade política era encarada como uma esfera à parte, um universo exterior aos problemas da vida quotidiana, que os habitantes da capital não entendiam e em que não se sentiam motivados a participar voluntariamente³⁴³. A participação eleitoral em Lisboa, não estava directamente associada ao nível cultural ou de industrialização da cidade, como se poderia supor. Estava sim, restrita a um número reduzido de participantes. O politicamente activo neste período da Regeneração, era em última análise, aquele que normalmente comparecia nas reuniões preparatórias. Era apenas a este cidadão, que a gerência do governo municipal ou central interessava, porque seria daí que provavelmente lucraria ou beneficiaria.

Os elevados níveis de abstenção verificados ao longo do período em análise, para as eleições municipais, vieram assim comprovar as semelhanças com os resultados obtidos para as eleições para deputados, estudadas por Pedro Tavares de Almeida³⁴⁴. De facto, as eleições com menores níveis de abstenção eram aquelas com maior polémica. A intriga política transmitida ao eleitorado principalmente pela imprensa, em detrimento

³⁴¹ FERNANDES, Paulo Jorge, *As Faces de Proteu*, Ob. Cit., pág. 163.

³⁴² Fonte citada.

³⁴³ ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*; Difel, Lisboa, 1991, pág. 147.

³⁴⁴ ALMEIDA, Pedro Tavares, Ob. Cit.

das folhas volantes (bastante mais raras), era o verdadeiro motor da participação eleitoral.

A abstenção foi, de facto, a grande vencedora das eleições municipais em Lisboa, durante o primeiro período da Regeneração.

Obviamente e apesar da abstenção, eram eleitas vereações de dois em dois anos para a edilidade. As parcialidades políticas logo a seguir ao pronunciamento de Saldanha iniciaram a sua influência na escolha dos candidatos municipais, primeiro de uma forma tímida, para, a partir das eleições de Novembro de 1861, de forma clara e assumida. Com uma campanha eleitoral que abordava tanto temas locais, como nacionais, as vereações eleitas reflectiam o apoio ou descontentamento do eleitor para com o governo ou oposição. À frente da edilidade tivemos num primeiro período “progressistas” (1852-53), depois “progressistas dissidentes”, que se tornariam “históricos” (1856-1864), e por fim, “regeneradores” (1865-67).

Por fim, analisámos a formação da elite municipal para a capital que, em resultado das diversas especificidades de Lisboa já aqui debatidas, apresentava igualmente particularidades. Um dos temas eleitorais profundamente discutidos prendia-se com as qualidades dos vereadores, que não deveriam estar ligadas nem à riqueza, nem ao prestígio, mas à competência, bom-gosto e zelo, em vereações constituídas na sua maioria por proprietários, seguidos, em número, por negociantes, cirurgiões e advogados.

A participação dos partidos políticos nas eleições municipais, como vimos, tornou-se cada vez mais óbvia e forte, terminando o debate em torno das qualidades pessoais, surgindo um outro, onde, para além das competências dos vereadores, eram, agora, discutidas políticas para a cidade e para os seus cidadãos.

A influência política no governo municipal verificou-se igualmente na ascensão de 21,7 por cento dos vereadores ao cargo de deputado e de 7,2 por cento em Par do Reino.

Com a Regeneração a capital modernizou-se e já não era a mesma da década de 40. Os próprios partidos políticos reconheceram essa mudança e acompanharam-na, tendo sido através das eleições municipais que partidos, como o Histórico, tiveram os seus primeiros ensaios políticos.

Anexos



Anexo 1

Assembleias de voto até 1852.

Bairros	Assembleias	Votantes
Alfama	1ª Olivais	Compõe-se esta freguesia dos eleitores desta freguesia e dos de S. Bartolomeu da Charneca e do Beato.
	2ª Sta. Engrácia	Compõe-se esta freguesia dos eleitores desta freguesia.
	3ª S. Vicente	Compõe-se esta freguesia dos eleitores desta freguesia e dos de Sto. André e Sta. Marinha.
	4ª Sta. Cruz do Castelo	Compõe-se esta freguesia dos eleitores desta freguesia e dos de S. Tiago, S. Martinho, e S. Tomé e Salvador.
	5ª Sto. Estevão de Alfama	Compõe-se esta freguesia dos eleitores desta freguesia e dos de S. Miguel de Alfama.
	6ª Vialonga	Compõe-se esta freguesia dos eleitores desta freguesia e dos de Sacavém e S. João da Talha.
	7ª Campo Grande	Compõe-se esta freguesia dos eleitores desta freguesia.
Mouraria	8ª Anjos	Compõe-se esta freguesia dos eleitores desta freguesia e dos de S. Jorge.
	9ª S. José	Compõe-se esta freguesia dos eleitores desta freguesia.
	10ª Pena	Idem
	11ª Socorro	Idem
	12ª Loures	Idem
Rossio	13ª Sta. Maria Maior	Compõe-se esta freguesia dos eleitores desta freguesia e dos de S. João da Praça.
	14ª S. Nicolau	Compõe-se esta freguesia dos eleitores desta freguesia.
	15ª Madalena	Idem
	16ª Santa Justa	Idem
	17ª S. Cristóvão	Compõe-se esta freguesia dos eleitores desta freguesia e dos de S. Lourenço.
	18ª Conceição Nova	Compõe-se esta freguesia dos eleitores desta freguesia.
	19ª São Julião	Idem
	20ª Mártires	Idem
	21ª S. Paulo	Idem
	22ª Sacramento	Idem
	23ª Bucelas	Idem
Alto	24ª Encarnação	Compõe-se esta freguesia dos eleitores desta freguesia
	25ª Mercês	Idem
	26ª S. Mamede	Idem
	27ª Coração de Jesus	Compõe-se esta freguesia dos eleitores desta freguesia e dos de S. Sebastião da Pedreira.
	28ª Lumiar	Compõe-se esta freguesia dos eleitores desta freguesia e dos de Póvoa de Sto. Adrião, Odivelas e Ameixoeira.
	29ª Camarate	Compõe-se esta freguesia dos eleitores desta freguesia e dos de Unhos, da Apelação e Frielas.
	30ª Sto. Antão do Tojal	Compõe-se esta freguesia dos eleitores desta freguesia e dos de S. Julião do Tojal e Fanhões.
	31ª Lousa	Compõe-se esta freguesia dos eleitores desta freguesia e dos de Sto. Estevão das Galés.
Sta. Catarina	32ª Sta. Catarina	Compõe-se esta freguesia dos eleitores desta freguesia.
	33ª Santos-o-Velho	Idem
	34ª Sta. Isabel	Idem
	35ª Carnide	Idem
Belém	36ª Sta. Maria de Belém	Compõe-se esta freguesia dos eleitores desta freguesia.
	37ª Ajuda	Idem
	38ª Lapa	Idem
	39ª S. Pedro em Alcântara	Idem
	40ª Benfica	Idem

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa - Arco de Cego

Anexo 2

Assembleias de voto depois de 1852:

Bairros	Assem- bleias	Reuniões	Votantes
Alfama	1ª	Santa Engrácia	Compõe-se esta assembleia dos eleitores desta freguesia.
	2ª	S. Vicente	Compõe-se esta assembleia dos eleitores desta freguesia e dos de Santo André e Santa Marinha.
	3ª	S. Tiago e S. Martinho	Compõe-se esta assembleia dos eleitores desta freguesia e dos de Santa Cruz do Castelo.
	4ª	S. Estevão de Alfama	Compõe-se esta assembleia dos eleitores desta freguesia e dos de S. Miguel.
	5ª	S. Cristóvão	Compõe-se esta assembleia dos eleitores desta freguesia e dos de S. Jorge da Praça e dos de S. Lourenço.
	6ª	Anjos	Compõe-se esta assembleia dos eleitores desta freguesia e dos de S. Jorge dentro da linha de circunvalação.
	7ª	Socorro	Compõe-se esta assembleia dos eleitores desta freguesia.
Rossio	8ª	Conceição Velha	Compõe-se esta assembleia dos eleitores das freguesias da Sé e dos de Santa Maria Madalena.
	9ª	S. Julião	Compõe-se esta assembleia dos eleitores desta freguesia.
	10ª	Conceição Nova	Idem
	11ª	S. Nicolau	Idem
	12ª	Santa Justa	Idem
	13ª	Mártires	Idem
	14ª	S. José	Idem
Alto	15ª	S. Mamede	Compõe-se esta assembleia dos eleitores desta freguesia.
	16ª	Mercês	Idem
	17ª	Encarnação	Idem
	18ª	Sacramento	Idem
	19ª	Pena	Idem
	20ª	Coração de Jesus	Compõe-se esta assembleia dos eleitores desta freguesia e dos de S. Sebastião da Pedreira que ficam dentro da linha de circunvalação.
Alcântara	21ª	Santa Catarina	Compõe-se esta assembleia dos eleitores desta freguesia.
	22ª	S. Paulo	Idem
	23ª	Santos-o-Velho	Idem
	24ª	Lapa	Compõe-se esta assembleia dos eleitores desta freguesia e dos S. Pedro de Alcântara que ficam dentro da linha de circunvalação.
	25ª	Santa Isabel	Compõe-se esta assembleia dos eleitores desta freguesia que ficam dentro da linha de circunvalação.

Fonte: Anais do Município de Lisboa.

Anexo 3

Boletins de voto impressos e manuscritos

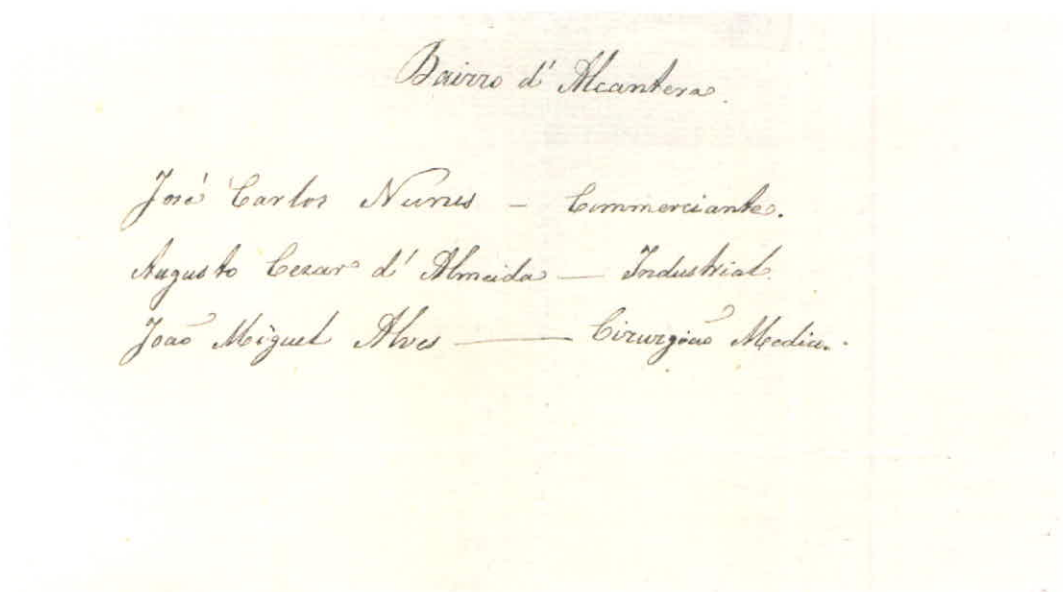


Fig. 1 – Boletim de voto manuscrito para eleição de vereadores pelo bairro de Alcântara.

Novembro de 1865

Fonte: Coleção particular.

Vereadores

pelo Bairro alio

José Frederico Vianna — Cirurgião-médico

José de Mattos Pinto — Negociante

Anselmo Ferreira Pinto Bastos — Negociante

Bairro d'Alcantara

Vereadores

José Carlos e Nunes

Commerçiantes

Joaquim e Antonio d'Alveira Kamerado

Cirurgião-Médico e Profr

Augusto César d'Almeida

Industrial

Fig. 2 – Boletim de voto impresso para eleição de vereadores pelo bairro de Alcântara. Novembro de 1865.

Fonte: Coleção particular.

Anexo 4

Boletins de voto anulados

Vereadores para a Câmara Municipal de Lisboa

Bairro Alto	
António Ferreira Pinto Bastos	Proprietário
Judoro Vianna	Cirurgião Médico
João de Mattos Pinto	Actual Vereador
Vinencio Pinto	Proprietário

Vereadores para a Câmara Municipal de Lisboa

Bairro Alto	
António Ferreira Pinto Bastos	Proprietário
José Judoro Vianna	Cirurgião Médico
João de Mattos Pinto	Actual Vereador
João Vinencio Pinto	Artista

Vairos de Montaña
Eu Antonio Joaquim Xavier
Languinho Loureiro Capaz
do Exercício Este Lugar

Luis de Almeida Albuquerque
João Carlos Nunes
Augusto de Almeida

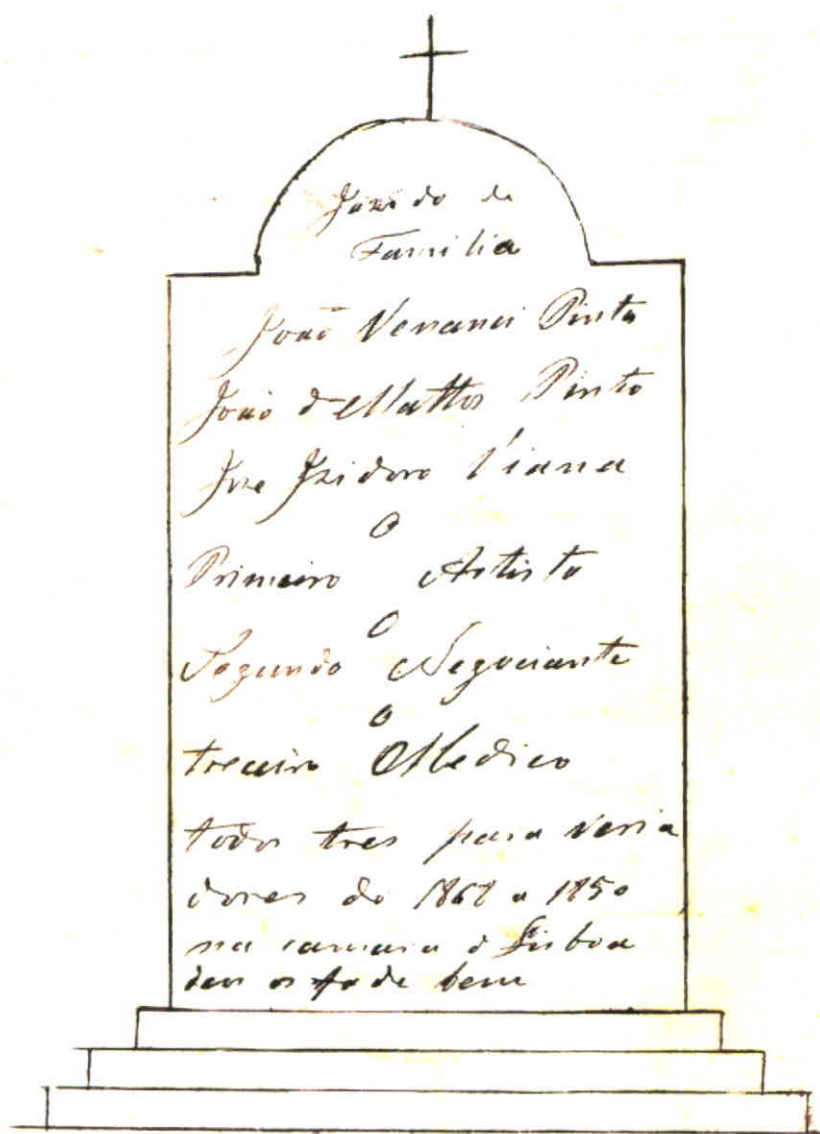
Estendo propolares tem o meu Voto

Duque de Souto - português e francês
Conde de Thomar - Vinhedo político
Cruzal Rebore - espanhol -

Voto neste & que se pareça
pela dição de Sir Português

M. Basso Louque
Vereadores

<u>Mariano Lopes</u>	}	Tudo a ver.....sim?
<u>Luis d'Almeida</u>		
<u>Manoel Pimenta</u>		



Luz de la
Familia

João Verancei Pinto

João dellatto Pinto

José Fidoro Liana

Primeiro Artista

Segundo Seguinte

terceiro Medico

tudo tres para Maria

dores de 1867 a 1850

na camara d Lisboa
deu o fado bem

Candidatos e Vereadores Municipaes
do Bairro Alto.

No Mattos Pinto, não, não voto,
porque elle é um grande ratão
que se propoz a camarista
não passando de camarão.

Também não voto no Vianna,
porque é medico tão safado,
que na mão d'elle, o municipio
fica para sempre entalhado.

Voto tambem contra o Venancio
pois tanto meo, e verdadeiro,
de que elle engula o municipio
como enguliu um agachado.

No Cunha e no Anselmo não voto
pois não entou p'ra os aturas.

O meu voto é pois o seguinte:
"Não todos cinco largiar."

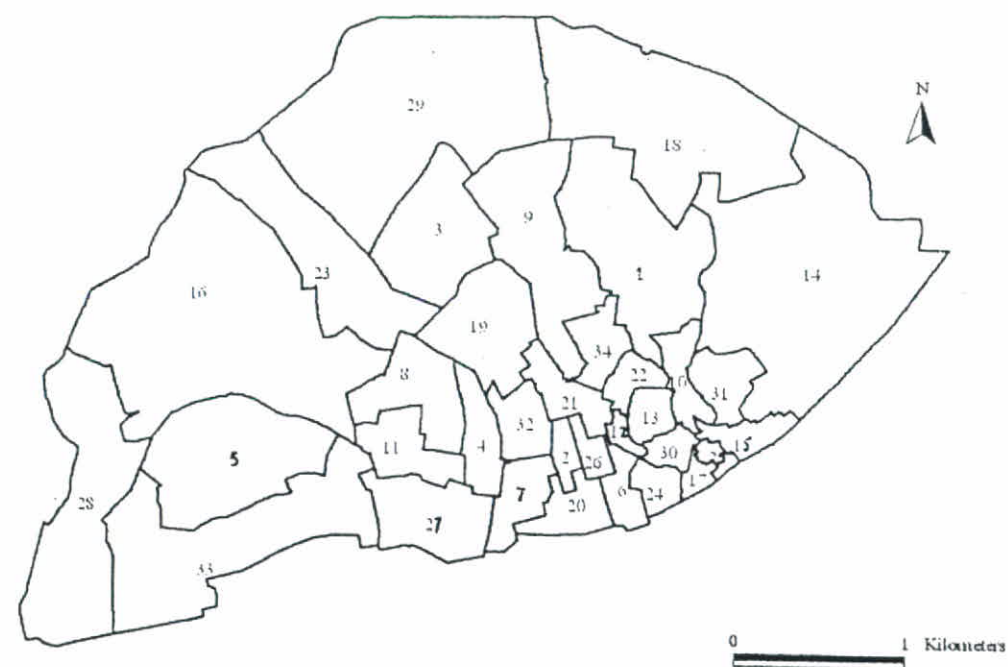
Volto em mim Bairro d'Alcantara Volto em mim
para que fique as ^{volto em casa} ^{to para mudar} ^{isto} ^{tudo, assim.}
sem. Veredas para que fique

O rei caçador por que é ^{estragador.}
Volto na constituição por que os ministros
Volto em todos as facultativos para servir em graça da
de caustica n' esta Crise. Nação.

Anexo 5

Identificação das freguesias de Lisboa, depois da reforma administrativa de 1852

ID	FREGUESIA
1	Anjos
2	Conceição
3	Coração de Jesus
4	Encarnação
5	Lapa
6	Madalena
7	Mártires
8	Mercês
9	Pena
10	S André, S Marinha e S Tome
11	S Catarina
12	S Cristóvão
13	S Cruz do Castelo
14	S Engrácia
15	S Estevão
16	S Isabel
17	S João da Praça
18	S Jorge de Arroios
19	S José
20	S Julião
21	S Justa
22	S Lourenço
23	S Mamede
24	S Maria Se
25	S Miguel
26	S Nicolau
27	S Paulo
28	S Pedro de Alcântara
29	S Sebastião
30	S Tiago e S Martinho
31	S Vicente
32	Sacramento
33	Santos
34	Socorro



Fonte: Dr. Daniel Alves e SIGMA

Anexo 6

Indivíduos residentes com mais de 25 anos em 1864

Ass.	Assembleias	Hab.
1ª	Sta. Engrácia	2681
2ª	S. Vicente	2027
3ª	S. Tiago e S. Martinho	1273
4ª	St. Estêvão de Alfama	1744
5ª	S. João da Praça	1721
6ª	Anjos	2684
7ª	Socorro	1911
8ª	Conceição Velha (Sé)	1567
9ª	S. Julião	850
10ª	Conceição Nova	873
11ª	S. Nicolau	986
12ª	Santa Justa	1567
13ª	Mártires	907
14ª	S. José	2023
15ª	S. Mamede	1450
16ª	Mercês	2086
17ª	Encarnação	2232
18ª	Sacramento	1489
19ª	Pena	2281
20ª	Coração de Jesus	1951
21ª	Santa Catarina	2432
22ª	S. Paulo	1880
23ª	Santos-o-Velho	4092
24ª	Lapa	4181
25ª	Santa Isabel	3656
	Total	50544

Fonte: Cadernos de recenseamento eleitoral do concelho de Lisboa (1864). Arquivo Municipal de Lisboa – Arco de Cego.

Anexo 7

Eleitores recenseados para eleições municipais em 1849, 1851 e 1852

Bairro de Alfama

Freguesias	1849	1851	1852
Santo André e Marinha	140	102	131
N. Sra. da Assunção de Vialonga	89	85	89
S. Bartolomeu da Charneca	45	44	41
S. Bartolomeu de Lisboa	111	104	114
Sta. Cruz do Castelo	79	55	67
Sto. Estevão de Alfama	214	96	116
Sta. Engrácia	408	289	422
S. João da Palha	13	10	15
S. Miguel de Alfama	88	63	74
Sta. Maria dos Olivais	150	148	146
N. Sra. da Purificação de Sacavém	156	151	168
Santos Reis Magos do Campo Grande	66	88	82
São Tiago e São Martinho	75	78	100
São Tomé e Salvador	88	55	63
S. Vicente de Fora	121	68	83
Total	1843	1436	1711

Bairro da Mouraria

Freguesias	1849	1851	1852
S. José	404	372	530
Pena	250	182	388
Socorro	252	231	309
Anjos	287	278	460
S. Jorge	90	93	101
Loures	316	296	435
Total	1599	1452	2223

Bairro de Santa Catarina

Freguesias	1849	1851	1852
Sta. Catarina	597	306	500
S. Lourenço de Carnide	66	39	77
Sta. Isabel	773	473	794
Santos-o-Velho	570	433	655
Total	2006	1251	2026

Bairro do Rossio

Freguesias	1849	1851	1852
Sacramento	210	252	258
S. João da Praça	130	99	103
S. Julião	269	332	271
Mártires	257	334	298
S. Nicolau	311	533	415
S. Paulo	258	417	332
Sé	243	304	204
Bucelas	239	144	163
Conceição Nova	274	403	336
S. Lourenço	44	35	51
S. Cristóvão	53	54	50
Santa Justa	520	523	464
Madalena	163	279	202
Total	2971	3709	3147

Bairro de Belém

Freguesias	1849	1851	1852
Ajuda	315	255	337
Lapa	376	243	421
S. Pedro de Alcântara	512	299	352
Sta. Maria de Belém	313	194	320
N. Sra. do Amparo e Benfica (a)	-	236	277
Total	1516	1227	1707

(a) Passa a fazer parte da Bairro de Belém a partir de 1851, fazendo anteriormente parte do Bairro Alto.

Bairro Alto

Freguesias	1849	1851	1852
S. Sebastião	161	160	106
Unhos	61	37	49
Mercês	432	327	490
Ameixoeira	18	15	16
Apelação	22	18	19
Sto. Adrião	21	16	20
Santo Antão do Tojal	101	79	84
Camarate	59	50	54
Coração de Jesus	254	151	172
Lumiar	93	80	87
Lousã	42	46	44
N. Sra. do Amparo e Benfica (a)	230	-	-
Encarnação	353	403	441
Frielas	35	22	22
Sanhões	52	54	55
Odivelas	114	79	87
S. Mamede	343	285	383
S. Julião do Tojal	102	83	91
Total	2493	1903	2220

(a) Passa a fazer parte da Bairro de Belém a partir de 1851, fazendo antes parte do Bairro Alto.

Fonte: Livros de recenseamento eleitoral para os bairros de Lisboa – 1849, 1851, 1852 – Arquivo Municipal do Arco do Cego.

Eleitores para eleições municipais em 1854 e 1855

Bairro de Alfama

Freguesias	1854		1855	
	Eleitores	Elegíveis	Eleitores	Elegíveis
Santo André e Marinha	150	24	156	22
Anjos	421	86	421	86
S. Cristóvão	72	15	87	19
Sta. Cruz do Castelo	78	5	84	5
Sta. Engrácia	477	91	514	98
Sto. Estevão de Alfama	152	27	132	34
S. João da Praça	171	32	130	41
S. Lourenço	63	10	86	14
S. Miguel de Alfama	78	20	72	21
N. S. do Socorro	368	81	348	87
São Tiago	77	10	77	10
São Tomé	64	16	67	18
Total	2171	417	2174	455

Bairro do Rossio

Freguesias	1854		1855	
	Eleitores	Elegíveis	Eleitores	Elegíveis
Santa Justa	491	275	456	258
Sé	226	132	207	131
Madalena	221	175	234	143
S. Julião	266	159	289	172
Conceição Nova	390	228	372	229
S. Nicolau	377	248	457	278
Mártires	296	168	283	152
S. José (1ª divisão)	272	57	246	51
S. José (2ª divisão)	150	38	133	32
Total	2689	1480	2677	1446

Bairro de Alcântara

Freguesias	1854		1855	
	Eleitores	Elegíveis	Eleitores	Elegíveis
Sta. Isabel	1091	324	1078	322
Santos-o-Velho	1084	451	1084	451
Santa Catarina	456	253	462	249
S. Paulo	366	176	383	172
Lapa	402	223	389	219
S. Pedro de Alcântara (intra-muros)	165	76	185	73
Total	3564	1503	3581	1486

Bairro Alto

Freguesias	1854		1855	
	Eleitores	Elegíveis	Eleitores	Elegíveis
Encarnação	468	221	471	221
Mercês	580	176	594	180
S. Mamede	387	195	381	194
Pena	406	243	401	239
Sacramento	269	153	269	153
Coração de Jesus	195	56	206	60
S. Sebastião da Pedreira	90	23	89	23
Total	2395	1067	2411	1070

Eleitores recenseados para eleições municipais em 1858 e 1859

Bairro de Alfama

Freguesias	1858		1859	
	Eleitores	Elegíveis	Eleitores	Elegíveis
Santo André e Marinha	172 (a)	10	181(a)	11
Anjos	463	99	451	103
S. Cristóvão	99	13	83	12
Sta. Cruz do Castelo	90 (b)	5	83 (b)	7
Sta. Engrácia	698 (c)	106	528 (c)	87
Sto. Estevão de Alfama	164	37	174	36
S. João da Praça	102	24	104	35
S. Lourenço	106	10	104	11
S. Miguel de Alfama	91	11	88	10
N. S. do Socorro	352	66	428	95
São Tiago	112	15	107	14
São Vicente	206	36	254	38
S. Jorge	94	20	96	20
Total	2749	452	2681	479

(a) Inclui Regimento de Infantaria n.º 10.

(b) Inclui o Corpo Telegráfico, Presídio do Castelo de S. Jorge, Praça do Castelo e batalhão de Caçadores n.º 5.

(c) Inclui Regimento de Artilharia.

Bairro do Rossio

Freguesias	1858		1859	
	Eleitores	Elegíveis	Eleitores	Elegíveis
Santa Justa	407	224	506	280
Sé	142	94	142	108
Madalena	178	121	200	140
S. Julião	185	114	217	128
Conceição Nova	295	174	276	186
S. Nicolau	344	202	393	235
Mártires	225	129	212	116
S. José	409	82	408	97
Total	2185	1140	2354	1290

Bairro de Alcântara

Freguesias	1858		1859	
	Eleitores	Elegíveis	Eleitores	Elegíveis
Sta. Isabel	692	123	698	139
Santos-o-Velho	826	186	685	72
Santa Catarina	460	128	438	139
S. Paulo	356	183	357	182
Lapa	404	86	365	81
S. Pedro de Alcântara (intra-muros)	210	26	200	34
Total	2948	744	2743	647

Bairro Alto

Freguesias	1858		1859	
	Eleitores	Elegíveis	Eleitores	Elegíveis
Encarnação	466	181	540	206
Mercês	458	107	425	110
S. Mamede	378	88	333	105
Pena	417	81	380	98
Sacramento	228	106	245	88
Coração de Jesus	189	41	220	59
S. Sebastião da Pedreira	84	26	116	58
Total	2220	630	2259	724

Eleitores recenseados para eleições municipais em 1862, 1864 e 1866

Bairro de Alfama

Freguesias	1862		1864		1866	
	Eleitores	Elegíveis	Eleitores	Elegíveis	Eleitores	Elegíveis
Santo André e Marinha	346 (a)	39	228 (a)	40	204 (a)	48
Anjos	625	208	709	196	790	176
S. Cristóvão	187	47	174	23	109	22
Sta. Cruz do Castelo	205 (b)	58	81(b)	10	148 (b)	8
Sta. Engrácia	976 (c)	342	914 (c)	200	785 (c)	169
Sto. Estevão de Alfama	345	167	320	44	291	46
S. João da Praça	268	84	140	35	147	39
S. Lourenço	407	117	178	23	103	19
S. Miguel de Alfama	365	67	113	20	166	32
N. S. do Socorro	745	321	661	182	682	194
São Tiago	523	162	176	46	156	32
São Vicente	439	137	391	56	394	56
S. Jorge	271	67	136	22	150	39
Total	5702	1816	4221	897	4125	880

(a) Inclui Regimento de Infantaria n.º 10.

(b) Inclui o Corpo Telegráfico, Presídio do Castelo de S. Jorge, Praça do Castelo e batalhão de Caçadores n.º 5.

(c) Inclui Regimento de Artilharia n.º 4.

Bairro do Rossio

Freguesias	1862		1864		1866	
	Eleitores	Elegíveis	Eleitores	Elegíveis	Eleitores	Elegíveis
Santa Justa	420	249	631	269	696	349
Sé	183	106	339	159	339	153
Madalena	193	143	263	164	273	156
S. Julião	219	148	327	162	317	162
Conceição Nova	301	204	399	272	413	243
S. Nicolau	359	235	508	324	640	355
Mártires	200	111	332	192	354	218
S. José	413	135	730	253	786	271
Total	2288	1331	3529	1795	3818	1907

Bairro de Alcântara

Freguesias	1862		1864		1866	
	Eleitores	Elegíveis	Eleitores	Elegíveis	Eleitores	Elegíveis
Sta. Isabel	872	111	1078	255	1082	181
Santos-o-Velho	1310	371	1060	305	972	283
Santa Catarina	693	62	767	196	759	169
S. Paulo	426	134	508	240	522	237
Lapa	491	140	588	149	671	161
S. Pedro de Alcântara (intra-muros)	277	57	276	44	231	56
Total	4069	875	4277	1185	4237	1087

Bairro Alto

Freguesias	1862		1864		1866	
	Eleitores	Elegíveis	Eleitores	Elegíveis	Eleitores	Elegíveis
Encarnação	719	244	720	244	711	240
Mercês	679	211	737	218	754	217
S. Mamede	459	124	509	139	532	151
Pena	697	144	818	191	876	207
Sacramento	332	131	369	139	368	140
Coração de Jesus	310	70	287	77	295	76
S. Sebastião da Pedreira	170	35	168	50	181	66
Total	3366	959	3606	1058	3717	1097

Anexo 8

Eleitores e elegíveis por bairro para as eleições de 1854 a 1866

Bairros	1854		1855		1858		1859		1862		1864		1866	
	a	b	a	b	a	b	a	b	a	b	a	b	a	b
Alfama	2171	417	2174	455	2749	452	2681	479	5702	1816	4221	897	4125	880
Rossio	2689	1480	2677	1446	2185	1140	2354	1290	2288	1331	3529	1795	3818	1907
Alcântara	3564	1503	3581	1486	2948	744	2743	647	4069	875	4277	1185	4237	1087
Alto	2395	1067	2411	1070	2220	630	2259	724	3366	959	3606	1058	3717	1097

a) n.º de eleitores.

b) n.º de elegíveis.

Fonte: Cadernos de recenseamento eleitoral do concelho de Lisboa (1854-1866).
Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego.

Anexo 9

Residentes eleitores e elegíveis por freguesias em 1864

Bairro/freguesias	n.º de residentes	n.º de eleitores	n.º de elegíveis
<i>Alfama</i>			
Santo André e Marinha	2630	228 (a)	40
Anjos	8856	709	196
S. Cristóvão	3318	174	23
Sta. Cruz do Castelo	1817	81(b)	10
Sta. Engrácia	9297	914 (c)	200
Sto. Estevão de Alfama	3666	320	44
S. João da Praça	-	140	35
S. Lourenço	-	178	23
S. Miguel de Alfama	2326	113	20
N. S. do Socorro	6508	661	182
São Tiago	2173	176	46
São Vicente	4179	391	56
S. Jorge	1980	136	22
<i>Rossio</i>			
Santa Justa	5703	631	269
Sé	4881	339	159
Madalena	2511	263	164
S. Julião	3031	327	162
Conceição Nova	3477	399	272
S. Nicolau	4223	508	324
Mártires	3385	332	192
S. José	7665	730	253
<i>Alcântara</i>			
Sta. Isabel	13646	1078	255
Santos-o-Velho	14124	1060	305
Santa Catarina	9501	767	196
S. Paulo	6404	508	240
Lapa	6964	588	149
S. Pedro de Alcântara (intra-muros)	5331	276	44
<i>Bairro Alto</i>			
Encarnação	8669	720	244
Mercês	8273	737	218
S. Mamede	5352	509	139
Pena	7556	818	191
Sacramento	4382	369	139
Coração de Jesus	2973	287	77
S. Sebastião da Pedreira	4135	168	50
<i>Total</i>	176.856	15.633	4.935

(a) Inclui Regimento de Infantaria n.º 10.

(b) Inclui o Corpo Telegráfico, Presídio do Castelo de S. Jorge, Praça do Castelo e batalhão de Caçadores n.º 5.

(c) Inclui Regimento de Artilharia n.º 4.

Fontes: Teresa Rodrigues, Ob. Cit. Quadro V; Cadernos de recenseamento eleitoral dos bairros de Lisboa para o ano de 1864 – Arquivo Municipal de Lisboa – Arco do Cego.

Anexo 10

Resultados eleitorais para a Câmara Municipal de Lisboa

Anexo 10a

**Resultados eleitorais da 1ª eleição para a Câmara Municipal de Lisboa para o biénio de 1858-1859
realizadas a 22 de Novembro de 1857**

Anuladas por Acórdão do Concelho de Distrito de 11 de Dezembro de 1857

BAIRRO DE ALFAMA

Assembleias

Nomes	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	Soma
Manuel Salustiano Damasceno Monteiro	31			17	20	52	54	174
António Esteves de Carvalho	31			10	20	49	54	164
José dos Nascimento Gonçalves Correia	27			16	15	10	7	75
Visconde de Azurara	8			2	5	42	46	103
José Maria Fragão	6							6
António de Aguiar Brito	2							2
Henrique de Sousa Mafra	2							2
José Tomás Quintino Freire do Amaral	1							1
Frederico Zacarias de Oliveira e Sousa				7				7
João Maximiniano Gonçalves Correia				2				2
João António de Azevedo Coutinho				1				1
João António Lourenço da Silva				1				1
Francisco de Lemos Seixas Castelo Branco						1		1
D. Cristóvão Manuel de Vilhena						1		1
José Félix Rodrigues						1		1
António Joaquim da Costa Braga							1	1

Nota – Na 2ª assembleia (S. Vicente) lavrou-se auto de não eleição, por sendo meio-dia, não terem surgido eleitores.

Na 3ª assembleia (S. Tiago) lavrou-se auto de não eleição, devido à falta de presidente .

BAIRRO DO ROSSIO

Nomes	Assembleias							Soma
	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	13ª	14ª	
José Joaquim Alves Chaves	41	24		38	87	21	101	312
Levy Maria Jordão	33	13		33	67	19	98	263
José Joaquim da Costa	33	11		34	65	21	92	256
Manuel Maria Ferreira da Silva Beirão	4			4	8	2	3	21
Tomás Maria Bessone	1	10						11
Bento José Teixeira Pena	1	11						12
António José Baptista	1							1
Francisco José Salustiano de Mesquita	1							1
José Joaquim de Carvalho	1							1
Bernardo José de Soares		3						3
Luís de Castro Guimarães				1	2		3	6
Fortunato José de Sousa				1	3			4
José Mendes de Assunção				1	1			2
Miguel Carneiro Pinto				1				1
Joaquim José Marques Guimarães					1			1
José Joaquim Rodrigues					1			1
Aires de Sá Nogueira							1	1
António José Machado							1	1

Nota – Na 10ª assembleia (Conceição), lavrou-se auto de não eleição, devido ao numero insuficiente de eleitores para formar a mesa eleitoral.

BAIRRO ALTO

Nomes	Assembleias						Soma
	15 ^a	16 ^a	17 ^a	18 ^a	19 ^a	20 ^a	
João de Matos Pinto			56		32		88
Aires de Sá Nogueira			54		14		68
Carlos das Dores Lourenço			49				49
Francisco António de Andrade			9		71		80
Nuno José Pereira Basto			8		45		53
João António da Silva Trigueiros			7		71		78
Francisco Júlio Caldas Andrade			6		9		15
Bernardino António Gomes			1				1
Geraldo José Braamcamp			1				1
Barão de Foz-Coa			1				1
Alberto Carlos Sequeira de Faria			1				1
Francisco Fortunato de Assis			1				1
Isidoro da Costa Azevedo			1				1
Os Actuais*					1		1
Francisco António Ferreira					1		1
Henrique Pedro de Carvalho Prostres					1		1
José António Pereira Bastos					1		1
José Joaquim Alves Chaves					1		1
Henrique de Carvalho Póvoas					1		1

Nota - Na 15^a assembleia (S. Mamede), lavrou-se auto de não eleição, devido ao numero insuficiente de eleitores para formar a mesa eleitoral.

Na 16^a assembleia (Mercês), lavrou-se auto de não eleição, devido à ausência de eleitores para formar a mesa eleitoral.

Na 18^a assembleia (Sacramento), lavrou-se auto de não eleição, devido à falta do presidente.

Na 20^a assembleia (Coração de Jesus), lavrou-se auto de não eleição, devido ao numero insuficiente de eleitores para formar a mesa eleitoral.

* A lista *Os actuais* apesar de não especificar nomes, foi considerada válida na contagem.

BAIRRO DE ALCÂNTARA

Assembleias

Nomes	21 ^a	22 ^a	23 ^a	24 ^a	25 ^a	Soma
Joaquim José Fernandes	41	73	11	4	13	142
Joaquim Miguel Pereira	41	75	14	8	12	150
José António Pereira Serzedelo	38	70	71	115	11	305
António Joaquim de Sousa Freitas		3	2	6	3	14
António José Pereira Serzedelo		1		3		4
António Esteves de Carvalho		1				1
Visconde de Azurara		1				1
Joaquim Maria Osório			61	120	8	189
Vicente Ferreira Nunes			61	116	1	178
José António Pereira			1			1
José dos Reis e Sousa			1			1
Joaquim Miguel				1		1
Augusto Jorge Moreira				1		1
Feliz Bernardino da Costa Lobo Bandeira				1		1
Sebastião António Peixoto Coelho				1		1
Francisco Gomes da Silva Teixeira				1		1
Conde de Paraty					7	7
D. Sancho Manuel de Vilhena					7	7
Levy Maria Jordão					1	1

Anexo 10b

Resultados eleitorais para a C.M.L. para o biénio de 1858-1859
Realizaram-se a 7 de Fevereiro de 1858
BAIRRO DE ALFAMA

Assembleias

<u>Nomes</u>	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	Soma
José do Nascimento Gonçalves Correia	133	119	40	109	40	59	32	532
António Esteves de Carvalho	127	109	38	106	37	57	48	522
Luís Caetano da Guerra Santos	125	87	1	102	33	49	14	411
Manuel Salustiano Damasceno Monteiro	14	30	38	5	11	87	72	257
Viriato Sertório de Faria Blanc	8	4	2	1	9	65	81	170
Manuel Maria Ferreira da Silva Beirão	10		2	1	9	64	53	144
D. Cristóvão Manuel de Vilhena						3	6	9
José Maria Frazão	4	1	1				1	7
Frederico Zacarias de Oliveira e Sousa	1		1	2				4
Manuel Coelho Bastos		3						3
Álvaro Augusto Saraiva do Vale Abrantes		1	2					3
Jacinto Gonçalves Correia					2			2
Francisco António Brandão		2						2
António de Aguiar Rito	1							1
Aires de Sá Nogueira							1	1
António João Pinheiro							1	1
João António Fragoso de Rodes							1	1
João José Coutinho				1				1
José Lourenço Guimarães					1			1
João Teodorico Maciel		1						1

BAIRRO DO ROSSIO

Assembleias

<u>Nomes</u>	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	13ª	14ª	Soma
José Joaquim Alves Chaves	100	33	40	66	132	35	95	501
José Mendes de Assunção	95	27	36	59	120	35	91	463
Manuel Tomás Lisboa	96	25	38	58	118	36	90	461
Ricardo Teixeira Duarte	2	2	1	4	6		4	20
Lourenço José da Costa	2	2	1	4	7		4	19
Doutor Levy Maria Jordão		1	1		4		3	9
Bento José Teixeira Pena	1	5						6
Bernardo José Soares		5						5
Joaquim José Marques Guimarães					5			5
José Joaquim Rodrigues					5			5
António Venâncio David	1			2				3
Manuel Maria Ferreira Beirão	1				1		1	3
Baltazar Castanheira					2			2
António Maria Velez					2			2
José Joaquim da Costa							2	2
Tomás Maria Bessone		2						2
Augusto Frederico Ferreira	1							1
José Gonçalves Franco	1							1
Policarpo José da Gama Machado	1							1
Visconde de Benagazil	1							1

BAIRRO DO ROSSIO

Assembleias

<u>Nomes</u>	8 ^a	9 ^a	10 ^a	11 ^a	12 ^a	13 ^a	14 ^a	Soma
Francisco António Barral	1							1
José do Nascimento Correia	1							1
Francisco António Gonçalves da Silva	1							1
Aires de Sá Nogueira		1						1
Diogo Baptista dos Santos Cadet		1						1
Joaquim José Fernandes		1						1
José Gregório Fernandes		1						1
António Salustiano Damasceno Monteiro			1					1
Henrique José Gonçalves Chaves			1					1
António José Pereira Serzedelo				1				1
António Esteves de Carvalho				1				1
Manuel Salustiano Damasceno Monteiro				1				1
João de Andrade Taborda							1	1
Alexandre Magno de Castilho							1	1
Marquês de Ficalho							1	1
José Pereira Serzedelo							1	1
José Caetano Pires Branco							1	1
Germano de Carvalho Ferreira				3				3

BAIRRO ALTO**Assembleias**

Nomes	15^a	16^a	17^a	18^a	19^a	20^a	Soma
Levy Maria Jordão	59	114	44	50	85	73	425
Aires de Sá Nogueira	8	115	91	26	89	56	385
João de Matos Pinto	27	26	106	21	55	21	256
João António da Silva Trigueiros	9	8	7	6	90	41	161
José Inácio Pinto de Pontes e Sousa	9	8	8	4	84	40	153
Carlos Zeferino Pinto Coelho	7	8	9	6	56	41	127
Marquês de Ficalho	2	7	71	4	1	4	89
Francisco Júlio Caldas Aulete	29	13	4	31	2		79
António Joaquim de Oliveira			12				12
Joaquim Nunes Barbosa		2	2				4
José Ribeiro Guimarães		3					3
José Maria da Silva	2						2
Nuno José Pereira Basto	1		1				2
Visconde de Monção	1		1				2
António José Barreira		2					2
António Pimenta				2			2
José Lino Alves Chaves		1					1
João Baptista de Seixas		1					1
Silvestre dos Santos Ferreira		1					1
Manuel Salustiano Damasceno Monteiro		1					1
Nicolau José da Silva Viana		1					1
Bento Cortez Mantuas		1					1
José Vitorino Damásio		1					1

BAIRRO ALTO

Assembleias

<u>Nomes</u>	15 ^a	16 ^a	17 ^a	18 ^a	19 ^a	20 ^a	Soma
João de Andrade Corvo		1					1
Alberto António Morais de Carvalho		1					1
Alberto Carlos Sequeira de Faria		1					1
José de Sousa Lobo		1					1
Manuel Salustiano Damasceno Monteiro		1					1
Anselmo José Braamcamp		1					1
Eugénio Mangualde				1			1
Francisco António Ferreira					1		1
António Esteves de Carvalho					1		1
José dos Reis e Sousa						1	1
José dos Prazeres Batalhós						1	1
Carlos das Dores Lourenço						1	1
Conde da Silvé						1	1

BAIRRO DE ALCÂNTARA

Assembleias

Nomes	21 ^a	22 ^a	23 ^a	24 ^a	25 ^a	Soma
Manuel Fernandes Chaves	56	140	178	84	89	547
José António Pereira Serzedelo	59	141	180	65	49	494
Júlio Máximo de Oliveira Pimentel	57	140	156	4	42	399
Joaquim Maria Osório	1	6	25	138	42	212
Conde de Paraty			3	19	51	73
António José Pereira Serzedelo			3	17	1	21
José Augusto Braamcamp	1	2	6	3	5	17
António Teófilo de Araújo				14	1	15
Manuel Francisco Chaves		1		11	1	13
Joaquim José Fernandes		1		5	2	8
Joaquim Miguel Pereira		1		5	1	7
José António Luís Galo			1	1	5	7
António Joaquim de Sousa Freitas			1	1	4	6
José dos Reis e Sousa			1	4		5
Manuel José Junqueira	2	1				3
João António Pereira Serzedelo	3					3
Domingos José de Sá Barbosa					3	3
Manuel Diogo Marques	2					2
Francisco Maria Henca	2					2
Joaquim Lopes Carreira de Melo		1		1		2
Luís Teixeira Homem de Bederode			2			2
Joaquim António Pereira Serzedelo					2	2
Augusto Xavier da Silva					2	2

<u>Nomes</u>	21 ^a	22 ^a	23 ^a	24 ^a	25 ^a	Soma
Lázaro Joaquim de Sousa Pereira		1				1
Francisco Simões Carneiro		1				1
António Esteves de Carvalho		1				1
Barão de Vila Cova		1				1
João Ribeiro Franco		1				1
António Joaquim de Freitas		1				1
António Luís Galo		1				1
José Maurício Vieira		1				1
António Lucas Ferreira Farto		1				1
João Vieira Pimenta		1				1
António Filipe de Barros		1				1
Félix Bernardino Lobo da Costa Bandeira					1	1
Domingos José Ferreira Pinto Bastos					1	1
Anselmo José Braamcamp					1	1
Manuel Francisco Chaves					1	1
Vicente Nunes Ferreira					1	1
João Maria de Figueiredo					1	1

Anexo 10c

Resultados eleitorais para a C.M.L. que iria servir no resto do biénio de 1858-1859

Tiveram lugar a 9 de Janeiro de 1859

BAIRRO DE ALFAMA

Assembleias

<u>Nomes</u>	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a	7 ^a	Soma
José do Nascimento Gonçalves Correia	174	101	21	124	55	147	93	715
António Esteves de Carvalho	172	98	19	123	53	147	89	701
Luís Caetano da Guerra Santos	171	100	20	123	52	149	93	708
Manuel Salustiano Damasceno Monteiro	2			1	1	1	2	7
D. Cristóvão Manuel de Vilhena						1		1
José Maria Frazão			1					1
Frederico Zacarias de Oliveira e Sousa				2				2
José Luís da Rosa		3						3
Álvaro Augusto Saraiva do Vale Abrantes			1					1
António Joaquim Pinto					2			2
Levy Maria Jordão						1		1
Luís Cândido Pessoa e Amorim						1		1
Aires de Sá Nogueira			1					1
Luís de Oliveira Calheiros						1		1
José Miguel Marques Rego							2	2
Damasceno Monteiro							1	1
Facundo Quintarias							1	1
João Teodorico Maciel			1					1
Visconde de Azurara					1			1
Francisco Lemos Seixas Castelo Branco						1		1

BAIRRO DO ROSSIO

Assembleias

<u>Nomes</u>	8 ^a	9 ^a	10 ^a	11 ^a	12 ^a	13 ^a	14 ^a	Soma
José Joaquim Alves Chaves	132	59	74	90	213	84	151	803
Manuel Tomás Lisboa	63	50	58	77	191	43	98	580
Ricardo Teixeira Duarte	59	49	57	75	188	43	96	567
Francisco António de Andrade	74	9	20	13	24	41	60	241
José Leocadio da Luz Igreja	54	7	19	11	20	40	49	200
José Joaquim Alves	1							1
José Lourenço da Luz	1							1
Francisco António Rosado	1							1
José do Nascimento Gonçalves	1							1
Luís Caetano da Guerra Santos	1							1
João Luís de Moraes Mantas	1							1
José Leocadio da Silva	1							1
António Tomás do Nascimento			2					2
Eusébio Cândido Cordeiro Furtado			2					2
Carlos Bento da Silva			1					1
Ricardo José Teixeira Duarte			1					1
José Maria da Silva Rego			1					1
Gregório Vaz Rans			1					1
Agostinho Pereira Batalha			1					1

BAIRRO DO ROSSIO

Assembleias

<u>Nomes</u>	8 ^a	9 ^a	10 ^a	11 ^a	12 ^a	13 ^a	14 ^a	Soma
António José Marques Leal			1					1
Manuel José Machado			1					1
José António Ferreira Viana Júnior				1				1
Aires de Sá Nogueira		1						1
Camilo Francisco Froes					1			1
António Joaquim da Silva Abrantes					1			1
Gregório Vaz Rans de Campos Barreto Froes					1			1
Bernardo de Lemos					1			1
Dr. Levy Maria Jordão					1			1
António José Pereira Serzedelo Júnior					1			1
António Esteves de Carvalho						1		1
Ex.mo Conde de Rio Maior							3	3
João de Matos Pinto							1	1
Luís de Almeida Albuquerque							1	1
António Filipe de Araújo							1	1
José Tomás de Faria							1	1
António José Machado							1	1
Bento Correia Aires de Campos							1	1

BAIRRO ALTO**Assembleias**

Nomes	15^a	16^a	17^a	18^a	19^a	20^a	Soma
António Lopes Fonseca dos Anjos	88	42	93	69	65		357
Joaquim José Rodrigues da Câmara	86	39	97		61		283
João de Matos Pinto	83	44	117	71	66		381
Dr. Levi Maria Jordão	31	77	79	44	59		290
João Luís de Moraes Mantas	27	82	84	39	55		287
Aires de Sá Nogueira	23	46	62	38	8		177
João António da Silva Trigueiros	3	2	8	3	48		64
José de Sousa Lobo	3	25	6		1		35
Alberto Carlos de Sequeira de Faria	1						1
Raimundo José Pinto	1						1
Francisco Júlio Caldas Aulete	1						1
Alberto António de Moraes Carvalho		4					4
Ex.mo Sr. Conde de Rio Maior		1					1
Luís de Almeida Albuquerque		1					1
José Joaquim Alves Chaves		1					1
Manuel Tomás Lisboa		1					1
Ricardo Teixeira Duarte		1					1
Nuno José Severo Ribeiro de Carvalho			3				3
Augusto José da Silva			1				1
José Joaquim Rodrigues da Câmara			1				1
António Joaquim de Oliveira			1				1
Luís Cândido Pessoa de Amorim				1			1
João José Rodrigues Câmara				67			67

BAIRRO DE ALCÂNTARA

Assembleias

Nomes	21 ^a	22 ^a	23 ^a	24 ^a	25 ^a	Soma
Luís de Almeida Albuquerque	95	64	224	64	127	574
António Teófilo de Araújo	92	47	227	66	116	548
Ex.mo Sr. Conde de Rio Maior	91	55	224	61	118	549
Júlio Máximo de Oliveira Pimentel	66	119	180	179	129	673
José António Pereira Serzedelo	65	130	179	177	123	674
Manuel Fernandes Chaves	64	127	183	177	126	677
João de Matos Pinto	1					1
António José de Seixas		3				3
Manuel José Machado		2				2
Francisco António José da Costa		1				1
Raimundo José Pinto		1				1
Joaquim Miguel Pereira		1				1
Casemiro de Sousa		1				1
José Maria de Albuquerque			1			1
António Pires da Paz			1			1
Visconde da Lançada			1			1
Inácio José Fernandes			1			1
António Pereira Serzedelo			1	1		2
Visconde de Porto Covo			1			1
André Avelino Barradas				1		1
António José Rodrigues				1		1
José Maria de Vasconcelos				1		1
Manuel Fernandes Tomás					1	1

Anexo 10d

RESULTADOS ELEITORAIS POR FREGUESIAS PARA A C.M.L PARA O BIÉNIO DE 1860-1861
ALFAMA

Assembleias

[illegible]

RESULTADOS ELEITORAIS POR FREGUESIAS PARA A C.M.L PARA O BIÉNIO DE 1860-1861

ROSSIO

Assembleias

Nomes	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	13ª	14ª	Somas
José Joaquim Alves Chaves	120	37	80	121	242	35		635
José Mendes de Assunção	111	34	75	85	210	23		538
Gregório Vaz Rans de Campos Barreto Fróis	71	25	58	42	175	3		374
José Isidoro Guedes	45	10	26	87	60	34		262
Manuel Tomás Lisboa	3	2	3	3	4	2		17
Joaquim Teotónio da Cunha	2							2
Diogo Baptista dos Santos Cadet	1							1
Aniceto de Oliveira Machado	1							1
Ricardo Teixeira Duarte	1				1	2		4
José Ferreira da Conceição	1							1
António José Marques Leal	1		1					2
Alberto Magno Luís de Brito		1						1
André João Avelino		1						1
Francisco José Salustiano de Mesquita		1						1
Manuel Pereira de Figueiredo		1						1
Inácio Quintério de Avelar			2		2			4
Manuel Maria Ferreira da Silva Beirão			2	26	4			32
António Ferreira Godinho			1					1
António dos Santos Monteiro			1					1
José Caetano Pires Branco			1					1
António Garrido			1					1
António José Pereira Serzedelo Júnior			1	2	1			4
Francisco Botelho da Costa			1					1
Joaquim Nunes Borges de Carvalho			1					1

RESULTADOS ELEITORAIS POR FREGUESIAS PARA A C.M.L PARA O BIÊNIO DE 1860-1861

ROSSIO
Assembleias

Nomes	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	13ª	14ª	Somas
Aires de Sá Nogueira			1					1
Filipe Mateus dos Santos			1					1
Miguel Carneiro Pinto			1					1
Carlos José Eanes				2				2
Júlio Máximo de Oliveira Pimentel				2				2
José Ribeiro da Cunha				1				1
António José Alves Chaves				1				1
José Maria da Silva Rego				1				1
José Mesquita da Rosa				1				1
Egídio Augusto Dias				1				1
António Maria Garcez				1				1
Inácio António Nunes				1				1
António Germano de Carvalho				1				1
José Joaquim da Silva				1				1
Crescêncio Aparício				1				1
Heleodoro de Faria				1				1
José de Oliveira Bual					2			2
Francisco António de Andrade					1			1
António Maria da Luz Rego					1			1
José Caetano Pinto					1			1
Júlio da Silva Pimentel					1			1
João Luís de Carvalho					1			1
Manuel Gomes Leforte					1			1
João Felix Rodrigues					1			1

RESULTADOS ELEITORAIS POR FREGUESIAS PARA A C.M.L PARA O BIÉNIO DE 1860-1861**ROSSIO****Assembleias**

Nomes	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	13ª	14ª	Somas
Rafael Arcanjo de Carvalho					1			1
José Moreira Tabuada					1			1
Manuel Maria da Silva Beirão						4		4
António José Pereira Serzedelo						1		1
José Tedeschi						1		1
Manuel Afonso dos Santos						1		1
José Maria Eugénio de Almeida						1		1

RESULTADOS ELEITORAIS POR FREGUESIAS PARA A C.M.L PARA O BIÉNIO DE 1860-1861
BAIRRO ALTO

Assembleias

Nomes	15ª	16ª	17ª	18ª	19ª	20ª	Somas
João Luís Morais Mantas		50	46	10	43	93	242
Nuno José Severo Ribeiro de Carvalho		45	39	8	44	94	230
Luís Cândido Pessoa de Amorim		44	8	7	9	23	91
Joaquim José Rodrigues Câmara		18	59	23	30	5	135
João de Matos Pinto		18	103	26	65	33	245
António Lopes Ferreira dos Anjos		14	58	23	29	5	129
António José Lopes dos Anjos		1					1
Manuel Tomás da Silva Lisboa		1					1
António Esteves de Carvalho		1			1		2
Luís Caetano da Guerra Santos		1			1		2
José do Nascimento Gonçalves Correia		1					1
Anselmo José Braamcamp			1				1
Conde do Sobral			1				1
Aires de Sá Nogueira				2			2
Francisco António de Andrade				1		3	4
António Tomás Pacheco				1			1
Gregório Vaz Rans Barreto Fróis				1			1
José Isidoro Guedes					3		3
Augusto Xavier da Silva					2		2
Francisco José da Costa Lobo					1		1
Francisco Sanches Xara					1		1
Manuel Maria da Silva Beirão					1		1
José Caetano Pires Branco					1	46	47
José Maria dos Santos						1	1

RESULTADOS ELEITORAIS POR FREGUESIAS PARA A C.M.L PARA O BIÉNIO DE 1860-1861
BAIRRO ALTO

Assembleias

Nomes	15ª	16ª	17ª	18ª	19ª	20ª		Somas
António Justino de Carvalho						1		1
Sebastião Aurélio de Carvalho						1		1

RESULTADOS ELEITORAIS POR FREGUESIAS PARA A C.M.L PARA O BIÉNIO DE 1860-1861
BAIRRO DE ALCÂNTARA

Nomes	Assembleias							Somas
	21^a	22^a	23^a	24^a	25^a			
Manuel Fernandes Chaves	78	136	151	137	60			562
Luís de Almeida de Albuquerque	56	16	128	131	49			380
José Tedeschi	50	15	117	129	48			359
Júlio Máximo de Oliveira Pimentel	28	131	22	5	10			196
José António Pereira Serzedelo	23	131	18	2	12			186
Marquês da Valada	1							1
José Bernardo da Silva Cabral	1							1
Jacinto José Guerreiro	1							1
Bento Gomes Trovão	1							1
Filipe José da Silva	1							1
José Vitorino Damásio		2						2
Manuel José Ribeiro da Costa		2						2
Conde de Resende		1						1
Dr. Galo		1						1
Joaquim Maria Osório		1		2				3
Alberto Carlos Cerqueira de Faria		1						1
Joaquim José Farinha		1						1
Sebastião José de Abreu		1						1
Francisco António José da Costa		1						1
Júlio Castro Ferrão		1						1
José Castanheira das Neves		1						1
António Filipe Barros		1			1			2
António Joaquim da Sousa Freitas		1		1	4			6
Cristóvão Pinto Barreiros		1			4			5

RESULTADOS ELEITORAIS POR FREGUESIAS PARA A C.M.L PARA O BIÉNIO DE 1860-1861
BAIRRO DE ALCÂNTARA

Nomes	Assembleias						Sommas
	21 ^a	22 ^a	23 ^a	24 ^a	25 ^a		
D. Sancho Manuel de Vilhena		1			4		5
João Máximo Gonçalves Correia		1					1
Luís Tedeschi			2				2
António José Pereira Serzedelo			2	1			3
Médico Lisboa			2				2
Martinho Augusto da Cruz Terreiro			2	11			13
Simão Aranha			2				2
Bernardo José de Sousa Ribeiro			2				2
Bernardo Pereira			1				1
António Pires da Paz			1				1
José Cândido de Matos Ferreira			1				1
José Pereira Serzedelo			1				1
Manuel Tomás Lisboa			1		2		3
José Martins Rocha			1				1
Marquês de Abrantes			1				1
Máximo Macedo Pimentel			1				1
António José Pires Grandaes				3			3
António Teófilo de Araújo				3			3
Manuel José Mendes				2			2
Manuel Bento Teixeira Marques				1			1
João Crisóstomo da Fonseca Souto				1			1
Joaquim José Rodrigues da Câmara				1			1
Manuel Joaquim da Silva					3		3
Conde de Paraty					2		2
Cristóvão Carneiro de Andrade					1		1

RESULTADOS ELEITORAIS POR FREGUESIAS PARA A C.M.L PARA O BIÉNIO DE 1860-1861
BAIRRO DE ALCÂNTARA

Nomes	Assembleias							Soma
	21^a	22^a	23^a	24^a	25^a			
Joaquim Miguel Pereira					1			1
Martinho da Cruz Terreiro					1			1
João Manuel Alves Costa					1			1
Manuel Fernandes Lisboa					1			1
Visconde de Monção					1			1
Manuel Augusto Ferreira					1			1

Anexo 10e

RESULTADOS ELEITORAIS POR FREGUESIAS PARA A C.M.L PARA O BIÉNIO DE 1866-1867
ALFAMA

Assembleias

Nomes	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	Soma
Augusto César de Almeida	80	75		92	36	171		454
D. Luís de Carvalho Daum e Lorena	75	74		85	33	176		446
Luís Caetano da Guerra Santos	14	64		33	34	177		322
António José Rodrigues Loureiro	60	9		82	2	1		154
Domingos Augusto da Costa				8				8
José Maria Frazão	3							3
Frederico Zacarias de Oliveira e Sousa		1		1				2
José do Nascimento Gonçalves Correia		1			1			2
Joaquim Fernandes Esteves Rosa				2				2
António José Gonçalves Pinto						2		2
Bento José Gomes Brito						2		2
José António Rodrigues						2		2
António Carvalho Daum e Lorena	1							1
Augusto Lupi Esteves de Carvalho	1							1
D. Sancho Manuel Vilhena Salvado	1							1
José Joaquim Alves Chaves		1						1
Gregório Vaz Rans de Campos Barreto Froes		1						1
António José Pereira Serzedelo Júnior		1						1
Vitoriano Estrela Braga		1						1
Manuel Coelho Basto				1				1

Nomes	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	Soma
Conde de Peniche					1			1
João Luís de Carvalho					1			1
João Maximiniano Gonçalves Correia					1			1
Francisco José Coelho						1		1
João Alfredo Dias						1		1
João António da Silva Bacelar						1		1

Bairro do Rossio

Nomes	Assembleias							Soma
	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	13ª	14ª	
José Joaquim Alves Chaves	148	48	73	191	210		195	863
António José Serzedelo Júnior	134	45	59	163	201		169	771
Gregório Vaz Rans de Campos Barreto Froes	108	37	43	116	174		169	647
António Alves Pereira da Fonseca	12	2	9	34	31		23	111
Manuel José Mendes	30	12	5	45	8		2	102
Miguel Carneiro Pinto	1	4	16	5	4		22	52
José Mesquita Rosa	1	5	14	20	2		1	43
Carlos Miguel Augusto Figueira	5	4	1	15	6		2	33
Policarpo José Lopes dos Anjos	4	2	1	2			1	10
Joaquim Teotónio da Cunha	6	1		2				9
António Germano de Carvalho Ferreira				5				5
António José Marques Leal	1	3						4
Eduardo Daniel de Carvalho		1		2				3
Manuel António de Campos				3				3
José Joaquim de Carvalho Júnior							3	3
Joaquim Guilherme de Oliveira	2							2
João Correia da Silva Soares		2						2
José Maria Eugénio de Almeida		1		1				2
António José Pereira de Serzedelo				2				2
Luís Maria Xavier de Sousa					2			2
António José Rodrigues Leitão	1							1
José António dos Reis	1							1
José Pedro de Almeida	1							1

Bairro do Rossio

Assembleias

Nomes	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	13ª	14ª	Soma
José Luís Pereira Crespo		1						1
António Joaquim Soeiro		1						1
Eduardo Oxford Pereira Queiroz Veloso		1						1
Pedro José do Nascimento			1					1
João Evangelista da Silva Pereira			1					1
Francisco de Borges Freire			1					1
Carlos Augusto Figueira				1				1
Francisco Romano de Almeida Câmara Manuel				1				1
Policarpo José dos Anjos				1				1
João Gomes da Fonte				1				1
Manuel Joaquim da Silva				1				1
José da Silva Fortes				1				1
António José Ferreira Monteiro				1				1
José António da Costa				1				1
João Frederico de Faro				1				1
Joaquim Filipe Nogueira				1				1
Eduardo Ayala dos Prazeres				1				1
António dos Santos Migueis				1				1
Zeferino António de Oliveira Peixoto				1				1
Doutor May Figueira				1				1
Manuel José Ribeiro				1				1
Sebastião Maria de Assis e Brito				1				1
José Maria da Costa					1			1

Bairro do Rossio

Assembleias

Nomes	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	13ª	14ª	Soma
Joaquim José Marques Guimarães					1			1
António José dos Reis					1			1
António Gomes Brandão					1			1
Fortunato José de Sousa					1			1
José Martinho Tomás Dias							1	1
Manuel Coelho Torrezão							1	1
Joaquim Nunes Borges de Carvalho							1	1
António Maria dos Santos Brilhante							1	1
Tomás José da Guerra							1	1
João Maria Feijó							1	1
Dionísio José de Carvalho							1	1

Bairro Alto

Assembleias

Nomes	15ª	16ª	17ª	18ª	19ª	20ª	Soma
José Isidoro Viana	108	221	228		92	110	759
João de Matos Pinto	100	149	212		93	116	670
Conde de Ficalho	108	157	196		85	101	647
António Nunes	49	187	35		17	26	314
Carlos José Barreiros	43	67	23		24	59	228
José António Barreiros	41	82	45		18	42	216
José Maria Eugénio de Almeida		4	7			2	13
Barão de Alenquer		4	2				6
Rufínio Silvério Latabeque Barbosa		1	4				5
Inácio Conrado da Costa		3					3
Aires de Sá Nogueira			1			2	3
António Joaquim de Oliveira		2					2
António José Barreira		2					2
Bartolomeu dos Mártires Dias e Sousa			2				2
Nuno José Severo Ribeiro de Carvalho						2	2
José António dos Reis						2	2
João António Lopes						2	2
Félix Pereira de Magalhães	1						1
Marquês de Viana	1						1
Anselmo José da Costa	1						1
Francisco de Assis Gomes	1						1
António Francisco Rangel	1						1
Firmo Augusto Pereira Marrecos	1						1
João Maria Pinheiro Falcão	1						1
José Lino Alves Chaves	1						1

Nomes	15ª	16ª	17ª	18ª	19ª	20ª	Soma
Henrique José Ribeiro	1						1
José Maria de Carvalho		1					1
António Maria Fontes Pereira de Melo		1					1
Bento de José de Vasconcelos		1					1
Manuel Francisco Monteiro		1					1
Francisco Nicolau Gonçalves		1					1
Francisco José Cabral de Quadros		1					1
Joaquim António de Aguiar		1					1
Manuel de Jesus Coelho		1					1
Francisco José Gonçalves Pereira		1					1
Nunes			1				1
Viana			1				1
Epifanio Torcato Manuel			1				1
Anselmo José Braamcamp			1				1
José Baptista Manço			1				1
Bernardo Luieth			1				1
Veríssimo Amigos			1				1
António Antunes			1				1
Manuel João			1				1
João Manuel			1				1
Manuel Alves do Rio			1				1
Marçal José Ribeiro			1				1
José Pinheiro Brunhosa			1				1
José Isidoro Guedes					1		1
João Maria Morais Mantas					1		1
José do Nascimento Gonçalves Correia					1		1
Manuel da Silva Louro						1	1

Nomes	15^a	16^a	17^a	18^a	19^a	20^a	Soma
Manuel José Machado						1	1
Manuel Fernandes Domingos Duarte						1	1
José Eduardo Fernandes e Alves						1	1

Bairro de Alcântara

Nomes	Assembleias					Soma
	21ª	22ª	23ª	24ª	25ª	
José Carlos Nunes	150	265	146	179	277	1017*
Joaquim António de Oliveira Namorado	116	152	118	134	279	799
Anselmo Ferreira Pinto Bastos	152	161	116	80	262	771
Francisco Romano de Almeida Câmara Manuel	38	44	135	157	36	410
António José de Sampaio	49	12	70	27	21	179
José Baptista Cardoso Kletcher	4	74	9	30	10	127
Câmara Manuel	2	31	2		1	36
Luís de Almeida Albuquerque	7	1	3	4	8	23
João Vieira Pimenta		18		1		19
José Maria Eugénio de Almeida	2	6		1		9
Tomás de Aquino Alves		1		8		9
José Rodrigues Correia	7					7
José Tomás Salgado	1	5				6
Luís Joaquim Miguel Pereira				5		5
José Silvestre Ribeiro	4					4
João Baptista da Silva Melo	3					3
Júlio Carlos Ferrão		3				3
Manuel Venâncio Nunes		3				3
José Guilherme Ferreira		3				3
Barão de Alenquer				3		3
António Simões Ferreira dos Santos	2					2
Joaquim Henriques da Silveira	2					2
Anselmo José da Veiga	2					2
Tomás Antunes de Mendonça	2					2

Bairro de Alcântara

Nomes	Assembleias					Soma
	21ª	22ª	23ª	24ª	25ª	
Agostinho José Freire	2					2
Sebastião Antanário Estanislau da Silva	1	1				2
Francisco Simões Carneiro	1	1				2
Manuel José Junqueira		2				2
António Rodrigues Tarujo		2				2
José Maria Ribeiro		2				2
Manuel José Machado		1	1			2
Francisco José Rodrigues			2			2
Visconde de Porto Côvo da Bandeira			2			2
Cláudio da Ponte Tavares			2			2
Francisco António Namorado					2	2
Ascêncio de Serpa Azevedo	1					1
Anacleto da Costa	1					1
José Pedro Colares Nunes	1					1
José Baptista Cardoso	1					1
Florêncio Gaspar Lopes Banhos	1					1
Luís Augusto Estrela	1					1
Francisco Chamiço	1					1
Francisco Vitoriano Crisóstomo	1					1
José António Frazão	1					1
Agostinho Xavier dos Reis Picão	1					1
João Simões de Almeida		1				1
Alexandre António Pereira		1				1
José de Matos Saraiva		1				1

Bairro de Alcântara

Nomes	Assembleias					Soma
	21ª	22ª	23ª	24ª	25ª	
António Nunes		1				1
Teotónio Pereira		1				1
António José de Seixas		1				1
Silvestre dos Santos Ferreira		1				1
Domingos António Abreu		1				1
António Vitoriano Crisóstomo		1				1
José Leite Júnior		1				1
João António Dias		1				1
Luís Rodrigues Dantas		1				1
José Francisco da Trindade		1				1
José António Dias Pinheiro		1				1
Manuel Vieira Pimenta		1				1
Manuel Pinto Rodrigues			1			1
Duque de Cadaval			1			1
Francisco António Fagundes			1			1
Francisco Gonçalves Caramonchel			1			1
Visconde de Rio Seco			1			1
Filipe Folque			1			1
Henrique Maria Pereira de Magalhães			1			1
José Nicolau de Sousa			1			1
Francisco José Leano			1			1
Visconde da Lançada			1			1
José Coelho Pereira da Silva			1			1
José Félix Cupertino			1			1

Bairro de Alcântara

Nomes	Assembleias					Soma
	21 ^a	22 ^a	23 ^a	24 ^a	25 ^a	
Manuel Soares Capitão			1			1
Porfírio do Amaral Rego			1			1
Anselmo Ferreira Pinto			1			1
José Joaquim da Costa			1			1
Francisco José da Silva Guimarães			1			1
Vicente da Cruz Ferreira			1			1
António Duarte Piló			1			1
Domingos José Pereira			1			1
Marquês de Resende			1			1
José Maria de Carvalho			1			1
Manuel de Oliveira Luzes				1		1
Manuel Duarte de Carvalho				1		1
João Simão Costa Falcão Aranha				1		1
Marquês de Nisa					1	1
Jacinto Semeão Estelista dos Nascimento					1	1
José Cláudio Nunes					1	1
Joaquim António Namorado					1	1
Francisco de Assis Gomes					1	1
Anselmo José da Costa					1	1
Sampaio					1	1
João Romão					1	1
Aires de Sá Nogueira					1	1
José Maria Latino Coelho					1	1
José da Silva Mendes Leal					1	1

Anexo 11

Vereações municipais entre 1852 e 1867

1852-53

Presidente

Alberto António Morais de Carvalho

Vereadores

Aires de Sá Nogueira

Alberto António Morais de Carvalho

Aniceto Ventura Rodrigues

António Esteves de Carvalho

Conde de Rio Maior

Cristóvão Carneiro de Andrade

Domingos Ferreira Pinto Basto

Francisco António Geraldes Borba

Geraldo José Braamcamp

João Francisco de Araújo

João de Matos Pinto

João de Saldanha Figueira e Sousa

João dos Reis e Sousa

Júlio Máximo de Oliveira Pimentel

Manuel Marcelino Lourenço

Manuel S. Damasceno Monteiro

Raimundo José Pinto

Visconde da Fonte de Arcada

1854-55

Presidente

Manuel S. Damasceno Monteiro

Vereadores

José Joaquim Alves Chaves

José António Pereira Serzedelo

Levy Maria Jordão

José Joaquim da Costa

Joaquim Maria Osório

Vicente Ferreira Nunes

Manuel Salustiano Damasceno Monteiro

António Esteves de Carvalho

Visconde de Azurara

João de Matos Pinto

Francisco António de Andrade

João António da Silva Trigueiros

1856-57

Presidente

Manuel S. Damasceno Monteiro

Vice-presidente

Joaquim Pereira da Costa

Vereadores

Aires de Sá Nogueira

António Esteves de Carvalho

João de Matos Pinto

Joaquim José Fernandes

Joaquim Miguel Pereira

Joaquim Pereira da Costa

José Joaquim Alves Chaves

José do Nascimento Gonçalves Correia

Levy Maria Jordão

Visconde de Monção

1858

Presidente

Júlio Máximo de Oliveira Pimentel

Vice-presidente

António Esteves de Carvalho

Vereadores

Aires de Sá Nogueira

João Luís Morais Mantas

José António Pereira Serzedelo

José Joaquim Alves Chaves

José do Nascimento G. Correia

Levy Maria Jordão

Luís Caetano da Guerra Santos

Manuel Fernandes Chaves

Manuel Maria Ferreira da Silva Beirão

Manuel Tomás Lisboa

Ricardo Teixeira Duarte

1859

Presidente

Conde de Rio Maior

Vice-presidente

António Esteves de Carvalho

Vereadores

António Ferreira dos Anjos

João de Matos Pinto

Joaquim José Rodrigues da Câmara

José António Pereira Serzedelo

José do Nascimento G. Correia

Luís Caetano da Guerra Santos
Manuel Fernandes Chaves
Manuel Tomás Lisboa
Ricardo Teixeira Duarte
José Joaquim Alves Chaves

1860-61

Presidente

António Esteves de Carvalho

Vice-presidente

João de Matos Pinto

Vereadores

Gregório de Vaz Rans Barret Froes

João Luís de Carvalho

João Luís de Morais Mantas

José Joaquim Alves Chaves

José Mendes de Assunção

José Tedeshi

Luís de Almeida Albuquerque

Luís Caetano da Guerra Santos

Manuel Fernandes Chaves

Nuno José Severo Ribeiro de Carvalho

1862-63

Presidente

António Esteves de Carvalho

Vice-presidente

José Isidoro Guedes

Vereadores

Gregório de Vaz Rans Barret Froes

João Luís de Carvalho

João Luís de Morais Mantas

João Maria de Figueiredo Frescata

José Joaquim Alves Chaves

José Carlos Nunes

José Mendes de Assunção

José Tedeshi

Luís de Almeida Albuquerque

Luís Caetano da Guerra Santos

Manuel Fernandes Chaves

Nuno José Severo Ribeiro de Carvalho

1864-65

Presidente

Barão de Santa Engrácia

Vice-presidente

Barão de Alenquer

Vereadores

António Pedro Sobral

Augusto César de Almeida

Francisco José Coelho

Francisco Romano Câmara Manuel

Gregório Vaz Rans Barreto Froes

João de Matos Pinto

José Carlos Nunes

José Joaquim Alves Chaves

Nuno José Severo Ribeiro de Carvalho

Policarpo José Lopes dos Anjos

1866-67

Presidente

Conde de Ficalho

Vice-presidente

João de Matos Pinto

Vereadores

Anselmo Ferreira Pinto Basto

António José Pereira Serzedelo

Augusto César de Almeida

Francisco Manuel de Mendonça

Gregório Vaz Rans Barreto Froes

Joaquim António de Oliveira Namorado

José Carlos Nunes

José Isidoro Viana

José Joaquim Alves Chaves

Luís de Carvalho Daun e Lorena

Luís Caetano da Guerra Santos

Anexo 12

Resultados eleitorais para o biénio de 1860 a 1861 publicados pelo *Português*

Bairro do Rossio

José Joaquim Alves Chaves – 635 votos

José Mendes de Assunção – 540 votos

Gregório Vaz Rans – 371 votos

José Isidoro Guedes – 266 votos

Bairro de Alfama

António Esteves de Carvalho – 722

José do Nascimento Gonçalves Correia – 725

Luís Caetano da Guerra Santos – 704

João Luís de Carvalho – 18

Bairro Alto

João de Matos Pinto – 245

João Luís de Moraes Mantas – 242

Nuno José Severo de Carvalho – 230

António Lopes Ferreira dos Anjos – 124

Bairro de Alcântara

Manuel Fernandes Chaves – 562

Luís de Almeida Albuquerque – 380

José Tedeshi – 259

Júlio Máximo de Oliveira Pimentel – 191

Fonte: «O Português», n.º 1955, 4 de Novembro de 1859.

Anexo 13

Quadro com profissão, censo e mandatos dos vereadores da C.M.L. entre 1850 a 1867

Vereadores	Profissão	Censo	Mandatos
Aires de Sá Nogueira	Proprietário	22\$960	1852 a 1858
Alberto António Morais de Carvalho	Proprietário	59\$000	1852, 1854
Aniceto Ventura Rodrigues	Proprietário	65\$600	1852
Anselmo Ferreira Pinto Bastos	Proprietário	21\$480	1866
António Esteves de Carvalho	Proprietário	60\$000	1852 a 1862
António José Serzedelo Júnior	Fabricante	2\$920	1866
António Pedro Sobral	Fabricante	28\$960	1864
Augusto César de Almeida	Cirurgião	3\$600	1864, 1866
Barão de Alenquer	Proprietário	254\$000*	1864
Barão de Santa Engrácia	Proprietário	200\$000*	1863, 1864
Bento José Teixeira Pena	Proprietário	11\$000	1850
Conde de Ficalho	Proprietário	-	1867
Conde de Penamacor	Proprietário	64\$506	1858
Conde de Rio Maior	Proprietário	350\$000	1852, 1854, 1859
Conde do Sobral	Proprietário	213\$514	1858
Cristóvão Carneiro Andrade	Proprietário	40\$000	1852
Domingos Ferreira Pinto Basto	Negociante	25\$000	1852
Francisco António de Andrade	Proprietário	12\$000	1858
Francisco António Giraldes Barba	Proprietário	30\$000	1852
Francisco José Coelho	Proprietário	35\$550	1864
Francisco Manuel de Mendonça	Advogado	Bacharel	1862, 1866
Francisco Romano d'Almeida Câmara Manuel	Proprietário	3\$530	1864
Frederico Augusto Ferreira	Comerciante	44\$629	1850
Geraldo José Braamcamp	Proprietário	161\$064*	1852
Gregório Vaz Rans C. B. Froes	Proprietário	60\$000	1860 a 1866
Jerónimo Elias dos Santos	Comerciante	38\$722	1850
João António da Silva Trigueiros	Solicitador	9\$680	1858
João Francisco de Araújo	Proprietário	47\$500	1852
João Luís de Carvalho	Beneficiário da Sé	40\$000	1860, 1862
João Luís de Morais Mantas	Fabricante	5\$288	1860, 1862
João Maria Figueiredo Frescata	Proprietário	193\$057*	1862
João de Matos Pinto	Negociante	25\$712	1835, 1846, 1852 a 1860, 1864
João Ribeiro Franco	Comerciante	9\$034	1850
Joaquim António de Oliveira Namorado	Comerciante	8\$359	1866
Joaquim Cândido da Costa	Cirurgião	8\$000	1858
Joaquim Pereira da Costa	Proprietário	10\$000	1850, 1856
Joaquim José Fernandes	Comerciante	25\$000	1850, 1856
Joaquim Maria Osório	Proprietário	106\$531	1858
Joaquim Miguel Pereira	Proprietário	40\$000	1856
José António Pereira Serzedelo	Proprietário	61\$040	1856 a 1858
José Carlos Nunes	Comerciante	12\$080	1862 a 1866
José Isidoro Guedes	Caixa do Tabaco	33\$640	1862
José Isidoro Viana	Cirurgião	104\$896	1866
José Joaquim Alves Chaves	Proprietário	51\$000	1856 a 1864
José Joaquim da Costa	Proprietário	17\$692	1858
José Mendes d'Assunção	Farmacêutico	7\$000	1860, 1862
José do Nascimento Gonçalves Correia	Cirurgião	2\$000	1856 a 1858
José dos Reis e Sousa	Solicitador	12\$062	1852
José Tedeshi	Farmacêutico	9\$840	1860, 1862
Júlio Máximo de Oliveira Pimentel	Lente	7\$380	1852, 1854, 1859

Levy Maria Jordão	Advogado	Bacharel	1856, 1858
Luís de Almeida Albuquerque	Lente	2\$440	1860, 1862
Luís António Martins	Proprietário	12\$168	1850
Luís Caetano da Guerra Santos	Cirurgião	16\$086	1858 a 1862, 1866
Manuel Fernandes Chaves	Comerciante	11\$112	1858 a 1862
Manuel Joaquim Gonçalves Rosa	Proprietário	58\$490	1850
Manuel Maria Ferreira da Silva Beirão	Advogado	Bacharel	1856
Manuel Salustiano Damasceno Monteiro	Cirurgião	10\$038	1852 a 1858
Manuel Tomás Lisboa	Cirurgião	4\$500	1858
Nuno José Pereira Basto	Proprietário	252\$077*	1847 a 1851
Nuno José Severo Ribeiro de Carvalho	Cirurgião	14\$000	1860 a 1864
Policarpo J. L. dos Anjos	Comerciante	12\$000	1864
Raimundo José Pinto	Proprietário	9\$612	1852
Tomás Maria Bessone (sobrinho)	Comerciante	24\$800	1850
Tomás José Machado	Proprietário	9\$600	1850
Vicente Ferreira Nunes	Proprietário	28\$892	1858
Visconde de Azurara	Proprietário	41\$380	1858
Visconde de Fonte Arcada	Proprietário	34\$242	1852
Visconde de Monção	Proprietário	34\$242	1856

* Recenseamento de 1865.

Fonte: Cadernos de recenseamento eleitoral para as eleições municipais de Lisboa de 1849 a 1867 – Arquivo Municipal do Arco do Cego.

Anexo 14

Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa que exerceram funções de Deputado

Nome	Legislatura	Notas
Alberto António Morais de Carvalho	1853 – 1856 1857 – 1858 1860 – 1861 1861 – 1864	Governador Civil do distrito de Lisboa em 1859. Ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça em 4 de Julho de 1860. Exonerado em 21 de Fevereiro de 1862. Nomeado Par do Reino por carta régia de 30 de Dezembro de 1862. Tomou assento na Câmara dos Dignos Pares em 7 de Janeiro de 1863.
Augusto César de Almeida	1865 - 1868	
Conde de Rio Maior (D. António) (1º Marquês de Rio Maior)	1858-1859	Par do Reino por direito de sucessão. Tomou assento na Câmara dos Dignos Pares em 17 de Janeiro de 1873.
Conde do Sobral	1882-1884	Par do Reino por direito de sucessão. Tomou assento na Câmara dos Pares em 1903.
Frederico Augusto Ferreira	1851 - 1852	
Joaquim Maria Osório	1865 - 1868	
José Joaquim Alves Chaves	1860 – 1861 1861 – 1864 1865 1865 - 1868	
José do Nascimento Gonçalves Correia	1861 – 1864 1865	
Júlio Máximo de Oliveira Pimentel (1º Visconde de Vila Maior)	1851 – 1852 1853 – 1856	Par do Reino por carta régia de 30 de Dezembro de 1862. Tomou assento na Câmara dos Dignos Pares em 12 de Janeiro de 1863.
Levy Maria Jordão	1861 – 1864 1865 1865 – 1868 1868 – 1869 1869 – 1870 (a)	(a) Em representação do círculo de Timor.
Manuel Tomás Lisboa	1870 - 1871	
Nuno José Severo Ribeiro de Carvalho (Visconde de Massamá)	1865 1865 - 1868	
Visconde de Fonte Arcada	1834 – 1836 1837 - 1838	Par do Reino por carta régia de 1 de Outubro de 1835. Tomou assento na Câmara dos Dignos Pares em 5 de Janeiro de 1836. Vice-presidente da Câmara dos Deputados em 1837 a 1838.

Fonte: Anexo ao Anuário da Câmara dos Deputados. 1905.

9. FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS:

Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa (Arco do Cego)

- Actas eleitorais/ resultados eleitorais

Livro de Actas da eleição da Câmara Municipal de Lisboa para o biénio de 1847-1848.

Livro de Actas da eleição da Câmara Municipal de Lisboa para o biénio de 1849-1850.

Resultados eleitorais das eleições da Câmara Municipal de Lisboa por ordem alfabética de votados para o biénio de 1850-1851.

Livro de Actas da eleição da Câmara Municipal de Lisboa para o biénio de 1850-1851.

Resultados eleitorais de todos os bairros de Lisboa para o biénio de 1854-1855.

Livro de Actas das eleições de 22 e 29 de Novembro de 1857, para o biénio de 1858-1859 (Anuladas).

Acta do Apuramento Geral para a eleição da Câmara Municipal de Lisboa para o biénio de 1858-1859 (Anuladas).

Livro de Actas das assembleias de voto de todos os bairros de Lisboa para a eleição da Câmara Municipal de Lisboa para o biénio de 1858-1859 (Anuladas).

Livro de Actas da 2ª eleição de 7 e 14 de Fevereiro para a Câmara Municipal de Lisboa para o biénio de 1858-1859.

Livro de Actas das assembleias de voto de todos os bairros de Lisboa para a eleição da Câmara municipal de Lisboa para o biénio de 1858-1859.

Acta do Apuramento Geral para a eleição da Câmara Municipal de Lisboa para o biénio de 1858-1859.

Livro de Actas da eleição da Câmara Municipal de Lisboa para o biénio de 1860-1861.

Livro de Actas das assembleias de voto de todos os bairros de Lisboa para a eleição da Câmara Municipal de Lisboa para o biénio de 1860-61.

Resultados eleitorais para todos os bairros de Lisboa para o biénio de 1862-1863.

Livro de Actas da eleição da Câmara Municipal de Lisboa para o biénio de 1866-1867.

Livro de Actas das assembleias de voto de todos os bairros de Lisboa para a eleição da Câmara Municipal de Lisboa para o biénio de 1866-67.

Acta do Apuramento Geral para a eleição da Câmara Municipal de Lisboa para o biénio de 1866-1867.

Actas da eleição da Câmara Municipal dos Olivais (1853).

Actas das eleições da Câmara Municipal de Belém (1853/54 e 1854/55- 2ª eleição)

- Reclamações e recenseamento

Livro de Recenseamento de Elegíveis dos bairros de Lisboa de 1851 a 1867.

Relação do número de eleitores e elegíveis por bairros para o ano de 1852.

Justificações de faltas e atestados médicos dos vereadores da Câmara Municipal de Lisboa em 1852.

Relação dos membros das Comissões de revisão do recenseamento em 1852.

Relatórios das Comissões de recenseamento de todos os bairros de Lisboa em 1852.

Acta do protesto do cidadão João José Luís Mantas.

Deliberação do Governo Civil de Lisboa anulando as eleições de 1858-1859 (caso Mantas).

Correspondência relativa a eleições e protestos.

Reclamações e emendas no recenseamento (1861-1864)

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

- Arquivo das Secretarias de Estado, Ministério do Reino, 3ª Direcção, 2ª Repartição, Livro 9 (1851): maços 308, 323, 483, 791, 1108, 1114.
- Arquivo das Secretarias de Estado, Ministério do Reino, 3ª Direcção, 2ª Repartição, Livro 10 (1852): maços 121, 164, 295, 550, 897, 1256.
- Arquivo das Secretarias de Estado, Ministério do Reino, 3ª Direcção, 2ª Repartição, Livro 11 (1853): maços 280, 1112.
- Arquivo das Secretarias de Estado, Ministério do Reino, 3ª Direcção, 2ª Repartição, Livro 12 (1854): maços 12, 579.
- Arquivo das Secretarias de Estado, Ministério do Reino, 3ª Direcção, 2ª Repartição, Livro 13 (1855): maços 16, 100, 346, 514, 794, 797.
- Arquivo das Secretarias de Estado, Ministério do Reino, 3ª Direcção, 2ª Repartição, Livro 14 (1856): maços 6, 918, 993.
- Arquivo das Secretarias de Estado, Ministério do Reino, 3ª Direcção, 2ª Repartição, Livro 16 (1857): maços 80, 217, 672, 1291.
- Arquivo das Secretarias de Estado, Ministério do Reino, 3ª Direcção, 2ª Repartição, Livro 17 (1859): maços 88, 94, 634, 1055, 1085.
- Arquivo das Secretarias de Estado, Ministério do Reino, 3ª Direcção, 2ª Repartição, Livro 18 (1860): maços 2, 404.
- Arquivo das Secretarias de Estado, Ministério do Reino, 3ª Direcção, 2ª Repartição, Livro 19 (1861): maços 2, 192, 1329.
- Arquivo das Secretarias de Estado, Ministério do Reino, 3ª Direcção, 2ª Repartição, Livro 20 (1862): maços 74, 172, 347, 664.
- Arquivo das Secretarias de Estado, Ministério do Reino, 3ª Direcção, 2ª Repartição, Livro 21 (1863): maços 61, 110, 217, 1107.
- Arquivo das Secretarias de Estado, Ministério do Reino, 3ª Direcção, 2ª Repartição, Livro 22 (1864): maços 1, 110.
- Arquivo das Secretarias de Estado, Ministério do Reino, 3ª Direcção, 2ª Repartição, Livro 23 (1865): maços 437, 762, 931, 1157, 1158.

FONTES IMPRESSAS:

- Diário do Governo.
- Revolução de Setembro.
- O Patriota.
- A Nação.
- O Português.
- O Estandarte.
- A Lei.
- Jornal do Comércio.
- Sinopses dos Actos Administrativos da Câmara Municipal de Lisboa.
- Arquivo Municipal de Lisboa – Actas das Sessões da Câmara.

ESTUDOS:

ALMEIDA, Maria Antónia F. Pires de, *Família e Poder no Alentejo. Elites de Avis- 1886-1941*, Lisboa, Colibri, 1997.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, «Comportamentos eleitorais em Lisboa (1879-1910)» in *Análise Social*, Lisboa, n.º 85, 1985, pp. 111-152

IDEM, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Dinfel, 1991.

IDEM, *A construção do Estado Liberal. Elite Política e Burocracia na Regeneração*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia Política, Lisboa, F.C.S.H.-U.N.L., 1995.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, «A guerra de todos contra todos (ensaio sobre a instabilidade política antes da Regeneração)», in *Análise Social*, n.º 115, 1992, pp. 91-134.

IDEM, «O Setembrismo Corrigido e Actualizado», in *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º 9-10, Lisboa, Edições Cosmos, 1993, pp. 209-221.

IDEM, *História da Guerra Civil da Patuleia 1846-47*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

IDEM, «Segunda ascensão e queda de Costa Cabral (1847-1851)», in *Análise Social*, n.º 142, 1997.

IDEM, *A Apologia da História Política. Estudos Sobre o Século XIX Português*, Lisboa, Quetzal Editores, 1999.

IDEM, «História de um nado-morto: o primeiro ministério histórico (1856-1859)», in *Análise Social*, n.º 157, 2001.

BRISSOS, José, *A Insurreição Miguelista nas Resistências a Costa Cabral: 1842-1847*, Lisboa, Colibri, 1997.

CAETANO, Marcelo «A Codificação Administrativa em Portugal (Um Século de Experiência: 1836-1834)», in *Revista da Faculdade de Direito*, Lisboa, II, 1934.

IDEM, *Os Antecedentes da Reforma Administrativa de 1832 (Mouzinho da Silveira)*, Lisboa, 1967, Sep. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*.

CÂMARA, Rodrigo de Azevedo Sousa, *Manual do Cidadão*, Lisboa, 1855.

CARVALHO, Joaquim, «Da Restauração da Carta Constitucional à Regeneração», *História de Portugal*, Edição Monumental Portucalense, Barcelos, cap. XI.

CAPELA, José Viriato, *O Concelho de Barcelos do Antigo Regime à primeira República: fontes para o seu estudo*, Barcelos, Comp. Ed. do Minho, 1983.

IDEM, *Viana na segunda metade do século XVIII: em torno de um processo de decadência e subalternização comercial*, Barbosa e Xavier, Braga, 1986.

IDEM, *O Município de Braga de 1750 a 1834. O Governo e a Administração Económica e Financeira*, Braga, 1991.

IDEM, *O Minho e os seus municípios. Estudos económico-administrativos sobre o Município Português nos Horizontes da Reforma Liberal*, Braga, Universidade do Minho, 1995.

CATROGA, Fernando, «A Maçonaria e a Restauração da Carta Constitucional em 1842 – O Golpe de Estado de Costa Cabral» in *Revista das Ideias*, n.º 7, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, Coimbra, 1985.

CUSTÓDIO, Jorge, «As infraestruturas: os canais de Lisboa», in: *Lisboa em Movimento (1850-1920)*, Livros Horizonte, Lisboa.

DELGADO, Ralph, *A antiga freguesia dos Olivais*, Lisboa, 1969.

DIAS, João José Alves, «As Eleições de 1834», separata da *Revista Arquipélago* Revista da Universidade dos Açores, Série Ciências Humanas, n.º5, Janeiro de 1993.

DOMINGUES, Ivo e GONÇALVES, Filomena, «A Câmara Municipal de Seia no período liberal», *Cadernos do Noroeste*, n.º 2-3, 1989.

FEIJÓ, Rui Graça, *Liberalismo e Transformação Social: A Região de Viana do Castelo do Antigo Regime a Finais da Regeneração*, Lisboa, Fragmentos, 1992.

FERNANDES, João Paulo Azevedo, *As Faces de Proteu. Elites Urbanas e o Poder Municipal em Lisboa de finais do século XVIII a 1851*, Coleção Lisboa Arte e História, n.º1, Lisboa, 1999.

FERNANDES, Paulo Jorge, «Influências locais e as manipulações de voto nas eleições municipais de Viana do Castelo entre 1847 e 1849», revista *História*, ano XX, número 4/5, Julho/Agosto, 1998.

FERNANDES, Paulo Jorge, «As eleições municipais de 1847. Resultados e Consequências políticas», in: *História dos Municípios: Administração, Eleições e Finanças*, Actas do II Seminário Internacional – História do Município no Mundo

Português. Região Autónoma da Madeira, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 2001.

FERNANDES, Paulo Jorge da Silva, *Elites e Finanças Municipais em Montemor-o-Novo. Do Antigo Regime à Regeneração (1816-1851)*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1999.

FERNANDES, Paulo Jorge da Silva, «Os processos eleitorais na definição das elites de poder. O caso de Montemor-o-Novo na transição do Antigo Regime para o Liberalismo», in *História dos Municípios: Administração, Eleições e Finanças*, Actas do II Seminário Internacional – História do Município no Mundo Português. Região Autónoma da Madeira, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 2001.

FIGUEIREDO, António Mesquita de, *Subsídios para a Bibliografia da História Local Portuguesa*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1933.

FONSECA, Helder Adegar, «Sociedades e Elites Alentejanas no Século XIX», in *Economia e Sociologia*, Évora, 45/46, 1988, pp. 64-106.

IDEM, *O Alentejo no Século XIX. Economia e Atitudes Económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1996.

FONSECA, Teresa, *Relações de Poder no Antigo Regime. A Administração Municipal em Montemor-o-Novo (1777-1816)*, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal Montemor-o-Novo, 1995.

HESPAÑA, António Manuel, *As Vésperas de Leviathan. Instituições e poder político – Portugal, século XVII*, Livraria Almedina, Coimbra, 1994.

IMÍZCOZ, J. Maria, *Elites, Poder y Red Social. Las Elites del País Vasco y Navarra en la Edad Moderna*, Bilbao, 1996.

LISBOA, Maria Helena, *Os engenheiros em Lisboa. Urbanismo e arquitectura (1850-1930)*, Coleção Cidade de Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

LOUSADA, Maria Alexandra, *As Divisões Administrativas em Portugal do Antigo Regime ao Liberalismo*, Universidade de Leon, 1991.

MAGALHÃES, Roberto e COELHO, Maria Helena, *Poder concelhio das origens às Cortes Constituintes*, Centro de Estudos e Formação Autárquica, Coimbra, 1986.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de, «As Estruturas Sociais de Enquadramento da Economia Portuguesa de Antigo Regime: Os Concelhos», in *Notas económicas*, n.º 4, 1994, pp. 30-47.

IDEM, *Para o Estudo do Algarve económico durante o século XVI*, Cosmos, Lisboa, 1970.

MANIQUE, António Pedro, «Processos Eleitorais e Oligarquias Municipais nos Fins do Antigo Regime», in *Arqueologia do Estado*, Vol. I, Lisboa, História e Crítica, 1988, pp. 109-120.

IDEM, *Mouzinho da Silveira. Liberalismo e Administração Pública*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

IDEM, «Liberalismo e Finanças Municipais. Da Extinção das Sisas à Proliferação dos Tributos Concelhios», in *Penélope*, III, 1989, pp. 22-42.

MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.), *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Presença, 1991, col. Nova História de Portugal, vol. XI.

MIRANDA, Sacuntala de, *A Revolução de Setembro de 1836 – Geografia eleitoral*, Lisboa, Livros Horizonte, 1982.

MOITA, Irisalda (coord.), *O Livro de Lisboa*, Livros Horizonte, Lisboa, 1994.

MÓNICA, Maria Filomena, «As reformas eleitorais no constitucionalismo monárquico, 1852-1910» in *Análise Social*, n.º 139, 1996, pp. 1039-1084.

IDEM, «Um político, Fontes Pereira de Melo», in *Análise Social*, n.º 143-144, 1997.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «Os Poderes Locais no Antigo Regime» in OLIVEIRA, César (dir.)- *História dos Municípios e do Poder Local*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 17-175.

IDEM, «Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime», in *Análise Social*, n.º 141, Lisboa, I.C.S., 1998, pp. 335-368.

IDEM, «Poderes municipais e elites locais (séculos XVII-XIX): estado de uma questão», in: *O Município no Mundo Português*, Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal, 1998.

IDEM, *O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, INCM, Lisboa, 1998.

OLIVEIRA, César, «Os Municípios no Liberalismo Monárquico Constitucional», in OLIVEIRA, César (dir.)- *História dos Municípios e do Poder Local*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp.179-222.

PEREIRA, João Manuel Rodrigues, *Elites Locais e Liberalismo. Torres Vedras 1792-1878*, Lisboa, 1997, policopiado.

PERES, Damião (dir.), «O Setembrismo» in *História de Portugal*, Edição Monumental da Portucalense editora, Barcelos, 1935.

POUSINHO, Nuno, «A Vida Política dos Agentes do Estado e as Eleições Municipais no Concelho de Castelo Branco (1820-1878)» in *História dos Municípios: Administração, eleições e finanças. II Seminário Internacional – História do Município no Mundo Português*, Madeira, 2001.

POUSINHO, Nuno, *Castelo Branco. Governo, Poder e Elites 1792-1878*, Edições Colibri, Câmara Municipal de Castelo Branco, 2004.

RAVARA, António, «Os partidos políticos na primeira fase do rotativismo político», in *Análise Social*, nº 46, 1982.

RODRIGUES, L. Gaspar, *A geografia eleitoral nos Açores de 1852 a 1884*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1985.

RODRIGUES, Teresa, *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista. Migrações, mortalidade e desenvolvimento*, Edições Cosmos, Lisboa, 1995.

SANTOS, Fernando Piteira, *Geografia e Economia da Revolução de 1820*, 2ª ed., Lisboa, publicações Europa-América, 1975.

SANTOS, Manuel Pinto, «Eleições parlamentares na Província do Minho», in *Estudos da História de Portugal. Homenagem a H. O. Marques*, vol. II, Lisboa, Estampa, 1983.

SANTOS, Rui, «Senhores da Terra, Senhores da Vila: Elites e Poderes Locais em Mértola no Século XVIII», in *Análise Social*, n.º 121, 1993, pp. 345-369.

SARDICA, José Miguel, «A Elite Política do Ministério da Regeneração (1851-1856)», in *História*, n.º 3, Lisboa, Dezembro de 1994, pp. 44-57.

IDEM, *A Regeneração sob o signo do consenso. A política e os partidos entre 1851 e 1861*, ICS, Lisboa, 1996.

IDEM, «A Política e os Partidos entre 1851 e 1861», in *Análise Social*, n.º 141, 1997, pp. 279-333.

IDEM, «Os Partidos Políticos no Portugal Oitocentista (Discursos Historiográficos e Opiniões Contemporâneas)», in *Análise Social*, n.º 142, 1998, pp. 557-601.

IDEM, «A vida partidária nos primeiros anos da Regeneração», in *Análise Social*, n.º 143-144, 1997.

SILVA, Raquel Henriques, «Urbanismo: caminhos e planos», in: *Lisboa em Movimento (1850-1920)*, Livros Horizonte, Lisboa.

SILVEIRA, Luis Nuno Espinha, «Estado Liberal e Centralização, Reexame de um Tema» in *Poder Central, Poder Regional, Poder Local, uma perspectiva histórica*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997.

IDEM, *Território e Poder: nas origens do estado contemporâneo em Portugal*, Patrimonia, Cascais, 1997.

IDEM, «O Município e o Estado Liberal. Novas Perspectivas» in *O Município no Mundo Português*, Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal, 1998

TENGARRINHA, José Manuel, *Estudos de História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, Caminho, 1983.

TRINDADE, Carla, «As Elites Locais e as Eleições do Concelho de Moura (1860-1910)», Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade de Évora, 1997.

VALENTE, Vasco, «Os homens da governança do município do Porto desde 1428 a 1949», *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 1949-1950

VARGAS, Isabel Nobre e RIBEIRO, Manuel Tavares, «Estruturas políticas parlamentares: eleições, partidos políticos e maçonarias», in: MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal – O Liberalismo*, vol. X, Lisboa, 1998.

VIDIGAL, Luís, *Cidadania, caciquismo e Poder. Portugal, 1890-1910. Estudos*, Lisboa. Livros horizonte, 1988.

VIEIRA, Alberto (coord.), *O Município no Mundo Português*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998.

